

CAPÍTULO IV

DUAS FACES DA MESMA MOEDA: A abundância das supersafras e o flagelo da fome na agricultura brasileira

A modernização da agricultura brasileira, entendida como um problema de elevação da oferta de produtos agropecuários, foi um grande sucesso. Não há como negar os elevados índices de produtividade da terra e do trabalho, encontráveis nos núcleos mais dinâmicos da estrutura produtiva. Se as médias nacionais desses indicadores se apresentam inferiores às dos países concorrentes no mercado internacional, isso se deve ao fato de que essas médias não representam a realidade, em função de que a profunda heterogeneidade - consubstanciada numa grande amplitude de desempenhos -, distorce os resultados. Olhando os números absolutos de produção dos principais produtos, bem como as alterações operadas na composição da produção, nota-se que a questão agrícola brasileira pelo lado da oferta está resolvida. Argumentos de que as supersafras do início dos anos 90 pouco representariam frente a uma demanda reprimida, em razão do não-acesso ao mercado por parte de contingente expressivo da população, reforçam, na verdade, o sucesso das transformações, pois a capacidade de crescimento da oferta em resposta ao aumento na demanda, manifesta-se significativa para os principais produtos.

No final dos anos 50, o diagnóstico da oferta agrícola brasileira mostrava que "a elevação da produção agrícola tem sido, até agora, obtida principalmente através da ampliação das áreas cultivadas e utilização de terras novas no caso das culturas anuais, a exploração do solo em muitas regiões tem um caráter itinerante ... Os rendimentos por hectare destas culturas são extremamente baixos. Este fato redundava no preço elevado de alimentos para as populações citadinas e em deficiente nível de vida para o trabalhador rural. A baixa produtividade agrícola brasileira é evidenciada pela comparação dos nossos índices com os de alguns outros países" (FAGUNDES et al., 1959). Esse perfil de expansão nitidamente

extensivo não foi modificado com a execução do Plano de Metas (1957-60), que "não dedicava atenções à transformação estrutural do setor agropecuário ... Tampouco preocupava-se com o problema da má distribuição de renda"(LESSA, 1975).

Na crise dos anos 60, quando o problema do custo de vida atingiu duramente a população urbana, esse desempenho extensivo foi colocado em questão, reforçando a necessidade de transformar a agricultura brasileira com a modernização setorial. Essa política foi intensamente seguida no restante da década de 60 e por toda a de 70, obtendo os expressivos resultados no tocante à elevação da oferta. Como coloca CARMO (1994), "a oferta de produtos agropecuários teve expansão significativa nos anos da modernização e da 'caificação' da agricultura, principalmente para aqueles com maior possibilidade de industrialização. A produção aumentou vigorosamente no país desde 1960, respondendo a estímulos de mercado externo e também interno... Os aumentos da produtividade, dependendo do grau de tecnologia envolvido, mostraram-se também importantes, embora não tenham tido uniformidade na sua adoção. Muito embora a tecnologia tenha sido incorporada de forma bastante heterogênea, isto não significa incapacidade técnica da produção agrícola, dado o crescimento observado, mas margens de expansão ainda grandes e inexploradas pela política agrícola".

Entretanto, esse desempenho, de significativo crescimento da oferta agrícola com base na elevação das produtividades, não levou à superação do problema da fome para parcela importante da população brasileira, o que evidencia uma realidade de desigualdade. Em 1957, Josué de Castro escrevia que "das cinco diferentes áreas que formam o mosaico alimentar brasileiro, três são nitidamente áreas de fome: a área amazônica, a da mata e a do sertão nordestino. Nelas vivem populações que, em grande maioria - quase diria na sua totalidade -, exibem permanente ou ciclicamente as marcas inconfundíveis de fome coletiva" (CASTRO, 1957). A realidade atual revela-se extremamente perversa, ainda que espacialmente tenha havido alguma modificação.

O **mapa da fome**, elaborado por PELIANO et al. (1993), revela que, em 1990, existiam no Brasil 9,2 milhões de famílias, cuja renda familiar correspondia, no máximo, ao valor da cesta básica de alimentos, capaz de atender aos requerimentos nutricionais recomendados. Desse total, 4,5 milhões estão na região Nordeste (48,7%), 2,6 milhões na Sudeste (28,5%), 1,3 milhão na Sul (14,1%), 600 mil na Centro-Oeste (6,5%) e 198 mil na região Norte (2,2%). No tocante à distribuição entre campo e cidade, 4,1 milhões vivem na zona rural (44,2%) e 5,1 milhões nas cidades (55,8%), donde 1,5 milhão nas áreas metropolitanas (16,6%) (PELIANO et al., 1993). Portanto, persiste um quadro em que expressiva parcela da população está submetida à fome, num país cuja agricultura revela modernidade e supersafras. Esse paradoxo revela que a solução do lado oferta da questão agrícola concretizou-se, sem realizar o mesmo do lado da demanda, ou seja, o outro lado da moeda. Ou ainda, a outra navalha da tesoura de preços continua retalhando as condições e as expectativas de vida de grande parte da população brasileira.

Essa resultante do conflito distributivo, que foi acirrado com a piora na distribuição de renda, tem inúmeros elementos que impediram e continuam impedindo que a modernidade ganhe em amplitude na economia e na sociedade brasileiras. O sucesso da modernização da agricultura no tocante à oferta, por seu turno, mostra que a fome se configura como um anacronismo, fruto de constrangimentos decorrentes unicamente do perfil de sociedade, haja vista que não se apresentam entraves produtivos para eliminá-la. Essas inúmeras faces de uma mesma realidade - de supersafra e fome, de moderno e atrasado e, de outros

paradoxos da agricultura e sociedade brasileira -, decorrem de que o processo de desenvolvimento não superou as dicotomias então existentes. Ao contrário, "a economia brasileira heterogênea, desigual, contraditória, cria e recria disparidades. Combina segmentos monopolistas com oligopolistas e concorrenciais. Inclusive, está apoiada numa elevadíssima taxa de exploração da classe operária e do campesinato. Ao mesmo tempo, no entanto, essa totalidade está altamente deter-minada pelo capital monopolista, comandado pelo imperialismo" (IANNI, 1981).

1 - Duas teses vencidas na questão agrícola: produção insuficiente e preços escorchantes

As transformações da agricultura brasileira nas últimas décadas convergiram para a superação de dois elementos até então sempre presentes no debate setorial: a produção insuficiente e a pressão dos preços agropecuários sobre o custo de vida urbano. No início dos anos 60, em pleno processo de industrialização - conjuminado com o acirramento da urbanização -, essas teses ganharam adesões em segmentos dos analistas da economia brasileira, preocupados com a necessidade de que a agropecuária cumprisse sua função de provedora de alimentos fartos e baratos para sustentar o desenvolvimento econômico. Alguns desses estudiosos chegaram mesmo a indicar essa deficiência como decorrente de estrangimentos estruturais, ou seja pertinente à questão agrária uma vez que seria a existência dos latifúndios a causa do problema. A implementação do processo de modernização agropecuária inserido dentro da estratégia de industrialização da agricultura, hegemônica por forças conservadoras que mantiveram intocada a propriedade fundiária, convalidaria o equívoco dessa formulação. O processo ensejado mostrou que a oferta abundante e menores preços pagos pelo consumidor pelos produtos agropecuários não eram incompatíveis com a grande propriedade. Ao contrário, parecem ter sido funcionais com a concentração da posse da terra. Rediscutir esses temas, como estratégia de passar a limpo o debate em torno dos mesmos, revela-se elucidador de vários aspectos da realidade atual.

1.1 - Questão da incapacidade de produção: a polêmica da inelasticidade e a dicotomia entre grupos de produtos

O desempenho da agricultura no período de modernização econômica brasileira, representado pela industrialização, reforçava, em meados da década de 60, a idéia da incapacidade desse setor de responder aos desafios do desenvolvimento econômico. No debate em torno dessa temática, várias correntes estruturalistas propugnavam que "a subnutrição característica de nosso povo poderia ser rapidamente vencida", conjugando terra e mão-de-obra rural. Nessa abordagem a produção agrícola poderia ser conseguida por dois caminhos: o aumento da produtividade - de caráter intensivo -, e o aumento da área de lavoura, de caráter extensivo. O primeiro era vedado ao Brasil face à incapacidade industrial de suprir insumos e máquinas e à não-existência de "quadros técnicos necessários a uma revolução tecnológica da produção rural". Assim, "a etapa imediata do desenvolvimento de nossa agricultura terá que ter por base o aproveitamento daquilo que se tem de sobra - a mão-de-obra excedente no campo e a terra inculca, retida pela propriedade latifundiária. Quebrado o monopólio da terra, permitido o acesso à terra da imensa massa camponesa subutilizada,

existente no interior rural, poder-se-ia dobrar, mesmo pelos critérios rotineiros, sem grandes investimentos, em dois ou três anos, a produção agrícola, matando definitivamente a fome crônica das populações e liberando, ainda, quantidades apreciáveis para os mercados de exportação" (SCHILLING, 1961). Daí o aumento da produtividade e da oferta agrícolas dependerem necessariamente da reforma agrária. Essa concepção de vincular indissociavelmente a questão agrária à questão agrícola seria amplamente propugnada por várias análises no período e mesmo posteriormente. A idéia geral é de que a produção de alimentos, como todas as questões da produção, seria um componente intrínseco da questão agrária.

A questão dos alimentos, além do enorme apelo político frente à população urbana em crescimento, tinha suporte nas análises que propugnavam uma inelasticidade da oferta. A formulação originária dessa tese deve-se a Ruy Miller Paiva, no final dos anos 40, para quem a agricultura paulista não teria respondido aos desafios de incremento de produção, decorrentes dos estímulos fornecidos pela demanda dos países aliados em torno dos Estados Unidos durante a 2ª Guerra Mundial. Esse autor aponta "esta incapacidade de aumentar a produção em resposta a melhorias de preços é a inelasticidade da oferta ... e se São Paulo quiser no futuro consumir a mesma quantidade de alimentos, os preços terão que ser bem mais elevados" (PAIVA, 1949). O rompimento com essa situação, segundo o autor, deveria ser buscado numa profunda mudança nas técnicas de produção, impulsionando a modernização da agricultura, que exigiria condições especiais de crédito e políticas de sustentação de preços.

Com base, também, na tese da inelasticidade da oferta, mas com outra proposta de solução, a luta pela reforma agrária nos anos 60, cuja crítica caracterizava o latifúndio historicamente como agroexportador, pressupunha o rompimento com essa face da agricultura, de maneira a voltá-la para o atendimento do mercado interno. Desse modo, a grande propriedade improdutiva deveria ser quebrada, para que, no tocante à questão agrícola, se conseguisse o "aumento da produtividade e da produção agrícolas, objetivando maiores e mais baratos suprimentos às populações urbanas" (SCHILLING, 1960). As duas faces principais e imbricadas da questão agrícola surgiram, então, claramente na proposição dessa linha de pensamento. A primeira partia da ótica de que o latifúndio era um empecilho ao desenvolvimento capitalista e, com isso, um notório obstáculo à modernização do campo, via progresso técnico. Na segunda, a ociosidade das terras do latifúndio conflita com uma oferta insuficiente de alimentos e outros bens agrícolas, com a agricultura produzindo em volume e preços incompatíveis com as necessidades da população. A característica exportadora do latifúndio contrastava com um mercado interno mal suprido pelos pequenos e médios agricultores, vivendo em áreas marginais sob a pressão da oligarquia.

Nesse contexto, a realidade era entendida apenas com base na crítica ao latifúndio, incorporando no mesmo problema os aspectos agrários e agrícolas. Por isso, o "Documento do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas sobre o Caráter da Reforma Agrária de 1961" dizia textualmente: "É ainda o monopólio da terra o responsável pela baixa produtividade de nossa agricultura, pelo seu alto custo de vida e ...constitui um entrave decisivo ao desenvolvimento nacional"(CNLTA, 1961). Ao contrário dessa visão, a análise de RANGEL (1962) definia claramente essa questão de forma diferente, na medida da em que concebia a questão agrícola como solucionável sem a reforma agrária, pois "a escassez de certos bens agrícolas, suscitando uma anomalia na estrutura de

oferta agrícola,...embora interessante ao problema agrário propriamente dito, define-se como um problema agrícola, susceptível de solução independentemente da mudança da estrutura agrária".

Assim, na opinião de RANGEL(1962), a oferta de bens agrícolas - para satisfazer as necessidades urbanas - não torna inexorável a exigência de uma reforma agrária, uma vez que existem outras opções de intervenção governamental que dispensam o confronto com o poder político do latifúndio. Na sua concepção de programa agrário, propugna por uma ação sobre a oferta de bens agrícolas de suprimento escasso, com a "aplicação conseqüente da política de preços mínimos, organização sistemática do crédito agrícola com apoio na rede já criada de silos e armazéns e expansão dessa rede com o fito de fortalecer o produtor contra a intermediação e de desobstruir os canais de comercialização dos produtos, afastando assim a causa principal das anomalias da estrutura de oferta agrícola".

Ignácio Rangel, já no início dos anos 60, tinha uma consciência exata da problemática da formação de preços na agricultura, formulando-a em termos da dicotomia exportáveis/domésticos. Dizia ele que "a comercialização dos produtos agrícolas no Brasil obedece a dois critérios diferenciados: trata-se de produtos de exportação ou de produtos para o mercado interno. No primeiro caso, vamos encontrar condições estimulantes para a produção, ao passo que no segundo predominam condições depressivas, as quais respondem por uma oferta aleatória e insuficiente, que os ortodoxos estudam como prova do abandono da agricultura, ao passo que os estruturalistas definem como fruto de uma hipotética inelasticidade da oferta agrícola ... nem há tal abandono nem há tal inelasticidade ... tudo depende das condições concretas de comercialização do produto" (RANGEL, 1986).

O período recente foi caracterizado pela realização de um grande conjunto de estudos, cuja linha básica do ponto vista conceitual está calcado na visualização da dicotomia entre desempenhos de grupos de produtos. No bojo das análises do comportamento da produção por parte de um grande conjunto de autores, destaca-se o estudo de BARROS (1979) que analisa a tendência da produção de alimentos (domésticos) em contraponto aos exportáveis em função da política agrícola no Brasil ⁹⁴. Para BARROS (1979), "a análise da política agrícola e das taxas de crescimento, da produção e da produtividade sugere que a agricultura brasileira pode ser, hoje, dividida em dois subsetores: doméstico e exportável. A distinção entre os dois grupos é feita na hipótese de que, no primeiro (produtos domésticos), os preços e as decisões de plantio dependem da demanda local e da política do governo. No grupo exportável, admite-se que, além de fatores locais, o mercado internacional sinaliza e determina de forma importante a alocação e o crescimento da produção. Vale observar que os dois grupos de bens concorrem pelo mesmo mercado de fatores mas têm um peso diverso na estrutura de consumo, no sentido de que os bens domésticos são mais relevantes na composição da cesta de consumo popular do que os bens exportáveis".

Essa abordagem, que ganhou destaque da metade da década de 70, ao final da década de 80 particulariza a crítica à ação governamental, no sentido de que as políticas não corrigem, ao contrário reforçam, o maior dinamismo dos produtos exportáveis, penalizando o abastecimento interno. Por outro lado, a

⁹⁴ O estudo de HOMEM DE MELO (1980) segue a mesma linha de análise de BARROS (1979) e procura demonstrar que a produção agropecuária estaria submetida a uma dupla pressão. De um lado, o problema crescente do balanço de pagamentos define uma prioridade para a exportação; de outro, o inadequado abastecimento interno estaria provocando elevação dos preços dos alimentos, com a piora nos níveis nutricionais da população.

formulação dicotômica exportáveis/domésticos preconiza um reordenamento das prioridades da política para atender à questão agrícola nacional. Um grande conjunto de aspectos fundamentais concorre para as distorções da oferta agrícola, ou é produzido por elas. No plano geral, nota-se que "no agregado o valor das exportações como parcela da produção dobra, passando de cerca de 10% para 20% (1962/76). Claramente o grau atual de abertura ao exterior do setor primário se eleva persistentemente nos últimos anos" (BARROS, 1979). Desse modo, estaria sendo reforçada, e não minimizada, a tendência histórica exportadora da agricultura brasileira. As culturas para exportação, ao concorrerem por fatores, impedem a realocação destes com vistas ao atendimento do mercado interno⁹⁵.

Em decorrência disso, "o setor de produtos domésticos ficou em posição difícil nos últimos anos: os aumentos de preços no mercado internacional e as elevações de produtividade que se seguiram estimularam um aumento de produção ... Com maiores preços e maior nível tecnológico, o setor exportador pode remunerar mais os fatores que utiliza e ampliar efetivamente a produção" (BARROS, 1979). A partir desse diagnóstico, fica claro que apenas uma intervenção estatal no sentido de reorientar os instrumentos de política agrícola, poderia propiciar um processo de inovações tecnológicas na produção de alimentos, incorporando rapidamente uma base técnica que reduzisse os custos de produção para com isso aumentar a rentabilidade com preços cadentes. Era considerada a única alternativa para uma sociedade, cujas restrições ao nível da renda impedem a adoção de uma política de preços remuneradores, embora a de preços mínimos possa ter um papel estratégico na estabilização da renda rural, dada a estrutura de comercialização de alguns produtos básicos, que torna impraticável o simples ajuste pelo mercado.

A reorientação da política governamental faz-se necessária porque "há hoje uma crescente concordância de que a política de crédito agrícola, tal como está formulada, esgotou suas melhores potencialidades. As críticas são geralmente formuladas em três níveis: eficiência, equidade e impactos sobre a política monetária. Ao nível da eficiência, argumenta-se que o crédito não é um instrumento poderoso o suficiente para direcionar os agricultores a atividades específicas ... no plano da equidade, ... o subsídio implícito via crédito se eleva ... e a proporção de agricultores que obtêm crédito formal é pequena ... e as grandes propriedades contratam o grosso dos recursos ... e a forte expansão do crédito agrícola, nos últimos anos, foi muitas vezes associada com a ampliação das pressões inflacionárias recentes" (BARROS, 1979). Tal estudo caracteriza com precisão, portanto, o esgotamento do padrão de financiamento estatal, gestado na metade da década de 60 e que, após ter sido um sustentáculo do processo de consolidação do modelo "americano" com a modernização e industrialização da

⁹⁵ A tradição da agricultura brasileira tem na economia agroexportadora sua mais nítida performance histórica. Desde a empresa agrícola formada como decorrência de uma expansão do sistema mercantil ao nível mundial quando da constituição da agroindústria açucareira nordestina no século XVI ao complexo cafeeiro do século XIX em diante, a opção para realizar suas mercadorias no mercado externo tem sido apresentada como um componente de raiz na economia brasileira (PRADO Jr, 1966 e FURTADO, 1972). Pode-se mesmo dizer que a industrialização não alterou significativamente esse desempenho, ao aduzir-se que em São Paulo, principal região industrial brasileira e também mais importante centro exportador nacional, a participação do "complexo agroindustrial" nas exportações foi maior que 30% no período 1983-85 (MONTAGNER, 1987), índices que foram crescentes no final da década de oitenta com a crise da indústria tradicional, sendo que os principais produtos da pauta de exportação são café, açúcar, soja e derivados e cítricos. Assim de agroexportador o Brasil se transformou em agroindustrial-exportador, um dos New Agricultural Countries (NACs) na designação atual desse grupo de países exportadores de agricultura moderna e "competitiva" internacionalmente.

agricultura, estava sendo colocado em xeque inclusive na sua face agrícola, o crédito rural subsidiado.

Nesse sentido a análise de BARROS(1979), realizada no final do período áureo da modernização agrícola via crédito subsidiado, mostra claramente os efeitos diferenciados para os dois conjuntos de produtos, propugnando a partir daí, por uma alteração na formulação da política, com o intuito de redefinir o uso dos instrumentos para superar os problemas detectados. Transposta para a questão tecnológica, essa visão dicotômica produz um perfil semelhante. Ao analisar a evolução do rendimento agrícola, PASTORE et al. (1976) mostram que a produtividade da pesquisa agrícola é reduzida ou nula para os produtos domésticos (arroz, feijão e milho), caracterizando o privilégio para os exportáveis (algodão, café, cana para indústria). Isso porque os investimentos em pesquisa são direcionados para os exportáveis em contraposição a um menor volume para os domésticos. Assim, "a análise empreendida sugere uma ação diferenciada na condução da política de pesquisa" (PASTORE et al., 1976). Diante desse quadro do final da década de 70, GRAZIANO NETO (1982) afirma que ele é produto do "relativo abandono das culturas alimentares pela pesquisa agrônômica, que sempre se voltou mais ao estudo dos gêneros de exportação ... uma segunda restrição está na comercialização dos alimentos muito mais insegura e problemática...".

Dessa forma, no geral, é fundamental uma ação governamental para que a política agrícola deixe de atender somente às condições de equilíbrio de curto prazo (BARROS, 1979), pois "os mecanismos automáticos do mercado são insuficientes para induzir um processo de modernização tecnológica" (PASTORE et al., 1976). No final da década de 70, a complicação adicional para o problema da produção de alimentos era a opção pela produção de combustível a partir da cana para indústria, com o álcool passando a ser utilizado em parcela expressiva da frota de veículos nacionais. Assim, ao lado da questão alimentar já crítica, tem-se o problema de identificar "quais serão os impactos do programa sobre a produção de alimentos e seus preços" (BARROS, 1982).

Também sustentado nessa dicotomia em termos do progresso tecnológico, GEBARA (1982) estuda a produtividade da agricultura paulista para sua análise dos salários rurais. Divide os grupos em exportáveis e domésticos, mensurando as produtividades da terra e da relação área/homem como componentes da produtividade do trabalho, para demonstrar que o aumento da relação área/homem foi mais acentuado que o da produtividade da terra -, o que daria sustentação à visão de que a opção poupadora de mão-de-obra prevaleceu no processo de modernização da economia paulista. No caso dos produtos exportáveis, esses índices seriam substancialmente maiores do que para os produtos domésticos como resultado da prioridade definida nas políticas públicas.

A década de 80 marca uma reviravolta na política agrícola brasileira, frente a uma participação menor do crédito oficial a juros diferenciados (não mais a taxas negativas) para o custeio da safra, embora a garantia do volume de recursos tenha sido um ponto nevrálgico para a safra de grãos. A agricultura cresceu e, portanto, evoluiu na contramão da crise crônica da economia brasileira, que perpassou toda a década com um crescimento praticamente nulo da renda nacional. GASQUES & VILLA VERDE (1990) mostram que a agricultura cresceu a altas taxas nos anos 80, tendo como base um elevado crescimento do rendimento agrícola fruto da consolidação do processo de modernização e de mudanças na composição da produção. O mesmo sentido de eficiência é detectado por DIAS(1988), para quem a agropecuária, ao racionalizar a produção a produtivida-

des crescentes, contribuiu positivamente para o ajuste econômico. O processo de elevação da produtividade foi generalizado, não associado a uma determinada cultura e não alavancado pela dicotomia exportáveis/domésticos, dada a participação estável do valor exportado no total do valor da produção agropecuária⁹⁶. É importante realçar que tal crescimento, conforme mostram GASQUES & VILLA VERDE (1990), se verificou a preços reais decrescentes, fato possível dada a queda superior nos custos operacionais de produção, que produziu margens de remuneração elevadas para a maioria dos produtos, resultado da política de preços mínimos. DIAS (1988) diz que "essa é uma representação de um sistema que está respondendo ao processo de ajustamento com métodos de racionalização da produção, produtividade crescente e, por fim, competitividade nos mercados internacionais".

Dessa performance, calcada na produtividade da terra, que "torna-se quase a única fonte responsável pelo crescimento", e no fato indicativo "de ser esse um processo generalizado e não especificamente associado a uma inovação tecnológica em determinada cultura" (DIAS, 1988) muitos deduziram que a questão agrícola estaria resolvida, na medida em que se tivesse uma produção satisfatória de alimentos a preços cadentes. A manutenção de um fluxo exportador a preços cadentes também mostra avanço da competitividade setorial e uma capacidade de aumento substancial do volume físico destinado ao mercado externo, para propiciar uma participação do valor exportado no valor total da produção agrícola estável (DIAS, 1988).

Poder-se-ia, contudo, argumentar que isso, na verdade, seria outra face da opção externa da agricultura, dado que, devido a vários subsídios à exportação - pontos cruciais da estratégia de política comercial executada para obter *megasuperávits* e reduzir o constrangimento externo -, se teria na verdade uma apropriação externa do esforço de aumento da oferta agrícola em bases modernas. No entanto, além dos empregos gerados internamente e dos fluxos de renda derivados da realização da produção, a conquista de supersafras denota a existência de uma capacidade de solução para a fome, que, agora claramente, é um problema de demanda, de distribuição de renda para permitir a uma ampla camada de excluídos a incorporação ao mercado de consumo de alimentos essenciais de que estão alijados.

O equacionamento do problema da oferta a preços cadentes mostra que a análise de Ignácio Rangel, nos anos 60, estava plenamente enraizada na realidade, ao estabelecer as diferenças no processo formador de preços como explicativo à dicotomia entre exportáveis e domésticos. Dizia ele que, "quando se criam condições propícias para a produção de bens destinados ao mercado interno, a agricultura reage prontamente, mostrando que a pretensa inelasticidade da oferta é puro

⁹⁶ O estudo de HOMEM DE MELLO (1992a) vem na contramão dessa perspectiva otimista ao aduzir que, principalmente na segunda metade dos anos oitenta, a situação da agropecuária não foi tão favorável. Para esse autor, a agropecuária esteve sempre abaixo do seu potencial de crescimento pela estratégia de substituição de importações, envolvendo exagerado protecionismo em determinados seguimentos. A crise recente (pós 1986) é caracterizada pela perda de renda, descapitalização e endividamento resultante do desequilíbrio macroeconômico advindo da aceleração do processo inflacionário. A produção de alimentos, inseridos nos produtos domésticos, entra em crise nos anos oitenta, pois a produtividade per cápita ficou sempre abaixo de 1985 em função dos baixos níveis de produção física. O autor acredita que a opção liberal, inaugurada no ano de 1990, permitirá à agropecuária desvencilhar-se dos fatores prejudiciais do protecionismo estatal e revelar toda sua notoriedade de crescimento. Foi exatamente nesse período que GRAZIANO DA SILVA (1992) detectou um "arrefecimento do processo de modernização"; mesmo sem concordar com o diagnóstico de que o problema é de exagero no protecionismo estatal, mas com explicação ligada ao esgotamento do mecanismo até então impulsionador do progresso técnico.

mito"⁹⁷. Rangel aponta o mecanismo de comercialização de produtos agrícolas para o mercado interno como um dos gargalos do problema do abastecimento, pois, "manipulando os preços ao produtor e submetendo este último a condições erráticas de comercialização, o oligopsônio-oligopólio deprime e desorganiza continuamente a produção, tornando-a escassa e apoiado na escassez ... aproveita-se da inelasticidade da demanda ... para impor preços extorsivos" (RANGEL, 1986).

O próprio Rangel já apontava a direção das políticas agrícolas para vencer esse impasse: "o principal instrumento a ser usado para esse fim será o oferecimento eficaz de preços mínimos ao produtor agrícola". Outra constatação que teria impacto decisivo na resolução da problemática alimentar, diz respeito à estrutura de mercado, que ao mudar corrige a anomalia da intermediação: "O aparecimento das formas capitalistas modernas de comercialização de produtos agrícolas assume basicamente duas maneiras: ou são os grandes produtores agrícolas e pecuários que se organizam para chegar diretamente com seu produto ao consumidor, ou são os grandes distribuidores que se organizam e se aproximam das fontes. Nos dois casos, portanto, manifesta-se uma tendência à integração vertical" (RANGEL, 1986).

A presença do grande capital produtivo na organização da produção não só funciona como poderosa orquestração de interesses para a formulação de políticas públicas específicas, beneficiando o segmento (GRAZIANO DA SILVA, 1991), como também conforma estruturas de mercados oligopólicas, que permitem maior estabilidade aos preços. Ao mesmo tempo, essas organizações funcionam como instrumentos de intervenção governamental, ao assumirem compromissos para obter determinada conquista setorial - compromissos esses cujo cumprimento passam a exigir de seus associados, para afiançar sua credibilidade junto ao Governo. De outro lado essas estruturas funcionam como indutoras do progresso tecnológico e, com isso, da produtividade da terra e do trabalho. Noutro ângulo, na ponta do mesmo fluxo de produtos, a constituição de poderosos oligopólios de distribuição, representados pelos supermercados e hipermercados, com rentabilidade calcada na rotação de estoques, contrabalança o poder dos oligopólios de produção agrícola na fixação dos preços.

Portanto, as políticas públicas têm que estar atentas a essa nova realidade da agricultura, pois seus vários instrumentos de intervenção produzirão resultados distintos para as várias particularidades de culturas, regiões e tipos de agricultores. Para tanto, é fundamental ter em conta a dicotomia integrados/não-integrados com suas variantes localizadas. O importante a esclarecer é que, superada a dicotomia clássica entre exportáveis e domésticos, tem-se um movimento de integração global, incluindo as formações de preços internas e externas, intrinsecamente ligado à organização da produção. Daí resulta abranger produtos, como hortícolas e laticínios, que, se não têm processamento industrial, estão ligados a poderosas estruturas de capital centralizado em grandes conglomerados cooperativos (ou às *tradings companies*), atuantes no mercado

⁹⁷ Essa sua tese, de que a oferta agrícola responde a preços, foi mais tarde corroborada por PASTORE (1968). A análise de PASTORE (1968) daria base empírica à postulação rangeliana ao mostrar que a oferta agrícola responde fundamentalmente a preços, num amplo estudo avocando a questão em diversas realidades regionais brasileiras. É importante ressaltar que a formulação de PASTORE (1968) traz embutido o pressuposto de que o mercado é pletor do equilíbrio e que, portanto, por meio de seu funcionamento o objetivo de solução do problema alimentar poderia ser alcançado. Nesse aspecto, essa análise difere de Ignácio Rangel para quem as condições estimuladoras do mercado não emergiriam naturalmente, pois o mesmo não é neutro e, por essa razão, seria preciso construir para os produtos alimentares as mesmas condições construídas para os exportáveis pelas políticas públicas.

interno e externo.

A década de 80 marcaria o surgimento de uma nova dicotomia para explicar o movimento conjunto da agropecuária brasileira. A formação de cadeias produtivas para grande número de produtores e o avanço da agroindústria processadora, das *tradings companies* e das cooperativas dentro do processo de integração vertical, permitem claramente definir dois grupos de produtores: os integrados e os não integrados. Ao nível do processo produtivo, isso está associado tanto à dinâmica do progresso técnico (GONÇALVES, 1990a) quanto da oferta agrícola (MARTIN et al., 1992). Em ambos, os integrados têm desempenhos superiores aos não-integrados. Num outro recorte analítico, GRAZIANO DA SILVA (1993) afirma que a agropecuária seria “segmentada não mais em grandes e pequenos produtores, mas sim em integrados ou não-integrados aos CAIs ... Os produtores não-integrados, possuam eles grandes ou pequenas extensões de terras, estarão condenados a atividades marginais...”.

A análise da evolução do rendimento médio do feijão no Sudoeste do Estado de São Paulo também vem reforçar esse argumento. Nessa realidade, é detectada uma elevada disparidade tecnológica, que é refletida numa elevada amplitude de variação do rendimento agrícola, de 300 a 2.000 Kg/ha, estando a média regional associada à prevalência do baixo rendimento obtido por agricultores submetidos ao capital comercial tradicional, enquanto que os elevados rendimentos são obtidos por agricultores associados às cooperativas (GONÇALVES, 1993a). A integração, tanto vertical quanto horizontal, reduz os custos de comercialização, permitindo que preços cadentes ao nível do varejo sejam estabelecidos numa situação de maior rentabilidade da produção. Portanto, a irradiação da estrutura moderna de comercialização e de políticas públicas de preços mínimos a todo o conjunto da produção equalizaria a então realidade dicotômica entre domésticos e exportáveis. RANGEL(1986) tinha isso claro, ao aludir que os recursos destinados ao então setor exportador, "se aplicados à produção para o mercado interno, regularizariam facilmente o abastecimento".

Feito isso, a questão agrícola estaria resolvida na sua plenitude? Ou estaria apenas equacionada a sua dimensão representada pela oferta, deixando de lado seu componente demanda? Afinal, demanda por alimentos não pode ser concebida apenas como um elemento da manifestação da preferência do consumidor no equilíbrio da tesoura marshalliana de preços. Tendo em conta a população como um todo, nota-se claramente que essa "demanda do mercado" reflete apenas quem tem renda nominal para participar desse mercado como consumidor. E, ao se atentar para esse consumidor genérico, será possível compreender que existe uma profunda diferenciação entre eles, não captada pela existência de gostos e preferências diferenciados. Mesmo quando se tem em mente a mesma cesta de produtos para obter igual satisfação, a alguns não é permitido escolhê-la e, numa sociedade de grande exclusão social como a brasileira, esse contingente é elevado, o que define um perfil de demanda enormemente desigual para as várias faixas de renda.

1.2 - Questão dos preços da agricultura e custo de vida urbano: maior oferta a preços menores

A análise dos preços relativos da agricultura tem propiciado um debate persistente desde o final do século passado e, quase sempre, tem privilegiado a condenação da estrutura de comercialização, onde a presença dos intermediários redundaria em penalização tanto dos agropecuaristas quanto dos consumidores.

Em 1.860, no final do Império, SOARES (1977) discutindo a carestia dos gêneros alimentícios, destacava as ações dos atravessadores (atacadistas) como fonte do problema. As discussões parlamentares sobre a questão do abastecimento desde a década de 10 deste século, procurando enfocar os elevados preços pagos pelos cidadãos urbanos por produtos agropecuários, insistentemente tocam no mesmo ponto (LINHARES & SILVA, 1979). Essas análises preocupando-se fundamentalmente com os efeitos urbanos das práticas de comercialização agropecuária, destacam o papel de oligopsônio e de oligopólio que a intermediação exerce no fluxo produção/consumo de produtos da agricultura.

Nos anos 40, aparecem análises que tratam da questão com a mesma perspectiva, mas privilegiando os efeitos da intermediação sobre os preços recebidos pelos agricultores. PAIVA (1949), discutindo a questão dos preços, com vistas a uma política de garantia de valores estáveis e remuneradores à agricultura, destaca, entre outros aspectos, o problema da intermediação. Segundo ele o comércio de produtos agropecuários "caracteriza-se pela situação monopólica de que gozam os intermediários, pela pobreza de recursos e de técnica e, talvez, ainda, pela falta de moralidade com que é exercido... O inconveniente desse sistema se faz sentir quando os intermediários se põem de acordo para dividir o mercado. Nesse caso, eles deixam de competir entre si e podem aumentar a margem a cobrar pelos seus serviços em detrimento dos preços pagos aos lavradores... Tais condições de mercado não estimulam o uso de práticas honestas e eficientes de negócio. Os negociantes não precisam esforçar-se para manter os fregueses. Além disso, sendo a diferença de preço muito grande e variável entre as cotações dos atacadistas e as dos produtores, não há estímulo para que os comerciantes comprem e paguem de acordo com a classificação dos produtos. Os intermediários preferem pagar um único preço, referente à qualidade média do produto, a se dar ao trabalho de classificá-lo e pagá-lo de acordo com a qualidade de cada lote do produto" (PAIVA, 1949).

Essa característica de atuação do capital comercial tradicional, que exercia a coordenação do fluxo produção/consumo de produtos da agricultura, estava na origem da instabilidade dos preços e das margens elevadas de comercialização praticadas. Na metade da década de 50, o relatório Klein e Saks mostrava: "o que mais impressionava ao observador era a ação dos intermediários controlando de forma monopolista todo o processo produtivo. Era, porém, na esfera da circulação que conseguiam extorquir os maiores ganhos. Os pequenos agricultores ficavam inteiramente à mercê desses açambarcadores, que chegavam, alguns, a exigir daqueles a última gota de suor, não dando às vítimas outra alternativa senão a de venderem o seu produto a preços por eles estipulados" (BRASIL, 1954). Esse obstáculo de comercialização provocaria a presença de preços desestimuladores, que redundariam em problemas de produção, ao mesmo tempo em que mantinham elevados os preços ao consumidor com pressões sobre o custo de vida.

Essa forma de atuação da intermediação de produtos da agricultura persistiu e pode ser detectada no início dos anos 60, quando Ignácio Rangel também aponta o mecanismo de comercialização de produtos agrícolas para o mercado interno como um dos gargalos do problema do abastecimento: "Manipulando os preços ao produtor e submetendo este último a condições erráticas de comercialização, o oligopsônio-oligopólio deprime e desorganiza continuamente a produção, tornando-a escassa e apoiado na escassez... aproveita-se da inelasticidade da demanda ... para impor preços extorsivos" (RANGEL, 1986). Para esse Ignácio Rangel, a modernização do sistema de

comercialização com a transformação da estrutura de intermediação, seria o caminho para a superação dos problemas das pressões sobre o custo de vida. A questão dos preços dos produtos de alimentação era, portanto, uma preocupação presente para os analistas, dado seu papel para o processo de desenvolvimento e a questão social inerente.

As décadas de 70 e 80 presenciaram uma transformação da estrutura produtiva e de comercialização com o advento das agroindústrias, das cooperativas e das *tradings companies* (modernas estruturas do capital comercial). Os principais produtos da agricultura brasileira - numa importante mudança da estrutura de produção e consumo -, passaram a receber processamento com transformações agroindustriais e, quando não de beneficiamento, para o caso dos consumidos *in natura*. As agroindústrias processadoras, de propriedade de sociedades anônimas ou de cooperativas, assumiram a liderança na determinação da dinâmica dentro das principais cadeias produtivas e, com isso, ensejaram a articulação, sob sua égide, das distintas ordens de interesses. Estão elas presentes nos complexos sucroalcooleiro, de óleos vegetais, de sucos cítricos e outras frutas, de têxteis, de arroz, de produtos animais (carnes, ovos e lácteos), etc. Menos expressivas e de atuação menos diferenciada em relação ao capital comercial é a presença de cooperativas e de *tradings companies* nos segmentos de frutas e olerícolas frescas, em que o Brasil ainda não constituiu as modernas estruturas de produção e logística, encontradas, tanto nos países líderes das transações internacionais, como nas nações produtoras de frutas frescas (GONÇALVES et al., 1995). Mesmo o capital comercial tradicional, nos mercados em que ainda predomina como o de feijão, passou por intenso processo de concentração e modernização, embora não tenha mudado sua prática fundamental de agente de especulação (GONÇALVES & SOUZA, 1993). A comercialização de produtos da agricultura brasileira, ainda que persistam certas estruturas atrasadas, sofreu intensa modernização nas últimas décadas, em especial no período posterior a 1970⁹⁸.

O surgimento dos supermercados, e mais recentemente dos hipermercados, de certa maneira atenuou a capacidade de fazer preços dos intermediários de produtos da agricultura. Como se trata de estruturas oligopólicas, com enorme capacidade de atingir amplas camadas da população, esses modernos equipamentos varejistas suplantaram a estrutura retalhista tradicional, com políticas de diversificação das vendas e elevada rotação de capital. Transacionando com grandes quantidades, os supermercados obtêm ganhos expressivos, tanto na escala dos negócios, como em sua capacidade de colocação de produtos, com reduzido tempo de estoque. Essa estrutura de serviços ampliou progressivamente sua participação na distribuição final de produtos da agricultura, atingindo posição cada vez mais expressiva até mesmo no segmento de produtos frescos, como carnes, ovos, frutas e olerícolas (CYRILLO, 1986). Construiu também, estruturas próprias de beneficiamento e processamento - numa integração vertical para traz (como a construção de *packing-houses* para frutas e olerícolas frescas e mesmo agroindústrias), ou adquirindo sob contrato produções integrais de plantas agroindustriais (contrato de produção ou de arrendamento da capacidade instalada-*toll processing*). Além

⁹⁸ Essas transformações, não eliminaram os conflitos dentro das cadeias produtivas; - nesses embates os agropecuaristas, em especial os pequenos e médios desorganizados têm levado a pior. Exemplo pode ser encontrado nos produtores de cana para indústria, de citros para sucos e de algodão entre outras. Esses conflitos acirram da concentração da terra e de renda pois acabam por excluir os de menor poder de barganha.

disso, as grandes redes de supermercados, montaram poderosas centrais de compra, contrarrestando o poder dos atacadistas e das agroindústrias, pela posição estratégica que ocupam junto ao consumidor.

Entretanto, mesmo com essas transformações, o problema alimentar não havia sido solucionado no final dos anos 80, com analistas persistindo na condenação do setor atacadista de produtos da agricultura, como fazem VIEIRA & TEIXEIRA F.º (1989): "O setor atacadista de produtos agrícolas, é constituído por poderosos oligopólios, que manipulam a oferta e criam artificialmente a escassez. Suscitam altas de preços, as quais, por sua vez, afetam o índice de preços". Com a crise econômica aprofundando-se numa realidade de inflação crescente, a problemática estrutural resultante do aprofundamento da heterogeneidade no plano produtivo e das desigualdades sociais, trouxe para o primeiro plano a questão alimentar. Duas visões sobre esse problema têm-se confundido ao longo dos anos: a de que se trata de um **problema de oferta**, que, sendo escassa, mantém patamares elevados de preços, o que impedirá o acesso da população de baixa renda aos alimentos, e a que enfoca a questão pela **ótica da demanda** que, sendo produto de uma desigualdade extrema, simplesmente exclui do mercado parcela relevante da população que não tem renda para poder consumir. Em outras palavras, no jargão neoclássico, a oferta escassa afasta, pela elevação do custo da cesta, as curvas de indiferença da origem, de maneira que a reta orçamentária do indivíduo de baixa renda tangencia curvas de graus inferiores de satisfação. Ou, o que dá no mesmo, a reta orçamentária é tão próxima da origem que tangencia curvas de indiferença de utilidade reduzida.

O debate dessa questão do custo de vida, numa economia de inflação crescente como a brasileira nas décadas de 70 e de 80, tem reproduzido uma mistura de argumentos, que mais tem confundido que esclarecido o problema. De qualquer maneira, trata-se de posição estratégica desempenhada pelo abastecimento alimentar para a sociedade. CAMPINO et al. (1975) destacam a gravidade do problema nutricional da população, associando-a com as desigualdades de renda. Afirmam que "a melhoria no nível de renda da parcela menos favorecida da população, quer via aumento do produto, quer via uma política de redistribuição, requer um lapso de tempo relativamente longo. Todavia, as medidas factíveis a curto prazo,... , podem ter repercussões altamente favoráveis do ponto de vista nutricional ..."

GONÇALVES (1982), ao comparar os produtos básicos - arroz, feijão e trigo - no período 1968-78, mostra que o consumo de feijão e arroz caiu e que os seus preços reais tiveram significativo aumento, enquanto o consumo de trigo aumentou, em função do subsídio ao produto. O estudo da FGV (1979) afirmava que, "se é imperioso eliminar o subsídio do trigo por seus efeitos distorcivos, é também imperioso pelo mesmo motivo, eliminar os subsídios às exportações industriais e todos os tipos que vicejam na economia brasileira. A importância que o consumo de pão e massas alimentícias assumiu para as populações de renda mais baixa recomenda, ao menos no caso do trigo, que a retirada dos subsídios obedeça a maiores cautelas".

A discussão do problema dos preços dos alimentos em toda a década de 70 foi marcada pela persistência da explicação do fato como um problema de oferta. As razões estariam associadas à dicotomia exportáveis/domésticos. O estudo de HOMEM DE MELLO (1982a) é um trabalho clássico dessa abordagem. Para ele, a oferta de calorias e proteínas foi crescente até 1970/72, principalmente feijão e mandioca. Em contrapartida, privilegiou-se as exportações e a opção energética do álcool de cana, com ofertas crescentes. Dentro de um contexto geral,

por-tanto, os preços elevados dos alimentos internamente estariam associados à opção política de privilegiamento de determinados produtos que têm demanda externa.

A análise da questão alimentar mostra, segundo HOMEM DE MELLO (1982b), que as "famílias das classes de despesa de menores rendas enfrentavam os maiores aumentos e, portanto, foram as mais afetadas pelas transformações ocorridas em nossa agricultura (menos alimentos e mais exportáveis). Por exemplo, no Nordeste, comparando-se os aumentos em alimentação, durante 1967/79, para as famílias nas classes de menor e maior despesa, constatou-se que o aumento foi de 32,9% maior para a primeira. Semelhantemente, para a região Sul e Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o mesmo ocorreu, mas a taxas menores, de 8,7%, 10% e 12,7% respectivamente. Certamente, esses resultados podem mesmo, até agravar aqueles obtidos em termos de renda nominal, através dos censos de 1970 e 1980, no sentido de mais prejudicar as famílias de menores rendas".

A dicotomia entre exportáveis e domésticos era, portanto, a tônica das explicações para a problemática alimentar e dos preços da agricultura em geral na década de 70. Os custos estavam plenamente controlados pelos subsídios ao crédito e, desse modo, se teria um problema de oferta face à diferenciação dada pelas políticas públicas aos distintos conjuntos de produtos. Não se trata, contudo, de uma restrição afeta à inelasticidade da oferta (pois todos concebiam a produção agropecuária como capaz de responder a preços), mas à intervenção estatal, que forjava distorções na composição da produção. Dentro dessa ótica, a atuação no interior do Aparelho do Estado, repriorizando a utilização dos instrumentos, seria capaz de solucionar a questão.

O estudo de SZMRECSANYI (1983) caracteriza bem esse tipo de abordagem ao aduzir que no período 1967-79, não obstante o recuo absoluto do algodão e do café, e o relativo da cana, verifica-se que a produção dos exportáveis e industrializáveis (algodão, café, cana, laranja, soja e trigo) cresceu muito mais de-pressa do que a dos alimentos simples (arroz, banana, batata, feijão, mandioca e milho), sendo que alguns recuaram em termos absolutos (banana, feijão e mandioca). Em função disso, "os preços de todos esses alimentos simples aumentaram acentuadamente no período em pauta, onerando os consumidores em geral e mais especificamente os de menor poder aquisitivo... tais aumentos não chegaram a beneficiar os produtores de alimentos nem suscitaram um aumento da produção".

A década de 80 inverteria a perspectiva do debate. As mudanças da política agrícola e as seguidas supersafras reordenaram as análises da questão dos preços relativos da agricultura, ainda enfocados na maioria dos estudos como uma questão de oferta, embora tenha surgido elementos estruturais fortalecendo a argumentação de que se trata de um problema do lado da demanda. Aliás, essa formulação pode ser encontrada na análise de FURTADO (1972), que, ao criticar os teóricos do modelo clássico de desenvolvimento agrícola das economias capitalistas, "mostra que o mesmo baseia-se na hipótese de que o crescimento da demanda de excedentes agrícolas e forte absorção de mão-de-obra rural, são dois processos que ocorrem paralelamente". Contudo argumentaria o autor, "o caso brasileiro diverge duplamente desse modelo", tem-se salários rurais baixos pela concentração da propriedade da terra e salários urbanos deprimidos face ao êxodo rural. E, como "estes determinam a evolução da demanda de produtos agrícolas, tampouco por este lado surgem possibilidades de ruptura do impasse atual".

O debate a respeito dos preços relativos da agricultura segue, em muitos casos, tratando o problema como se fosse de oferta. A análise de VEIGA (1990)

procura demonstrar que os preços dos alimentos evoluíram em ritmo mais acentuado que o da inflação, sendo que esta tendência, já manifestada na década de 70, é acirrada nos anos 80. A razão básica é que tendo sido incrementado o uso de insumos industriais na produção de alimentos sem uma contrapartida de maiores rendimentos e, tendo os preços desses insumos se configurado como crescentes, essa pressão de custos elevou os preços ao consumidor. Dessa forma, o problema deriva de estrangulamentos do lado da oferta.

Outra abordagem, focalizando a oferta no contexto do processo de comercialização, também corrobora a tese do desempenho altista dos preços dos alimentos. A análise do processo de comercialização, no esquema formulado por BARROS (1989), propõe a margem total como mensuradora da eficiência do sistema de comercialização. Nessa ótica, à medida em que o sistema evolui, tem-se crescente integração vertical e horizontal que, reduzindo o problema da dispersão típico da produção e consumo de produtos agrícolas, leva à redução da margem total. Desse modo, ao se incrementar a incorporação das utilidades de posse, tempo (armazenagem), lugar (transporte) e forma (processamento/beneficiamento), háverá ganhos com a diminuição dos custos de comercialização, mensurados pela margem total de comercialização.

A essa concepção procura contrapor-se a análise de MALUF (1992) que, centrando sua crítica no problema da comercialização, elenca elementos que negam essa perspectiva. A incorporação ao consumo de alimentos mais elaborados e, por conseguinte, de mais elevado valor agregado - tendo a formação de seus preços se moldado a estruturas de mercado oligopolistas -, está na raiz da pressão altista dos preços dos alimentos. Para MALUF (1992), "os ganhos de eficiência, por escala e outros, não foram transferidos aos preços dos alimentos. Ao contrário, também a formação dos preços no varejo viu-se subordinada à condição hegemônica dos supermercados na distribuição da maioria dos alimentos para todos os seguimentos da população".

Perspectiva oposta apresenta o artigo de BRANDIMARTE (1993), para quem os preços dos produtos agrícolas reduziram-se à metade em termos reais nos últimos dez anos e, com isso amorteceram o achatamento salarial. A cesta básica cresceu abaixo do custo de vida (-55,8%) e a situação só não é mais favorável em razão do salário mínimo ter tido uma defasagem de 58,8% em relação ao custo de vida; assim, os preços dos alimentos teriam crescido 7% mais que os salários. A queda dos preços dos produtos agropecuários ocorreu num período de custos financeiros ascendentes em razão da retirada do subsídio ao crédito rural. O ajuste fez-se pela racionalização do uso de insumos e o aumento da produtividade, além da queda dos preços dos principais insumos industriais. Para BRANDIMARTE (1993), houve também uma transmissão desses preços para o consumidor pela mudança no perfil da rede varejista, em que emergiram os supermercados, com margens reduzidas para os produtos básicos, de forma a atrair consumidores.

A análise dos preços relativos da agricultura ao nível do agricultor tem sido marcada pela constante alusão à descapitalização da agropecuária em vista dos preços cadentes na década de 80. HOMEM DE MELLO (1992a) caracteriza a crise agrícola posterior a 1986 como fruto da perda de renda, com descapitalização e endividamento do agricultor como resultado da aceleração da inflação. Para o autor, dentre os fatores de desequilíbrio macroeconômico que prejudicaram a agropecuária está o fato de que os preços da agricultura não acompanharam os preços industriais, em função dos preços reais recebidos, no período 1986-91, terem se reduzido em 50,9%, e as relações de trocas, também

caído 37,9%.

A problemática dos impactos da inflação sobre a agricultura também é vista por RESENDE (1990) que, numa linha bastante próxima à de HOMEM DE MELLO (1992a), caracteriza relação inversa entre inflação e preços da agricultura, para concluir: "O contexto macroeconômico instável levou ao aumento brutal do risco da agricultura. Isso resultou não apenas do aumento das instabilidades dos preços agrícolas mas, sobretudo, da inviabilização das políticas setoriais que vinham operando, com resultados positivos desde o início da década: as políticas de preços mínimos e de crédito" Essa formulação vem fazer coro com a concepção de que estaria ocorrendo um drástico processo de descapitalização a partir da metade da década de 80, com efeitos perversos na estrutura produtiva.

Várias análises encaram esse desempenho de outro ângulo, chegando a conclusões bastante diferentes. O trabalho de GASQUES & VILA VERDE (1990) mostra que o crescimento da agropecuária nos anos 80 deu-se a preços reais decrescentes, fato só possível - na opinião dos autores -, em razão de que os custos de produção terem se reduzido em níveis mais elevados que os preços, propiciando um aumento da rentabilidade. Esse comportamento dos custos de produção respondeu a uma tendência de queda dos preços reais dos insumos industriais nos anos 80, caracterizada por HOMEM DE MELLO (1992b). A queda nos preços dos insumos industriais produz relações de trocas favoráveis ao agropecuarista e contradiz a afirmação de artigo do próprio autor, quando enfoca a descapitalização do setor (HOMEM DE MELLO, 1992a).

A avaliação de DIAS (1988) tem um indicador importante para a discussão dos preços relativos da agricultura pois - ao mostrar que as exportações foram realizadas a preços cadentes e que na década de 80 a participação do valor exportado no total do valor da produção agropecuária era estável face aos constantes aumentos do volume físico -, caracteriza um processo de ajustamento, cuja pressão dos preços internacionais em queda obrigou a agropecuária a racionalizar e enfrentar preços recebidos menores. Essa conjuntura demonstra um profundo ganho de eficiência setorial e uma enorme capacidade de resposta aos obstáculos interpostos pela crise econômica. A mesma tendência de queda dos preços das "commodities" a partir de 1985, exigindo um crescimento do volume físico para elevar o saldo da balança comercial brasileira visando suprir os estrangulamentos externos, é captada pelo trabalho de DELGADO (1988).

De qualquer modo, o comportamento dos preços dos produtos da agricultura demonstra o efeito das transformações ocorridas em vários aspectos durante as últimas décadas: a) Na comercialização, com a profunda mudança qualitativa nos canais - devido à expansão da agroindústria processadora, das cooperativas e das "tradings companies" -, que produziu substancial aumento de eficiência nos segmentos de processamento, beneficiamento, armazenagem e transporte, bem como em toda a logística setorial; b) Na própria produção, com crescentes produtividades da terra e do trabalho, além de melhorias de qualidade do produto no tocante ao rendimento industrial e à redução de perdas; e c) finalmente, na distribuição varejista com ganho em eficiência por meio dos modernos hipermercados e hipermercados que, elevando a velocidade de escoamento, aumentaram a escala das transações e reduziram os custos fixos e perdas.

Dessa maneira, notadamente no período 1985-95, o que se nota é uma queda persistente dos preços agrícolas em todos os níveis. Os verdadeiros impactos desse movimento, no tocante à descapitalização dos agricultores e, principalmente, na renda dos consumidores, ainda estão por serem

convenientemente dimensionados. Como diz com propriedade GRAZIANO DA SILVA (1993), "na verdade o consumidor com salário defasado pode não ter se dado conta, mas os alimentos hoje custam bem menos que uma década atrás. Os preços reais dos produtos agrícolas caíram, transferindo renda do campo para a cidade e atenuando o impacto da perda do poder aquisitivo dos salários". O desemprego crescente também colocaria à margem do consumo parcela relevante da população, ao mesmo tempo em que a inflação elevada, ao corroer o poder de compra dos salários, penalizava mais duramente as categorias de menor renda, desprotegidas da inflação.

A estabilização da economia, a partir de 1994, mostra bem esse efeito, pois o processo inflacionário gera impactos mais duros sobre as camadas mais pobres da população, em especial as de salários mais baixos. Sem ter tido acesso aos mecanismos protetores do poder de compra, por meio de aplicações financeiras, essa população via seus rendimentos serem inexoravelmente consumidos a cada dia pela rotina dos aumentos de preços, em níveis e velocidades cada vez mais elevadas. E com isso, as camadas de renda mais baixa alimentavam-se precariamente. O Plano Real estancou essa sangria dos salários mais baixos, possibilitando, portanto, um incremento nos níveis nutricionais com a aquisição de maiores quantidades de alimentos e diversificação da cesta básica, registrando-se maior consumo de frutas, entre outros produtos (GONÇALVES & PEREZ, 1996). Desse modo, a manutenção dos preços dos produtos essenciais revela que a face mais dramática da realidade brasileira atual está do lado da renda e não dos preços. **A própria modernização das estruturas de comercialização ainda atrasadas depende de mudança na distribuição de renda que reduza a disparidade entre a demanda efetiva e a demanda potencial, tanto em quantidade quanto em qualidade.**

A questão da exigüidade do mercado interno ressurgiu como elemento importante para o desenvolvimento, tanto da agricultura, como de toda economia. Trata-se da necessidade de alargar a base de consumo, incorporando a parcela expressiva da população cuja renda a coloca à margem do mercado, bem como ampliar o nível de consumo de outros segmentos que apenas precariamente acessam ao consumo. O mercado brasileiro, como decorrência da desigualdade distributiva, caracteriza-se pelos níveis ínfimos de consumo e, por isso mesmo, detém grande potencialidade de crescimento, por mecanismos distributivos de renda. "O fato de estar hoje atrás de outros parceiros latino-americanos no que diz respeito à qualidade de vida de seus cidadãos, medida pelo acesso aos bens de consumo, torna o Brasil o país com maior potencial para a expansão deste tipo de mercado, ao lado da China, da Índia e da Coréia do Sul" (PRADO, 1997).

1.3 - Transformações da estrutura produtiva: modernização e incremento na produção

Os reflexos das transformações econômicas sobre a estrutura da agricultura brasileira foram significativos, alterando definitivamente a dinâmica setorial que, face à importância da agricultura na economia continental brasileira, revolucionou a dinâmica econômica e a estrutura social nacional como um todo. Os resultados do processo modernizador (que na sua essência correspondeu à internalização do "modelo americano" decorrente da 2ª Revolução Industrial), podem ser verificados: a) na constituição da indústria de bens de capital da agricultura com as plantas industriais de maquinaria, fertilizantes e defensivos

agropecuários; b) nos incrementos da produção a produtividades crescentes para as principais cadeias produtivas relacionadas ao padrão adotado; c) na expansão da indústria de agroprocessamento e de beneficiamento de matéria prima agropecuária com tecnologia e potencialidades competitivas no contexto internacional; d) na revolução do processo de comercialização com superação do capital comercial tradicional nas transações internas às principais cadeias produtivas e principalmente pela emergência dos modernos equipamentos varejistas representados pelos supermercados. Essas mudanças mudaram a cara da agricultura brasileira, resolvendo os constrangimentos do lado oferta da questão agrícola.

1.3.1 - Produção e uso de bens de capital e insumos industriais⁹⁹

A indústria brasileira de bens de capital e insumos para a agricultura instalou-se a partir da década de 50, embora tenha consolidado suas estruturas produtivas no final dos anos 70. As primeiras plantas industriais de máquinas agrícolas (que dependem da siderurgia pesada e da indústria de autopeças) e de química agrícola (no que a petroquímica revela-se fundamental) surgiram como decorrência do Plano de Metas, embora sua expansão mais significativa tenha sido resultado do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Os anos 70 representaram a consolidação do novo padrão agrário não apenas porque as técnicas produtivas nas lavouras e criações alteraram-se em profundidade, como também por essa ocorrência ter estado associada à incorporação crescente dos denominados insumos modernos. Assim, o progresso técnico da agropecuária alargava a utilização de insumos e de máquinas produzidas em indústrias num processo sustentado pelo crédito rural subsidiado, como alavancador da demanda, e no financiamento das inversões industriais com condições favorecidas, como incrementador da oferta¹⁰⁰. Noutras palavras, ambas as medidas faziam parte da mesma estratégia geral de política de desenvolvimento da economia e, dentro dela, da agricultura brasileira.

A indústria brasileira de tratores de rodas - máquina agropecuária síntese da mecanização do processo produtivo -, foi internalizada por ocasião da execução do Plano de Metas JK (1957-61), tendo o Plano Nacional da Indústria de Tratores feito parte de um segundo momento do bloco de inversões, lançado em fins de 1959¹⁰¹. A implantação dessa indústria de bem de capital agropecuário

⁹⁹ A análise da produção da indústria de bens de capital e de insumos químicos para a agricultura será realizada, levando em conta, fundamentalmente, apenas os três principais produtos dessa indústria em termos de impacto sobre a produtividade agropecuária. São eles: os tratores representando todos os bens de capital, os fertilizantes e defensivos agrícolas, para os insumos químicos. Desde o discurso dos anos 40, de defesa da modernização da agropecuária, como o de PAIVA (1946), a evolução do uso desses produtos tem sido utilizada como indicador de desenvolvimento da agricultura. Saliente-se entretanto que tais indicadores contemplam basicamente as lavouras, não incorporando a pecuária, dada sua característica genérica predominantemente extensiva em terras e pouco intensiva em capital. BARROS & MANOEL (1988) ao estudarem a evolução do segmento de insumos agrícolas no Brasil, centram-se nesses produtos, apresentando interessantes considerações sobre a evolução da produção nacional.

¹⁰⁰ Uma discussão ampla sobre a implantação da indústria de bens de capital da agricultura, o D1 da agricultura, pode ser encontrada em KAGEYAMA et al (1990), que discute, as transformações da agricultura com a consolidação do novo padrão agrário. Também interessante na análise das relações intersetoriais e da estrutura de mercado mostra-se o estudo de RAMALHO et al (1988).

¹⁰¹ O texto clássico sobre o Plano de Metas, escrito por LESSA (1975), considera a meta para o segmento de tratores, que previa a produção de 31 mil unidades em 1962, pouco ambiciosa para as exigências da agropecuária à época. A evolução dos fatos mostrou que, ao contrário, eram metas muito acima da demanda daquele momento uma vez que ainda na realidade atual, as vendas internas são inferiores a esse patamar, ainda que em certos anos do período 1976-96, tenham sido maiores. A questão central, que recebe destaque em LESSA (1975), parece estar associada à não

esteve associada ao conjunto da metal-mecânica, em especial como alavancagem da demanda da recém instalada indústria de autopeças¹⁰². Os primeiros tratores de rodas nacionais foram colocados no mercado em 1960, chegando a 1,7 mil unidades em 1961. As vendas internas no período 1958-61 situavam-se entre 3 mil e 7,2 mil máquinas, atendidas por importações antes da década de 60, quando as compras de tratores no exterior acompanhavam as vendas. Nos anos 60 a indústria nacional de tratores foi paulatinamente conquistando fatias crescentes do mercado, substituindo importações, que têm queda expressiva já em 1961 (Tabela 30).

Tabela 30.- Produção, Importação e Vendas de Tratores de Rodas, Brasil, 1958-61
(em unidades)

Ano	Produção Nacional	Importação(1)	Vendas(2)
1958	-	4.940	4.265
1959	-	2.721	2.954
1960	37	9.828	5.264
1961	1.679	5.002	7.211

(1) Importação pelo Porto de Santos.

(2) Vendas na região de influência de São Paulo.

Fonte: JUNQUEIRA & DESGUALDO NETO (1963).

A capacidade instalada da indústria brasileira de máquinas agrícolas ampliou-se significativamente nos anos 70 e 80 com a implementação do II PND. Na metade dos anos 70 as plantas industriais podiam fornecer 78,3 mil tratores a cada ano, número que atingiu 81,8 mil, em 1980, e 82,5 mil, em 1985 (RAMALHO et al., 1988). Essa expansão da indústria de tratores ocorreu no momento em que, em 1973, as vendas internas crescentes superaram a capacidade produtiva de 31 mil unidades, prevista no Plano de Metas. No novo ciclo de investimentos, preconizava-se a venda interna de 89 mil unidades em 1979, o que justificava a expansão da capacidade produtiva nacional (KAGEYAMA et al., 1990). Essas projeções de demanda exigiram uma significativa incorporação de novas terras à área agrícola brasileira, além da intensificação do índice de mecanização das culturas já implantadas. Noutras palavras propugnava-se a intensificação do processo de modernização da agricultura em continuidade ao mesmo modelo gestado na metade dos anos 50.

Nos anos 80 e 90, a produção nacional de tratores de rodas manteve-se bastante abaixo da capacidade produtiva e a ociosidade poderia ser mais elevada não fossem as exportações. Em 1986, foram produzidas 50,7 mil unidades, das quais, 45,3 mil vendidas no mercado interno e 5,4 mil exportadas. Nos anos seguintes esses números oscilaram com tendência de decréscimo, com flutuações mais expressivas nos negócios internos que nos externos. Em 1996, a produção atingiu 20,8 mil tratores, dos quais 15,5 mil comercializados no mercado nacional e 5,2 mil destinados ao exterior (Tabela 31). Nesse período a demanda interna de tratores de rodas mostra-se oscilante em níveis muito inferiores ao potencial de oferta nacional, num quadro de crise financeira dos agropecuaristas aliado a um certo refreamento da expansão da área agrícola.

concretização, ainda no início dos anos 60, de mudanças tecnológicas mais profundas na agropecuária, o que "atrasou" as transformações da agricultura nacional.

¹⁰² FONSECA (1990) realizou amplo estudo sobre a indústria de máquinas para a agricultura, com realce para a concorrência e o progresso técnico. Nesse trabalho pode-se encontrar uma visão mais aprofundada da evolução desse segmento de bens de capital agropecuário. Análise mais recente sobre o mesmo tema foi realizada por VEGRO, FERREIRA & CARVALHO (1997).

A expansão da utilização da produção nacional de tratores foi acompanhada de uma tendência de aumento da potência de cada máquina, o que em última instância permite cobrir de lavouras maior superfície por unidade. No início dos anos 60, prevalecia a produção de tratores leves com até 45 CV, mas, com o incremento da fabricação de máquinas mais potentes, com mais de 46 CV, no começo da década de 70 estes já se constituíam na maioria das unidades (Tabela 32). A visualização desse quadro nos anos 70 mostra que a maioria dos tratores vendidos tinha entre 50 e 90 CV, seguidos daqueles com mais de 100 CV. Nos anos mais recentes essa proporção se mantém em torno do mesmo patamar (Tabela 33). Dessa maneira, fica claro que a indústria brasileira de tratores de rodas não apenas incrementou sua produção desde os anos 60, como o fez fornecendo máquinas de maior potência. Em termos das operações agrícolas esse fato repercute não apenas na maior proporção de área mecanizada (o que por si só corresponde à maior área de lavoura), mas também pelo fato de que, sendo máquinas mais potentes, provoca a necessidade de alargar a área cultivada por máquina (noutro estímulo ao crescimento da escala).

Tabela 31.- Produção Nacional, Importação e Vendas Internas e Exportação de Tratores de Rodas, Brasil, 1986-88 e 1994-96

Ano	(em unidades)		
	Produção Nacional	Vendas Internas	Exportação
1986	50.734	45.297	5.437
1987	45.408	38.815	6.593
1988	39.094	29.921	9.173
1994	41.239	38.491	2.748
1995	20.722	17.584	3.138
1996	20.818	15.545	5.273

Fonte: ANFAVEA.

Tabela 32.- Produção de Tratores de Rodas, Por Potência, Brasil, 1960-72.

Ano	(em unidades)			
	Até 35 CV	de 36 a 45 CV	Mais de 46 CV	Total
1960	-	37	-	37
1961	25	1.574	80	1.679
1962	1.984	4.779	823	9.265
1963	3.990	4.179	1.739	9.908
1970	-	4.666	9.383	14.049
1971	-	7.000	15.122	22.122
1972	-	9.120	20.530	29.650

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), citado em PAIVA, SCHATTAN & FREITAS (1973).

Tabela 33.- Vendas Internas de Tratores de Rodas, Por Potência, Brasil, 1975-96.

Ano	(em unidades)			
	Até 49 CV	de 50 a 99 CV	Mais de 100 CV	Total
1975	9.686	36.789	10.626	57.101
1976	9.348	41.177	12.175	62.700
1977	8.011	35.270	4.534	47.815
1993	828	13.730	6.828	21.396
1994	1.275	27.143	10.073	38.491

1995	1.176	13.418	2.990	17.584
1996	721	9.334	5.490	15.545

Fonte: FIBGE, citado em VEGRO, FERREIRA & CARVALHO(1997).

As implicações da mecanização crescente sobre a agropecuária refletem-se diretamente na maior capacidade de produção com a incorporação de extensas superfícies de terras à área cultivada. No início dos anos 60 eram cultivados 25,7 milhões de hectares, quase duplicados em duas décadas, atingindo 47,5 milhões de ha em 1980. Desde então, o ritmo de crescimento foi contido, atingindo 50 milhões de ha em 1995. Esse alargamento da fronteira agrícola foi possível com uma frota de tratores que passou dos 62,7 mil unidades em 1960, para o pico de 551 mil máquinas em 1985, retrocedendo, desde então, para alcançar 481 mil unidades em 1995. Desse modo, em 1960 eram 410 ha/ trator, índice que atingiu 90 ha/trator em 1985; a tendência reverteu-se desde então, para totalizar 104 ha/trator em 1995 (Tabela 34). Essa estagnação no índice de mecanização, expresso em ha/trator, verificada no período 1985-95 (inclusive a reversão de 1995), na verdade não significa redução da mecanização. Trata-se mesmo de incremento da mecanização pelo aumento da potência das máquinas em termos de c.v./ha. No geral, os índices de mecanização da agropecuária brasileira, ainda que tenham evoluído desde os anos 60, mostram-se muito inferiores aos observados em outros países. Os Estados Unidos, por exemplo, tinham, no final dos anos 60, uma frota de 4,8 milhões de tratores e um índice de mecanização em relação à área de lavouras de 27 ha/trator (PAIVA, SCHATTAN & FREITAS, 1973).

Tabela 34.- Evolução do Índice de Mecanização da Agricultura, Brasil, 1960-95

Ano	Área Cultivada (em 1.000 ha)	Tratores de Rodas (Frota em unidades)	Índice de Mecanização (hectare por trator)
1960	25.673	62.684	410
1965	31.637	76.691	413
1970	34.912	97.160	359
1975	41.811	273.852	153
1980	47.641	480.340	99
1985	49.529	551.036	90
1990	47.666	515.815	92
1995	50.038	481.316	104

Fonte: FIBGE, citado em VEGRO, FERREIRA & CARVALHO(1997).

A análise da mecanização da agropecuária revela, mais que qualquer outra característica, não apenas o caráter tardio das transformações capitalistas da economia brasileira, como também os estrangulamentos estruturais ao pleno desenvolvimento do novo padrão agrário decorrente na produção nacional¹⁰³. Os Estados Unidos, como pioneiros nas transformações produtivas decorrentes da 2ª Revolução Industrial, foram a primeira nação a mecanizar sua agropecuária. Em

¹⁰³ O trabalho de NOJIMOTO (1987) é uma interessante contribuição à compreensão da inserção da mecanização da agropecuária brasileira no processo mais geral de mecanização da agropecuária mundial, em especial comparando com o processo vivido pela agropecuária dos Estados Unidos. Esse autor procura encontrar as razões que fundamentam o entravamento do processo brasileiro, destacando entre elas as políticas públicas e as estruturais. As colocações comparando a mecanização agropecuária no Brasil e nos Estados Unidos aqui destacadas baseiam-se nesse estudo.

1910 existiam na produção rural desse país cerca de 1.000 tratores, número que saltou para 246 mil em 1920, atingiu 930 mil em 1930, saltando para 4,6 milhões até 1957. O mesmo número também foi encontrado em 1983. Portanto, antes da irradiação do novo padrão para a agropecuária mundial, ele já havia atingido seu ápice nos EUA, pois em 1950 a frota norte-americana atingia 3,4 milhões de tratores, contra 103 mil da Alemanha, 112 mil da França, 61 mil da Itália e 259 mil da Inglaterra (NOJIMOTO, 1987). Nessa época o Brasil sequer havia iniciado sua política de internalização da indústria pesada, existindo poucos tratores importados movendo a produção agropecuária.

A indústria de tratores e a mecanização da agropecuária desenvolveram-se nos Estados Unidos em função de requisitos estruturais que impulsionaram o processo: a) no início do século as propriedades agrícolas americanas eram relativamente homogêneas quanto ao tamanho, com predominância da propriedade familiar com área média de 138 acres (55,8 ha), formando um grande mercado capaz de sustentar o florescimento da indústria de máquinas; b) extensa área agrícola com plantio em 1920 de 145 milhões de ha com lavouras; c) composição de culturas com características agronômicas semelhantes, baseadas no milho, trigo, aveia, cevada, ao que se somou a soja, além do algodão e do fumo, perfazendo 101 milhões de ha em 1920 o que gerou uma demanda que conferiu escala à indústria de tratores; d) a estrutura familiar não permitiu formar contingente expressivo de assalariados rurais, funcionando com exército de reserva quase nulo, face à expansão para o Oeste ter sido feita com estímulo ao acesso à terra; e) o número de proprietários decresce pouco em relação aos demais países e a redução ocorre nos estratos menores, o que revela adaptação ao padrão tecnológico em expansão; f) característica exportadora, tendo o mercado externo funcionado como escoadouro do aumento da produção, decorrente da modernização; g) mecanização realizada numa sociedade relativamente urbanizada, pois em 1920 a população rural representava 30% do total, evitando-se os transtornos do êxodo rural com a não-incorporação urbana dos migrantes rurais, além da escassez absoluta e relativa de mão-de-obra na agropecuária provocava elevações de salários rurais puxados pelos urbanos; h) intervenção estatal de suporte ao processo de modernização, com políticas de estabilização da renda agrícola (NOJIMOTO, 1987).

Dessa maneira "o processo de mecanização da agricultura desenvolveu-se de forma harmônica e contínua por 40 anos (1910-1950), enquanto o setor não-agrícola se desenvolveu com a conseqüente oferta de empregos" (NOJIMOTO, 1987). No Brasil, as condições estruturais mostraram-se opostas às encontradas nos EUA, pois: a) a estrutura fundiária baseia-se na presença de poucas grandes propriedades com parcelas expressivas da extensão de terras, enquanto que número elevado de pequenas propriedades tem reduzido percentual de terras, forjando enorme heterogeneidade e predominância de pequenas lavouras, mesmo nas grandes propriedades; b) composição de culturas desfavorável dados os perfis agronômicos variados, no início com a preponderância do café e da cana para indústria, junto com feijão, mandioca, banana, algodão arbóreo, algodão herbáceo, arroz, milho e mais recentemente a soja; c) falta de mão-de-obra especializada e assistência técnica; d) políticas governamentais realizadas com o pressuposto de que os ajustes se fariam pelo mercado não se preocupando em eliminar entraves estruturais, baseando-se na geração de oferta com a internalização da indústria de tratores e na criação de demanda com o crédito subsidiado; e) elevado exército de reserva e realidade de baixos salários (NOJIMOTO, 1987). Essas condições conformaram limites à expansão da demanda de tratores, o que tem provocado a

permanência de elevada capacidade ociosa à indústria nacional.

A estabilização da área agrícola brasileira no patamar dos 50 milhões de ha, tem mantido a frota em torno de 500 mil tratores, o que, aplicando-se o índice de reposição verificado na agropecuária americana, conforma demanda anual da ordem de 17,5 mil unidades, muito abaixo da capacidade instalada da indústria nacional de 82,5 mil tratores. Isso não garante a consolidação da indústria nacional, pois nos EUA a reposição dos 4,6 milhões de tratores gera uma demanda anual de 161 mil tratores, o que a estagnação da expansão da área agrícola e a composição de culturas brasileiras estão longe de garantir. Caso o índice de mecanização brasileiro fosse semelhante à média mundial em 1993 de 54 ha/trator (VEGRO, FERREIRA & CARVALHO, 1997) a frota nacional seria de 926 mil tratores, cuja reposição geraria demanda de 32,4 mil tratores por ano. Ainda assim, essa possibilidade está problematizada por questões estruturais, ligadas à estrutura fundiária e à composição de culturas¹⁰⁴. Não sem motivos que empresários de insumos e máquinas têm sido entusiastas da expansão da agropecuária com base no plantio de grãos no Brasil Central, o que potencialmente poderia agregar 110 milhões de hectares à área agrícola, dos quais 70 milhões com grãos¹⁰⁵. A frota adicional necessária, para índice de mecanização de 50 ha/trator, seria de 1,4 milhão de unidades, ou seja essa expansão poderia sustentar a plena utilização da capacidade instalada da indústria nacional por vários anos e geraria, após esgotada essa fronteira - ao ter conformado uma frota nacional de 1,9 milhões de tratores -, uma demanda de reposição de 66,5 mil máquinas por ano. Nesse patamar, haveria demanda sustentada no mercado interno para a moderna indústria de tratores.

Entretanto, essa ocorrência esbarra nas limitações de mercado (tanto interno como externo), tanto assim que a expansão das lavouras no Brasil Central,

¹⁰⁴ Dois aspectos fundamentais tem passado ao largo das análises comparativas entre o processo de mecanização brasileiro e norte-americano. O **primeiro** corresponde à utilização generalizada da relação ha/trator como indicador de nível de mecanização, fazendo crer que os menores índices verificados mesmo em áreas mais modernas da agricultura brasileira como os grãos no Paraná e Brasil Central e a cana para indústria em Ribeirão Preto (SP), refletiriam um desempenho inferior nesse quesito. Na verdade não é bem assim pois, nos Estados Unidos o inverno rigoroso exige um dimensionamento do parque de máquinas pelo pico, dado que se dispõe de tempo exiguo para realizar a safra, caso contrário as perdas são irrecuperáveis. No Brasil essa limitação não acontece com a mesma força, permitindo que uma mesma máquina possa trabalhar maior área cultivada. O **segundo**, este de impactos estruturais, decorre de que na agropecuária norte-americana desenvolveu-se intensa rede de empresas (ou de trabalhadores equipados) de prestação de serviços de mecanização agropecuária. O lavrador assim, pode contratar serviços, especialmente de colheita, ao invés de comprar tais máquinas. Com isso, pequenas e médias propriedades podem realizar lavouras mecanizadas sem ter máquinas. Na Austrália e nos EUA, isso propicia que algumas propriedades de porte médio, e mesmo pequeno, sejam altamente rentáveis. No Brasil, a quase insignificância desse segmento faz com que a mecanização plena seja característica de grandes lavouras, impulsionando o ímpeto concentrador (o tamanho do empreendimento nas lavouras, em termos de eficiência econômica, determina-se quase que exclusivamente pela estrutura do capital fixo empregado). A ausência de políticas públicas procurando criar e desenvolver esse segmento de serviços explica sua expressão reduzida.

¹⁰⁵ Esses e outros números tem sido apresentados para justificar os investimentos públicos nos denominados corredores de transporte multimodais (LÍCIO & CORBUCCI, 1996). Esse projeto de transformar os cerrados brasileiros numa extensa região produtora de grãos faz lembrar a transformação do Meio Oeste americano, os então "desertos inabitáveis da América" para os ingleses no celeiro da moderna agricultura. A distância entre esses fatos históricos é que aqui, esse processo se faz de forma tardia, com atraso de 1 século no tempo histórico, e sob condicionantes estruturais distintos, mais uma vez centrados na grande propriedade. A defesa dessa operação tem recebido o apoio público de renomados cientistas mundiais, como demonstra o trabalho de BORLAUG & DOWSWELL (1996) que considera o cerrado brasileiro uma das últimas fronteiras mundiais de terras aptas para agropecuária.

dos anos 80 em diante, tem sido realizada com base em incentivos fiscais e financeiros, mas às custas da redução do plantio no Sul-Sudeste. As áreas agrícolas dessas duas regiões somadas propiciariam incorporar muito mais que os 27,5 milhões de hectares cultivados em 1991-93. No período 1989-93, houve um recuo de 3,1 milhões de hectares na área de lavouras (MARTIN & GONÇALVES, 1995). Assim, ainda que tenha crescido extraordinariamente nas últimas décadas, a agropecuária nacional não atingiu os patamares projetados na euforia do período do milagre quando foi elaborado o II PND. Em razão disso, a indústria brasileira de tratores que superdimensionou suas plantas produtivas com base nas expectativas esfuziantes geradas pelo II PND no início dos anos 70 -, passou as décadas de 80 e 90 operando com capacidade ociosa. Tendo constituído o moderno setor produtor de bens de capital agropecuário, representado pela maquinaria, o Brasil enfrenta no momento a necessidade de dinamização do mesmo, o que exige a superação dos constrangimentos estruturais que obstaculizam a expansão de sua demanda. O crescimento da renda interna com melhor perfil distributivo e a construção de mercados alternativos no contexto internacional são, atualmente, o caminho para garantir espaço para o crescimento da agricultura, fundamental para sustentar o avanço da indústria de máquinas.

O setor produtor de química agrícola, representado pelos fertilizantes e defensivos, constitui outro ramo industrial de insumos relevante da agricultura brasileira¹⁰⁶. Estes diferentemente do trator - cuja difusão associa-se a um tamanho ideal de área de lavouras -, não têm relação direta na definição da escala do empreendimento, não forçando desse modo alterações na estrutura produtiva rural para viabilizar as aplicações em larga escala. No caso dos fertilizantes, a produção nacional inicia-se nos anos 40 com a aproveitamento de subprodutos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), mas ganha impulso com o Plano de Metas JK (1957-61), sendo que 15 novas plantas industriais foram construídas no período 1955-65 (KAGEYAMA et al., 1990). Nos anos 60, a demanda interna foi impulsionada pelo FUNFERTIL, programa que subsidiava a aquisição de fertilizantes nas compras a prazo, com a absorção dos juros pelo Governo Federal (IEA, 1972). Na década de 70, na mesma medida em que se alavancava a demanda interna com o crédito subsidiado, era implantado o Plano Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA), em 1974, que objetivava triplicar a capacidade de produção nacional. Nessa ação, ao lado das empresas privadas nacionais e multinacionais, também estatais do complexo petroquímico ingressaram na produção de fertilizantes, dominando o processo de algumas matérias-primas como os nitrogenados (KAGEYAMA et al., 1990).

O consumo de fertilizantes no Brasil cresceu significativamente desde os anos 50, subindo de 104,7 mil toneladas de NPK, em 1949-51, até atingir 3,5 milhões, em 1984-86. Na segunda metade dos anos 80, ocorre um refreamento conjuntural dessa expansão, quando a utilização alcança 3,2 milhões de toneladas em 1989-91, como reflexo do aprofundamento da crise econômica que marcou esse período. A retomada de taxas positivas de crescimento da economia numa realidade de estabilização, faz essa indústria alçar novos recordes de demanda atingindo 4,6 milhões de toneladas em 1994-96. A oferta da indústria

¹⁰⁶ O diagnóstico e a formulação da implantação da indústria de fertilizantes no contexto do plano de metas está contido em FAGUNDES et al (1959), que propunham expansão da produção nacional em níveis mais amplos que os ensejados. No caso dos fertilizantes, as metas restringiam-se à produção de nitrogênio e fósforo, totalizando 131 mil toneladas em 1960, o que foi obtido. Nesse caso as metas eram realmente pouco ambiciosas frente à necessidade de modernização da agropecuária à época tal como pontifica LESSA (1975).

nacional ocupa papel relevante na viabilização desse processo, pois, se em 1949-51, eram produzidas 23,1 mil toneladas de NPK, em 1984-86, graças à expansão das plantas industriais nacionais, esse volume saltou para 2,1 milhões. No período, o nível de nacionalização aumentou de 22% para 60%. Da metade dos anos 80 em diante, sofrendo os impactos da conjuntura adversa, a oferta nacional de NPK caiu para 1,8 milhões de toneladas em 1989-91; apesar de ter-se recuperado nos anos 90, com a produção de 2,0 milhões de toneladas em 1994-96, não voltou a atingir os patamares de 1984-86 (Tabela 35).

Tabela 35.- Consumo Aparente, da Produção Nacional e das Importações de Fertilizantes, Total de Elementos Nobres, Brasil, 1949-51 a 1994-96

(em toneladas do elemento)			
Ano	Consumo Aparente	Produção Nacional	Importação
1949-51	104.693	23.106	81.587
1959-61	257.375	100.398	156.977
1964-66	275.647	98.665	176.982
1969-71	910.440	212.138	690.302
1974-76	2.110.157	782.149	1.320.008
1979-81	3.507.129	1.664.722	1.842.407
1984-86	3.544.780	2.135.447	1.409.333
1989-91	3.245.442	1.821.142	1.424.300
1994-96	4.625.438	2.052.538	2.572.900

Fonte: Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA).

A expansão do consumo nacional de fertilizantes impulsionou também as importações de NPK, que cresceram de 81,6 mil toneladas, em 1949-51, para 1,8 milhões de toneladas em 1979-81, patamar esse que tendo se reduzido para 1,4 milhões de toneladas, em 1984-86, cresceu de maneira expressiva desde então, até atingir 2,6 milhões em 1994-96¹⁰⁷ (Tabela 35). Duas razões fundamentais estão associadas a esse comportamento das importações: a) o alcance da auto-suficiência absoluta na produção de fertilizantes no caso brasileiro mostra-se difícil pela insuficiência de reservas exploráveis de elementos estratégicos como as rochas potássicas. Assim, o crescimento da produção nacional de formulados de NPK implica, necessariamente, a necessidade de maiores compras externas da matéria-prima do elemento, cuja oferta interna mostra-se deficiente; b) nos anos 90, a abertura da economia nacional, com a inclusão dos fertilizantes na lista dos produtos sujeitos à redução de tarifas, fez entrar quantidades crescentes de matérias-primas de elementos onde, mesmo existindo reservas internas, tinham preços internacionais inferiores aos custos internos de extração e transporte até as regiões consumidoras.

No outro segmento da química agrícola, representado pela indústria de defensivos, até 1958, o Brasil produzia somente os inseticidas BHC e Parathion, passando a fabricar o DDT a partir desse ano. O grande impulso na produção nacional de defensivos agrícolas viria com o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA) em 1975, cuja meta era a produção interna de 123,5 mil

¹⁰⁷ A análise da evolução das condições de operação da indústria brasileira de fertilizantes, num contínuo processo de substituição das importações pode ser encontrada em BAUM (1977). No tocante ao comportamento da demanda interna e da oferta de fertilizantes, destaca-se o estudo de ANJOS & NEGRI NETO (1979). Sobre a análise das relações entre os fertilizantes e a modernização agropecuária, bem como sua inserção no processo de industrialização da agricultura no seu todo, ver os trabalhos de KAGEYAMA et al (1990), BARROS & MANOEL (1988) e RAMALHO et al (1988).

toneladas em 1980, cifra que não seria concretizada (FERREIRA, CARVALHO & CARMO, 1986). O PNDA estimulou a rápida instalação de plantas produtivas de empresas líderes mundiais em produtos largamente empregados sendo 9 inseticidas, 4 fungicidas e 6 herbicidas (KAGEYAMA et al., 1990). Com isso, o Brasil internalizou o moderno segmento da química fina, responsável pela síntese de produtos por complexos processos industriais¹⁰⁸.

O consumo aparente de defensivos agrícolas no Brasil, em volume físico, subiu de 22,1 mil toneladas em 1964-66 para 82,8 mil toneladas até 1974-76. Estabilizou-se nesse patamar até 1979-81, passando a cair até 1984-86, quando foram utilizadas 58,1 mil toneladas. No segundo quinquênio dos anos 80 ocorre um pequeno aumento no consumo, que chega a 71,1 mil toneladas em 1994-96 (Tabela 36). Essa verificada queda nos anos 80 em diante não corresponde a uma retração na adoção dessa tecnologia, mas, ao contrário, a um avanço, na medida em que se passou a utilizar produtos mais aprimorados, com maior concentração e eficiência, reduzindo alguns efeitos danosos dessa prática. Trata-se da internalização de produtos técnicos mais avançados, em particular os piretróides, fazendo com que a queda do volume aplicado seja indicador de avanço e não de retrocesso.

Tabela 36.- Evolução do Faturamento, do Consumo Aparente, da Produção Nacional e das Importações de Defensivos Agrícolas, Brasil, 1964-66 a 1994-96 (em toneladas do elemento)

Ano	Valor das Vendas(1)	Consumo Aparente	Produção Nacional	Exportação	Importação
1964-66	39.298	22.122	6.309	...	15.813
1969-71	138.566	41.299	27.166	...	14.133
1974-76	987.917	82.845	22.655	...	60.190
1979-81	1.918.139	82.851	47.356	...	35.495
1984-86	1.411.688	58.168	60.795	16.884	14.257
1989-91	1.367.272	62.290	62.296	14.356	14.350
1994-96	1.642.432	71.120

(1) Expresso em RS1.000, valores constantes de 1996, pelo Índice Geral de Preços- Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Agrícolas (SINDAG).

Outro indicador importante da utilização de defensivos agrícolas corresponde ao volume de vendas, em que se verifica crescimento, pois elas somavam R\$ 39,3 milhões em 1964-66 e subiram para R\$ 1,9 bilhão em 1979-81. Nos anos 80, o valor das vendas caiu para 1,4 bilhão em 1989-91 mas a tendência reverteu-se na primeira metade da década de 90, quando cresceu para 1,6 bilhão em 1994-96 (Tabela 36). Cotejando-se os dados de volume físico com o de valor das vendas, nota-se que o primeiro indicador cresce entre 1974-76 e 1979-81 enquanto o segundo se mantém, indicando mudanças na concentração dos produtos. A queda do valor das vendas dos anos 80 não está relacionada apenas à redução do volume físico, pois houve redução de preços no período. De qualquer maneira, ainda que estatisticamente confuso, esse comportamento dos indicadores refere-se a mudanças tecnológicas relevantes na indústria de

¹⁰⁸ A análise da evolução da indústria nacional de defensivos agrícolas pode ser encontrada em FERREIRA, CARVALHO & CARMO (1986). Sobre o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas, ver o documento básico dessa ação governamental contido em CHAVES et al (1975) e o trabalho de FUTINO & SILVEIRA (1990). Sobre a relação desse movimento da indústria de defensivos dentro do conjunto dos insumos, ver KAGEYAMA et al (1990) e BARROS & MANOEL (1988).

defensivos, que produziram efeitos positivos no contexto das lavouras, com maior eficiência das aplicações e melhor proteção das plantas.

A indústria nacional de defensivos avançou sua participação no consumo aparente saindo de 6,3 mil toneladas, em 1964-66, para atingir 62,3 mil toneladas, em 1989-91. Em função disso, as importações desses produtos, que haviam crescido de 15,8 mil toneladas, em 1964-66, para 60,2 mil toneladas, em 1974-76, acompanhando o aumento da utilização desse insumo nas lavouras, reduzem-se da metade dos anos 70 em diante, para alcançarem 14,3 mil toneladas, em 1989-91, ou seja equilibram-se com as exportações que concretizam cifras semelhantes (Tabela 36). Esse comportamento decorre diretamente dos efeitos do PNDA na internalização das modernas plantas desse segmento da química agrícola. Não estão disponíveis estatísticas de volume físico de consumo, produção nacional e comércio externo de defensivos com relação aos anos 90. Entretanto, informações do setor dão conta que teria havido uma reversão das conquistas dos anos 80, endo a indústria nacional deixado de sintetizar internamente muitos produtos, preferindo importá-los das respectivas matrizes, face às facilidades advindas da abertura do mercado interno com a redução de tarifas.

Outra visão dos impactos da evolução da indústria nacional de química agrícola pode ser verificada avaliando os indicadores de utilização desses insumos por unidade de área cultivada. No caso dos fertilizantes, em 1959-61, eram aplicados em média 10,0 kg/ha, nível este que cresceu consistentemente até 1979-81, quando alcança 73,6 kg/ha. Nos anos 80, quando os recursos de financiamento de custeio do crédito rural declinam expressivamente e os juros reais cobrados passam a ser positivos, ocorre pequena redução consubstanciando-se 68,1 kg/ha em 1989-91. Os anos 90, mesmo com a persistência de realidade do financiamento rural similar à do período anterior, ocorre crescimento do uso de fertilizantes por unidade de área, que alcança 92,4 kg/ha em 1994-96 (Tabela 37). Nesse indicador, o nível atingido pela agropecuária brasileira, respeitando-se as diferenças de composição de culturas e levando-se em conta o fato de que parcela importante da área agrícola subutiliza esse insumo, coloca o Brasil em posição compatível com os níveis mais elevados no contexto internacional.

Tabela 37.- Evolução dos Índices de Utilização de Fertilizantes e Defensivos Agrícolas, por unidade de área agrícola, Brasil, 1959-96

Ano	Fertilizantes(1)	Defensivos (1)	Defensivos (2)
1959-61	10,02
1964-66	8,71	0,69	1,24
1969-71	26,07	1,18	3,97
1974-76	50,46	1,98	23,63
1979-81	73,61	1,73	40,26
1984-86	71,56	1,17	28,50
1989-91	68,08	1,30	28,68
1994-96	92,43	1,42	32,82

(1) divisão do consumo aparente pela área cultivada, (kg/ha)

(2) divisão do valor de venda, em valores constantes de 1996, pela área cultivada, expresso em R\$/ha.

Fonte: FIBGE e ANDA.

No tocante aos defensivos agrícolas, quando se considera o valor das vendas por hectare, os dispêndios elevam-se de R\$ 1,24/ha em 1964-66, para R\$

40,26/ha em 1979-81. Nos anos 80 ocorre um decréscimo e a manutenção em torno de R\$ 28,50/ha, mas a década de 90 aponta pequeno aumento, atingindo R\$ 32,82/ha. Verifica-se aí enorme similaridade das tendências do comportamento desse indicador para os defensivos e o de uso de fertilizantes em kg/ha. Quando o indicador utilizado baseia-se no volume físico, ocorre um crescimento de 0,69 kg/ha em 1964-66 para 1,98 kg/ha em 1974-76, desde quando há uma redução até 1,17 kg/ha em 1984-86, seguida de recuperação na segunda metade dos anos 80, para atingir 1,42 kg/ha em 1994-96 (Tabela 37). Assim, o uso de produtos com maior concentração de princípio ativo reduz o volume físico aplicado no período 1975-85, mas nos anos seguintes recompõe-se o crescimento desse indicador, em especial com o crescimento do uso de herbicidas na disseminação do plantio direto, produto que correspondeu em 1994-96 a 54% do volume utilizado de princípio ativo. Em todo caso, levando-se em conta a composição de culturas e os avanços das técnicas de manejo integrado de pragas, a agropecuária brasileira, para suas principais culturas, adota tecnologia de defensivos agrícolas compatível com o padrão vigente nas principais nações de agricultura desenvolvida.

Portanto, no conjunto da indústria de bens de capital e insumos agropecuários realizou-se intenso progresso desde os anos 60. O fato mais visível dessa transformação está na internalização de plantas produtivas - similares às mais modernas existentes no mundo, mesmo porque as empresas que aqui se instalaram estão entre as líderes nos respectivos ramos de atividade. Essa internalização é resultante de ações governamentais, que consubstanciaram os objetivos de política centrada na estratégia de aprofundar a industrialização como motor de mudanças na dinâmica econômica. Em economias continentais, como a brasileira, esse processo necessariamente teria de, se processar na agricultura, sem o que não ganharia irradiação no amplo espaço geográfico. As políticas públicas ensejadas conformaram estratégias nítidas dispostas no tempo e no espaço e ramos industriais, ou seja, elas guardam clara funcionalidade com o desenrolar do processo de internalização do "D1 da agricultura", nos seus vários momentos.

O **primeiro momento** corresponde àquele inserido no Plano de Metas JK (1957-61). Na mesma medida em que era internalizada a indústria de tratores e máquinas agrícolas, com metas audaciosas e por isso mesmo as medidas eram de estímulo a substituição de importações, nos fertilizantes propugnava-se objetivos modestos complementados por medidas de favorecimento das importações. Essa diferenciação de tratamento entre os tratores e os fertilizantes pode ser denotado na fato de que, tendo as importações de insumos agrícolas como um todo crescido 2,6 vezes entre 1948-52 e 1965-67, esse aumento deve-se exclusivamente aos fertilizantes, os quais, excluídos, fariam as compras externas declinarem no período. Os bens de capital, que representavam 2/3 das importações em 1948-52, significavam apenas 1/4 do total dispendido em 1965-67 (SCHUH & VEIGA, 1976). Essa mudança estrutural nas importações de insumos agropecuários guarda relação direta com os objetivos da política econômica do período.

A indústria de tratores e máquinas agrícolas inseria-se complementarmente no mesmo conjunto de ramos industriais que formavam o núcleo do Plano de Metas, ou seja, ainda que guarde especificidades, sustentava-se nos recém-instalados ramos de autopeças e de caminhões da indústria pesada. Por outro lado, os fertilizantes não apenas dependiam da prospecção e exploração de rochas variadas, como parcela importante surge como decorrência da indústria petroquímica, o que, no caso brasileiro à época, ainda se estruturava como grande

indústria. Não sem razão, portanto, que, para os tratores, a estratégia seguida foi a de substituição de importações e para os fertilizantes a de alargamento da demanda com base na facilitação das importações. Dessa maneira, o tratamento cambial e tarifário preferencial para as compras externas de adubos em volumes crescentes, permitem concluir que "uma apreciação global da política de importação de insumos parece indicar que os subsídios à importação podem ter gerado uma demanda que, posteriormente, facilitou o desenvolvimento da indústria brasileira de insumos modernos" (SCHUH & VEIGA, 1976).

O **segundo momento** corresponde ao período que se inicia na segunda metade da década de 60 e se prolonga até o final dos anos 70. Trata-se da formulação e execução das políticas que construíram as bases do ciclo de investimentos, que deram, como resultante, o chamado na época para fins políticas pelo regime, de "milagre brasileiro". Em linhas gerais, foram reorganizados os instrumentos de financiamento do investimento, substituindo o deteriorado sistema das emissões primárias que haviam lastreado o Plano de Metas, e recompondo a capacidade do Estado de executar a mobilização dos recursos capazes de engendrar o novo ciclo de expansão. Filho direto e primogênito das reformas financeiras da metade dos anos 60, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), procurava realizar as transformações da agropecuária a mercado, ou seja superar o "atraso" setorial sem mudanças estruturais. O crédito rural subsidiado foi posto à disposição da indústria de insumos de máquinas da mesma forma que, no mesmo período, se estabeleceu e difundiu o crédito pessoal: como instrumento alavancador da demanda.

A demanda aquecida de insumos e máquinas promoveu rápida transformação da base técnica da agropecuária, não apenas com incrementos na mecanização, como no uso de fertilizantes e defensivos agrícolas. Como decorrência, impulsionou-se também o segundo movimento da substituição de importações com o II Plano de Desenvolvimento Nacional (II PND), contemplando significativa expansão da indústria de tratores e máquinas agrícolas, a internalização das modernas plantas industriais de defensivos agrícolas e a expansão da indústria de fertilizantes. O desempenho da economia com crescimento a taxas elevadas, e as respostas obtidas com o crédito rural no sentido do alargamento da demanda, formando um quadro de enorme euforia, promoveram a superestimação dos desdobramentos setoriais e, com isso, as plantas industriais de todos os segmentos foram montadas com capacidades de produção superdimensionadas¹⁰⁹, a não ser que as expectativas de Brasil Potência fossem integralmente concretizadas.

A década 80 inicia-se com a indústria de insumos e máquinas agrícolas consolidada, lastreando uma agropecuária que havia se modernizado de forma intensa. Nesse período, quando a economia como um todo passou por uma longa estagnação, a agropecuária evoluiu a taxas positivas, colhendo seguidas supersafras. A área agrícola de 1990 foi a mesma de 1980 (cerca de 47,6 milhões de hectares), sendo as mudanças na composição de culturas e a elevação dos rendimentos agrícolas os sustentáculos do crescimento da oferta. Essa realização

¹⁰⁹ Nessa época, **por aqui**, a moda na economia agrícola eram os modelos econométricos de estimativas de oferta e demanda, de tradição neoclássica. Esses instrumentais propiciavam coeficientes com alta significância estatística e as projeções indicavam um futuro esplendoroso. Nada pôde fazer frente a essa avalanche que dominou a economia agrícola brasileira, transformando-a num autêntico "Brasil, Ame-o ou Deixe-o" científico. Nessa época, em muitas instituições, o que não tinha **fórmula** não era científico. Esse clima de euforia tinha portanto, respaldo no "método científico".

numa realidade de eliminação progressiva dos subsídios ao crédito (com montantes de recursos cadentes), ocorre como decorrência dos investimentos da década anterior. Essa crise, que não estava nos prognósticos da "economia agrícola do milagre", insere-se na mais geral, decorrente da falência do padrão de financiamento organizado nos anos 60. Os diversos ramos da indústria de insumos e máquinas sofreram distintamente seus efeitos.

As indústrias de defensivos e fertilizantes - ainda que tenham tido reduções nas respectivas demandas, como insumos variáveis associados à extensão do cultivo -, acabam sustentando certo nível de consumo pois não interferem na "capacidade instalada" da agropecuária. Nos bens de capital, como os tratores, a realidade mostrou-se dramática: não apenas não haviam sido concretizadas as projeções de demanda que respaldaram o II PND, como a procura ficou, na maioria dos anos, abaixo das estimativas do Plano de Metas JK. A frota de tratores tem sua vida útil esticada, ao mesmo tempo em que as fronteiras agrícolas foram ocupadas com o deslocamento da capacidade produtiva do Sul-Sudeste para o Centro-Oeste - ou seja, sem grandes agregações de área cultivada global. Essa frustração de expectativas de extensão territorial, determinante básico do uso de máquinas e insumos agrícolas, durou uma década, na qual, salvo em raras oportunidades conjunturais e passageiras de recuperação econômica, tais indústrias operaram com elevada capacidade ociosa.

O **terceiro momento**, ainda em curso, inicia-se de forma dramática, com a abertura da economia brasileira, num quadro de estagnação no início dos anos 90. A estabilização econômica, com a retomada de taxas positivas de crescimento econômico posterior a 1993, foi realizada com a manutenção da tese aberturista, na crença de que o Brasil auferiria vantagens com a redução dos preços internos. Numa economia globalizada, as políticas macroenômicas de juros elevados como as brasileiras, produzem uma concorrência desleal para o produto nacional frente ao estrangeiro, pois no mercado internacional as taxas de juros são menores e os prazos de pagamento muito mais dilatados. Assim a abrupta redução (ou retirada) das tarifas de proteção, conduz à uma reversão dos avanços até então obtidos na consolidação da indústria brasileira de insumos e máquinas. Mais uma vez os setores ajustaram-se de maneira distinta à política econômica, embora, em todos eles, o grau de "nacionalização" se tenha reduzido de maneira expressiva - tanto assim, que até 1996, nenhum havia ainda superado os recordes anteriores de produção nacional. Para o conjunto da indústria de insumos e máquinas como um todo, os limites e os efeitos da abertura do mercado nacional ainda não se manifestaram na plenitude.

Nos tratores, cuja indústria aqui se constituiu como oligopólio, uma vez que apenas 3 empresas detêm 92,4% do mercado e a líder expandiu sua participação de 35,8% para 42,7% no período 1985-95 (VEGRO, FERREIRA & CARVALHO, 1997), preponderou a estratégia da "internacionalização" da produção, com a crescente importação de componentes para montagem no Brasil. Dessa maneira, a vinda para o Brasil dos "últimos grandes *players* que faltavam" - com a compra da Iochpe-Maxion pela AGCO (que significou a desnacionalização de uma empresa líder de mercado) e a associação da SLC com a John Deere -, apresentada como indicativo auspicioso de crença no futuro nacional (BARROS & GOLDENSTEIN, 1996) corresponde, na verdade, ao aproveitamento da possibilidade de produção do "trator mundial", conformando a produção interna de alguns componentes e a montagem final, ou seja, com tratores e máquinas com menor índice de nacionalização que os verificados nos anos 80. Numa realidade de área agrícola com reduzida expansão e que, por isso, indica a permanência de alta

capacidade ociosa por muitos anos, a internalização de mudanças tecnológicas numa indústria cuja concorrência se faz pela diferenciação de produtos, a estratégia não poderia ser diferente.

Na indústria de defensivos agrícolas essa situação revela-se ainda mais clara, pois os avanços da química fina, com a construção de novas moléculas sustentam a concorrência com base na diferenciação de produtos. Como no processo de internalização dessa indústria, "as empresas que se instalaram no Brasil não trouxeram seus laboratórios de pesquisa e desenvolvimento, não promovendo, portanto, uma difusão do conhecimento tecnológico" (RAMALHO et al., 1988), a obsolescência progressiva das linhas de produto funcionou como impulsionadora da aquisição de produtos já sintetizados numa desnacionalização de etapa importante da produção de defensivos agrícolas. Os resultados das políticas dos anos 70 foram desgastados pelo dinamismo da substituição tecnológica de produtos e concretizou-se, assim, o quadro do início dos anos 90. "Caso mantenham as tendências atuais - políticas liberalizantes, estagnação de mercado, demasiada segmentação entre agricultores e a dificuldade de registro de produtos - pode-se prever que o ajuste das empresas privilegie dois pontos: a manutenção da política de fusões e a elevação das importações" (FUTINO & SILVEIRA, 1991).

Finalizando, na indústria de fertilizantes dois fatores funcionaram como "proteção" da indústria nacional. O primeiro decorre de que, numa concorrência via preços, o elemento estratégico está no controle e acesso aos recursos naturais, quer pela propriedade das jazidas quer pela importação. O segundo decorre da intensa e estratégica presença estatal em segmentos importantes como a cadeia da amônia, impedindo a proliferação de firmas, mesmo que simples misturadoras. Mesmo assim, dado que o produto importado mostra-se mais barato em função da matéria-prima em função dos custos de extração - pois, no caso, dos Estados Unidos por exemplo as minas de fosfato são de areia e não de rocha como no Brasil -, o ritmo de crescimento das importações tem sido mais elevado que a produção nacional. De qualquer maneira, exatamente com relação aos fertilizantes, não houve até agora significativa reversão de conquistas verificadas nos anos 70, face à "desnacionalização" expressiva de fases de produção de componentes fundamentais.

1.3.2 - Comportamento estrutural da oferta dos principais produtos agropecuários

A agropecuária brasileira realizou significativo crescimento da produção no período compreendido entre a metade dos anos 30 (1934-36) e dos anos 90 (1994-96). Os resultados obtidos condenam os argumentos dos defensores da tese de que haveria uma inelasticidade da oferta, motivo pelo qual a agropecuária não cumpriria sua função de provedora de bens e serviços fundamentais ao desenvolvimento econômico. Sejam as afirmativas de que isso decorreria de estrangulamentos de ordem conjuntural ou de cunho estrutural, a realidade atual mostra que essa inelasticidade nunca existiu (RANGEL, 1962) e, principalmente, que a estrutura fundiária não representou um obstáculo ao crescimento da produção e ao avanço do progresso técnico. Entretanto ressalte-se que, tendo sido superada e solucionada a vertente oferta da questão agrícola, nada aponta que os indicadores sociais tenham melhorado no aspecto distributivo. Como derivada da renda e de seu perfil distributivo, a vertente estrutural da questão agrícola permanece preocupante, pois mantém-se na pauta do debate nacional a exigüidade do mercado interno e o perfil qualitativo do consumo. Contudo, nada

pode empanar o sucesso da modernização da agropecuária de ter superado o dilema da produção insuficiente com significativo aumento da oferta, ainda que diferenciado por produtos.

A verificação desse sucesso encontra respaldo nos alimentos básicos - o arroz com feijão que formam o prato popular de ampla camada social, em particular os de renda menor. A produção nacional de arroz aumentou de 1,2 milhão de toneladas em 1934-36 para 10,6 milhões de toneladas em 1994-96, enquanto na de feijão, o crescimento evoluiu das 770 mil toneladas nos anos 30, para 3 milhões nos anos 90 (Tabela 38)¹¹⁰. Quanto ao arroz, o volume de produção no triênio 1994-96 ficou abaixo do consumo nacional, que foi, em média, de 11,6 milhões de toneladas, exigindo a importação de 1 milhão de toneladas, ou seja 8,6% das necessidades. Quanto ao feijão, têm sido necessárias também aquisições externas de 350 mil toneladas (10,4%), pois o consumo tem-se situado na faixa dos 3,35 milhões de toneladas. Ressalte-se que no feijão ocorre a auto-suficiência em feijão de cores (tipo carioca), limitando-se as com as compras externas ao feijão preto¹¹¹. Esses indicadores fazem clara a constatação de que a continuidade da recuperação do terreno no campo do consumo de alimentos, superando a subnutrição e a fome, exige esforços ainda grandes em termos de aumento da oferta. A situação, contudo, exige melhoria no perfil distributivo da renda, como alavanca do consumo, pois dado o poder global de compra atual, a oferta tem sido suficiente.

Outros produtos agropecuários importantes na alimentação dos brasileiros são a mandioca e o trigo¹¹², fundamentalmente na forma de farináceos. A produção de mandioca após elevar-se das 4,9 milhões de toneladas do triênio

¹¹⁰ Uma análise relevante das condições de formação, expansão e consolidação do "complexo rizícola" gaúcho, detalhando a institucionalidade erigida, os efeitos das políticas públicas, os desdobramentos dessa expansão no Uruguai e na Província de Misiones na Argentina, foi realizada por BECKER (1992). A expansão do cultivo de arroz irrigado no Rio Grande do Sul fez dessa unidade da federação a maior produtora e a detentora das maiores médias de produtividade dentro do cenário da rizicultura nacional. Para o feijão, maiores detalhes podem ser encontrados nos trabalhos de ROMÃO (1991), de GONÇALVES & SOUZA (1993a e 1993b) e de GONÇALVES (1993a e 1993b), enfocando o desenvolvimento da cultura no Sudoeste Paulista, formando e consolidando o padrão tecnológico que se disseminou para outras regiões dinâmicas como a da região de Irecê (BA).

¹¹¹ Os dados de consumo são estimativas da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), representando dados fechados em julho de 1996. Ressalte-se que estão já incluídos os efeitos de aumento do consumo advindos da estabilização da economia com o Plano Real, uma vez que o consumo de feijão anterior situava-se na faixa dos 2,78 milhões de toneladas no triênio 1991-93, tendo acrescido 570 mil toneladas no triênio 1994-96. No arroz o acréscimo foi menor, da ordem de 400 mil toneladas pois o consumo anterior ficava em torno das 11,2 milhões de toneladas, mesmo porque mantiveram-se estoques na faixa das 1,4 milhões de toneladas fruto de políticas de "segurar" preços, redundando em menor efeito do aumento de renda advinda da redução da inflação. De qualquer modo, não há como negar os impactos distributivos imediatos do Plano Real, que redundou em aumento do consumo de alimentos. A questão, agora posta, baseia-se na verificação de como os desdobramentos das políticas impactarão a renda e como decorrência o consumo e, principalmente, se os efeitos ficarão restritos ao impacto momentâneo e conjuntural do fim da corrosão dos salários pela espiral inflacionária. Está bem, controlou-se a inflação e a população consome mais, mas isso não basta para reverter a dura realidade brasileira construída em séculos de exclusão.

¹¹² A política brasileira de substituição de importações de trigo tem sido analisada de vários ângulos como: a) a organização do sistema cooperativista com esse fim precípua pois as antigas cooperativas existentes na região de aplicação da política de expansão foram desativadas e no lugar delas organizadas outras como cooperativas tritícolas (FRANTZ, 1982); b) a articulação entre cooperativas e multinacionais do trigo (CORADINI, 1982); c) sob a ótica da evolução histórica da política tritícola (FERNANDES Fº, 1995) e seus resultados e os efeitos do desmonte dessas políticas (MARJOTTA & COSTA, 1995). Quanto à mandioca, fontes importantes são os trabalhos de VEGRO, VILPOUX & SILVA (1996) e SILVA et al (1996), principalmente no tocante às mudanças recentes na transformação e distribuição dessa raiz tropical.

1934-36 para os 24,7 milhões de 1964-66, tem-se mantido em torno desse patamar, tendo atingido em 1994-96 o volume de 24,8 milhões de toneladas. Quanto ao trigo, por outro lado, foram obtidos incrementos expressivos de produção, fruto de intensa política de substituição de importações. Das 144,7 mil toneladas dos anos 30, alcançou-se a cifra de 3,99 milhões na metade dos anos 80, recuando para os 2,2 milhões de toneladas em 1994-96, como resultado do abandono das medidas antes adotadas, em razão da abertura da economia nacional nos anos 90¹¹³(Tabela 38). Essas diferenças de comportamento entre as matérias-primas dos farináceos decorrem diretamente da inserção desses produtos na estrutura global de consumo no padrão americano, uma vez que, enquanto o trigo tem dimensão de produto mundial, a mandioca desenvolveu muito pouco de suas potencialidades agroindustriais e não atingiu o *status* de *commodity*.

Tabela 38.- Evolução da Produção de Alimentos Básicos (Arroz e Feijão) e Farináceos (Mandioca e Trigo), Brasil, Médias Trienais, 1934-36 a 1994-96.

(em toneladas)				
Triênio	Arroz	Feijão	Mandioca	Trigo
1934-36	1.254.252	769.650	4.927.017	144.741
1944-46	2.337.315	1.031.932	11.287.326	200.767
1954-56	3.651.005	1.466.177	14.889.059	942.540
1964-66	6.575.362	2.129.526	24.658.431	614.348
1974-76	8.006.888	2.120.264	25.449.383	2620.818
1984-86	9.475.316	2.461.201	23.403.868	3.993.392
1994-96	10.591.351	3.038.765	24.859.302	2.221.856

Fonte: dados básicos da FIBGE.

No que diz respeito ao consumo, a farinha de mandioca perde progressivamente espaço na dieta popular, deixando de ser o alimento fundamental, mesmo em regiões tradicionais como o Nordeste. Em função disso, a estagnação da produção não causa maiores preocupações, ao contrário, indica que a destinação clássica da raiz à fabricação de farinha, mostra-se cada vez menos relevante, enquanto as outras utilizações como a fécula e o amido ainda não ganharam expressão a ponto de reerguer a produção nacional. Noutra matéria-prima de farinha de consumo diário, a de trigo, o Brasil sempre foi tradicional importador, mas vinha reduzindo essa dependência até o final dos anos 80, quando essa progressão foi revertida, com a supressão das políticas de estímulo. O consumo nacional de trigo que foi de 7,7 milhões de toneladas no triênio 1991-93, subiu para 8,1 milhões em 1994-96, nível semelhante ao verificado no final dos anos 80. A diferença fundamental está em que naquele período produzia-se internamente cerca de 6 milhões de toneladas para uma importação de 1,7 milhões, sendo a realidade atual exatamente a inversa¹¹⁴.

¹¹³ No ápice dessa evolução, quando ainda vigia a política de estímulo à produção nacional, chegou-se a atingir 6,1 milhões de toneladas em 1987/88. Portanto, o desmonte da política do trigo deu-se quando concretiza o auge de seus efeitos. Para a safra 1995/96, preocupado com os aumentos expressivos das importações e com os efeitos da derrocada da produção nacional de trigo, o Governo Federal estimulou a cultura, aumentando a produção em relação à colheita anterior, mas a comercialização do produto na safra mostrou a fragilidade dos mecanismos a mercado para sustentar esse processo pois, frente às condições de financiamento favoráveis e à ação das *tradings companies* que dominam o mercado internacional de trigo, o produto estrangeiro era oferecido aos moinhos brasileiros em condições muito mais vantajosas, com o que a safra nacional ficou sem comprador.

¹¹⁴ Muito tem se discutido sobre a política de trigo, argumentando-se que a abertura trouxe os efeitos

Quanto ao trigo e à mandioca, embora ambos sejam matérias-primas da fabricação de farinhas, assiste-se à queda da produção nacional mas com sentidos diferentes. Na mandioca, a redução da produção pode ser interpretada como melhoria dos hábitos alimentares no sentido de padrões mais elevados, mas no trigo essa ocorrência leva a um aumento da dependência externa.

Os produtos frutícolas e olerícolas são outros de grande importância para a análise na agropecuária brasileira. O Brasil é o principal produtor mundial de frutas, notadamente em razão do destaque das principais frutas brasileiras - banana e laranja -, serem também as de maior expressão de cultivo em todo o mundo, e as mais transacionadas no mercado internacional¹¹⁵. Nessas duas frutas de destinações distintas, a produção brasileira evoluiu expressivamente desde os anos 30, tendo a colheita de banana crescido de 1 milhão de toneladas em 1934-36, para 7,1 milhões em 1994-96, e a de laranja, de 1 milhão para 16 milhões de toneladas no mesmo período (Tabela 39). Nota-se de maneira clara que a banana teve crescimento vegetativo com sua expansão pelo território nacional em todo o período, enquanto a laranja constituiu fenômeno da metade dos anos 60 em diante. Essa diferença decorre da motivação da expansão do cultivo, com a banana irra-iando-se como fruta fresca por todo território nacional, e a laranja, pela im-plantação da indústria de sucos cítricos paulista, predominantemente exportadora.

A citricultura brasileira, centrada nos plantios paulistas de laranja para a indústria de sucos cítricos, é uma das mais competitivas do mundo, rivalizando com a da Flórida que, não fosse a taxaço discriminatória do suco cítrico brasileiro, teria dificuldades mesmo no mercado norte-americano. Trata-se de

benéficos das importações a preços inferiores para produtos de qualidade superior. Mas o essencial está em discutir se esses preços internacionais são realmente fruto da maior competitividade, ou estariam refletindo políticas de subsídio nos países de origem como o Canadá e os Estados Unidos, associadas às condições de prazos e juros do financiamento internacional face aos altos juros internos. Outro aspecto, que aí coloca em xeque a própria indústria moageira nacional, estaria na possibilidade de importar-se a farinha de trigo pronta (e até mesmo produtos finais como massas alimentícias e produtos da panificação), com o que os efeitos sobre a economia interna seriam mais dramáticos. A questão básica, cujo detalhamento foge aos objetivos deste trabalho, está em definir de que magnitude seriam os impactos da abertura de mercado, sem subsídios ao trigo na origem e frente a condições de negócios (juros e prazos do crédito de comercialização) similares. Noutras palavras, caso a abertura não tivesse sido feita de forma tão "ingênua" em acreditar no mercado auto-regulável e tivessem sido adotados mecanismos minimizadores dos efeitos da concorrência desleal que se concretizou. Sobre esse processo de liberalização de mercado e abandono da política tritícola brasileira, ver MENDES, RAMALHO JR & LACERDA (1994).

¹¹⁵ Apesar da enorme discussão em torno da potencialidade das frutas tropicais e de outras exóticas no mercado internacional, deve-se ter claro que se trata de nichos restritos de mercado, que podem ter relevância localizada. Quando se procura mensurar a real magnitude do mercado internacional de frutas frescas, acaba-se restringindo-se a apenas 4 frutas: banana, laranja, uva e maçã, com ampla supremacia para as duas primeiras. Das 362 milhões de toneladas produzidas, destacando os principais países para o período 1989-93, o maior produtor mundial seria o Brasil com 31,0 milhões de toneladas (8,6%), seguido da Índia com 29,5 milhões de toneladas (8,2%) e dos Estados Unidos com 26,2 milhões de toneladas (7,3%). Quanto às espécies, a principal fruta produzida é a uva com 58,9 milhões de toneladas seguida da laranja com 55,3 milhões de toneladas (15%), da banana com 49,2 milhões de toneladas (14%) e da maçã com 41,3 milhões de toneladas. Isso embora se deva registrar que, somando as produções de laranja (55,2 milhões de toneladas) e de tangerinas (9,4 milhões de toneladas), os citrus passam a deter a posição mais importante dentre as frutas, com o que essas 4 frutas representam 59% da produção mundial. As transações internacionais de frutas frescas no período 1989-93 atingiram a média anual de US\$ 14 bilhões com destaque para a banana com US\$ 3,9 bilhões (27,6%), a laranja e tangerina - US\$ 3,0 bilhões (21,4%), a maçã - US\$ 2,3 bilhões (16,2%) e a uva - US\$ 1,7 bilhões (11,9%). Assim, reproduzindo de forma mais nitida o quadro da produção, as 4 principais frutas (banana, laranja - inclui tangerina, maçã e uva) contemplam mais de 3 quartos do valor transacionado (SOUZA & GONÇALVES, 1995).

produção de característica agroindustrial em que, mesmo a recente evolução das vendas de laranja *in natura*, tem destinação para o emergente mercado de sucos pronto para beber e de sucos naturais processados à vista dos consumidores. O consumo de citros como fruta fresca ("laranja e tangerinas de chupar") é ainda pouco desenvolvido no Brasil. As variedades (Lima e Baia), que têm essa destinação, apresentam características pouco atraentes em termos de acidez, aderência do gomo à casca e número elevado de sementes. Essa situação da citricultura tem efeitos estruturais relevantes, uma vez que problematizam as opções dos citricultores de buscar outros canais de comercialização que não a venda para as agroindústrias de sucos. Por outro lado, a principal variedade plantada, a Pêra do Rio, não atende às exigências de fruta para mesa. O cultivo de variedades para consumo como frutas frescas exigiria outra citricultura, com localização em latitudes mais ao Sul para conformar frutas com coloração desejada (alaranjado mais intenso), além de base técnica distinta - das variedades à condução e pós-colheita¹¹⁶.

Tabela 39.- Evolução da Produção de Frutas (Banana e Laranja) e Olerícolas (Batata e Tomate), Brasil, Médias Trienais, 1934-36 a 1994-96.

Triênio	Banana(1)	Laranja(2)	Batata	Tomate
1934-36	1.008.119	1.021.083	336.204	...
1944-46	1.437.104	798.092	532.288	62.555
1954-56	2.801.857	1.059.787	905.431	84.734
1964-66	4.495.885	1.700.891	1.279.480	603.053
1974-76	4.689.571	5.264.792	1.741.594	1.120.176
1984-86	6.242.220	11.025.050	1.984.589	1.866.163
1994-96	7.135.633	15.986.656	2.479.279	2.697.892

(1) Feita a conversão de mil cachos para tonelada pelo peso médio ponderado dos frutos contidos nos cachos. O total nacional corresponde à soma das produções de cada região, sendo o peso médio ponderado dos cachos, segundo a representatividade dos vários cultivares: Nordeste (10,06 kg), Norte (9,79 kg), Centro-Oeste (15,16 kg), Sul (18,52 kg) e Sudeste (14,57 kg).

(2) Feita a conversão de mil frutos para tonelada pelo peso médio do fruto (163,2 g).

Fonte: dados básicos da FIBGE.

Essa realidade dos citros para mesa constitui a regra da fruticultura brasileira quando se destaca as frutas frescas¹¹⁷, e pode ser evidenciada com

¹¹⁶ A análise de MAIA (1996) mostra detalhadamente a evolução do complexo paulista de sucos cítricos, com destaque para a estrutura de mercado e os acordos de preços. Outro trabalho relevante e que aborda a recente expansão do consumo de sucos no mercado interno com base no suco pronto para beber e nos sucos naturais produzidos à vista do consumidor, foi realizado por MAIA & AMARO (1994). Para uma visão conjunta da citricultura brasileira no período recente, ver o trabalho de MAIA et al (1996). Quanto ao reduzido desenvolvimento dos citros frescos (de mesa) no Brasil, ver SOUZA & GONÇALVES (1994) que mostram tratar-se de outra citricultura, aqui inexistente da forma desenvolvida no sentido da produção e logística, a não ser em localizados plantios de Tangerina Murcote e das Laranjas Baia e Lima.

¹¹⁷ Essa análise mostra o quão relativo do ponto de vista qualitativo foi o desenvolvimento da agricultura brasileira, pois as frutas frescas correspondem a produtos de demanda crescente em função de mudanças qualitativas no consumo de sociedades desenvolvidas, cujas necessidades básicas de alimentação centradas nos cereais e proteína animal, estão satisfeitas, encontrando-se num processo de sofisticação de consumo com frutas e olerícolas (alimentos naturais). No caso da banana, uma visão do atraso da atividade no Brasil em relação ao padrão vigente no contexto internacional pode ser encontrada em GONÇALVES, PEREZ & SOUZA (1994). Sobre a fragilidade da estrutura de produção e logística da fruta de mesa brasileira no contexto internacional ver GONÇALVES et al (1995) e no tocante ao pequeno desenvolvimento da produção de mudas,

nitidez na banana, onde a despeito de ser um dos maiores produtores mundiais, o Brasil tem uma participação irrisória no mercado internacional tendo perdido até mesmo o Mercado do Prata, antes cativo, para a banana equatoriana. Não se constituiu no Brasil logística de produção e distribuição de frutas frescas de qualidade, com a presença das grandes *tradings companies*, que dominam o mercado mundial desses produtos, nem das organizações alternativas encontradas em Israel e África do Sul representadas pelos *Boards* exportadores. Isso representa a razão básica do porque, apesar da potencialidade imensa da fruticultura brasileira para mesa, não apresentar condições estruturais de competição com países como o Chile e a África do Sul, para resumir-se apenas ao Hemisfério Sul. A inserção brasileira ocorre de maneira marginal como na uva fina de mesa (do Vale do São Francisco no Nordeste) e na maçã (de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), ou ainda em produtos que, embora tenham relevância localizada, são pouco expressivos em termos do volume das transações mundiais de frutas frescas, como o melão potiguar, mamão capixaba e abacaxi paraibano. Noutras palavras, excetuando-se as frutas processadas na forma de sucos e vinhos (uva vinícola e citros para sucos), o desenvolvimento da produção nacional é irrisório.

Nos olerícolas, os produtos que se destacam economicamente são o tomate e a batata¹¹⁸. No caso do tomate, na verdade, tem-se duas culturas com características diferenciadas: o envarado para mesa e o rasteiro para indústria. A produção brasileira de batata subiu de 336 mil toneladas em 1934-36 para 2,5 milhões de toneladas em 1994-96, enquanto a de tomate passou de 62,6 mil toneladas em 1944-46, para 2,7 milhões de toneladas em 1994-96 (Tabela 39). Quanto ao tomate rasteiro, tem ocorrido transferência da cultura, e das estruturas industriais, paralelamente por várias regiões criando novos núcleos de oferta dada a presença de percentual elevado de produção sob contrato. Atualmente, localiza-se no Norte e Noroeste Paulista, com cerca de 45% da produção e no Vale do São Francisco (25%). A importação de polpa de tomate para a indústria de derivados também tem pressionado a produção nacional, face às facilidades encontradas nos negócios dentro do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). No caso do tomate para mesa, face à maior perecibilidade, as áreas de produção localizam-se na proximidade dos centros consumidores, numa complementaridade de safras sazonais como ocorre, por exemplo, no Estado de São Paulo entre as regiões de Campinas e do Alto Ribeira de Apiaí.

segmento estratégico desse setor, ver GONÇALVES (1997a). Um aspecto relevante a destacar no caso da banana consiste no fato de que a oferta de 7 milhões de toneladas da fruta não representa igual consumo pois as perdas são muito elevadas, como decorrência exatamente dessa logística deficiente e incompatível com os padrões internacionais. Na banana, essas perdas chegam 38%, com o que do total colhido apenas 4,3 milhões são efetivamente aproveitados. Sobre as perdas de frutas e olerícolas ver o trabalho de TSUNECHIRO, UENO & PONTARELLI (1994), que mostra serem elas expressivas inclusive nos supermercados, que aqui têm acompanhado o padrão de pequeno aprimoramento nos métodos de armazenamento, manuseio e exposição de alimentos frescos. As seções de frutas e olerícolas de lojas de redes internacionais aqui instaladas, como o francês Carrefour (líder de vendas no mercado brasileiro), ainda mostram os arcaicos sistemas de "montes" de frutas e olerícolas dispostos sobre as próprias caixas de transporte da lavoura à cidade.

¹¹⁸ Maiores detalhes sobre a evolução recente das olerícolas no Brasil podem ser encontrados no estudo de CAMARGO F^o et al (1994) para a produção de tomate envarado; em CAMARGO F^o et al (1993a) para a batata e, caso haja interesse em maiores informações sobre a cebola, mais importante hortaliça de condimento, ver CAMARGO F^o et al. (1993b). Sobre o tomate envarado ver GRAZIANO NETO (1977) e NUEVO (1994). Muitas outras olerícolas são cultivadas no Brasil, formando, no conjunto, uma atividade relevante para o abastecimento e renda agrícola. Entretanto, tal como as frutícolas, as estatísticas disponíveis são muito precárias. Conquanto se reconheça essa limitação, a análise da batata e do tomate bastam para os propósitos aqui determinados.

A batata apresenta acentuada perecibilidade, ainda que em menor grau que o tomate, e seu consumo é predominantemente *in natura*, ainda que tenha crescido na forma processada. O abastecimento nacional realiza-se basicamente com a produção interna, por meio da complementaridade de safras sazonais das águas, das secas e de inverno. Tal como o tomate (da mesma família das solanáceas), a batata é exigente em tecnologia e no uso de insumos industriais. Na produção de batata e de tomate, como do conjunto das olerícolas de consumo *in natura*, a integração no mercado globalizado promove uma profunda reestruturação setorial, na medida em que se ampliam as complementaridades de safras. Com a consolidação da integração da economia brasileira no MERCOSUL, estão ocorrendo essas adaptações; num espaço geográfico mais amplo, principalmente nas relações inter-hemisféricas, algumas nações são importadoras num período do ano e exportadoras em outro. Nessas brechas de mercado, tem aparecido países especializando-se na exploração de vantagens sazonais, para atingir os mercados da América do Norte e Europa, tal qual os exemplos mais próximos são o Chile e a África do Sul. O Brasil, mesmo com sua imensa potencialidade nesse campo, ainda não desenvolveu estrutura de produção compatível com a inserção competitiva no mercado internacional. A experiência organizacional nacional que mais avançou no campo das frutas e olerícolas frescas com padrão elevado de qualidade no mercado interno e que ganhava espaço internacional - a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC-CC) -, acabou enfrentando grave crise e se desfazendo nos anos 90¹¹⁹.

Como produtos intermediários destacam-se o algodão, o milho e a soja¹²⁰, que se constituem em matérias-primas para alimentação animal - além de indústrias específicas como os têxteis, óleos vegetais, matinais e outros produtos da alimentação humana. No caso do algodão, a produção brasileira, mesmo tendo ganho alguma expressão por ocasião da Guerra de Secessão Norte-americana na segunda metade do século XIX (CANABRAVA, 1951), sua estrutura de produção, foi desenvolvida a partir da consolidação da agroindústria têxtil, com a constituição da indústria brasileira de consumo no primeiro quartel deste século (CANO, 1980). Neste século, a cotonicultura brasileira ampliou consideravelmente a oferta de algodão em caroço que subiu de pouco mais de 1 milhão de toneladas em 1934-36, para 2,4 milhões em 1984-86. Contudo, nos anos 90, no contexto da febre da abertura do mercado interno, a produção nacional foi exposta à concorrência desleal com produtos estrangeiros sustentados em políticas de subsídios à produção e exportação, mergulhou numa crise persistente,

¹¹⁹ Uma análise da formação da CAC-CC e seu apogeu pode ser vista no trabalho de VEGRO (1992), que mostra o processo de formação do grande conglomerado cooperativo, iniciado por imigrantes japoneses produtores de batata desde a década de 30 até seu trágico fim nos anos 90. A despeito de outras razões, que certamente pesaram, foi a tentativa de substituir o Estado como sustentáculo da produção com postura de mobilizar recursos numa ação anticíclica para manter o crescimento empresarial que levou o conglomerado de mais de 20 mil associados à derrocada. Como mostram GONÇALVES & VEGRO (1994) foram as dívidas dos cooperados com a cooperativa que, alcançando mais de 25% superiores ao faturamento global da CAC numa conjuntura de juros elevados, acabaram a desestruturando financeiramente. De qualquer modo saliente-se a magnitude da perda como percussora da moderna logística para produção e distribuição de produtos frescos, tanto o é que a maçã catarinense e a uva do Vale do São Francisco são tributárias dessa experiência pois muitos dos principais formuladores são egressos da CAC.

¹²⁰ Apesar de apresentarem características distintas, essas três matérias-primas agroindustriais associam-se diretamente a agropecuária ao desenvolvimento da indústria, sendo o algodão a base da 1ª Revolução Industrial e o milho e a soja elementos centrais da indústria da agricultura da 2ª Revolução Industrial. Em todas elas a agropecuária brasileira realizou significativo crescimento de produção desde os anos 30.

desestrutu-rando-se. Em função disso, a produção nacional de algodão em caroço reduziu-se para 1,3 milhão de toneladas em 1994-96 (Tabela 40), e, de grande exportador, o Brasil tornou-se a maior nação importadora de algodão no contexto mundial, com compras externas em torno de 500 mil toneladas de algodão em pluma para um consumo anual de 850 mil toneladas nos últimos anos (URBAN et al., 1995)¹²¹.

Tabela 40 - Evolução da Produção de Algodão em Caroço, Milho e Soja, Brasil, Médias Trienais, 1934-36 a 1994-96.

Triênio	(em toneladas)		
	Algodão	Milho	Soja
1934-36	1.042.705	5.648.723	...
1944-46	1.335.020	5.331.937	12.000
1954-56	1.184.328	6.825.908	113.048
1964-66	1.874.009	10.963.686	474.349
1974-76	1.563.416	16.786.273	9.665.553
1984-86	2.443.557	21.237.759	15.716.534
1994-96	1.291.619	33.567.775	24.578.190

Fonte: dados básicos da FIBGE.

O milho constitui-se no mais importante cereal da agropecuária brasileira. Trata-se de uma cultura nacional que, entretanto, não desenvolveu com a plenitude suas potencialidades¹²². A colheita de milho nacional que era de 5,6 milhões de toneladas no triênio 1934-36, passou para 33,6 milhões em 1994-96 (Tabela 40), experimentando crescimento vertiginoso que, ainda assim, apenas coloca o Brasil no limite da auto-suficiência. Para um consumo médio de cerca de 35 milhões de toneladas, a exigência de importações para garantir o

¹²¹ A cultura do algodão conheceu grande desenvolvimento no Brasil acompanhando a evolução da indústria têxtil. Tem sido apresentada pelos economistas agrícolas como exemplo de capacidade de criação de núcleo endógeno de geração e difusão de tecnologia agropecuária (AYER, 1970). Foi enorme o sucesso da pesquisa algodoeira paulista na elevação da produtividade e da qualidade da fibra (com maior comprimento pois do predomínio de 22-24 mm nos anos 20, atingiu a prevalência de 30-32 mm nos anos 90). Entretanto, nos anos 90 a política econômica de abertura do mercado brasileiro ao produto estrangeiro, que tem subsídio na origem (na produção e na exportação), expôs a cotonicultura brasileira à concorrência desleal levando ao progressivo desmonte das conquistas realizadas nesse campo. Como num passe de mágica, o moderno algodão nacional tornou-se arcaico e não competitivo na visão do defensores do mercado auto-regulável. Sobre a cotonicultura, ver a tese pioneira da economia agrícola brasileira realizada por Ruy Miller Paiva nos anos 40 (PAIVA, 1941), cuja publicação em português data dos anos 90 (PAIVA, 1996). Sobre a relação entre o desenvolvimento do complexo têxtil e a produção de algodão ver URBAN et al (1995) e sobre a crise recente e o distanciamento dos objetivos das indústria têxtil em relação às algodoeiras e cotonicultura ver o trabalho de GONÇALVES et al (1997).

¹²² A cultura do milho constitui-se numa cultura nacional, na medida em que é praticada em todas as unidades da federação e nem sempre como cultura principal; por isso, apresenta enormes diferenças tecnológicas e estruturais, refletindo-se em rendimentos muito diferenciados (TSUNESHIRO, FERREIRA & MORICHI, 1996). Mesmo no Estado de São Paulo, onde o padrão tecnológico apresenta-se mais elevado, com médias estaduais de rendimento agrícola superiores às nacionais, o consumo do milho na propriedade mostra-se significativo (PIVA et al, 1990). O milho, junto com a soja, compõe o núcleo da alimentação animal, sendo definidor de competitividade do complexo protéico-animal, em especial para as carnes suína e avícola, e ovos, além de outras potencialidades como o crescente consumo de óleo comestível de milho e de alimentos matinais a base desse produto. Sobre as possibilidades brasileiro no comércio internacional ver CARVALHO (1972), no tocante à sua importância na agropecuária brasileira, ver ALVES (1981), e para a recente expansão nos cerrados ver OLIVEIRA (1985). Ainda discutindo a evolução e perspectivas do milho no Brasil, numa análise comparativa com as principais nações produtoras mundiais, pode ver o estudo de ESPÍRITO SANTO, DAMASO & NASSAR (1994).

abastecimento interno foi em torno de 1,4 milhão no triênio 1994-96. Dessa maneira, ainda que sejam expressivas as conquistas na produção de milho, a modernização da agropecuária brasileira não logrou inserir o país no rol de exportadores mundiais do grão, a despeito das imensas potencialidades de expansão e do domínio de técnicas, que permitem obter rendimentos agrícolas compatíveis com os obtidos nos principais centros produtores de milho do mundo. Ressalte-se que a inserção competitiva da carne avícola brasileira deriva diretamente da capacidade de produção nacional de milho.

Essa realidade complementa-se com a soja, na qual o Brasil insere-se internacionalmente como um dos maiores produtores e exportadores¹²³. O crescimento da oferta dessa oleaginosa foi vertiginoso, passando de apenas 12 mil toneladas em 1944-46, quando inicia-se o plantio em escala, para 24,6 milhões de toneladas em 1994-96. Esse avanço resulta dos estímulos das políticas públicas, que procuravam alargar a oferta nacional para usufruir dos estímulos da expansão da demanda de farelo de soja no mercado internacional. Contribuiu sobremaneira o desenvolvimento tecnológico, em especial no campo do melhoramento genético que, superando as limitações do fotoperiodismo - que circunscrevia a cultura à faixa subtropical do território nacional das terras gaúchas -, criou a soja tropical e, com isso, possibilitou o plantio no Cerrado e em áreas equatoriais, como o Sul do Maranhão e Oeste de Bahia. Desse desenvolvimento da cultura, resulta a posição privilegiada do Brasil como exportador de farelo e óleo de soja, além do próprio grão, situação essa que potencialmente pode ser consideravelmente ampliada nos cultivos do cerrado.

Finalizando a análise do comportamento da produção das lavouras no Brasil, resta verificar a evolução das culturas da cana para indústria, do café e do cacau, as três representando a tradição histórica como atividades construtoras da estrutura agrária e social do campo brasileiro. A cana para indústria, após mais de 5 séculos de introdução nas terras brasileiras, continua a matéria-prima da principal agroindústria brasileira, sendo a de maior volume físico produzido. Em 1934-36, foram colhidas 17,6 milhões de toneladas de cana, nível que, num crescimento sistemático, atingiu 306,6 milhões de toneladas em 1994-96 (Tabela 41)¹²⁴. A despeito das profundas transformações da agropecuária brasileira, a expansão canavieira consolida essa cultura como a mais dinâmica da produção interna reassumindo a posição que havia perdido para o café, no final do século XIX. Tanto isso constituiu elemento central da agropecuária nacional, que o

¹²³ A soja difundiu-se no Brasil como cultura de grandes áreas e de elevada produtividade - como elemento disseminador da moderna produção de grãos com base na mecanização intensiva. Dentro do "modelo americano" de agricultura, essa leguminosa constituiu-se num bem intermediário, fundamental como matéria-prima da alimentação animal, em conjunto com o milho, e dos óleos vegetais para alimentação humana, além de outros múltiplos usos como para fabricação de margarinas. Uma visão da expansão da soja no Brasil pode ser encontrada em ZOCKUN (1978), sobre a indústria da soja ver WILLIAMS & THOMPSON (1988), e no tocante às diferenças regionais do crescimento da cultura ver NOGUEIRA JR & NEGRI NETO (1982).

¹²⁴ A cana para indústria representou a primeira cultura econômica relevante da agricultura nacional no contexto da expansão da agroindústria açucareira nordestina no período colonial. No século XX, essa atividade desenvolveu-se no Estado de São Paulo, que acabou por tornar-se o principal produtor nacional. A partir da década de 70, além do açúcar, cresce a destinação da cana para a fabricação de álcool combustível. Sobre a política para o complexo sucroalcooleiro, fontes imprescindíveis são os trabalhos de SZMRECSÁNYI (1978 e 1979), no tocante aos efeitos da expansão canavieira na concentração fundiária ver RAMOS (1991) e GONÇALVES (1991), a respeito do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) verificar VEIGA Fº, GATTI & MELLO (1980) e MARTIN, CANCEGLIERO & VEIGA Fº (1980), além do estudo de VEIGA Fº & SANTOS (1995) que analisa a evolução do padrão tecnológico da cultura para o Estado de São Paulo.

núcleo moderno do complexo sucroalcooleiro localiza-se em Ribeirão Preto, exatamente nas terras em que reinara o café. No momento atual, face aos preços estimuladores no mercado internacional, amplia-se a produção de açúcar, com o álcool perdendo espaço como combustível, revertendo as expectativas dos anos 70.

A cafeicultura deslocou o núcleo dinâmico da economia agropecuária nacional, do Nordeste para o Sudeste no final do século XIX. No início como cultura exigente em terras férteis seguiu a trilha da terra roxa e ocupou os solos de maior fertilidade do eixo Campinas-Ribeirão Preto no Oeste paulista, em seguida dirigindo-se ao Norte do Paraná¹²⁵. A crise dos anos 30 levou à profunda reestruturação da lavoura cafeeira, com tal e intenso progresso tecnológico que, com a criação do cultivar IAC-Mundo Novo, as terras menos férteis, representadas pelos solo podzolizados da Alta Paulista, puderam ser ocupados pelo plantio dessa rubiácea; depois ela avançou pelo Triângulo Mineiro e Espírito Santo, estando agora em processo de evolução na área de cerrado. A produção nacional de café que havia caído de 2,9 milhões de toneladas em 1934-36 para 1,6 milhão em 1944-46, recupera-se e volta ao patamar de 2,9 milhões em 1984-86, para apresentar nova queda e atingir 2,3 milhões em 1994-96 (Tabela 41). A situação atual da cafeicultura demanda o desenvolvimento de mecanismos alavancadores da qualidade do produto nacional, correspondendo à transição do sistema extensivo para o intensivo, inclusive com a adoção do plantio adensado, que exige menos áreas para obter maior produção (MARTIN, VEGRO & MORICCHI, 1995).

Tabela 41.- Evolução da Produção de Cana para Indústria, Café e Cacau, Brasil, Médias Trienais, 1934-36 a 1994-96.

Triênio	Cana para Indústria	Café em Grão	Cacau
1934-36	17.656.830	2.907.625	120.572
1944-46	26.083.446	1.625.906	119.285
1954-56	41.740.189	2.257.349	160.654
1964-66	72.668.514	2.834.797	161.624
1974-76	96.769.698	2.175.524	226.100
1984-86	236.231.880	2.914.889	406.482
1994-96	306.656.120	2.334.856	313.143

Fonte: dados básicos da FIBGE.

Outra cultura perene de enorme importância regional é o cacau¹²⁶. O

¹²⁵ A cafeicultura tem sido estudada sob diversos aspectos no contexto econômico, Dentre a ampla literatura sobre o complexo cafeeiro destacam-se os estudos de MILLIET (1939) e de DELFIM NETO (1959), clássicos sobre o assunto. Merecem destaque ainda, para uma cronologia da evolução da cultura, o trabalho de PAIVA et al (1961) sobre a indústria paulista de café, o estudo de MATSUNAGA et al (1977) sobre a evolução da cafeicultura e o trabalho de FREITAS (1979) para a periodização da política cafeeira. Tendo sido a atividade fundante da moderna agropecuária, o café passou por profundas transformações da base técnica deixando de ser um cultura de "terra roxa" e da grande propriedade, que a caracterizava no início do século, para ganhar os "podzolizados" e propriedades menores nos décadas mais recentes. Sobre essa mudança no café, ver o estudo de VEIGA Fº, ASSEF & SOUZA (1985) e de GONÇALVES (1990).

¹²⁶ A cacauicultura representa uma atividade econômica sobre a qual se assentou a agropecuária do Sul da Bahia, organizando grandes fazendas de produção dessa matéria-prima da agroindústria do chocolate. O Brasil destaca-se como exportador de cacau, que, entretanto, enfrenta grave crise, decorrente de oferta superior à fatia de mercado externo, ocupada pelo produto nacional e, principalmente, pelo aparecimento e disseminação da doença denominada "vassoura-de-bruxa", que

núcleo de produção localizado no Sul da Bahia vive na instabilidade das enormes variações de demanda de amêndoas no mercado internacional, o que, refletindo-se em grandes flutuações de preços, gera variações expressivas de renda de ano para ano. A produção brasileira, que era de 120 mil toneladas no triênio 1934-36, alcançou 406 mil toneladas em 1984-86, desde quando reduziu-se para 313 mil toneladas em 1994-96 (Tabela 41). Além dos problemas internos de maiores custos em função das infestações de podridão parda e vassoura de bruxa, situação magnificada pelo perfil conservador da maioria dos cacauicultores, o que cria estrangulamentos à reestruturação competitiva da produção baiana, o mercado internacional passa por mudança significativa nos mecanismos de regulação, com dificuldades crescentes na renovação das cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Cacau. O crescimento da expressão dentro da cultura dos produtores com melhor perfil empresarial e tecnológico, constitui tendência na reestruturação da atividade.

A produção de proteína animal, envolvendo carnes, leite e ovos, completa as atividades de maior expressão dentro da agropecuária brasileira. Na produção de carnes, a agropecuária brasileira mostra grande crescimento da oferta desde o início dos anos 60, quando eram produzidos 2 milhões de toneladas, para atingir 10,1 milhões no triênio 1994-96 (Tabela 42). Apesar desse aumento significativo, a presença marcante da produção de carnes, especialmente a bovina, no regime de pastagem extensiva, representa um indicador relevante no sentido da relativização dos avanços verificados na agropecuária brasileira. Exemplo relevante pode ser dado com a expressão desse tipo de atividade na agropecuária paulista, que não apenas foi o berço, como apresenta índices elevados de modernização¹²⁷. A pastagem ainda representa, em 1996, cerca de 11 dos 18 milhões de hectares da área agrícola estadual, e a carne bovina, como atividade predominantemente extensiva, destacava-se em 1995 como o segundo principal produto com R\$ 831 milhões de valor da produção, superada apenas pela cana para indústria (R\$ 2,16 bilhões). Na agropecuária paulista, o conjunto do complexo protéico animal obtinha níveis similares ao da cana com R\$ 2,15 bilhões (TSUNECHIRO, 1996).

Tabela 42.- Evolução da Produção de Proteína Animal (Carnes, Leite e Ovos), Brasil, Médias Trienais, 1961-63 a 1994-96.

Triênio	Carnes	Leite(1)	Ovos(1)
1961-63	2.073	5.412	229
1964-66	2.288	6.668	271
1971-73	3.235	7.477	372
1974-76	3.482	9.887	491
1981-83	4.790	11.770	798
1984-86	5.506	12.545	1.047
1991-93	8.659	15.561	1.356

eleva os custos de produção e dizima as plantações em que não são utilizadas as práticas recomendadas. Sobre a indústria brasileira de chocolate, consultar o trabalho de BARROCO & MENEZES (1987), no tocante à organização das fazendas de cacau ver CARTIBANI (1980) e sobre a crise da lavoura cacauzeira recomenda-se o estudo de NASCIMENTO et al (1994).

¹²⁷ Sobre a pecuária extensiva no Brasil Central e São Paulo nos anos 70, consultar TOYAMA, MARTIN & TACHIZAWA (1978). No tocante à tecnologia e concorrência na indústria brasileira de carnes em geral verificar o estudo de CAMPO (1994). No caso particular do complexo carnes catarinense, indica-se o trabalho de MIOR (1992) e sobre a realidade atual do complexo carnes e a inserção dos pequenos produtores importante reflexão pode ser vista em MULLER (1996).

de 1,3 milhões de toneladas em 1961-63 para 4,7 milhões em 1994-96 vem tendo sua posição ameaçada pelo crescimento das carnes avícola e suína. A produção de carne avícola aumentou de 145 mil toneladas para 3,8 milhões, no mesmo período, com destaque para o salto realizado da passagem dos anos 70 para os 80, com manutenção dessa tendência¹³¹. A oferta de carne suína também realizou importante avanço saindo de 566 mil toneladas para 1,5 milhão entre o início dos anos 60 e a metade dos 90 (Tabela 43)¹³². No conjunto das carnes, o desempenho mais significativo foi executado pela produção de frango de corte, não apenas por ameaçar a liderança interna da carne bovina mas por constituir-se numa atividade exportadora com inserção expressiva nos mercados do Oriente Médio e Europa. Trata-se de atividade intensiva em capital, com invejável dinamismo tecnológico, que a coloca dentre as mais modernas no contexto mundial. Isso a diferencia da pecuária bovina que, conquanto também seja exportadora, apresenta perfil predominante de atividade extensiva tradicional, em que sequer os mecanismos de qualidade e de sanidade encontram-se largamente difundidos.

Tabela 43.- Evolução da Produção de Carnes por Espécie (Bovina, Avícola e Suína), Brasil, Médias Trienais, 1961-63 a 1994-96.

Triênio	Bovina	Avícola	Suína
1961-63	1.362	145	566
1964-66	1.462	213	613
1971-73	2.030	447	728
1974-76	2.151	575	756
1981-83	2.292	1.586	912
1984-86	3.184	1.535	787
1991-93	4.482	2.955	1.222
1994-96	4.794	3.867	1.490

Fonte: FAO(Agrostat) e FNP.

A análise conjunta do comportamento estrutural da oferta dos principais produtos agropecuários no Brasil traz à tona elementos relativizadores dos avanços verificados, sem que isso constitua negação da importância das mudanças ocorridas. São, entretanto, elementos persistentes, que demonstram o não-rompimento com alguns estrangulamentos que freiam o desenvolvimento setorial. O mais visível é o de que, desde o período colonial, o rural brasileiro está marcado pela presença do latifúndio canavieiro, tendo como figuras centrais na ordem política e econômica os senhores de engenho, com suas plantações para o fabrico do açúcar. Pois bem, no momento atual, se não são mais latifúndios mas grandes propriedades modernas, se os senhores de engenho são agora industriais, os usineiros capitalistas, se não produz-se apenas açúcar mas também álcool

LAZZARINI NETO, LAZZARINI & PISMEL (1996) e MORICOCHI et al (1995).

¹³¹ O trabalho de GIULIETTI et al (1980) apresenta uma visão da avicultura nos anos 70 e pode ser atualizado por inúmeros estudos que têm focado o complexo brasileiro produtor de frango de corte, como o de MARTINS (1996). Pode-se ver a questão tecnológica em LIMA (1985) e RIZZI (1993), uma visão do interior paulista, em MORTARA (1982) e outros estudos como o de FARINA (1992).

¹³² A análise da produção e da rentabilidade da particular estrutura paulista de criação de suínos para o mercado de carne fresca foi realizada, no tocante a custos e renda, por SANTIAGO (1989). Uma visão mais geral da suinocultura nacional, sua diferenciação tecnológica e estrutura de produção e distribuição pode ser encontrada em WEDEKIN & MELLO (1995), o que se complementaria com a visão prospectiva dessa cadeia formulada por GOMES et al (1996).

combustível, a cultura da cana para indústria continua sendo produto dos mais importantes da agropecuária nacional e o mercado internacional de açúcar mantém-se firme na determinação da dinâmica setorial. A cana, que em certa medida foi vencida pelo café na emergência da República, deu a volta por cima e ocupa, numa posição incontestável, as terras dos antigos cafezais, que tiveram que buscar outros espaços: o da adaptação a solos menos nobres que a terra roxa.

O café, que estruturou a agropecuária do Sudeste e sustentou o processo de transformação econômica - pois, nas suas franjas ergueu-se a moderna indústria nacional -, perdeu as terras mas não a majestade. Alargando fronteiras para o plantio dessa rubiácea incorporou-se às regiões de agropecuária mais moderna do país representadas pelo Oeste Paulista e Norte Paranaense. O fastígio do complexo cafeeiro da República Velha não significou o abandono dessa tarefa estruturante do café, pois a nova cafeicultura - centrada em tecnologia endógena (com a geração pela genética nacional do cultivar IAC-Mundo Novo, o "Zebu do café") - passou a ocupar solos os podzolizados da Alta Paulista, as áreas do Cerrado Mineiro e as zonas cafeeiras do Espírito Santo. De qualquer maneira, o café ainda desempenha um papel estratégico na economia agrária brasileira, sendo, ainda, um dos principais produtos da pauta de exportações. Os movimentos de melhoria da qualidade, os sistemas adensados de plantio e a presença relevante do País no mercado internacional do produto, ainda fazem do café uma opção de expansão estruturadora da agropecuária nacional.

As transformações certamente modernizaram a cana e o café, e por isso mesmo estes produtos posicionam-se com destaque na economia brasileira. A essa "dobradinha", foram incorporados outros produtos, como os sucos cítricos, a soja e o frango de corte. O algodão brasileiro, que chegou a ocupar destacado lugar como exportador no mercado internacional, não sobreviveu à política de abertura sem salvaguardas praticada nos anos 90 e, em 1997, o Brasil foi a maior nação importadora de pluma. A diversificação da pauta das exportações agropecuárias brasileiras -, se a inserção competitiva for tomada como indicador de modernização da estrutura produtiva -, resume-se fundamentalmente ao complexo cítrico organizado com base em estímulos da demanda externa, que fez alastrar extensos pomares em terras paulistas; ao complexo soja, introduzido por semelhante razão, e que representa o único grão em que o Brasil tem participação de destaque no cenário mundial, e à moderna agroindústria de carne avícola, também exportadora e sustentada pela oferta interna de grãos, além da modernização setorial.

A agropecuária brasileira, vista pelo ângulo dos grãos - que representam a base da agropecuária Norte-americana e que fizeram desta a líder incontestável no cenário internacional -, apresenta um desempenho que, se imensamente melhor que o vivido nos anos 40 e 50, de maneira alguma significa a superação de todos os desafios que a fariam compatível com a generalização dos padrões de produção e consumo de uma economia continental desenvolvida. O Brasil importa parcelas, ainda que pequenas, de arroz, feijão, milho e de uma grande parte do trigo que consome. O quadro geral da agropecuária brasileira, do lado da magnitude absoluta dos seus indicadores de oferta, mostra uma realidade muito aquém das necessidades da generalização para toda a população dos padrões de consumo vivenciados nas economias desenvolvidas da América do Norte e Europa. Está certo que, para a renda nacional dada pela estrutura desigual de distribuição -que caracteriza a sociedade nacional -, a produção global satisfaz à demanda efetiva, revelada pelo poder de compra. Mas essa mesma demanda mostra quão longe está da potencial, que simples movimentos de estabilização de preços com

controle da inflação - como no Plano Cruzado na metade dos anos 80 e do Plano Real nos anos 90 -, fazem o consumo crescer de maneira significativa, levando as autoridades gestoras da política macroeconômica a preocupar-se em mantê-la sobre controle.

Noutras palavras, tendo saído de uma realidade, de fato muito preocupante, de oferta reduzida nos anos 40, a agropecuária brasileira conheceu grandes e efetivos avanços de volume produzido das principais culturas. Se existiam algumas razões para que alguns teóricos levantassem as teses da inelasticidade da oferta, nos anos 50 e 60, hoje essas proposituras inscrevem-se dentre aquelas cuja história soterrou no seu devir transformador. Mas a demanda, continua deprimida, agora por um perfil distributivo da renda ainda mais desigual. A representação da renda dos brasileiros, mesmo como retas orçamentárias dos conhecidos modelos neoclássicos de mensuração da preferência do consumidor, faz com que essas retas tangenciem curvas de indiferença muito próximas da origem, o que revela reduzido grau de satisfação, ou seja, enormes níveis de insatisfação. Demonstrada a capacidade de alargar imensamente a oferta de produtos, a agropecuária vive ainda um velho dilema, do qual não conseguiu fugir: a necessidade de ampliação do mercado interno. Para isso as receitas das mudanças sem reformas estruturais parecem fadadas ao fracasso, pois ampliar mercado significa maior número de consumidores ativos com renda suficiente para exercer seu designio de realizar gastos.

Outro aspecto que emerge nítido da análise conjunta do desenvolvimento da agropecuária brasileira, também derivado da estrutura de demanda, mostra elementos de que a realidade de transformação produtiva, conformada para os grãos e algumas outras matérias-primas industriais, não constitui a regra da agropecuária brasileira. Numa primeira aproximação, verifica-se que o Brasil internalizou o "modelo americano" de agricultura - com suas relações internas e base técnica -, apenas para um conjunto de produtos. Tendo atingido a posição de um dos *New Agricultural Countries (NACs)*, ou seja país de desenvolvimento recente com base na agricultura moderna - o moderno padrão agrário brasileiro não abrange toda a agricultura, e, mesmo na maioria dos complexos produtivos, não abrange a totalidade das situações existentes. Isso porque, se é verdade que tal ocorrência pode ser detectada nos grãos e em algumas matérias-primas industriais, para as frutas (em especial as frutas frescas) não se constata a dominância das estruturas de governança da moderna agricultura como expressão dominante.

A demonstração desse fato pode ser realizada diretamente quando se visualiza o panorama geral da agropecuária. Nas lavouras, os segmentos mais dinâmicos seguindo de perto a estrutura produtiva norte-americana dos *belts* - cinturões de grãos que dominam regiões daquele país, como o Texas -, podem aqui ser encontrados nas zonas agrícolas do Centro-Sul. O próprio predomínio de culturas, como a soja e o milho, revela a característica fundamental da estrutura implantada¹³³. Agrega-se a essas atividades o complexo sucroalcooleiro, que além da produção de açúcar, atende a parte do consumo de combustível. Esta última, sim, constituiu contribuição genuinamente brasileira, propiciando a produção em

¹³³ Mais uma vez, tem-se aqui de relativizar a inserção internacional da agricultura brasileira, pois das mais importantes lavouras de grãos, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para as últimas safras, o Brasil configura-se como relevante exportador líquido apenas na soja. Nesse produto, para uma colheita de 23,2 milhões de toneladas, importa-se 800 mil, consome-se 21 milhões e exporta-se 3 milhões. Nas demais lavouras, o Brasil ou é importador relevante como o algodão (50% do consumo), ou pequeno comprador como nos casos do arroz (10% do consumo), do feijão (5% em especial de feijão preto argentino) e do milho (4% do consumo interno).

larga escala de energia renovável, com base em matéria-prima vegetal. O padrão fundamental dessa agricultura de grãos associa-se à agropecuária como fornecedora de matéria-prima às agroindústrias processadoras, que são o núcleo hegemônico dessas cadeias de produção.

Nas criações, tem-se uma realidade que acompanha essa perspectiva. A grande exceção está no complexo avícola - em especial, no seu segmento produtor de carne -, que, tendo montado uma estrutura de integração profundamente evoluída, tem inserção competitiva internacional, tanto em custos, como em qualidade. Entretanto, esse complexo adquiriu essa integração da granja para a frente, abastecendo-se de seu principal insumo (ração ou milho, farelo de soja e concentrados) no mercado aberto, onde, mais uma vez, prevalece a indiferenciação e a inexistência de integração a montante. Nas demais criações, em especial na pecuária, que se configura a maior atividade agropecuária brasileira, os mecanismos de integração vertical, por meio de contratos, são ainda precários. Os laticínios e os frigoríficos, mesmo os de cooperativas ou de empresas exportadoras, ainda procedem de forma que mais faz lembrar a intermediação tradicional que uma agroindústria processadora na "organização" da produção.

Nessa realidade, as necessidades de orquestrar interesses e harmonizar procedimentos para aumentar a eficiência do conjunto dos segmentos produtores de bens finais forjaram inúmeros mecanismos de coordenação vertical, que vão desde as diversas variantes de contratos até a integração de agropecuaristas para frente (por meio das cooperativas), até de agroindústrias para trás (com as plantações realizadas pelas empresas processadoras ou coligadas). Ressalte-se, contudo, que, a despeito desse aprofundamento de ações na busca da elevação da eficiência dos complexos no seu todo, com o progresso técnico sendo determinado tanto pela necessidade de maior rendimento agropecuário como de rendimento industrial mais elevado, essa realidade configura um nível de mudança ainda intermediário, quando comparado ao exigido para outros produtos como frutas frescas.

A explicação para essa situação de desenvolvimento intermediário no nível das relações inter-segmentos dos vários complexos produtivos está na característica fundamental de que, conquanto a qualidade e os custos da matéria-prima sejam relevantes para a eficiência setorial, o grão revela-se um produto indiferenciado, onde tanto o de alto teor, como o de baixo teor do elemento básico, acabam homogeneizados no produto final. Nesse sentido, a produção de farelo de soja e de óleos vegetais exige apenas grãos de soja, sem sequer serem atribuídos critérios de concentração como determinantes dos preços. O mesmo ocorre com o milho, ambos componentes da ração animal e de outros produtos. Toda a cana para indústria, mesmo com o ágio e o deságio pelo teor de sacarose, acaba se tornando açúcar ou álcool. Até mesmo em frutícolas, como os citrus, toda fruta colhida com teores distintos de sólidos solúveis, convertem-se em sucos.

Assim, nesses complexos produtivos o elemento fundamental da determinação da produtividade constitui a obtenção da maior quantidade de matéria-prima básica por unidade de área. A competitividade agropecuária associa essa produtividade, basicamente, a custos reduzidos de produção e de deslocamento até as unidades processadoras¹³⁴. Essa estrutura é compatível com

¹³⁴ Destaca-se aqui a competitividade de cada propriedade rural frente às demais produtoras da mesma matéria-prima, onde o teor do elemento desejado encontrado na mesma e a distância de sua área de produção até a "usina" determinam sua inserção no processo. A competitividade dos produtos "agroindustrializados" exige que se considere outros condicionantes nas relações para frente dentro das cadeias produtivas.

o abastecimento de matérias-primas pelas agroindústrias a mercado: ou seja, definindo o nível de produção agroindustrial, adquire-se um determinado volume de matéria-prima com determinadas características que, de forma alguma estão vinculadas a um conhecimento prévio da sua procedência rural. Uma indústria moageira de soja exige grãos de soja, matéria-prima genérica que não depende da procedência, mas apenas de custos compatíveis. Uma fiação de algodão, ainda que vincule o tipo de pluma ao produto final que fabrica, também não faz restrições de que propriedade vem sua matéria-prima. As fábricas processadoras de milho têm o mesmo padrão, e no conjunto dessas *commodities* pode-se abastecer em qualquer mercado onde a matéria-prima encontre-se disponível.

Essa realidade da organização da agricultura brasileira ainda faz prevalecer mecanismos típicos da concorrência, calcados em vantagens comparativas, sem que se tenham desenvolvidos os fundamentos de vantagens competitivas sustentáveis, ainda que muitos tenham falado pela competitividade. Duas ocorrências recentes marcam bem essa realidade. A primeira refere-se à dificuldade enfrentada pela produção brasileira no enfrentamento da concorrência com os produtos argentinos, com a criação da zona de livre comércio do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). As condições favoráveis de clima e de fertilidade do solo, aliadas à melhor organização da agricultura argentina, aparecem como os principais elementos desse processo. A segunda está no deslocamento da produção da produção de grãos, do então exemplo de agricultura moderna, representado pelo Sul/Sudeste, para o Centro-Oeste. As políticas públicas (tanto de financiamento do investimento, de construção de infra-estrutura, como os corredores multimodais de transporte, e os incentivos fiscais calcados em tributos, como o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS), explicam esse deslocamento com base em mecanismos ainda calcados em vantagens comparativas, agora forjadas pelo poder público.

No caso dos complexos de sucos cítricos e sucroalcooleiro, as diferenciações, que tendem a se expressar na busca de domínio territorial sobre as áreas onde se instalam as plantas industriais, decorrem de especificidades do processo, não associadas à qualidade da matéria-prima, que se configuram genéricas nessas áreas de domínio. A razão fundamental está no volume proporcionalmente mais expressivo de matéria-prima frente ao de produto final, com o transporte encarecendo o deslocamento até fábricas longínquas. No caso da cana para indústria, o volume de resíduos passíveis de aproveitamento no campo, também concorre para a ocupação das terras limítrofes às das usinas. Deste modo, como a laranja enquanto fruta, e a própria cana como matéria-prima, são produtos com média perecibilidade, não podendo transcorrer muito tempo entre a colheita e o processamento (da mesma maneira que ocorre no algodão em caroço), razões de ordem técnica acabam localizando essas estruturas industriais coladas à produção agropecuária.

Os complexos produtivos de frutas frescas de maneira alguma podem ter esse tipo de organização, uma vez que a diferenciação do produto final não resulta da agregação de qualidade na transformação industrial, mas sim de características intrínsecas e extrínsecas, derivadas e obtidas na produção biológica. Noutras palavras, coloração, tamanho, odor, sabor, inexistência de contaminação química e outros elementos diferenciadores do produto são determinados ainda no campo, cabendo às modernas estruturas a jusante, como as *packing-houses*, apenas preservar e dar destaque a essas qualidades desejadas, com beneficiamento, arma-zenamento e embalagem. Na verdade, a qualidade começa a ser definida na variedade adotada, que tem aparência e sabor

específicos, no solo e clima que de-terminam importantes características de coloração (cores fortes e mais intensas exigem regiões com latitudes que permitam maior equilíbrio em termos de fotoperíodo e exposição ao frio) e de paladar (por exemplo, a química do solo influencia a acidez). A condução da cultura tem relação direta com a qualidade do produto e, por tudo isso, a organicidade do complexo produtivo de frutas frescas deve atingir padrões mais elevados de coordenação vertical que a agroindústria processadora.

Finalizando a análise do comportamento da oferta da agropecuária brasileira, os elementos relativizadores dos resultados das transformações, de caráter quantitativo e qualitativo, trazem de volta as raízes estruturais que, condicionando um perfil desigual de distribuição da renda nacional, funcionam como determinantes da demanda interna. **As mudanças qualitativas que levam à ampliação do mercado interno, não apenas superando os limites do consumo ínfimo, mas sofisticando esse consumo com melhorias qualitativas, dependem de instrumentos de políticas públicas persistentemente voltados para alterações na distribuição da renda. Dado que a agropecuária enfrenta uma histórica e clara dificuldade no sentido que venham prosperar o neolivrecambismo no cenário das transações internacionais - ou seja, o mercado externo mostra-se um caminho inóspito como sustentáculo da expansão da produção -, resta o mercado interno como espaço para a valorização da produção agropecuária. Nesse espaço, mais que aumentar a renda nacional, é preciso distribuí-la de forma menos desigualitária, sem o que não se obtém a desejada incorporação de parcela crescentes da população ao consumo de massa, com ganhos quantitativos e qualitativos.**

1.3.3 - Agroprocessamento e distribuição: grande empresa e incremento no valor agregado ao produto

As transformações da agricultura brasileira nas últimas décadas alteraram profundamente a estrutura setorial de produção e logística, com a emergência de novos elementos que, não apenas incrementam o valor agregado ao produto agropecuário, transformando-o e padronizando-o, bem como representam a consolidação da grande empresa na governança desse processo. As alterações na dinâmica econômica foram intensas, tanto no plano tecnológico como empresarial, ambas resultantes do deslocamento do capital comercial tradicional, a velha intermediação, da posição de domínio do fluxo de bens e serviços dos principais encadeamentos da produção. O poder desloca-se para o grande capital ao mesmo tempo em que o processamento e o beneficiamento fazem do produto agropecuário original nada mais que um bem intermediário. Frise-se que isso também ocorre para os denominados produtos *in natura*, como o feijão, arroz, frutas frescas e as olerícolas, submetidos crescentemente a padrões de qualidade, que definem as cotações e as possibilidades de transações. O feijão e o arroz são emblemáticos dessa mudança, são procurados por marca, mesmo pelos consumidores de renda menor, e praticamente desapareceram as possibilidades de colocação dos produtos tipo 2. Essa característica dos grandes mercados metropolitanos, de vendas por qualidade e por marca, consolidam a posição do moderno atacado de beneficiamento e empacotamento, o que, para o conjunto da agricultura, representa a supremacia da grande empresa neste segmento, tal como já se configura nos segmentos agroindustriais.

No conjunto das agroindústrias, a mais antiga está representada pela sucroalcooleira, implantada no Brasil desde o período colonial. Esse antigo setor

mostra-se dentre os mais dinâmicos da agricultura brasileira no período recente, tanto que, desde os anos 50 a produção brasileira de açúcar vem crescendo sistematicamente, saindo de 29,3 milhões de sacas para 276,3 milhões de sacas: ou seja, realizando um expressivo acréscimo de 843% em pouco mais de 4,5 décadas. Uma alteração importante ocorreu na regionalização dessa produção com a região Norte/Nordeste, que respondia por 50,1% do volume produzido nos anos 50, e reduziu sua participação à metade, atingindo 24,2% na safra 1996/97. Dessa maneira, a parcela expressiva do aumento da produção brasileira de açúcar resultou da expansão das usinas do Centro-Sul, região que, da metade da produção nacional na safra 1950/51, passou a responder por mais de 3/4 na safra 1996/97 (Tabela 44). Ainda que marcado por enorme heterogeneidade, mais notada no contexto inter-regional (embora seja expressiva também dentro das regiões), a produção brasileira de açúcar vem mantendo posição relevante no mercado internacional do produto, além de garantir adequado suprimento interno.

Tabela 44.- Evolução da Produção de Açúcar, Brasil, 1950-97.

(em 1.000 sc. de 50 kg)

Safra	Norte/Nordeste		Centro-Sul		Brasil
	Volume	%	Volume	%	
50/51	14.719	50,1	14.635	49,9	29.354
60/61	23.960	36,7	41.260	63,3	65.220
70/71	34.762	33,9	67.631	66,1	102.393
80/81	60.028	37,1	101.988	62,9	162.006
90/91	57.130	38,8	90.177	61,2	147.307
96/97	66.780	24,2	209.568	75,8	276.348

Fonte: Associação das Indústrias de Açúcar e de Alcool (AIAA).

A produção de álcool, também proveniente do complexo sucroalcooleiro, tem história mais recente em termos de expansão. Esse crescimento decorre da implementação do Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) a partir da metade da década de 70, como alternativa energética, em função do estímulo à substituição de derivados do petróleo, ou seja gasolina por álcool, em decorrência da crise internacional da época. Fruto da instalação de destilarias (em grande número anexas às usinas de açúcar), a produção brasileira de álcool hidratado (utilizado diretamente como combustível dos veículos) que fora 384,8 mil metros cúbicos na safra 70/71, cresceu expressivamente atingindo 10,2 milhões de metros cúbicos na safra 90/91. Nos anos 90, o estímulo governamental foi progressivamente reduzido, levando ao quase abandono da produção de carros a álcool, com o que a produção apresentou redução para 9,4 milhões de metros cúbicos. O fabrico de álcool anidro, utilizado para mistura com a gasolina, cresceu 252,3 mil metros cúbicos na safra 1970/71 para 2,1 milhões de metros cúbicos na safra 1980/81 mas, sofrendo a pressão do estímulo ao carro a álcool, reduziu para 1,28 milhão de metros cúbico em 90/91; revertendo a tendência (contrária à do hidratado), aumenta e atinge 4,6 milhões de metros cúbicos na safra 96/97. Desse modo, a produção brasileira de álcool saltou de 637,2 mil metros cúbicos em 70/71, para 14,0 milhões de metros cúbicos em 96/97, numa expansão extremamente expressiva (Tabela 45). As alterações nas prioridades governamentais nos anos recentes vem colocando obstáculos que podem comprometer o futuro do álcool combustível¹³⁵; no setor sucroalcooleiro, esse

¹³⁵ A queda expressiva da frota de veículos a alcool, na medida em que nos anos recentes a produ-

impacto não foi mais drástico frente ao aumento das exportações de açúcar.

Tabela 45.- Evolução da Produção de Álcool, Brasil, 1970-97.

Safras	(em metros cúbicos)				Total
	Hidratado		Anidro		
	Volume	%	Volume	%	
70/71	384.841	60,4	252.397	39,6	637.238
80/81	1.602.348	43,2	2.104.027	56,8	3.706.375
90/91	10.228.583	88,8	1.286.568	11,2	11.515.151
96/97	9.378.971	66,8	4.651.658	33,2	14.030.629

Fonte: Associação das Indústrias de Açúcar e de Álcool (AIAA).

A agroindústria citrícola insere-se entre aquelas onde o estímulo da demanda do mercado internacional foi decisivo. O suco de laranja concentrado orienta-se pela exportação que respondeu em todo período 1962-96, sempre por mais de 94,4% da produção. As vendas de suco no mercado interno, mesmo com a expansão dos produtos prontos para beber nos anos recentes, não atingiu mais que o equivalente a 20 mil toneladas (expresso na diluição de suco concentrado). Em função disso, o expressivo crescimento da produção brasileira, saltando de 235 toneladas em 1962 para 1,22 milhão em 1996, confunde-se com o volume exportado que avançou de 235 toneladas para 1,2 milhão no mesmo período (Tabela 46). Nesse segmento de sucos cítricos, as empresas líderes não apenas desenvolveram pomares próprios, com alto perfil tecnológico, como, além da fábrica, empreenderam a organização de uma ampla logística de comércio exterior. As frotas de caminhões para o transporte interno, os terminais portuários na origem e no destino (em especial nos portos estratégicos, como o de Rotterdam para a União Européia) e a estrutura de transporte marítimo, consolidam-se nas *tradings companies* dos próprios grupos agroindustriais cítricos para operar nesse negócio. Ressalte-se que o complexo citrícola também se constitui de outro produto relevante, os peletes de bagaço, de grande aceitação no mercado internacional, majoritariamente exportados, com vista, principalmente, ao arração animal.

Tabela 46.- Evolução da Produção de Sucos Cítricos, Brasil, 1990-96.

Ano	(em t)				Total
	Suco Conc. Exportado		Suco Merc. Interno(1)		
	Volume	%	Volume	%	
1962	235	100	-	-	235
1970	33.468	94,4	2.000	5,6	35.468
1975	180.897	97,3	5.000	2,7	185.897
1980	401.026	96,9	13.000	3,1	414.026
1985	484.785	97,0	15.000	3,0	499.785
1990	953.936	98,1	18.700	1,9	972.636
1996	1.200.750	98,3	20.000	1,7	1.220.936

(1) Estimativa realizada pela conversão das diversas diluições para suco concentrado.

Fonte: Associação Brasileira das Indústrias de Sucos Cítricos (ABECITRUS).

As dificuldades de operação no mercado norte-americano, altamente

ção foi praticamente desativada, não apenas reduz o número de consumidores de álcool hidratado, como tem levado à desativação da logística de distribuição final com redução das bombas de álcool nos postos de gasolina e ao envelhecimento da frota a álcool que migra para as periferias.

protegido por barreiras tarifárias, que o tornam quase cativo da produção californiana -, levou as principais empresas brasileiras a procederem a internacionalizarem sua produção, adquirindo empresas norte-americanas. Dessa maneira, abrem maiores possibilidades de competição nesse importante mercado para o qual as quantidades de sucos brasileiro revelavam-se cadentes nos anos recentes. Essa estratégia mostra o vigor desse segmento produtivo, que consolidou no Brasil - mais propriamente em São Paulo, onde se localiza seu núcleo mais dinâmico - uma ampla teia de amarrações institucionais de representação, inclusive no plano tecnológico e financeiro, para garantir a expansão da oferta de matéria-prima, num contínuo aprimoramento da produtividade dos pomares e elevação do rendimento industrial. Visualiza-se, assim, um complexo com posição competitiva sólida no contexto internacional, superando até mesmo obstáculos das políticas protecionistas das grandes nações capitalistas do Hemisfério Norte.

O complexo têxtil (incluindo o vestuário) representa outro segmento agroindustrial que registrou grande expansão no Brasil das décadas recentes. Trata-se do mais antigo segmento agroindustrial consolidado, seja no contexto mundial - quando foi a base dos bens de consumo da chamada 1ª Revolução Industrial inglesa -, seja no economia brasileira ganhando corpo na franja do apogeu cafeeiro do primeiro quartel do século XX. O consumo de fibras têxteis no Brasil, utilizado aqui como *proxy* da produção física, tanto da indústria têxtil, como de vestuário, cresceu de 416,3 mil toneladas, em 1965, para 1,34 milhão de toneladas, em 1995. Desse consumo, a parcela preponderante (ainda que cadente) consiste nas fibras naturais, cuja demanda aumentou de 363,4 mil toneladas para 861,7 mil toneladas no mesmo período: o uso das fibras sintéticas e artificiais elevou-se de 52,9 mil para 482,9 mil toneladas (tabela 47). No complexo têxtil, nos anos recentes a abertura comercial afetou duramente a agroindústria produtora de fibras, sejam naturais, artificiais ou sintéticas, com a entrada crescente de bens intermediários estrangeiros¹³⁶. Destaque-se a significativa modernização e inserção competitiva no mercado internacional do segmento de tecidos e de alguns produtos finais (como cama, mesa e banho).

Tabela 47.- Consumo Industrial de Fibras Têxteis, Brasil, 1965-1995.

Ano	Naturais		Artificiais e Sintéticas		Total
	Volume	%	Volume	%	
1965	363,4	87,3	52,9	12,7	416,3
1975	555,2	72,3	212,8	27,7	768,0
1985	748,1	76,4	230,5	23,6	978,6
1995	861,7	64,1	482,9	35,9	1.344,5

Fonte: Associação Brasileira da Indústria Têxtil (ABIT).

O complexo têxtil brasileiro contempla diversificada especialização em

¹³⁶ Sobre a crise recente do complexo têxtil brasileiro, em especial no que diz respeito à dessintonia de interesses que levou à formação de um precipício entre as agroindústrias de beneficiamento e fiação, com reflexos importantes na lavoura de algodão, ver GONÇALVES et al (1997). Tratando desses dois segmentos sucessivos do complexo têxtil, o trabalho mostra como a fiação moderniza-se com os filatórios *open end* e *jet spinner*, enquanto que as algodoceiras entram em colapso, com elevação da capacidade ociosa e fechamento de plantas industriais. No primeiro semestre de 1997, cientes de que não há grande nação têxtil sem produção de matéria-prima própria e competitiva, ensaia-se uma rearticulação de interesses visando retomar a cotonicultura (e as algodoceiras) em novas bases. Sobre o segmento de fibras sintéticas ver o trabalho de ROMERO et al, (1995b).

termos de produtos finais, muitos dos quais com importante inserção internacional. O crescimento recente da produção foi expressivo, pois as confecções, que haviam produzido 3,1 bilhões de peças em 1992 (1,3 bilhão a partir de tecido e 1,8 bilhão de malha), passaram para 3,8 bilhões em 1994 (1,4 bilhão de tecido e 2,4 bilhão em malha) (ROMERO et al. 1995b), e 4,1 bilhões de peças em 1995. Esse aumento da produção foi acompanhado de amplificação na variedade de produtos, que em 1995 eram de 296 milhões de peças de roupas internas, 23,1 bilhões de peças de roupas externas, 1,6 bilhão de peças de camisas e blusas e 95 milhões de peças de *jeans* (OLIVEIRA & MEDEIROS, 1996). A abertura de mercado aos produtos estrangeiros, em especial os coreanos, que provinham de condições altamente subsidiadas na origem, foi atenuada, com a taxa tarifária e com medidas de incentivo à modernização da agroindústria têxtil brasileira. Dessa maneira, esse segmento não apenas aproveita a expansão do consumo no mercado brasileiro pós Plano Real, como mantém-se exportador em diversos produtos finais.

Os investimentos públicos - que abrangeram desde os incentivos fiscais para a ampliação vertiginosa do plantio de essências florestais até o financiamento das inversões -, seguindo um modelo de estímulo à integração, ao tangerem agroindústrias de papel e celulose à verticalização para traz com florestas próprias -, resultaram na formação e consolidação de uma forte e competitiva agroindústria florestal (BAQUERO, 1992)¹³⁷. A produção total de papel subiu de 1,1 milhão de toneladas em 1970, para 5,87 milhões em 1995, com a participação expressiva do papel para embalagem, que cresceu de 509 mil toneladas para 2,5 milhões de toneladas. Isso representou, proporcionalmente, um recuo de 46,3% para 42,8% do total. A fabricação do papel de impressão, segundo tipo em ordem de importância, elevou-se de 254 mil toneladas em 1970 para 1,6 milhão de toneladas, o que conforma um aumento de 23,1% para 28,1% em relação à produção global (Tabela 48). Trata-se de indústria eficiente, que goza de vantagens competitivas expressivas no contexto mundial, e que vem aprimorando sua tecnologia em ritmo acelerado.

Tabela 48.- Evolução da Produção de Papel, Brasil, 1970-95.

Ano	Embalagem		Impressão		Total
	Volume	%	Volume	%	
1970	509	46,3	254	23,1	1.099
1975	771	45,6	417	24,7	1.689
1985	1.807	44,9	1.146	28,5	4.021
1995	2.509	42,8	1.643	28,1	5.856

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose (ANFPC)

Na alimentação animal - também uma produtora de bens intermediários à base de milho e soja -, ocorreu um reversão de expectativas de constituição de uma grande segmento agroindustrial produtor desse insumo. Esse desenvolvimento agroindustrial, apesar da expressiva expansão da agroindústria produtora de rações, não se verifica pela integração vertical como os elos seguintes, alavancada pela especialização dos tipos de produtos finais, em função

¹³⁷ Sobre a evolução recente do complexo florestal, com destaque para a agroindústria de papel e celulose ver os estudos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em especial o de MACEDO & MATOS (1996).

da fase de crescimento e da espécie animal, o que problematiza ganhos expressivos de escala de produção e distribuição do produto (ORTEGA, 1988). Ai os limites do complexo transformador alargam-se em função do bem final, cujo exemplo mais acabado está representado pela carne de frango (maior demandante de rações). O complexo industrial de rações cresceu expressivamente no período 1965-96, saltando de 1,4 milhão de toneladas para 10,2 milhões de toneladas. Entretanto, sua participação no conjunto da ração produzida recua de 83,3% para 42% nesse espaço de tempo. Isso porque o expressivo crescimento de 1,7 milhão de toneladas para 25,9 milhões de toneladas da quantidade produzida de ração no Brasil, decorreu da fabricação própria dos criadores, em especial das granjas integradas. Nestas, a produção própria desse insumo subiu de 280 mil para 15 milhões de toneladas (Tabela 49). Dado que a ração representa o principal insumo dos modernos criatórios, pode-se verificar pela sua evolução, o expressivo desenvolvimento do complexo protéico-animal no Brasil, crescimento esse mais que proporcional ao volume de ração utilizado, dada a elevação significativa dos índices de conversão alimentar, notadamente nos aviários.

Tabela 49.- Evolução da Produção de Rações, Brasil, 1965-96.

Ano	Indústrias		Criatórios		Total 1.000t
	1.000 t.	%	1.000 t	%	
1965	1.400	83,3	280	16,7	1.680
1975	5.736	83,3	1.147	16,7	6.883
1985	7.223	64,2	4.014	35,7	11.237
1996	10.865	42,0	15.005	58,0	25.870

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Ração (ANFAR).

A agroindústria brasileira de processamento, com sua expansão pós-60, estruturou-se de maneira extremamente diversificada em termos de produtos, ganhando destaque, em volume de produção, alguns bens intermediários fundamentais à produção especializada de produtos finais. No período 1970-80, reduz-se, na agroindústria de alimentos a participação no valor de produção de ramos tradicionais como o abate de animais (21% para 17%), enquanto cresce o de óleos vegetais (8,2% para 17,5%); o mesmo que ocorre com o de beneficiamento de alimentos (15,8% para 17,4%). A maior taxa anual de crescimento da década ficou por conta das rações (25,1%), seguidas dos óleos vegetais (18,2%), refeições preparadas (17,2%), beneficiamento (10,8%) e massas alimentícias (10,1%) (Tabela 50). Em linhas gerais a agroindústria de alimentos cresceu nos anos 70 em ritmo superior ao da economia como um todo, ao expandir-se à taxa de 9,7% a.a., índice esse maior no apogeu do "milagre brasileiro", quando atingiu 13,3% a.a., e que recuou na segunda metade da década (6,2% a.a.). Trata-se, portanto, de movimento concomitante com o pico do ciclo expansivo, alicerçado numa política econômica com objetivos nítidos de industrialização da agricultura.

Tabela 50.- Participação Percentual e Taxa Anual de Crescimento do Valor da Produção da Agroindústria de Alimentos, Brasil, 1970-80.

Segmento	Participação			Taxa Anual Crescimento		
	1970	1975	1980	70/80	70/75	75/80
Beneficiamento(1)	15,8	19,8	17,4	10,8	18,6	13,5
Óleos Vegetais	8,2	10,5	17,5	18,3	19,1	17,6
Abatedouro (2)	21,0	19,8	17,0	7,4	12,1	3,0

Açúcar	9,8	8,3	9,4	9,2	9,6	8,9
Refeições	3,0	3,6	5,9	17,2	17,4	17,0
Preparadas (3)						
Bebidas	4,4	4,2	4,2	9,0	18,8	5,4
Rações	1,7	2,8	6,3	25,1	25,0	25,3
Massas	2,7	2,9	2,8	10,1	15,3	3,2
Alimentícias (4)						
Outros	21,5	16,1	10,8	2,4	7,1	-2,1
Total	100	100	100	9,7	13,3	6,2

(1) beneficiamento, moagem e fabricação de produtos alimentares.

(2) abate de animais e conservas de carne.

(3) refeições preparadas, conservas, especiarias, condimentos e doces.

(4) massas alimentícias, biscoitos e bolachas.

Fonte: CARMO (1.994)

Os anos 80, quando a economia brasileira apresentou movimentos erráticos na evolução do produto nacional, a agroindústria acompanhou a agropecuária e manteve-se dinâmica. Nos anos 90, as taxas de crescimento elevam-se, notadamente no triênio 1994-96 - em que a demanda sofre aumento significativo com a estabilização econômica. As vendas globais dos grupos agroindustriais incluídos entre as 500 maiores empresas nacionais, no período 1978-96, cresceram de R\$ 29,9 bilhões para R\$ 61,4 bilhões, o que corresponde a um avanço à taxa média de crescimento de 4,1% a.a. Esse crescimento ocorreu tanto nos anos 80, quando atingiu 3,0% a.a., como nos anos 90, em que acelera e alcança 6,3% a.a., demonstrando o comportamento anticíclico do desempenho setorial (Tabela 51). Essa performance de expansão agroindustrial por mais de três décadas, deriva dos impulsos das políticas públicas de financiamento realizadas desde a segunda metade da década de 60, sendo que, nos anos 80, a própria consolidação das plantas implantadas na década anterior sustentaram o crescimento, e nos anos 90, retoma-se o investimento.

Tabela 51.- Evolução das Vendas das Principais Agroindústrias Processadoras, Brasil, 1978-96

Ano	(em R\$ milhões)(1)					
	Alimentos	Bebidas e Fumo	Confecções	Papel e Celulose	Têxtil	Agro-indústria
1978	17.262	6.517	1.414	2.512	2.176	29.881
1982	18.325	8.682	1.898	2.866	2.446	34.217
1986	22.410	8.869	2.337	3.357	2.681	39.653
1990	21.224	10.979	2.330	5.348	2.620	42.502
1993	25.576	13.635	2.216	5.410	3.028	49.866
1996	29.765	20.626	2.336	5.908	2.722	61.357

(1) Em valores constantes de dezembro de 1996, pelo IGP-DI da FGV.

Fonte: Dados Básicos - Maiores e Melhores, Revista Exame 1984, 1986 e 1997.

Entretanto, o comportamento no período 1978-96 não foi homogêneo, pois no conjunto das agroindústrias, destaca-se a de alimentos cujas vendas das maiores empresas saltaram de R\$ 17,2 bilhões para R\$ 29,8 bilhões (3,1% a.a.). Desponta nesse ramo a produção de leite e laticínios, que vem passando por intensa transformação nos últimos anos, não apenas intensificando a diferenciação de produtos, como alterando estruturalmente o mercado, em que se nota declínio da participação das cooperativas e ascensão de empresas como a

Parmalat e Avipal (LIMA & PEREIRA, 1995). Outro elemento dessa mudança na agroindústria do leite corresponde ao crescimento do longa vida no mercado de leite fluido, tendo passado de 152 milhões de litros em 1988 para 740 milhões em 1994 (MEIRELLES, 1996), superando o patamar de 1 bilhão de litros em 1996. Essa agroindústria, cujo temor de desestruturação era apontado como inevitável frente a concorrência com a Argentina, face à implementação do MERCOSUL, revigorou-se, ao contrário, e amplia seu dinamismo nos anos recentes, com progresso técnico e, principalmente, sofisticação e amplificação da produção de produtos lácteos finais.

Outro ramo da agroindústria de alimentos que vem apresentando acréscimo de produção corresponde aos óleos comestíveis, cuja fabricação saltou de 1,75 bilhão de litros em 1989 para 1,9 bilhão em 1995 (MONTENEGRO, MONTEIRO F^a & PAN, 1996). A oferta brasileira de óleos comestíveis baseia-se na competitividade do complexo soja nacional (que, na sua expansão nos anos 60, destronou sucessivamente o algodão e o amendoim como culturas fornecedoras de matéria-prima). Deste origina-se não apenas a exportação de grãos, mas também o farelo como ingrediente fundamental da alimentação animal (e com isso sustentáculo da modernidade do complexo avícola), além do óleo bruto de soja, matéria-prima do fabrico de óleos comestíveis, e de uma ampla diversidade de agroindústrias de gorduras vegetais, como a margarina e maioneses. Nos óleos comestíveis, ainda que o de soja seja amplamente majoritário, os óleos especiais vêm avançando no período recente (com baixo ou nenhum teor de colesterol), como o de milho e de girassol. As possibilidades de expansão da produção de óleos comestíveis são ainda elevadas em função da capacidade instalada do parque fabril.

O agrupamento de agroindústrias envolvendo bebidas e fumo foi outro em que as maiores empresas realizaram expressivos aumentos de vendas. No conjunto, significou pular de R\$6,5 bilhões para R\$ 20,6 bilhões no período 1978-96 (6,6% a.a.). Destaca-se aí a agroindústria de bebidas que apresentou significativa expansão de produção nos últimos anos, passando o Brasil a ser o 5º maior produtor mundial de cerveja, pois dos 30,2 milhões de hectolitros fabricados em 1985, alcançou-se 75 milhões de hectolitros em 1995, com as grandes empresas nacionais ocupando posição destacada no *ranking* mundial (OLIVEIRA, 1996). Outro segmento da agroindústria de bebidas que conheceu significativa expansão foi o de bebidas carbonadas (refrigerantes), cuja produção passou de 35 milhões de hectolitros para 90 milhões de hectolitros no período 1985-95 (MONTENEGRO, MONTEIRO F^a & PAN, 1996). Esses ramos vêm expandindo suas plantas industriais e acirrando a disputa pelas fatias de mercado nos anos recentes, numa realidade em que o mercado interno também se amplia de maneira significativa com o aumento do consumo e o acesso ao mercado latino.

Nos outros segmentos agroindustriais destacados, os incrementos de vendas das principais empresas foram mais modestos. No papel e celulose, o aumento foi de R\$ 2,1 bilhões para R\$ 5,9 bilhões no período 1978-96 (4,9% a.a.), concentrados na vigência dos incentivos fiscais dos anos 70, nas confecções o incremento de R\$ 1,4 bilhões para R\$ 2,3 bilhões. Em 1996, observa-se o mesmo nível de 1986. Nos têxteis, há crescimento de R\$ 2,1 bilhões para R\$ 3 bilhões no período 1978-93, com recuo, no triênio 1994-96, aos patamares próximos ao de 1986, em função da política de abertura indiscriminada do mercado interno. Nestes dois últimos ramos agroindustriais, têxteis e confecções, os valores das vendas das grandes empresas são proporcionalmente inferiores aos totais de

venda do ramo, quando cotejados com outros segmentos face à importância que neles detêm as empresas menores. Exatamente nessa estrutura, a abertura do mercado gera grande impacto com a entrada de produtos subsidiados, ou sustentados por mecanismos de *dumping*, tal como os coreanos. No quadro geral dos ramos, a agroindústria de grandes empresas ganhou corpo e expande-se no País.

O desenvolvimento da agroindústria de processamento no Brasil não significou apenas o incremento do produto nacional com o efeito multiplicativo sobre a renda em termos de valor adicionado. Essa face das transformações da agricultura, conquanto relevante, não diminuiu os efeitos desse processo sobre a estrutura de mercado, promovendo verdadeira revolução nas transações de produtos de origem agropecuária. O **primeiro** aspecto consiste na dimensão nacional das mudanças, pois foi essencialmente a agroindústria processadora que irradiando o dinamismo pelas diversas regiões da geografia brasileira, integrou-as num mercado nacional e alavancou o valor adicionado das economias locais. Foi a alavancagem econômica do dinamismo agroindustrial que trouxe condições objetivas para que outras indústrias e serviços se implantassem nas longínquas regiões agropecuárias brasileiras. Esse princípio integrador forja empresas de caráter nacional, operando em distintas localidades e com isso, empurram o processo de expansão econômica para a fronteira agrícola, ganhando espaço no Brasil Central, tal como se espalhou pelo Sul-Sudeste a partir de São Paulo.

O **segundo**, e talvez o mais importante, aspecto, consiste na constatação de que a agropecuária dificilmente realizaria sozinho transformações de tal monta, talvez sua própria modernização entendida como incremento no uso de insumos e máquinas tivesse encontrado rios e elevados obstáculos. Nos anos 60, um ponto importante levantado por RANGEL (1962 e 1963), de certa forma negligenciado na análise das transformações da agricultura brasileira, corresponde ao arcaico sistema de comercialização então vigente. O personagem típico da comercialização agropecuária estava representado pelo atravessador, um agente do capital comercial tradicional, pelas mãos do qual passava a esmagadora maioria dos produtos agropecuários, destinados aos mercados urbanos. Era a própria síntese do atraso, ao comprar barato e vender caro, exercendo uma função econômica deletéria ao isolar o agropecuarista do movimento econômico mais geral. Obstaculizava o progresso técnico, ao não privilegiar a qualidade e não fornecer estímulos de renda. As rendas instáveis, pelas variações extremas de preços, nem sempre explicáveis pela conjuntura de mercado, consistiam num flagelo para o operariado urbano e num desestímulo ao agropecuarista. A produção desplanejada ao limite e os efeitos da sazonalidade, produziam um mercado agropecuário assentado sobre uma autêntica gangorra, operando numa sucessão de altos e baixos.

A agroindústria processadora, se não levou à superação de toda amplitude de problemas da estrutura de mercado agropecuário, alterou-a de forma significativa. De um lado, porque uma planta agroindustrial de determinado porte apresenta efeitos locais relevantes, correspondendo ao estímulo à especialização da produção agropecuária para atender dado nível de matéria-prima, o que reduz a anarquia das flutuações de plantio. Por outro, como determinadora de padrões de custo e qualidade, a agroindústria processadora irradia para traz o dinamismo do progresso técnico o que altera o perfil da produção. Mais ainda, e principalmente, torna-se ela a grande compradora de produtos agropecuários, deslocando o atravessador para posições marginais no sistema de comercialização. Esse fato representa uma mudança fundamental na

alavancagem do processo de acumulação capitalista, substituindo o capital comercial tradicional pelo capital produtivo. A presença das indústrias de insumo e máquinas e das agências bancárias de financiamento rural, completam o quadro de transformações desse mercado primário de produtos agropecuários.

Ao estabelecer-se na governança das cadeias de produção, alterando a estrutura de mercado e de poder dentro delas, a agroindústria processadora enfrentou também a estrutura de intermediação dos grandes centros, alterando o perfil do atacado. Muitos complexos agro-industriais, considerados dos mais dinâmicos dentro da agricultura brasileira, não podem ser explicados com base somente nos elementos diretamente ligados à indústria em si mesma. O complexo sucroalcooleiro paulista deu salto expressivo nos anos 60, quando se organizou numa grande estrutura de comercialização para afastar os comerciantes de açúcar, internos e externos, assumindo o domínio sobre o fluxo de seu produto. O complexo de sucos cítricos assume igual condição pois os grupos empresariais líderes na inserção internacional na porta dos fundos são agroindústrias (e no campo só se visualiza essa porta), mas sua visibilidade internacional está na porta da frente, representada pelas *tradings companies*. Outros exemplos podem ser apontados na agricultura brasileira, em que a grande empresa agroindustrial completa-se dentro do mesmo grupo, com outro braço representado pela grande empresa comercial. Assim, a inserção da agroindústria alterou profundamente a estrutura de mercado de produtos da agricultura. Seu papel não se resume a mudanças de forma e apresentação de produtos, mas também de postura nas transações de compra e venda, função essa não menos relevante¹³⁸.

Esse aspecto de alteração da estrutura de mercado revela-se ainda mais importante quando se acrescenta que produtos importantes, como a soja, exigiram a organização de modernas *tradings companies* para sustentar sua expansão. Exatamente essas empresas comerciais modernas foram as que organizaram os mecanismos de financiamento como a "soja verde", que permitiram expansão do plantio e modernização, consubstanciando expressivas supersafras em pleno fastígio do crédito rural subsidiado. Na prevalência do capital comercial tradicional, do velho atravessador, isso seria possível? Certamente que não, mas as mudanças não se resumem aos produtos cuja formação dos preços se dá em função do mercado internacional, muito mais numa economia aberta. Veja-se as transformações da estrutura de mercado do feijão - acima de qualquer suspeita, um produto cujos preços se formam exclusivamente no mercado interno.

Em São Paulo, no período 1966-96, os compradores de feijão dos grandes centros foram os primeiros a perder a hegemonia, pois, pelas suas mãos, passavam 60% da produção em 1966 e apenas 4% em 1996, sendo substituídos pelos compradores locais que, abastecendo diretamente as empacotadoras, elevaram sua participação de 40% para 81% da safra, no período 1966-81. Mais

¹³⁸ Outra vez essa parece ser mais uma fragilidade derivada da interpretação calcada na concepção de subordinação da agropecuária à indústria. A indústria, ao se expandir na agricultura, altera significativamente a dinâmica da agropecuária; na verdade, ela traz o elemento determinante do movimento de transformação, mas não ocorre sozinha, nem apenas num só sentido. Um aspecto que chama atenção no contexto da inserção internacional está na colagem de interesses entre o capital comercial moderno e o capital produtivo - quando não (e isso ocorre na maioria das vezes), sendo ambos, na verdade, faces de um mesmo capitalista. A expansão cafeeira no início do século XX veio no rastro dos interesses do capital comercial, foram os comerciantes muitos que viraram cafeicultores ribeirão-pretanos, e o papel dos comissários foi relevante (MELLO, 1882) agora, que são na verdade a COPERSUCAR e o Grupo Cutrale, senão empresas idênticas ao incorporarem ambas as faces: a de capital produtivo e de capital comercial?

recentemente, eles mesmos perderam espaço para compras diretas das empacotadoras que, tendo comprado 5 % da safra em 1981, atingiram a hegemonia com 60% da safra em 1966 (Tabela 52). Ressalte-se que as alterações recentes são muito mais radicais que as anteriores. Não se trata de mudança de comprador mas de adoção de postura nova. As empacotadoras de forma crescente concorrem com base no atributo da qualidade, vendendo com marcas próprias. Dessa maneira, trazem ao campo esses requisitos, definindo variedades e padrões de produtos, exigências cada vez mais presentes no consumidor urbano. Exemplo disso é a dificuldade de colocar o feijão tipo 2, mesmo na periferia, pois os preços vêm permitindo consumir o tipo 1. As empacotadoras assim, abastecendo-se em várias zonas de produção, passaram a dominar o núcleo dessa cadeia de produção¹³⁹.

Essa revolução da estrutura de comercialização agropecuária apresenta outro ingrediente fundamental: a transformação operada na distribuição varejista. Esse longo processo inicia-se nos anos 50, com a "perda gradual de importância do segmento atacadista de alimentos, em favor do varejo, sendo que a partir de 1975, a participação deste nas vendas chegou a superar o atacado de alimentos. Em 1980, contudo, se constata um ligeiro retrocesso, quando a receita total de alimentos é dividida de forma praticamente equalitária entre os segmentos... A transformação mais significativa todavia se verificou a nível do varejo de alimentos. No início do período 1940-50, o varejo especializado em alimentos dominava o varejo total de alimentos, tanto em termos de estabelecimentos, pessoal ocupado ou receita ... À medida que as condições econômicas favoreceram a introdução e a difusão da nova tecnologia de distribuição o segmento especializado começou a perder participação nas vendas... Nesse contexto, o varejo especializado perde sua posição hegemônica, cedendo-a ao diversificado (ou melhor aos supermercados) que, formado por apenas 3% dos varejistas de alimentos, foi responsável por mais de 52% da receita gerada pelo varejo de alimentos em 1980. Cabe ainda destacar que os empórios, os armazéns e mercearias que geravam em 1950 quase 50% da receita do varejo de alimentos, respondem, em 1980, por menos de 30%" (CYRILLO, 1986).

Tabela 52.- Evolução da Participação dos Diferentes Agentes na Comercialização do Feijão, São Paulo, 1966-96.

Agente	% do Produto Adquirido			
	1966	1971	1981	1996
Mercado Rural	100	100	100	100
- Compradores locais	40	79	81	36
- Compradores gdes centros	60	21	14	4
- Empacotadoras	-	-	5	60
Mercado Varejista	100	100	100	100
- Feiras	30	20	11	7
- Empórios	40	33	17	13
- Supermercados	10	33	52	64
- Outros	20	14	20	16

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

¹³⁹ Pouco importa o aspecto, às vezes, levantado, de que muitas empacotadoras são empresas de antigos atravessadores. Esse aspecto vem inclusive reforçar a argumentação de seu papel diferenciado pois enquanto a maioria dos comerciantes tradicionais de feijão simplesmente quebraram, essas modernas empresas expandem-se e sofisticam seus produtos, realizando, inclusive experimentos de agroindustrialização do feijão, até agora tentados sem sucesso, como o feijão pré-cozido. Não há dúvida que elas representam o novo nesse mercado.

Os fluxos de mercadorias alteram-se de maneira expressiva com a redução progressiva de antigos pólos atacadistas dos grandes centros. Exemplo típico pode ser verificado na antiga zona cerealista da capital paulista que, nos anos 70, concentrava 85% do feijão, 70% da batata e 65% da cebola. Atualmente, ocupa-se da intermediação de parcela minoritária desses produtos destinados à zona metropolitana de São Paulo. Por outro lado, essa estrutura atacadista perdeu a posição de caminho inexorável para a redistribuição desses produtos para as metrópoles do Sul-Sudeste. Outro caso relaciona-se ao Entrepasto Terminal da Capital da Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP), projetado nos anos 50, inaugurado em 1966 e por onde chegou a transitar, nos anos 70 e 80, a quase totalidade das frutas e olerícolas destinadas ao consumo paulistano, pois por essa via abasteciam-se as quitandas e feiras livres. As mudanças em ambos os casos, zona cerealista e mercado de frutas e olerícolas, decorre da presença dos supermercados, que romperam com os mecanismos tradicionais, alterando os canais de comercialização, com a busca pelas grandes redes de diversidade, qualidade, preços e confiabilidade no fornecimento, requisitos não atendidos no atacado especializado.

Esse avanço dos supermercados acirrou-se nos anos 80 e 90. Enquanto as maiores empresas do varejo tradicional elevaram suas vendas de R\$ 6,4 bilhões para R\$ 15 bilhões no período 1978-96 (5,1% a.a.), os supermercados aumentaram de R\$ 6,9 bilhões para R\$ 24 bilhões (7,2% a.a.). Com isso, os supermercados continuam a crescer a taxas superiores ao varejo em geral (cuja venda cresceu de R\$ 13,3 bilhões para R\$ 39,8 bilhões, ou seja 6,2% a.a.), elevando sua participação nas vendas totais do varejo, de 51,6% em 1978 para 60,4% em 1996 (Tabela 53). O grande atacado ressurgiu como estrutura de suporte à distribuição final, crescendo a taxas expressivas no período (8,4% a.a.), dominando fluxos estratégicos de mercadorias. Não faz frente, entretanto, às grandes redes de distribuição varejista, que conquistaram nesse processo, a posição estratégica no acesso ao mercado consumidor. Desse modo, o poder de mercado das agroindústrias, das grandes cooperativas ou das grandes *tradings companies*, submeteu-se ao poder de barganha dos supermercados. As negociações diretas de preços para compra de grandes quantidades, entre as grandes empresas da produção e da distribuição, passam a definir o comportamento dos mercados. Por outro lado, emergem as estratégias dos supermercados de operar com marcas próprias, mediante acordo com fornecedores ou por meio de atuação direta, montando suas próprias agroindústrias ou alugando capacidade instalada (*toll processing*).

Tabela 53.- Evolução das Vendas do Comércio, Brasil, 1978-96.

(em R\$ milhões)(1)					
Ano	Atacado	Varejo Tradicional	Supermercados	Varejo total	Particip. Super/var.
Vendas Totais Anuais					
1978	7.387	6.445	6.868	13.313	51,6
1986	14.629	9.420	12.370	21.790	56,8
1996	31.948	15.787	24.036	39.822	60,4
Taxas Anuais de Crescimento(%)					
78/96	8,4	5,1	7,2	6,2	-
78/86	8,9	4,9	7,6	6,4	-
86/96	8,1	5,3	6,9	6,2	-

(1) Em valores constantes de dezembro de 1996, pelo IGP-DI da FGV.

Fonte: Dados Básicos -Maiores e melhores, Revista Exame 1984, 1986 e 1997.

Em síntese, não há como reduzir as transformações realizadas na agricultura brasileira à presença das agroindústrias processadoras ao construir-se o complexo agroindustrial. Isso porque, ainda que elas sejam fundamentais no processo, sua força não decorre de ser agroindústria mas da sua face de grande empresa. Nesse sentido, elas ganham o sentido genérico de grande capital, que organiza processos similares em cadeias de produção não-agroindustriais, mas que, nem por isso situam-se em posição precária de desenvolvimento capitalista. Constitui-se um fato o de que a lógica do progresso técnico, engendrada pela agroindústria em um conjunto expressivo de produtos, mostra-se incontestável, também se configura revolucionadora da estrutura de comercialização. A presença do grande capital, produtivo ou comercial, afastou do centro do processo o velho capital comercial, realizando uma profunda mudança nos fluxos monetários e de produtos da agricultura.

Esse grande capital organizador do fluxo de produtos relaciona-se diretamente com o grande capital comercial, representado pelas grandes redes de supermercados, colocando a estrutura de comercialização noutra patamar, alterando os mecanismos de determinação dos preços. Isso porque, "ao longo das últimas décadas o comércio de alimentos sofreu alterações consideráveis. A importância do atacado na sua função de centralizador e distribuidor da produção foi diminuída pelo advento do equipamento varejista de larga escala" (CYRILLO, 1986). **Enfim, a agricultura brasileira não realizou apenas um processo de industrialização, reduzi-la a isso significa amesquinhar a profundidade das transformações. Nesse mesmo movimento, ocorreu uma revolução na estrutura de mercado, alterando a comercialização, da roça à mesa do consumidor. Se há universalidade inquestionável nisso tudo, ela consiste na presença da grande empresa em todos os cantos e situações, cujo processo de expansão persiste forte. "Daí a acentuada tendência no sentido da concentração e centralização do capital. Sob as mais diversas formas, os capitais mais poderosos submetem, combinam-se ou simplesmente absorvem os menores" (IANNI, 1981). Tudo isso resulta de políticas econômicas defendidas como "neutras", realizadas "sem afetar as forças do mercado" e - pior -, muitas vezes defendidas com hipocrisia em nome da superação da "vergonhosa distribuição de renda e de oportunidades".**

1.3.4 - Alteração da inserção no comércio exterior: de primário-exportador a agroindustrial-exportador

A agricultura brasileira constitui-se no setor fundante da economia brasileira. Mais que isso, o cultivo de determinadas espécies para exportação representou o próprio alicerce da colonização das terras brasileiras. O extrativismo do pau-brasil, apesar do interesse mercantil significou uma atividade puramente predatória, de curta duração e de efeitos multiplicadores irrisórios na formação da economia nacional. Na verdade, foi o açúcar que propiciou o primeiro ciclo econômico brasileiro, servindo de base para a colonização, realizada sob os auspícios do capital mercantil, com sustentação na escravidão. A expansão dessa agroindústria nas terras nordestinas, inserida no processo de acumulação do capital mercantil, ganhou tal dimensão, que foi palco de disputa entre as nações beligerantes pelo domínio dos circuitos de comércio, com a invasão holandesa das colônias portuguesas que formavam a base da produção de açúcar. Nesse

contexto, insere-se o domínio holandês de terras angolanas - donde vinham escravos - e pernambucanas, onde estavam os engenhos de açúcar, com suas casas grandes e senzalas.

Ainda que outros produtos tenham produzido outros ciclos econômicos, como o extrativismo do ouro em terras das Minas Gerais, até o final do século XIX a agroindústria açucareira continuou a representar elemento importante da pauta de exportações brasileiras. Isso, mesmo quando a produção antilhana deslocou a brasileira do papel central no contexto internacional. No final do século XIX, entretanto, surge outra mercadoria de demanda crescente no comércio mundial que iria sobrepujar a agroindústria açucareira e deslocar o núcleo dinâmico da economia brasileira para o Sul, mais propriamente para São Paulo. Mais uma vez, mesmo com todos os corolários que o complexo cafeeiro engendrou, e mais, ainda que tenha ocorrido significativa expansão da indústria e da urbanização desde o início do século XX, as exportações brasileiras continuaram dependentes do café. Para montantes das exportações globais - que cresceram de US\$ 217,2 milhões para US\$ 1,6 bilhão, quando se compara as médias anuais da década de 1990-09 e 1960-69 - as vendas de café aumentaram de US\$ 115 milhões para US\$ 743,0 milhões. Isso significa que respondendo proporcionalmente por 53% das divisas geradas no começo do século, com todo o desenvolvimento da economia, o café nos anos 60 ainda representava 46,7% das cambiais geradas (Tabela 54).

A análise do comércio exterior brasileiro no período de três décadas, compreendidas entre os triênios 1961-63 e 1991-93, mostra que foram exatamente as exportações da agricultura que continuaram a sustentar a geração de cambiais. As exportações brasileiras cresceram de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 31,4 bilhões, enquanto que as importações subiram de US\$ 1,5 bilhão para US\$ 24,6 bilhões. O maior ritmo de crescimento das exportações em relação às importações determinou a reversão da situação da balança comercial, que, deficitária em 1961-63 e 1971-73, passou a ser superavitária em 1981-83, tendência essa aprofundada até 1991-93 (Tabela 55). Esse comportamento deu sustentação à entrada de cambiais, que conformaram os *megasuperávits* dos anos 80, tendo a balança comercial brasileira entrado nos anos 90 com uma situação altamente favorável, como decorrência do bloco de investimentos dos anos 70, notadamente na agricultura, quando montou-se o D1 setorial e a moderna agroindústria processadora. As políticas de estímulo às exportações dos anos 80 magnificaram os efeitos desse processo sobre o comércio exterior brasileiro.

Tabela 54.- Quantidade e Valor das Exportações de Café e sua Relação com as Exportações Totais, Brasil, Médias Anuais de 1900-09 a 1960-69.

Períodos	Café			Exportações Totais (US\$ 1000)
	Sc 60 Kg	US\$ 1.000	%	
1900-1909	12.979.925	115.036	53,0	217.193
1910-1919	11.870.187	170.857	52,5	325.494
1920-1929	13.576.874	272.681	68,1	400.389
1930-1939	15.015.661	159.496	54,5	292.878
1940-1949	13.539.177	279.938	39,5	707.963
1950-1959	14.893.075	915.900	63,3	1.446.532
1960-1969	17.113.643	742.955	46,7	1.589.628

Fonte: IBC/BB, citados em PAIVA, SCHATTAN & FREITAS (1973).

Tabela 55.- Agricultura e Comércio Exterior no Brasil, 1961-63 a 1991-93.

Triênio	Economia Brasileira (US\$ 1000)
---------	---------------------------------

	Importação	Exportação	Saldo
1961-63	1.474.000	1.341.000	- 133.000
1971-73	5.161.000	4.364.667	- 796.333
1981-83	20.649.667	21.789.000	1.139.333
1991-93	24.613.667	35.396.000	10.782.333
Agricultura Brasileira (US\$ 1000)			
1961-63	335.967	1.179.334	843.367
1971-73	942.677	3.138.175	2.195.498
1981-83	2.475.989	10.068.888	7.592.899
1991-93	3.801.114	11.144.891	7.343.777
Agricultura/Economia(%)			
1961-63	22,79	87,94	- 976.367(1)
1971-73	18,27	71,90	- 2.991.831(1)
1981-83	11,99	46,21	- 6.453.565(1)
1991-93	15,44	31,49	3.438.557(1)

(1) Saldo da balança comercial brasileira sem a agricultura.

Fonte: FAO (Agrostat)

Ainda que tenha sofrido alteração na composição da pauta de exportações brasileiras, a agricultura continuou sendo significativamente majoritária. As exportações da agricultura cresceram de US\$ 1,2 bilhão em 1961-63 para US\$ 11,1 bilhões em 1991-93, enquanto as importações setoriais cresceram de US\$ 336,0 milhões para US\$ 3,8 bilhões no mesmo período, conformando um saldo setorial crescente de US\$ 843,3 milhões para US\$ 7,3 bilhões. Ressalte-se que esse desempenho foi registrado numa situação de preços internacionais cadentes em que se exigiu volumes crescentes para gerar o mesmo montante de cambiais (DIAS, 1988). Isso pode ser verificado quando se compara os inícios das décadas de 80 e 90. Os valores obtidos com as exportações da agricultura situaram-se em patamares muito próximos (US\$ 10 bilhões em 1981-83 contra US\$ 11,1 bilhões em 1991-93). Esse fato mostra que existiram limites para ampliar-se consideravelmente a geração de divisas a partir da agricultura. Em razão disso, reduz-se a participação da agricultura no total das exportações brasileiras de 87,4% em 1961-63 para 31,5 em 1991-93, com importações setoriais caindo de 22,7% para 13,4% (Tabela 55).

Entretanto, quando se analisa o saldo da balança comercial, percebe-se o verdadeiro significado da contribuição setorial. Excluindo-se a agricultura, o saldo da balança comercial brasileira seria deficitário nos triênios 1961-63, 1971-73 e 1981-83, atingindo saldo positivo de US\$ 3,4 bilhões em 1991-93. Saliente-se dois pontos a respeito do triênio 1991-93: a) o primeiro já destacado de que a participação da agricultura só não se mostra maior em razão da queda expressiva dos preços internacionais a partir da metade dos anos 80 e, o saldo ainda elevado (embora estagnado) da agricultura deriva de quantidades exportadas significativamente superiores, relevando a extrema competitividade setorial no enfrentamento dessas condições adversas (competitividade sustentada por políticas públicas de estímulo à exportação); b) ainda que com problemas do lado dos preços, a agricultura ainda respondeu por 67,6% do saldo da balança comercial no triênio 1991-93, índice mais que o dobro de sua participação no volume exportado. Portanto, a agricultura continuou a ser o setor responsável pela maior parcela da geração de divisas da economia brasileira, alterando-se a pauta setorial de comércio externo, agora mais diversificada e não atrelada a um único produto (café) - e, em grande parte decorrente da venda de produtos

agroindustriais (suco cítrico, açúcar, óleo e farelo de soja, e carne avícola).

A abertura comercial dos anos 90 aumenta ainda mais essa importância da agricultura na economia brasileira. No período 1993-96, as importações brasileiras cresceram substancialmente de US\$ 25,2 bilhões para US\$ 53,3 bilhões (+110,7%), enquanto as exportações aumentaram de US\$ 38,6 bilhões para US\$ 47,7 bilhões (+ 23,6%). Em função disso rapidamente reverte-se a situação de *superávit* de US\$ 13,3 bilhões para um *déficit* de US\$ 5,5 bilhões (Tabela 56). Ainda que o aumento das importações tenha contribuído para a manutenção dos níveis internos de preços, evitando os efeitos inflacionários da "bolha de consumo" derivada da estabilização dos preços agrícolas, não fosse a entrada de capitais, o equilíbrio da balança de pagamentos estaria comprometido em níveis insustentáveis. Esses capitais especulativos, atraídos pela alta taxa de juros internos, são voláteis e podem afetar duramente a sustentabilidade da estabilização econômica, numa reversão drástica de expectativas. O problema ganha maior dramaticidade quando se agrega à análise o fato de que o nível de investimento em setores estratégicos mostra-se inferior ao necessário para conformar um quadro futuro mais promissor. De qualquer maneira, as medidas governamentais vem conseguindo manter o nível das divisas externas em patamares elevados, mesmo com as extremas dificuldades registradas nas tentativas de conter o ritmo de crescimento das importações. O padrão de consumo alterou-se face ao acesso generalizado a importados que não têm produção interna, criando uma rigidez para baixo nas importações, pela incorporação de novo padrão de consumo.

A agricultura vem contribuindo significativamente para a manutenção dessa estabilidade gerando saldos de exportação positivos e sustentados. As importações da agricultura cresceram de US\$ 9,6 bilhões em 1993, para US\$ 12,4 bilhões em 1996 (+29,2%), enquanto as exportações aumentaram em 22,9% no mesmo período, subindo de 16,9 bilhões para US\$ 20,8 bilhões. Dessa maneira, o saldo da balança comercial setorial - embora crescendo pouco, de US\$ 7,3 bilhões para US\$ 8,4 bilhões -, amortece o profundo desbalanceamento do conjunto dos demais setores. O percentual das importações da agricultura reduz-se de 37,8% para 23,2% enquanto que as exportações setoriais mantêm sua proporção na economia em torno de 43%. Dessa maneira, o saldo da balança comercial brasileira, quando se exclui a agricultura de um *superávit* de US\$ 5,7 bilhões em 1993, passaria para o expressivo *déficit* de US\$ 13,9 bilhões em 1996. A agricultura poderia ter contribuído ainda mais significativamente, caso não houvesse sido praticada uma política deletéria para a cotonicultura, desmontando um setor inteiro e gerando a necessidade de compras externas de US\$ 980 milhões em 1996, apenas de pluma, ao que se agrega as compras de trigo, arroz e frutas. Exatamente na agricultura baseiam-se as estratégias de reversão desse quadro preocupante, com o estímulo ao algodão e à soja, cuja resposta, no entanto, não se fará de imediato.

Tabela 56.- Agricultura e Comércio Exterior no Brasil, 1993-96(1).

Triênio	Economia Brasileira (US\$ 1 milhão)		
	Importação	Exportação	Saldo
1993	25.256	38.563	13.307
1994	33.079	43.545	10.466
1995	49.653	48.506	-3.157
1996	53.286	47.747	-5.539
Agricultura Brasileira (US\$ 1 milhão)			

1993	9.556	16.896	7.340
1994	9.918	18.734	8.816
1995	12.804	20.471	7.667
1996	12.366	20.775	8.409
Agricultura/Economia(%)			
1993	37,8	43,8	5.967(2)
1994	30,0	43,0	1.630(2)
1995	25,7	42,2	-10.824(2)
1996	23,2	43,5	-13.948(2)

(1) Os critérios aqui utilizados abrange mais produtos que os dados da FAO, daí serem os resultados totais diferentes e maiores.

(2) Saldo da balança comercial brasileira sem a agricultura.

Fonte: SECEX

A estabilização econômica numa realidade de economia aberta expôs toda a deficiência estrutural da economia brasileira e, mesmo na agricultura, as respostas dependem do aprofundamento do processo de transformação, num ajuste de generalização dos padrões tecnológicos mais altos para o conjunto da agropecuária, reduzindo a heterogeneidade setorial. Isso não apenas porque a necessidade de exportações crescentes, para as mercadorias constantes da pauta de vendas externas da agricultura brasileira, pressionam pelo lado dos custos agropecuários como uma forma de enfrentar a realidade dos preços internacionais, mas também porque a redução das importações exigem investimentos e forçam os custos para baixo como necessidade para fazer frente ao produto importado que, com a abertura econômica, passou a freqüentar a rotina das gôndolas dos supermercados. Essa pressão sofrida pela agricultura brasileira apresenta efeitos regionais distintos e exige maiores investimentos em infra-estrutura, notadamente no Brasil Central e nos corredores de exportação para aprimorar a logística.

A redução sustentada das importações exige uma política sólida de investimentos em vários segmentos da agricultura, onde pode-se reverter o aumento das compras externas. O algodão representa o caso mais nítido dessa possibilidade, com a ampliação do plantio mecanizado: de uma situação de destruição drástica da antiga cotonicultura, derivada do colonato do café, pode-se erguer a nova cotonicultura, nas terras planas do Brasil Central em grandes áreas mecanizadas. Nas frutas, olerícolas e no pescado, as dificuldades decorrem também das deficiências da logística da produção nacional frente ao padrão vigente no contexto internacional. Já no trigo não há possibilidade de, em curto prazo, reverter o crescimento das importações, sem qualquer mecanismo de proteção da produção interna. Na verdade, para ampla gama de produtos, a rigidez para baixo das importações da agricultura deriva das políticas executadas pelos países fornecedores do mercado internacional; em todo caso, os investimentos exigidos são expressivos. Isso numa realidade em que o Estado encontra-se fragilizado para fazer frente à mobilização de recursos para realizar o custeio, quiçá inversões de vulto. Paradoxalmente, o maior desemprego, ao reduzir pressões de consumo, mostra-se funcional com o ajuste necessário, o que representa uma contradição, numa realidade brasileira de pobreza e desigualdade.

O comportamento da balança comercial brasileira no último triênio revela que a economia, e, em particular, a agricultura brasileira, ganhou muito pouco com os resultados da Rodada Uruguai do GATT¹⁴⁰. Para complicar, integrou-se no

¹⁴⁰ Uma análise sobre o comércio exterior da agricultura brasileira, no tocante aos resultados da

Mercado Comum do Sul(MERCOSUL) numa situação de desvantagem, pois o ajustamento tem favorecido a agricultura argentina em relação à brasileira. A agricultura da Argentina, como parceira de comércio, tem características que lhe conferem vantagens expressivas em alguns segmentos produtivos. As principais delas decorrem de uma condição natural de solos férteis e planos e de um empresariado agropecuário com níveis educacionais médios mais elevados que o brasileiro. Esses fatores determinam produtividades mais altas pela incorporação de tecnologias modernas com relação a um universo mais significativo de agropecuaristas. Por outro lado, elementos diferenciados da política macroeconômica têm favorecido os agropecuaristas platinos, notadamente no tocante à tributação e juros, além de uma infra-estrutura menos onerosa pelo lado dos custos. Os impactos negativos desse ajustamento para a agricultura brasileira só não têm sido mais graves pelo crescimento do mercado interno em razão do recente processo de estabilização econômica.

A ampliação da ainda reduzida inserção internacional da agricultura brasileira, que pode ser estratégica para a política de emprego e renda interna, além de alavancar o prosseguimento da modernização, exige o enfrentamento de constrangimentos que têm levado a agricultura brasileira à reduzida posição competitiva. Um elemento está representado pela organização logística deficiente, a produção e o comércio internacional de produtos agropecuários sustenta-se na presença da grande empresa "organizando" o processo. Mesmo no caso das frutas frescas, esse processo está dominado por poderosas *tradings companies*, que constituíram eficientes estruturas de pós-colheita, armazenagem e distribuição, trabalhando com base no binômio custo/qualidade para atender os consumidores exigentes dos países importadores. O Brasil desenvolveu essas estruturas de coordenação vertical para alguns produtos como os derivados de soja e de milho, os sucos cítricos, o açúcar e carne avícola. Assim as agroindústrias processadoras, e mesmo modernas *tradings companies* para alguns grãos, seja por cooperativas ou sociedades anônimas, construíram estruturas capazes de sustentar o desenvolvimento dessas cadeias produtivas com alto dinamismo tecnológico e mantendo posições competitivas sustentáveis no mercado interno e externo. Entretanto, para produtos como o café e o algodão, as estruturas montadas não atendendo às exigências desse padrão, têm levado à perda sistemática de participação do produto nacional no mercado externo.

No tocante aos mecanismos precários de regulação do mercado interno, é preciso considerar que os mercados das diversas nações estão regulados por inúmeros instrumentos que, ao controlarem o trânsito de mercadorias com exigências de embalagens, níveis de resíduos químicos e biológicos e medidas fitossanitárias, funcionam como protetores das produções nacionais. No caso dos produtos transacionados *in natura*, que ganham cada vez mais importância nas transações internacionais, esses fatores podem impedir a entrada de mercadorias em dado espaço econômico. Em frutas frescas, por exemplo, os países desenvolvidos do Hemisfério Norte desenvolveram mecanismos diversos para regular o mercado interno. As barreiras não tarifárias são elementos importantes das trocas internacionais como instrumentos impeditivos do livre trânsito de mercadorias, em especial para produtos vegetais *in natura*. Ressalte-se que crescem as exigências no tocante a parâmetros ambientais com instrumentos como o selo verde para caracterizar produtos ecologicamente saudáveis como também tem sido

Rodada Uruguai do GATT e da formação dos blocos econômicos regionais e continentais entre nações, pode ser encontrada em GONÇALVES (1996).

levantados questionamentos de ordem social como trabalho de menores, situação dos trabalhadores - em especial os salários e condições de vida.

No Brasil, a realidade mostra-se exatamente a inversa, com aparato regulatório precário e estrutura de fiscalização ineficaz. A defesa da agricultura no Brasil configura-se por antiquada legislação federal, associada ao pequeno desenvolvimento da estrutura de fiscalização, o que não apenas tem fragilizado a exportação de produtos nacionais, também como permite a entrada de produtos estrangeiros em condições que, muitas vezes, sequer atendem à antiquada legislação brasileira sobre o assunto. Como as operações internacionais não sofrem rigorosa fiscalização das autoridades sanitárias brasileiras, tem-se a prática contumaz de empresas "não especializadas agindo especulativamente" (atuam apenas eventualmente como exportadoras) mas sem cumprir requisitos de qualidade e comprometendo a imagem do produto nacional nos principais mercados. Trata-se portanto, não apenas de mera questão sanitária, mas principalmente do não-cumprimento de especificações quanto à qualidade do produto e da embalagem. Essa, moderna logística, com estratégias inovadoras de transações no mercado externo, são encontráveis no Brasil apenas para poucos produtos da agricultura, como são os exemplos dos sucos cítricos e do complexo soja.

Outro elemento crítico da política comercial brasileira está na abertura indiscriminada de mercado - sem instrumentos protetores contra a concorrência desleal. Nesse caso, o aspecto mais grave refere-se à prática de subsídios implícitos ou explícitos em outros países, como se configura os casos dos Estados Unidos da América (EUA) e da União Européia (UE). A agricultura dessas nações tem o amparo de políticas agrícolas ativas, notadamente com o sentido de sustentação de renda por vários mecanismos, associadas a inúmeros estímulos à exportação de seus excedentes de maneira a manter estoques reduzidos, que oneram em demasia os cofres públicos, funcionando como redutores dos preços internacionais, numa realidade de elevados custos de manutenção dos mesmos. Como para o Brasil revela-se impossível a prática de subsídios substanciais à sua agricultura, como forma de igualá-los aos praticados na UE e EUA, torna-se necessário compor medidas para que esses mecanismos não venham a afetar drasticamente os produtos brasileiros dentro de seu próprio mercado interno.

Nessas nações desenvolvidas, o sentido das políticas não está em sustentar a agricultura pela sua capacidade de oferta, mas, sim, em buscar garantir emprego e renda no campo para reduzir a pressão sobre a indústria que, face à revolução tecnológica em curso, mostra-se desempregadora. No caso brasileiro, a abertura do mercado ocorreu sem a organização de estrutura *anti-dumping*, capaz de proteger o agropecuarista brasileiro contra atos de concorrência desleal. Mais que isso, a abertura se deu sem exigência de contrapartida, pois o suco de laranja brasileiro paga tarifa para entrar nos Estados Unidos e, tanto este país, como a União Européia praticam tarifas *ad valorem*, com variações sazonais ou não, como forma de obstruir a entrada de produtos nos respectivos mercados. A Europa realiza a prática de fixação de preços de internalização, que correspondem ao nível capaz de remunerar de maneira adequada a maioria dos produtores internos, e com isso determina o patamar mínimo a partir do qual se dá a competitividade. No Brasil sequer desenvolveu-se uma instrumentação legal compatível com uma atitude efetiva nesse sentido. Encerrando, deve-se deixar claro que a abertura dos mercados revela-se um prática necessária mas com os cuidados capazes de obstar a concorrência desleal no mercado interno.

Complicando a situação, as políticas macroeconômicas de juros e câmbio do Brasil afetam diretamente a competitividade interna e externa do produto

nacional quando o mesmo destina-se ao consumo interno. A política de juros altos, girando em torno de 5 a 9% ao mês para recursos de capital de giro, promove enorme desnivelamento das condições de mercado do produto brasileiro frente ao importado, no mercado interno. Isso porque os juros internacionais para transações desse tipo situam-se em torno de 4 a 9% ao ano com prazos de até 420 dias para pagamento, dependendo do produto. Assim, os grandes importadores e os supermercados têm adquirido diretamente esses produtos no exterior em condições muito mais vantajosas que negociassem sua aquisição no mercado interno. Na verdade, financiam-se em termos de capital de giro, a juros muito menores, pois, podem comprar o produto, transportá-lo até os centros de destino, processá-lo ou beneficiá-lo, venderem no varejo, e aplicar o resultado das vendas no mercado financeiro por 10 a 12 meses, para depois saldarem seus empréstimos para a transação comercial. Trata-se claramente do impacto de mecanismos financeiros relacionados ao financiamento do capital de giro das empresas com base em dinheiro barato e farto, que representa a conjuntura atual do mercado financeiro mundial, notadamente das *tradings companies* e dos supermercados, e mesmo alguns grandes grupos agroindustriais.

Nota-se aí que não apenas se tem taxas de juros inferiores, mas também prazos dilatados para pagamento, com o que a operação de financiamento por esse mecanismo revela-se ótimo negócio. Esse fato, associado a um atraso na desvalorização da moeda nacional, cria impactos ainda mais substantivos no mercado interno provocar um barateamento relativo do produto estrangeiro. Exatamente no câmbio, a política governamental revela sua verdadeira face, qual seja, de ancorar o controle dos preços internos com mecanismos de abertura de mercado numa visão de curto prazo. Na política cambial praticada desde 1993, o Governo, ao mesmo tempo em que procura manter um preço do dólar favorável à exportação, mantém a moeda nacional sobrevalorizada na ótica das importações. Analisando essa política como a verificação do câmbio efetivo (pois constitui-se num erro grave fazer qualquer consideração com base apenas na paridade R\$/US\$ pois as condições dessas transações alteraram-se profundamente), constata-se que a paridade para os exportadores não se mostra tão desfavorável.

Procura-se incrementar as vendas externas, por meio de mudanças nas condições de troca de cambiais dos exportadores por moeda nacional,. Os prazos dos Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACCs) foram mudados para ampliar as vantagens dos exportadores que, inclusive utilizaram-se desse mecanismo para financiar seus fornecedores (soja verde). No final de 1996, para não alterar o instrumento da banda cambial e estimular a entrada de divisas, pressionado pelo *déficit* comercial crescente, o Governo isentou as exportações dos produtos primários e semimanufaturados, medida que atinge diretamente o complexo soja e outros produtos da agricultura. Dessa maneira, se as exportações brasileiras vêm crescendo em ritmo considerado lento isso decorre de que, como exportador agro-industrial, enfrenta uma realidade de mercado internacional onde o aumento da participação enfrenta enormes obstáculos por não prevalecer o dogma liberal do livre comércio. Ampliar espaço no mercado internacional da agricultura mostra-se cada vez mais difícil, face a concorrentes poderosos, pela tamanho de sua agricultura e pela capacidade de realizar políticas ativas para a sustentação das mesmas.

Exatamente essa realidade, de políticas ativas de exportação das nações, todas interessadas em gerar cambiais, problematiza a outra face do câmbio. O preço do dólar para o importador ao ficar mais barato pela sobrevalorização da moeda brasileira - sem que nesse caso o Governo tenha grande possibilidade de mudar drasticamente as condições de negócio (prazos e taxas) -, barateia o

produto estrangeiro no mercado brasileiro. Para tanto, enfrenta dificuldades crescentes de adotar medidas de represamento do produto importado, mantendo as compras em certo nível, principalmente na indústria metal-mecânica (veja-se o caso dos automóveis). Na agricultura, ainda que com a balança setorial favorável, explodem as compras externas de algodão em pluma, arroz, frutas frescas e uma ampla variedade de produtos da indústria de alimentos para os quais, inclusive, não foram internalizadas as plantas produtivas. Assim, as políticas macroeconômicas recentes têm permitido uma situação favorável ao produto estrangeiro no mercado interno. Não é sem razão que não se consegue controlar o ritmo de crescimento das importações; o déficit da balança comercial cresce de forma vertiginosa, ainda que com paliativos - como a exigência do fechamento do câmbio no ato de desembarque adotada em março de 1997, sem resultados práticos.

Em resumo, o comércio internacional de produtos agrícolas, entendidos como agriprocessados ou *in natura*, está limitado por enorme conjunto de práticas que exigem dos competidores uma definição objetiva da estratégia a ser seguida. Como o Brasil não tem capacidade de bancar uma política protecionista nos moldes da norte-americana e européia, tem de visualizar mecanismos de impedimento para que esses subsídios, atualmente chancelados pelo GATT, não produzam efeitos danosos na produção interna. Dessa maneira não pode continuar a subordinar sua política comercial externa aos objetivos internos de combate à inflação. Do ponto de vista da destruição da capacidade produtiva nacional e da dificuldade de modernizar as atividades atingidas, isso tem um efeito mais danoso que as políticas de tabelamento dos preços de alimentos do início da década de 70. É preciso ter claro que esses mercados não estão subordinados à lógica da livre concorrência, e dentro dessa perspectiva, avaliar em quais produtos o Brasil pretende ter uma posição importante no mercado mundial; a partir dessa definição, constituir todo um arco de medidas internas e externas para concretizar esse objetivo. As dificuldades a serem superadas são enormes; não se trata de enfrentar uma competição regrada pelas normas da ordem natural de um mercado pleto do equilíbrio e constituidor inexorável da distribuição equitativa dos benefícios, ao contrário, "é nesse mundo áspero, sem compaixão nem filantropia que teremos de operar nossa inserção, não a desejável ou ideal, que requereria um mundo ideal e um País ideal, mas a necessária, a inevitável, a resultante do ponto de encontro entre as oportunidades e limitações do sistema internacional e as do Brasil" (RICUPERO, 1991).

Esse processo, no seu início, exige que se saiba que a economia brasileira, como não poderia deixar de ser, numa economia continental, avança centrada nas transformações de sua agricultura. Ainda que não seja ela própria a fonte da qual emana o dinamismo modificador de estruturas, sobre ela devem atuar as forças fundamentais de sustentação desse processo. As mudanças econômicas verificadas e intensificadas no denominado processo de industrialização não teriam o sentido nacional se reduzidas tão somente ao circunscrito limite da indústria em si. O alcance desse processo foi muito mais amplo, mas, por mais amplo que tenha sido ainda fica circunscrito à agricultura, uma nova agricultura, talvez uma agricultura industrial, mas sem deixar de ser agricultura. Uma economia continental não ganha amplitude no desenvolvimento capitalista se somente se industrializar, mas sim quando industrializa sua agricultura. Para isso, exige-se mais que industrializar mas transformar as estruturas de mercado e a própria estrutura social, como por exemplo, a urbanização. Esse processo também não pode ser resumido à simples presença de fabricas, mas à inserção de

todo um continente, do Oiapoque ao Chui (para fazer similitude com do Atlântico ao Pacífico da economia norte-americana) como espaço ampliado de acumulação capitalista.

A concepção estreita de que esse processo em economias continentais resulta apenas da proliferação de fábricas corresponde à uma visão colonial de feitorias. Essas fortificações coloniais tinham o sentido de proteger áreas ricas em pau-brasil e estabelecer pontos de negócios com os índios com base nas miçangas. Eram pontos na costa que viviam, na verdade, da exploração de riqueza depredada no interior das matas, numa visão típica do capital comercial na época da acumulação primitiva. Pensar o processo de industrialização como apenas um conjunto de fábricas distribuídas à orla da costa significa abrir mão da compreensão do sentido mais amplo que esse processo deva ganhar numa economia continental como a brasileira. Ressalte-se que também constitui verdade que os "ruralistas" equivocam-se ao avocar primazia da agricultura como se ela carregasse sozinha o "fardo" do desenvolvimento econômico. As críticas aos vários mecanismos de deslocamento de capitais de setores líquidos - que em economias primário-exportadoras, consiste na agropecuária -, para sustentar o desenvolvimento de outros setores, carecem de compreensão do contexto mais amplo das transformações capitalistas.

As contas externas brasileiras no que diz respeito à sua balança de pagamentos sempre foram, e continuam sendo assentadas em cambiais geradas pela agricultura. Deve ter-se, contudo, o cuidado para não cair na esparrela de viver repetindo que tudo isso corresponde à penalização da agricultura. Isso parece compatível com a idéia equivocada de que os setores da economia movem-se por si próprios, autonomamente, no desenvolvimento capitalista. Numa radicalização da idéia, a agricultura estaria parada, ou andando a "passos de tartaruga", enquanto os demais setores cingiriam o horizonte temporal à velocidade da luz. O que ocorre na verdade é que se constrói uma nova agricultura, uma síntese de mútuas determinações intersetoriais que cria uma indústria para a agricultura, uma agroindústria da agricultura, uma nova estrutura de mercado da agricultura. Não foram apenas as indústrias rurais que libertando-se dos grilhões das cozinhas da fazenda, do artesanato familiar e do fogão de lenha, vieram às cidades multiplicar suas chaminés. O homem rural também veio às cidades, profissionalizou-se, deixou de ser enxadeiro para tornar-se um trabalhador urbano especializado na operação de sofisticada maquinaria que move as lavouras e criações. Muitos ainda são submetidos ao trabalho manual, mais propriamente os não aquinhoados, mas não dá para entender as lavouras e criações sem o trator e outras máquinas que as propulsionam, movidas por produtos da indústria petroquímica e não mais a pasto e arroz com feijão. O agricultor torna-se agora empresário que gere uma atividade complexa inserida numa economia financeirizada. É essa nova agricultura brasileira que se mantém inserida internacionalmente, e continua sendo o principal setor da economia brasileira exatamente porque assim está desenhado o desenvolvimento capitalista em economias continentais.

Dessa maneira, a industrialização, com a irradiação da constituição das forças produtivas especificamente capitalistas por todo um universo territorial continental foi e continua sendo a portadora do novo na economia brasileira. Não fazem o mínimo sentido os arroubos ruralistas de que a agricultura - ou, para usar um conceito da moda, os agronegócios -, seria a redenção da economia nacional, deixando nas entrelinhas o entendimento de que teria sido um equívoco o privilegiamento da industrialização como caminho para o desenvolvimento

nacional. Ao contrário, os ruralistas podem ficar coléricos, mas **a indústria foi a salvação da lavoura**. Foi exatamente a presença da indústria, por meio das agroindústrias - que trouxe a agricultura antes condenada ao nomadismo (presa ao velho rufião de terras virgens, o café) -, para o atual patamar invejável de inserção internacional. Assim a agricultura precisa sim de mais indústria, e, se não especificamente de mais indústria, de modificações estruturais que consistem nas forças produtivas especificamente capitalistas que a indústria traz no seu bojo. Na agricultura brasileira, onde não há indústria permanece o atraso. É a realidade generalizada das cadeias de produção de frutas.

O fato de que a balança comercial brasileira apresenta-se com a preponderância da agricultura na pauta de exportação, não pode caracterizar a economia brasileira como primário-exportadora. Nem a remontagem estatística de que os produtos agropecuários são transformados e, portanto, a maior parcela constitui-se de manufaturados, autoriza a tese de que a indústria assumiu a testa do processo. Esses anacronismos impedem que se visualize que a nova agricultura brasileira como uma síntese do processo de desenvolvimento capitalista transformou sua estrutura de produção para inserir-se no mercado mundial e mantém-se competitiva, não mais apenas para o café. Mesmo, no café, cresce a importância internacional da indústria brasileira de solúvel, tardiamente internalizada nos anos 60. Agregue-se a retomada da posição competitiva do açúcar - não mais nordestino -, do complexo citrícola com os sucos cítricos e derivados como peletes de bagaço, do complexo soja com o grão, o farelo e óleo e mais que isso, pois a soja representa um insumo do complexo protéico-animal, da carne de frango.

Nota-se, portanto, que a agricultura brasileira, para manter-se como principal fonte de geração de cambiais da economia, sofreu intenso processo de mudanças, mediante sua industrialização. Aliás, os produtos mais importantes da pauta mostram que ainda existe um amplo espaço para avanços setoriais na industrialização, pois, prevalece a agroindústria produtora de bens intermediários sendo ainda incipiente a produção de bens finais realizada por uma ampla indústria de alimentos, moderna e exportadora. Parcela importante das importações da agricultura compõe-se de setores ainda não plenamente desenvolvidos na economia brasileira (como as frutas e olerícolas); outros apresentam grande dificuldade de competição numa economia aberta (como o trigo, o arroz, o pescado e a borracha natural). O caminho da agricultura aponta para o aprofundamento desse processo internalizando as agroindústrias de ponta, para a competição em escala mundial. **De qualquer maneira, torna-se necessário compreender o real significado das transformações da economia brasileira neste século, que de primário-exportadora passou a ser agroindustrial-exportadora.**

Assim, os limites dos arroubos liberalizantes - como a abertura indiscriminada do mercado nos anos 90 e, notadamente, a política cambial posterior a 1993 -, são enormes. A tão decantada ineficiência das empresas nacionais na economia continental brasileira, decorre, antes mais nada, de que o processo de desenvolvimento capitalista da agricultura, com a ampla generalização das forças produtivas especificamente capitalistas, ainda está em curso. Para piorar o quadro, na agricultura (nunca é demais repetir que em economias continentais representa o setor mais importante), mais que qualquer outro setor, falar em mercado aberto é referir-se a algo que está muito longe de ser livre concorrência. O fato de que, de alguma forma, a agricultura agora está inscrita no conjunto das normas da Organização Mundial de Comércio (OMC), não representa grande vantagem para o Brasil. Ao contrário, sem poder praticar

subsídios fica à mercê das grandes potências agrícolas mundiais, exposto à denúncias de *dumping* social, e às barreiras de cunho ambiental e de defesa sanitária. **Desse modo, acreditar-se que a realidade imanente da Rodada Uruguai, a última do GATT, signifique a extensão do neolivrecambismo à agricultura, corresponde a acreditar em contos de fadas - eles são belos e, dependendo da fada, excitantes -, mas infelizmente irreais. Atitude ainda mais infantil consiste, em acelerar um processo de integração econômica em blocos regionais ou continentais, sem haver definido ainda uma estratégia firme para assegurar condições de desenvolvimento da agricultura.**

Nesse setor está a maioria das indústrias e dos serviços modernos. Trata-se de uma economia continental e não insular, portanto, de possibilidades mais amplas. A abertura de mercado não pode ser mais um ato à la D. João VI em fuga a Bonaparte. Afinal, não consta que o Brasil esteja com seu *Príncipe* ameaçado. Nesse quadro a abertura incondicional pode consistir num desastre anunciado. Essa ação governamental - que, por exemplo, sucateia uma cotonicultura moderna que representa renda e emprego brasileiros e permite a entrada de pluma norte-americana subsidiada sem receber algo em troca -, mostra-se inconcebível. Pior ainda quando se faz vistas grossas aos subsídios do algodão dos EUA e também à taxaço do suco cítrico brasileiro para a proteção da produção da Flórida. Em muitos produtos, os concorrentes são exatamente os Estados Unidos e a União Européia, potências geopolíticas, econômicas e comerciais. **As relações comerciais externas, assentadas na crença do livre comércio -, persistente como um fantasma ricardiano de mais de dois séculos -, se parecem mais com uma situação em que o sonho interminável da bela adormecida é interrompido pelo beijo de um príncipe impostor. Parece-se com os contos da carochinha. Mas há os que acreditam neles.**

1.4 - Agricultura e custo de vida: crescimento da renda e os preços relativos.

O entendimento dos reflexos sociais do desenvolvimento brasileiro nas últimas décadas e dos efeitos do avanço da oferta agropecuária sobre o custo de vida e a melhoria da qualidade de vida urbana exigem a colocação das "coisas" no lugar, sem isso, não apenas não se consegue entender o real significado das mudanças, como as críticas sobre os corolários regressivos da ótica social, resultantes desse processo tornam-se inconsistentes. A questão da renda como definidora da demanda assume aí o papel central na caracterização das transformações operadas na estrutura da sociedade nacional. **O primeiro aspecto** a ser destacado aparece no expressivo crescimento da renda média real, que, a cruzeiros de setembro de 1960, aumentou de Cr\$ 5,8 em 1960, para Cr\$ 13,9 mil em 1980 (+ 137,0%), tendo caído nos anos 80 para Cr\$ 10,4 mil em 1990 (-25,8%) (Tabela 57). Tem-se claro, assim, que foram expressivos os crescimentos da renda média, em especial nos períodos de crescimento econômico a taxas mais significativas das décadas de 60 e 70, embora a crise da década de 80 a tenha feito recuar de forma dramática. Por seu lado, a retomada do crescimento econômico nos anos 90, com taxas anuais superiores ao aumento populacional traz por si só um novo ciclo de avanços nesse campo, em especial com a estabilização da inflação em patamar reduzidos, o que deixa de corroer os menores rendimentos familiares.

O segundo aspecto relaciona-se à distribuição desse crescimento da renda pelas várias camadas da população. Os dados de renda média caracterizam, de forma clara, que já no início dos anos 60, ocorria grande concentração da

riqueza pois apenas os 3 últimos décimos (8º, 9º e 10º) obtinham rendas superiores a média nacional. Na entrada da década de 70 esse privilégio era usufruído apenas pelos dois derradeiros estratos (9º e 10º), o que se repete em 1980, sendo que em 1990 volta a realidade de que os 3 últimos superam a média nacional (Tabela 57). A concentração da renda configura-se assim elemento persistente da sociedade brasileira, com a manutenção dessa característica durante o processo de transformação econômica, impulsionado pela internalização da indústria pesada, segundo o Plano de Metas (1956-61), e pela consolidação desse padrão com a industrialização da agricultura no contexto do II Plano de Desenvolvimento Nacional (II PND) nos anos 70. A década dos 80 mantém esse padrão. Assim, no crescimento ou na crise, o que se tem se mantido no Brasil configura-se renda concentrada.

Tabela 57.- Evolução da Renda Média, Geral e por cada Décimo de Distribuição da População Economicamente Ativa com Renda Positiva, Brasil, 1960-1990 (1).

Decis	1960	1970	1980	1990
Primeiro	689	936	1.646	841
Segundo	1.366	1.654	2.832	1.866
Terceiro	2.013	2.421	4.115	2.288
Quarto	2.737	3.074	4.980	3.143
Quinto	3.621	4.051	6.152	4.202
Sexto	4.509	4.978	7.784	5.666
Sétimo	5.540	5.818	10.002	7.606
Oitavo	6.387	8.028	13.783	10.682
Nono	8.648	12.224	21.428	16.839
Décimo	23.348	37.496	66.809	50.407
Renda Média	5.887	8.069	13.950	10.353

(1) Expressa em Cruzeiros de 1º de setembro de 1960, deflacionada pelo IGP-DI da FGV.

Fonte: BARROS & MENDONÇA (1995).

O terceiro aspecto revela-se na diferenciação do crescimento da renda pelas faixas da população. Na fase de crescimento econômico 1960-80 a renda média cresceu 137%, índice esse refletindo distintos acréscimos dos vários segmentos sociais como mostra o incremento por décimo de participação na renda global da menor para a maior: primeiro (+139,0%), segundo(+107,3%), terceiro(+107,3%), quarto(+81,9%), quinto(+70,0%), sexto(+72,6%), sétimo (+80,5%), oitavo(+100,1%), nono(+147,8%) e décimo(+186,1%). Nota-se, de forma clara, que as faixas de maior renda usufruíram mais dos benefícios do desenvolvimento que as demais camadas da população, enquanto as faixas médias tiveram ganhos (em particular do 4º ao 7º décimo) muito inferiores às demais. Outro fato está na constatação de que os percentuais caem do 1º para o 5º décimo e crescem do 5º ao 10º, revelando um certo ganho nas faixas de renda muito reduzidas. Como todas as camadas sociais apresentam renda crescente, e em níveis expressivos, o clamor do progresso acaba mascarando essa regressividade, o que torna difícil a sustentação política para as críticas ao processo.

O quarto aspecto inscreve-se no fato revelador das crises, onde as chagas do modelo econômico são expostas de maneira nítida. Na fase de desaceleração econômica 1980-90, a renda média reduziu-se em 25,8%, mas como reflexo de diferentes comportamentos das rendas das diversas faixas da população, pois embora todos níveis de renda mostrassem quedas, elas foram distintas: primeiro(-48,9%), segundo(-34,1%), terceiro(-44,3%), quinto(-36,9%), sexto (-31,7%), sétimo(-27,2%), oitavo(-23,9%), nono(-21,4%) e décimo(-24,1%).

Assim os efeitos da crise sobre a renda foram mais drásticos para as faixas de menores que para as de maiores ganhos, revelando o efeito perverso da estagnação econômica para essas camadas da população. Outro efeito refletiu-se no plano político com o crescimento da popularidade de posturas contestatórias, em especial entre os segmentos sociais de menor renda, não apenas porque acordam da ilusão de que atingiriam níveis de qualidade de vida experimentados pelos mais abastados, mas porque, frente à exigência da manutenção do padrão já alcançado, suas perdas de renda são mais expressivas.

Assim, para o período 1960-90 como um todo, tem-se renda média e desigualdades crescentes, numa realidade em que todos beneficiaram-se do crescimento econômico, ainda que uns mais que outros e assim, mais da metade desse crescimento obtido no período foi necessário para compensar o aumento das desigualdades. O bem-estar social melhorou de forma inequívoca e a pobreza diminuiu, sendo que a grande vítima do processo (com menores ganhos) foi a baixa classe média (3º ao 5º décimos), justamente a alargadora do mercado interno. Grandes mercados, como o norte-americano, centram-se exatamente no poder da classe média¹⁴¹. Nos anos 60, entremeado de crise, o crescimento foi moderado e o aumento da desigualdade acentuado. Nos anos 70, do "milagre brasileiro", o crescimento foi rápido, e o aumento da desigualdade, moderado. Nos anos 80, o crescimento foi negativo e a desigualdade aumentou substancialmente (BARROS & MENDONÇA, 1995). Esses comportamentos decenais mostram o quão duras são as crises para a população mais pobre e, com isso, explica também o respaldo político com que esse segmento social majoritário no Brasil distingue propostas políticas sustentadoras do crescimento, o que, em última análise, tem ocorrido nos anos recentes com o Plano Real, gerando a quase unanimidade de aprovação do Governo pela opinião pública.

No geral, a conclusão fundamental está em que, "apesar de todas as diferenças entre as três décadas, estas têm pelo menos dois fatos em comum: em primeiro lugar, a desigualdade aumentou continuamente; e, em segundo, as mudanças na pobreza e no bem-estar social seguiram o comportamento do crescimento, melhorando quando havia crescimento e piorando quando havia declínio. Em outras palavras, o impacto do aumento na desigualdade foi importante para mitigar os efeitos positivos do crescimento, mas não foi nunca grande o suficiente para reverter o quadro. Em suma, nunca houve no Brasil um período de crescimento com aumento da pobreza e declínio no bem-estar social. Assim, essa situação continua a ser apenas uma possibilidade teórica" (BARROS & MENDONÇA, 1995). Essa realidade sofreu ainda os impactos positivos do processo de transformação da agricultura, aumentando a oferta de produtos de alimentação e vestuário, a preços proporcionalmente menores. Isso porque os preços da alimentação cresceram menos que a elevação média do conjunto dos preços da economia, como se pretende demonstrar na análise do comportamento dos preços

¹⁴¹ Sobre a relação entre o processo de desenvolvimento e a classe média ver o trabalho de QUADROS (1991). Esse trabalho mostra a contradição interna de economias em que ocorre a desigualdade em processo. Nos anos 70, no período de crescimento rápido denominado "milagre brasileiro", houve a incorporação de milhares de pessoas ao mercado brasileiro de consumo. Nas palavras do autor, "o exame das estruturas familiares revelou justamente que para a classe média urbana as melhores oportunidades de ascensão social surgiram em torno da pequena e média propriedade empregadora de mão-de-obra assalariada ou do acesso às profissões de nível superior ou ocupações bem situadas hierarquicamente... É certo que esses níveis de ascensão social foram trilhados por parcela minoritária, ainda que altamente expressiva, como o enorme contingente de trabalhadores da classe média, que em sua maioria defrontava-se com a realidade de baixa remuneração".

da agricultura¹⁴².

1.4.1 - Preços agropecuários na fazenda: relações entre custos e preços recebidos¹⁴³

As transformações da agropecuária brasileira revelam sua profundidade mais latente nas mudanças da composição de gastos realizados na produção dentro das fazendas. Os insumos industriais que em 1958/59 representavam cerca de 16% do dispêndio global, elevaram sua participação para 25% em 1968/69, e para quase 35%, em 1980/81 (Tabela 58). Desse modo, a produção não apenas deixou de representar o reflexo das condições naturais de fertilidade do solo, como a própria força motora desse processo não decorre mais de energia muscular (humanos ou animais). A terra em si passou a se constituir num "recipiente vivo", misturador de fertilizantes e corretivos, para a fabricação de produtos finais segundo uma "receita natural" dada, com a utilização de máquinas movidas a combustível fóssil na mecanização desse processo. Os insumos rurais que, em 1958/59, representavam 8,1% dos gastos, nas décadas seguintes atingiram cerca de 10,4%. Entretanto, esse indicador, pela maneira como foi obtido, esconde outra mudança importante da produção agropecuária, pois, em 1858/59, as sementes e mudas eram 3% dos 8,1% desse item de gasto, em 1968/69, atingiam 5,2%, e em 1980/81, alcançariam 7,4%. Isso decorre da especialização desse segmento constituindo uma "indústria biológica" a montante, a partir da qual, gera-se o "fermento" da produção agropecuária, responsável pelos efeitos multiplicadores da aplicação dos demais insumos. Desse modo, o produto agropecuário guarda ainda menor relação com as condições naturais de produção, ainda que não tenha perdido sua característica de produto biológico.

Dentro da perspectiva do processo mais geral de acumulação capitalista o efeito mais direto está na queda da participação relativa do trabalho vivo na

¹⁴² Essa realidade de crescimento da renda nacional torna equivocadas as palavras de ordem comumente repetidas por vários críticos do desenvolvimento experimentado, das quais a mais comum consiste no jargão de que nesse processo "**os pobres ficaram cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos**". É preciso sempre qualificar essa frase para não vulgarizá-la com o sentido de que "**cada vez mais os pobres ganham menos e os ricos ganham mais**". Isso corresponderia a uma afirmação imprecisa pois "**os pobres ganham cada vez mais, embora os ricos ganhem cada vez ainda mais**". A questão central está em que a desigualdade corresponde a uma medida de proporcionalidade, ou seja uns são mais beneficiados que outros e por isso as fragmentação na estrutura da demanda torna-se mais pronunciada, embora ela quantitativamente seja maior para todos. Os impactos das transformações da agricultura brasileira magnificaram esses incrementos de renda para o conjunto da sociedade.

¹⁴³ A análise será realizada para o Estado de São Paulo, que representa o maior mercado brasileiro, sendo o centro formador de preços dos mercados agropecuários. A disponibilidade de dados mais rica e a possibilidade de acessar e utilizar dados primários são os motivos desta escolha. Utiliza-se o Índice de Dispêndio dos Agricultores com Insumos e Máquinas, correspondente ao Índice de Preços Pagos pela Agricultura Paulista calculado e publicado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), cuja formulação pode ser vista em SANTIAGO et al (1990). A mesma referência tem o Índice de Preços Recebidos Pelos Agricultores, que representa o índice de mesma denominação cuja concepção pode ser encontrada em SANTIAGO et al (1990). O Índice de Dispêndio com Salários Rurais leva em conta as categorias administrador, tratorista e volante, ponderadas pela participação em termos de horas trabalhadas em cada ano, tendo sido construído com base em SENDIN (1972). O Índice Dispêndio com Custos de Produção, foi construído a partir dos índices de dispêndio com insumos e máquinas e com salários rurais, ponderados pela sua participação na estrutura de gastos com base em PELLEGRINI et al (1987). Todos os índices foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), coluna "2", da Fundação Getúlio Vargas, estando em expressos em valores constantes de dezembro de 1996 e representam médias trienais construídas com base em médias anuais de valores constantes mensais. Índices Base 1948-50 = 100.

produção agropecuária. Os gastos com a remuneração do trabalho, que significavam 40,5% do dispêndio total em 1958/59, e 41,2% em 1968/69, reduziram seu peso a pouco mais que a metade, face à intensificação da modernização agropecuária nos anos 70, em 1980/81 alcançavam apenas 23,5% dos gastos. Em contrapartida, as máquinas e equipamentos que haviam reduzido sua participação de 10,8% para 5,8% nos anos 60, crescem significativamente nos anos 70 atingindo 14,3% no começo da década de 80. Os animais de tração perderam também espaço significativo: em 1958/59 representavam 15,6% dos dispêndios e, em 1980/81, participavam com apenas 7,7% dos custos. (Tabela 58). Reafirma-se aí o sentido mais direto das mudanças sobre a estrutura rural, na medida em que a intensificação da utilização de maquinaria realiza-se na tendência inversa do trabalho vivo, no mesmo processo em que a força motriz animal, disponível nas fazendas, perde representatividade. Os anos 70 datam de maneira inequívoca o ponto culminante dessas transformações, e seu sentido apontando direção mais geral do processo de acumulação capitalista; ou seja, a redução da participação relativa da participação do trabalho vivo, bem como ampliação dos espaços de valorização do capital.

Tabela 58.- Evolução da Participação Percentual dos Diferentes Tipos de Dispêndio no Custo Total das Propriedades Agropecuárias, 1958/59 a 1980/81

Item de Dispêndio	1958/59	1968/69	1980/81
Insumos Industriais(1)	15,97	25,04	34,52
Insumos rurais(2)	8,18	10,67	10,38
Remuneração do trabalho	40,46	41,25	23,51
Construções e instalações	8,97	6,91	6,54
Máquinas, veículos e equipamentos	10,81	5,85	14,30
Animais de trabalho e produção	15,61	8,16	7,67
Arrendamento pagos	-	2,12	3,08
Total	100,00	100,00	100,00

(1) fertilizantes, corretivos, defensivos, vacinas, combustíveis, rações e concentrados e ferragens

(2) sementes, mudas, alimentação animal e adubos orgânicos.

Fonte: PELLEGRINI et al. (1987).

A progressiva importância da agropecuária como espaço para a valorização do capital em geral pode ser visualizada exatamente na transformação da fazenda num "caldeirão" onde se mistura ingredientes no fabrico de um produto, ao invés de ser a fonte natural donde brotaria tal produto. Ainda que mediada por condicionantes biológicos, essas transformações rompem com a simplificação da concepção de que no campo, enquanto espaço econômico, estaria fundado o setor primário da economia. O agropecuarista submete-se agora a vários mercados: a) os de insumos e máquinas, onde adquire seus ingredientes a combinar e os equipamentos para realizar tal intento; b) o de trabalho (também urbanizado), onde obtém a força de trabalho para mover o processo, força de trabalho essa cada vez mais minoritária no contexto do dispêndio global - e; c) o de produtos agropecuários onde se realiza sua produção.

Mas esse raciocínio só se torna completo mediante a inserção do cimento básico da reprodução ampliada do capital, representado pelo crédito, que foi barateado para trazer a agropecuária para dentro do processo mais geral de ampliação dos espaços de valorização do capital. Assim, as decisões de produção da agropecuária, estando vinculadas a esse amplo leque de mercados, complexificam o conjunto de indicadores necessários para uma interpretação

integral das mudanças. Não se trata mais de decisões autônomas de produção que derivam da simples utilização de recursos disponíveis, mas, sim, de decisões que exigem uma inter-relação direta com os mecanismos mais gerais da dinâmica econômica. Ao agropecuarista, enquanto capitalista empreendedor, exige-se o adiantamento de recursos, com a aplicação de capital na produção de dada mercadoria como caminho para valorizá-lo, não mais situando-se na bucólica realidade de produtor simples ofertante de mercadoria para obter algum dinheiro como instrumento para acesso a outra mercadoria desejada. Inserido no processo ampliado de reprodução do capital, não apenas como capitalista, o agropecuarista procura ampliar seu montante de capital, mas ele próprio situa-se também como importante consumidor de mercadorias na forma de bens intermediários; ou seja, realizando o capital investido na produção industrial. A própria especialização das fazendas na produção de poucas culturas vincula-se à inserção dos agricultores como consumidores genéricos, nesse processo mais amplo de acumulação capitalista.

A análise da evolução dos preços dos insumos e máquinas, dos salários e dos preços recebidos permite clarear ainda mais a radicalidade dessas mudanças. Para os insumos e máquinas, os preços não sofreram grandes alterações estruturais nos anos 50 e 60 uma vez que o índice agregado para 1968-70 mostra-se semelhante ao observado em 1948-50. Nos anos 70, entretanto, sofrem grande aceleração, com acúmulo de aumento de 55% em valores constantes entre o final dessa década e o da anterior. Nos anos 80 e 90 a realidade revela preços de insumos e máquinas cadentes, embora apenas em 1994-96 eles tenham sido inferiores aos vigentes antes dos anos 70 (Tabela 59). Essa análise para um período mais amplo possibilita identificar com nitidez alguns fatos que devem ser destacados nesse comportamento: a) o primeiro está em que, se realmente os insumos e máquinas custam menos desde o final dos anos 70, essa diminuição, na verdade, ocorre em relação o pico e, portanto, não representa um significativo barateamento histórico desses produtos; b) o papel crucial do crédito rural subsidiado para forjar demanda desses insumos industriais na agropecuária brasileira, barateando os gastos finais de insumos e máquinas, pois os incrementos mais significativos do uso, ocorrem exatamente quando os preços estavam em franca elevação; c) a relevância estrutural dos investimentos realizados no contexto do II Plano de Desenvolvimento Nacional (II PND), nos anos 70, internalizando o "D1" da agricultura, sem o que não teria havido oferta de insumos e máquinas a preços cadentes nos anos 80 e 90.

Tabela 59.- Evolução dos Índices de Dispendio e de Preços Recebidos pelos Agricultores, São Paulo, Médias Trienais, 1948-96

Ano	Insumos e Máquinas	Salários Rurais	Custo de Produção	Preços Recebidos
1948-50	100	100	100	100
1954-56	101	116	110	110
1958-60	110	104	107	87
1964-66	107	109	109	94
1968-70	99	143	126	87
1974-76	142	246	216	184
1978-80	154	258	236	193
1984-86	136	191	181	179
1988-90	103	144	137	110
1994-96	89	158	104	119

Fonte: Dados Básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

A evolução dos preços dos insumos e máquinas nos anos 70 foi mascarada pelos subsídios ao crédito rural. Na verdade - ao contrário do que a análise fria da evolução dos preços parece indicar -, esse período corresponde a um período de insumos e máquinas baratos, exatamente porque a política agrícola ensejada tinha estreita vinculação com a estratégia mais geral da política econômica de aprofundamento do processo de industrialização, no caso da instalação da moderna indústria de bens de capital da agricultura. Os volumes crescentes de subsídio, que chegaram a atingir juros negativos de até 45% dos valores contratados, ao serem consumidos preponderantemente na aquisição de insumos e máquinas, dado o acesso ao financiamento vinculado à utilização de dado pacote tecnológico, fizeram com que na realidade os preços pagos refletissem as condições formais dos negócios mas não os valores efetivamente pagos. Numa realidade, crédito distribuído de maneira concentrada, e atingindo um determinado espectro de culturas, pode-se inferir os efeitos de marginalização dos "excluídos do crédito" pois estariam pagando preços muito mais elevados pelos insumos e máquinas. A associação do crédito rural subsidiado mas concentrado, com preços de insumos e máquinas crescentes consistiu num estímulo ao incremento da escala, privilegiando maiores áreas de lavoura.

Os salários rurais apresentam, momento de tendência crescente no apogeu das políticas modernizadoras, mas enfrentando seus condicionantes estruturais, recuam nos anos seguintes. Do final dos anos 40 à metade dos anos 60, o crescimento dos salários rurais foi bastante modesto, embora positivo, atingindo níveis cerca de 9% maiores que os anteriores. Lembre-se de se trata de salários para a agropecuária paulista, cujo início do processo de transformação realizou-se alguns anos antes, pois foi a partir dela que o padrão agrário moderno se alastraria para as demais regiões. Por outro lado, em 1960, o processo de urbanização já atingia níveis mais elevados em São Paulo que no Brasil como um todo, o que mostra que, num primeiro momento, o êxodo rural teve pouco impacto sobre os salários dos que permaneceram no campo. Na fase de crescimento econômico a altas taxas, conhecida como "milagre brasileiro", os salários rurais aumentaram expressivamente atingindo ganhos acumulados de 136,7% no final dos anos 70, em relação à metade dos 60. A partir do início dos anos 80 ocorre significativa escalada descendente dos salários rurais, que perdem poder de compra na proporção de 44,2% em uma década. Na metade dos anos 90, há uma reversão da tendência, com ganhos de 6,9% nos salários rurais, quando comparados com o final da década anterior (Tabela 59). Essa descontinuidade estrutural da evolução dos salários rurais deve ser qualificada, na procura dos elementos caracterizadores das transformações como um todo.

O crescimento dos salários nos anos 70 sintoniza-se com o movimento geral das transformações, tendo-se mostrado crescentes numa realidade de maquinaria barateada pelos subsídios ao crédito, o que configura uma situação de estímulo à mecanização¹⁴⁴. Na verdade, no que diz respeito aos preços relativos,

¹⁴⁴ A pressão no sentido da alta dos salários decorre do grande salto da área de lavouras realizado nos anos 60 e 70, que cresceu de 25,6 milhões de hectares em 1960 para 47,6 milhões de hectares em 1980 (Tabela 34). O avanço das lavouras era condição de acesso a maiores benefícios do subsídio ao crédito, mas por outro lado, com a mecanização parcial do processo produtivo em função de manter a colheita manual para as principais culturas, criava escassez sazonal de mão de obra na colheita, pressionando os salários para cima. O refreamento dessa expansão das lavouras no pós 80, numa situação em que incrementou-se a mecanização da colheita, pressionou os salários para baixo. Ainda assim, tem-se em 1994-96 salários rurais 58% superiores a 1948-50, percentual, entretanto, muito inferior aos ganhos de produtividade do trabalho.

há o que se pode configurar como "concorrência desleal" entre a força de trabalho e a maquinaria, com diferenciais definindo-se em favor da indústria pelas políticas públicas. A realidade forjada nos anos 70, persiste nos anos 80, provocando efeitos perversos sobre a renda dos trabalhadores rurais, prensada entre a sazonalidade e a enorme "capacidade ociosa", provocada por uma frota de máquinas superdimensionada frente à área agrícola mecanizável que se mantém, reforçada por uma indústria capaz de ofertar máquinas e equipamentos a preços cadentes. Não é sem outra razão que os salários rurais despencam nos anos 80 e 90, jogando por terra os "efeitos sociais benéficos da modernização", destacados por seus ideólogos. Isso, numa realidade em que a agropecuária apresentava taxas de crescimento positivas, na contramão da crise econômica, a produtividades crescentes da terra e do trabalho. Menos emprego e menores salários conformam a realidade do trabalhador rural desde o início da última década.

O comportamento conjunto dos salários rurais e dos preços de insumos e máquinas revelariam indicadores de custo de produção crescentes nos anos 70 e decrescentes a partir dos anos 80. O aumento acumulado do início dos anos 50 ao final dos anos 80 foi de 136%, desde então ocorre um recuo de 56% nos custos agropecuários. No mesmo período, os preços recebidos mostram comportamento diferenciado, com queda de 13% no período 1950-70, mas crescem 122% desde então, até o final da década de 70. Os anos 80 e 90 foram de preços agropecuários decrescentes acumulando 38,3% até 1994-96. Desse modo chama a atenção a sintonia dos movimentos, tanto dos custos de produção, como dos preços agropecuários, nos anos 70, 80 e 90. Esse fato fica mais visível na análise dos índices de paridade, que permitem aquilatar o real significado das variações dos preços relativos. A paridade custos/preços recebidos revela-se amplamente favorável aos custos no período 1950-70. Desde então, recua e configura uma situação inversa, com tendência favorável aos preços, com o que, no triênio 1994-96 ocorre uma situação de relação de troca menor que 100, situação privilegiada para os agropecuaristas (Tabela 60).

A paridade entre os preços dos insumos e máquinas e os custos de produção mostra-se significativamente favoráveis aos custos, com índices cadentes desde a metade dos anos 60 até o final da década de 70. Daí em diante, ocorre pequena elevação mas ainda se mantém amplamente favorável aos custos. Quando o componente levado em conta configura-se na evolução dos salários, a paridade se mantém em níveis pouco superiores a 100 em praticamente todo período, mas sofre intensa aceleração ascendente no triênio 1994-96. Desse modo, quando se coteja diretamente preços de insumos e máquinas com os salários rurais, nota-se a persistência de uma situação em que até o final dos anos 70 os salários subiram mais que os preços dos insumos (porque todos os preços subiram), nos anos 80, há pequena recuperação relativa dos insumos, revertida nos anos 90. Esse quadro mais uma vez revela a perenização de uma perspectiva amplamente favorável à tecnologias substituidoras de mão-de-obra, o que parece um contra-senso numa economia de baixos salários.

Tabela 60.- Evolução dos Índices de Paridade entre os Índices de Dispendio e o de Preços Recebidos pelos Agricultores, São Paulo, Médias Trienais, 1948-96.

Ano	Insumo/ Custo	Salário/ Custo	Insumo/ Salário	Salário/ Preços	Insumo/ Preços	Custo/ Preços
1948-50	100	100	100	100	100	100
1954-56	92	105	87	105	92	100

1958-60	103	97	106	120	126	120
1964-66	98	100	98	116	127	116
1968-70	78	113	69	164	114	145
1974-76	66	114	58	134	74	117
1978-80	65	109	60	134	80	122
1984-86	75	106	71	107	76	101
1988-90	75	105	72	131	94	125
1994-96	85	146	66	135	74	89

Fonte: Dados Básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Essa constatação consolida-se na verificação da paridade salários/preços recebidos, histórica e crecentemente favorável aos salários, ainda que, em períodos mais curtos, possa-se encontrar situação de diminuição dessa diferença, como entre 1968-70 e 1984-86. Em contrapartida, os dez anos decorridos desde então mostram salários crescentes proporcionalmente aos preços recebidos, numa relação insumos/preços recebidos configurando ganhos com incremento nos usos de insumos industriais. Desse modo, o comportamento global das paridades revela que o denominado processo de descapitalização da agropecuária no período 1985-96, apontado pelos ruralistas, não pode ser verificado apenas com base na análise fria dos preços relativos. Frente aos preços recebidos, os insumos e máquinas - cuja utilização cresce desde o final dos anos 50 -, apesar de caros quando a oferta era limitada e atendida pelas importações até os anos 70, sofreu significativo barateamento desde então. Os salários rurais, numa realidade de queda persistente do emprego agropecuário, crescem mais que os insumos no período 1948-70, e apresentam queda menos expressiva no período 1970-96.

Entretanto, o comportamento relativo de ambos em relação aos preços recebidos devem sofrer duas ressalvas fundamentais. Para os insumos, esses índices não levam em conta os efeitos das políticas de subsídio ao crédito. Dessa forma, com os grandes volumes do crédito rural dos anos 70, considerando-se os efeitos barateadores dos subsídios ao crédito sobre os preços dos insumos, certamente as paridades efetivas apresentaram uma situação de insumos baratos também para essa década. Pela mesma razão, nos anos 80 e 90 as reduções dos preços relativos dos insumos e máquinas face aos preços recebidos, apresentada nos índices de paridade, não devem ter sido tão expressivas. Mas de qualquer maneira, há aumento da produtividade dos insumos, ou seja o crescimento da produção por unidade de insumo utilizada, como resultado do aumento da capacidade de resposta dos materiais genéticos, com efeitos multiplicadores importantes para a maior eficiência no uso de insumos e máquinas. Esses aspectos conformam uma realidade de nítido barateamento relativos desses "insumos modernos" na agropecuária brasileira desde os anos 70.

A mesma ressalva deve ser feita com relação aos salários. A influência do crédito subsidiado teve efeitos importantes no barateamento da mão-de-obra. O primeiro deles consiste no subsídio ao crédito de custeio da safra, que traz para os salários os mesmos efeitos apresentados para os insumos. O segundo aspecto consiste no subsídio ao investimento que, barateando o preço das máquinas, produziu um aumento da mecanização, que substituiu diretamente dias trabalhados. Dessa maneira, com o emprego cadente a massa de salários reduz-se proporcionalmente à receita bruta da agropecuária. Noutras palavras, o fato dos salários agropecuários apresentarem paridade 37% superior aos preços recebidos no triênio 1994-96, não significa muito numa realidade em que a produtividade

do trabalho cresceu 257% entre o início dos anos 60 e essa data¹⁴⁵. Dessa maneira, levando-se em conta os subsídios ao crédito rural e principalmente os ganhos de produtividade do trabalho - muito superiores aos ganhos salariais -, pode-se afirmar que os salários agropecuários reduziram-se frente aos preços recebidos dos anos 70 em diante. Isso torna-se ainda mais claro quando se constata que, dos anos 80 em diante, os ganhos dos trabalhadores agropecuários despencaram, exatamente quando a produtividade do trabalho ascendia a taxas expressivas.

1.4.2 - Preços agropecuários no consumo final: menores gastos com alimentação e vestuário e o poder de compra dos salários

Os preços da agricultura representa para os consumidores outro ponto fundamental na determinação da profundidade das transformações realizadas. As pesquisas de orçamento familiar no Município de São Paulo, principal cidade brasileira, mostram com nitidez as mudanças nos gastos dos consumidores. Na metade da década de 30 os dispêndios com alimentação e vestuário, no seu conjunto, representavam perto de 75% do total. Para tanto, a alimentação correspondia à metade das despesas da família, e o vestuário atingia 25%. Passadas várias décadas de profundas transformações na agricultura, no início dos anos 90, a somatória de alimentação e vestuário alcançava 39,5% do orçamento doméstico, sendo 30,8% para alimentos e 8,9% em vestuário (Tabela 61). Esses indicadores refletem a profundidade dos efeitos das transformações da agricultura brasileira sobre a qualidade de vida urbana. Em linhas gerais esse comportamento dos gastos com produtos da agricultura pelos consumidores da principal metrópole nacional, reproduz padrão verificado nos maiores centros urbanos mundiais.

A redução do impacto dos custos com produtos da agricultura no custo de vida urbano tem sido o objetivo central das políticas de modernização ensejadas no Brasil, notadamente a partir da metade dos anos 60. A pressão do custo de vida sobre os salários precisava ser reduzida. De certa forma, para criar condições de sustentação para a própria política de arrocho salarial praticada neste período, tornava-se necessário diminuir o custo de reprodução da força de trabalho. Ou seja, manter ou elevar os salários quando comparados com a cesta de alimentos, mesmo quando estes perdem poder de compra na paridade com os preços da economia em geral. Noutras palavras, numa economia de baixos salários o próprio desenvolvimento capitalista exige o barateamento dos elementos básicos de sobrevivência humana, o que, em linhas gerais, foi conseguido com redução significativa da participação dos preços da agricultura no gasto do consumidor.

Tabela 61.- Participação Percentual das Despesas com Alimentação e Vestuário nas Pesquisas de Orçamento Familiar, Município de São Paulo, 1934-83

Pesquisa	Alimentação	Vestuário	Outros Dispêndios
DAVIS (1934)	50,20	25,10	24,70
LOWRIE (1936/37)	54,12	19,74	26,14

¹⁴⁵ A mensuração e a análise da evolução das produtividades da agricultura paulista podem ser encontrada em capítulo seguinte deste trabalho. Na agropecuária do Estado de São Paulo, a produtividade da terra cresceu 139%, a produtividade operacional 49%, e a produtividade do trabalho 257% entre os triênios 1962-64 e 1994-96.

ARAÚJO (1940/41)	54,23	16,58	19,19
PREFEITURA (1951/52)	42,90	28,20	28,90
DIEESE (1958)	45,00	30,00	25,00
FGV (1961/62)	42,87	14,87	42,26
MIN.DO TRABALHO (1967)	40,90	18,30	40,80
DIEESE (1969/70)	39,00	23,50	37,50
FIPE (1971/72)	38,77	14,98	46,25
DIEESE (1982/83)	24,46	18,22	57,32
FIPE (1990/91)	30,81	8,66	60,53

Fonte: TASCO (1991), completada por informações da pesquisa FIPE (1990/91).

Essa redução pode estar associada a três movimentos básicos nos preços relativos. O primeiro, representado pelo próprio crescimento da renda familiar, seja pelo aumento da remuneração, ou pelo maior número de membros empregados por família, notadamente com a inserção da mulher no mercado de trabalho. O segundo, também detectável na realidade, corresponde à mudança para baixo nos preços da agricultura, como resultado do repasse aos consumidores de parcela dos ganhos de produtividade do setor. O terceiro, menos perceptível mas crucial, consiste no aumento substancial da eficiência da estrutura de comercialização para os principais produtos, gerando menores desperdícios e margens totais inferiores. Isoladamente, ou em conjunto, esses fatores contribuíram decididamente para o barateamento do custo médio de alimentação e vestuário. Entretanto, em sociedades desiguais, esse benefício também reflete as disparidades e afeta diferentemente as diversas camadas da população.

Nessas sociedades desiguais como a brasileira, ao olhar-se o quadro mais geral do gasto com alimentação segundo as várias classes de renda nota-se que ocorre um "aumento da despesa com alimentação proporcionalmente ao crescimento da renda", ou seja quanto maior a renda, menor seu comprometimento por dispêndios com alimentos¹⁴⁶. Isso não significa que, em valores absolutos, os mais pobres gastam mais em alimentos que o mais rico, mas sim o contrário pois "a elasticidade renda da população mostra que um aumento da renda *per capita* familiar de 10%, a despesa com alimentação *per capita* familiar cresce de 7,98% (CHAIM & TEIXEIRA, 1996). Em linhas gerais, o custo de alimentação mostra-se muito mais pesado para as famílias de menor renda familiar, que comprometem maiores parcelas de suas rendas com alimentação. Por outro lado, essas famílias gastam menos em alimentos por pessoa, ou seja propiciam para cada indivíduo que as compõe uma cesta de alimentos mais pobre. Essa situação torna-se dramática quando se sabe que essa parcela de baixa renda é majoritária na população urbana brasileira. Nas conjunturas de preços elevados da cesta de alimentos, ou de perda de renda real como nos anos 80, essa realidade encontra os limites da sobrevivência.

Essa disparidade de renda reflete-se diretamente na qualidade da dieta alimentar das famílias. Tomando como indicador de qualidade nutricional a proporção entre os gastos com 4 principais alimentos básicos por classe de renda verifica-se que as famílias de menor renda gastam mais da metade dos recursos na compra de arroz. A medida em que a renda aumenta os dispêndios com essa

¹⁴⁶ Esses são resultados de estudo sobre alimentação na cidade de Campinas (SP), para o ano de 1994. Seus resultados mais gerais podem ser extrapolados para as áreas urbanas das grandes cidades, pois Campinas é uma das maiores cidades do interior paulista, e este representa no seu todo o segundo maior mercado consumidor brasileiro, só perdendo para a Grande São Paulo.

fonte de carboidratos reduzem-se de 56,1% para 34,6%, e com o feijão - fonte de proteína vegetal, mais barata -, de 18,8% para 12,1% (Tabela 62). Ressalte-se que menores gastos proporcionais não necessariamente significam menores gastos absolutos com arroz e feijão, mas apenas que as famílias de maior renda se permitem diversificar sua dieta alimentar com a introdução de outros alimentos, qualitativamente superiores, como proteína animal, frutas e olerícolas frescas. Isso fica nítido no comportamento do percentual gasto com carne bovina no conjunto dos alimentos básicos, que aumentam de 11,2% para 34,1% em função da maior renda familiar. O impacto do desenvolvimento da agricultura nesse processo torna-se notório, quando se visualiza a carne avícola, proteína animal tornada barata e cujos gastos elevam-se de 13,6% para 18,2% (Tabela 62).

Tabela 62.- Proporção Entre os Gastos com Quatro Alimentos Básicos Por Classe de Renda, Campinas, 1994.

Classe (1)	(em %)			
	Arroz	Feijão	Carne Bovina	Carne Avícola
0 a 0,50	56,14	18,79	11,19	13,58
0,50 a 1,00	51,59	15,33	17,51	15,58
1,00 a 1,40	43,58	14,22	23,72	18,48
1,40 a 2,00	43,55	14,47	22,96	19,02
2,00 a 2,75	37,69	11,87	27,96	22,48
2,75 ou mais	34,64	12,05	34,10	18,21

(1) Em número de salários mínimos per capita por família em cada mês.

Fonte: CHAIM & TEIXEIRA (1996).

A análise da realidade da dieta alimentar dos grandes centros revela o enorme espaço para o crescimento da demanda de produtos da agricultura no Brasil, mesmo para produtos considerados de "baixa elasticidade renda", como o arroz e o feijão, uma vez que - mesmo gastando parcela maior de suas rendas com esses produtos -, a população de menor renda ainda não saturou sua capacidade de consumo desses alimentos. Prensada por uma realidade de desemprego e baixos salários numa situação de família numerosa, esse contingente da população gasta, principalmente, na ingestão de calorias, conseguidas à base de carboidratos, como o arroz. A melhoria de renda permite-lhe incorporar produtos protéicos, ainda que de qualidade "inferior", como o feijão. Não é sem razão que, segundo os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o arroz não teve seu consumo alterado, quando se compara os dados anteriores e posteriores ao Plano Real, mantendo-se em torno de 11,6 milhões de toneladas. Em contrapartida, o feijão teve significativo aumento de consumo, que era de 2,8 milhões de toneladas nas safras 1991/92 e 1992/93, e atingiu 3,4 milhões nas safras 1994/95 e 1995/96.

Ainda no tocante à qualidade da dieta alimentar pode-se comparar o acesso ao consumo de melhor qualidade, a proteína animal. A redução da percentagem dos gastos com feijão à medida que aumenta a renda não é contraditória com o aumento de seu consumo. Apenas que os efeitos do redução da espiral inflacionária sobre os menores salários são mais significativos para essa classe de renda frente as demais, e assim, a renda adicional permite melhorar o padrão de alimentação da família, por possibilitar comer mais feijão. Entretanto, essa família passa também a incorporar o alimento fonte de proteína animal mais barato, no caso a carne avícola, que também teve grande acréscimo de consumo com o Plano Real. Comparando a carne avícola com o feijão e a carne bovina, fica

claro que a cada classe de renda mais alta, reduzem-se os gastos proporcionais com feijão, elevam-se - mas a taxas menores - os com carne avícola, e crescem mais significativamente os com carne bovina. Assim, em países marcados pela desigualdade de renda, os preceitos teóricos clássicos sobre a elasticidade-renda, devem ser revistos à luz da realidade, caso contrário não há como explicar o crescimento do consumo de alimentos "condenados à insignificância" como o feijão. Para quem tem renda de menos e, com isso, consumo de menos, maiores ganhos podem significar a oportunidade de apenas aumentar seu consumo, ao invés de sofisticá-lo com alimentos de melhor qualidade, o que pode ser verdade apenas para os já satisfeitos de alimentos básicos.

Outro aspecto, que também pode ser associado ao padrão de consumo e à renda familiar, corresponde à distribuição da proporção dos gastos com alimentação pelos equipamentos varejistas. Todas as famílias, independentemente do seu nível de renda, realizam a maior parcela de suas compras de alimentos nos supermercados (de 65,5% a 72,0%). Entretanto, chama a atenção que as de renda *per capita* mais baixa, inferior a 1 salário mínimo, são exatamente aquelas que deixam nesses modernos equipamentos de varejo a maior parcela de suas rendas gastas com alimentação (72,0%). Ao mesmo tempo, somente para elas os armazéns apresentam alguma relevância (5,0%), e os açougues apresentam o menor percentual (5,9%), e em que os demais equipamentos também mostram participação inferior (8,6%). Esse fato por certo está ligado de maneira clara à insuficiência de suas rendas que as obrigam a comprar nos supermercados (quando podem pagar à vista), nos armazéns (nas compras a prazo pelo velho sistema de "cadernetas"), além de consumirem pouca carne ou de qualidade inferior (carne de segunda), reduzindo gastos nos açougues(Tabela 63).

Tabela 63.- Distribuição Percentual dos Gastos com Alimentação por Equipamento Varejista, Segundo a Classe de Renda, Campinas, 1994.

Classe(1)	Supermercados	Padaria	Armazém	Açougue	Outros
0 a 0,50	72,01	8,53	4,97	5,87	8,62
0,50 a 1,00	66,66	8,39	0,90	10,82	13,23
1,00 a 1,40	70,70	9,70	0,15	8,44	11,01
1,40 a 2,00	67,50	8,25	2,34	8,08	13,83
2,00 a 2,75	65,52	7,92	0,06	9,86	16,64
2,75 ou mais	69,63	8,28	0,00	9,85	12,24

(1) Em número de salários mínimos per capita por família em cada mês.

Fonte: CHAIM & TEIXEIRA (1996).

Confirmando esse fato, na outra ponta nota-se que as famílias de maiores rendas não compram em armazéns, gastam a maior proporção de suas rendas em açougues, ao mesmo tempo em que a participação de outros equipamentos são mais elevadas. As razões da escolha entre equipamentos estão associadas à facilidade de obtenção da cesta desejada de mercadorias a preços compatíveis com suas rendas. Cabe lembrar que a qualidade da dieta alimentar muitas vezes está relacionada à composição da cesta de alimentos, em termos de diversificação de produtos adquiridos pois muitos itens são semelhantes para as várias classes de renda, variando as quantidades. Isso é verdade, principalmente para os alimentos básicos como o arroz e o feijão, onde os produtos disponíveis nos supermercados podem atender à toda amplitude de classes sociais. Por outro lado, nas carnes por exemplo, a venda de cortes especiais como o *filet mignon* e o peito de frango acabam levando a uma enorme produção de carne bovina de segunda e de outras

partes menos nobres do frango que exigem que se atraia aos supermercados a clientela demandante desses produtos. Em qualquer situação, isso corresponde à procura de preços menores que possibilitem maiores quantidades adquiridas.

As transformações da agricultura deram sustentação ao processo de mudanças econômicas e sociais onde a urbanização crescente, e a conseqüente redução da população rural, em termos percentuais e absolutos, puderam ser realizados a custos cadentes da alimentação para o consumidor metropolitano. Os gastos com alimentação, cresceram 35% do final dos anos 40 até a metade da década de 70, e nesse sentido toda a movimentação em torno do custo dos produtos básicos encontra explicação. Nesse período as discussões fundamentais prendiam-se à dicotomia exportáveis/domésticos, numa crítica contundente à realidade exportadora da agricultura brasileira, como se o fato de que os preços da alimentação cresciam mais que o conjunto dos preços da economia derivasse dessa sua característica histórica. Os anos 80, entretanto, mostram um quadro reverso, pois, desde a metade dos anos 70, os custos da alimentação para o consumidor decresceram 59% em valores constantes (Tabela 64). Isso ocorre exatamente numa passagem em que a crise econômica freava o crescimento da renda, fazendo-a retroceder para as classes de menor poder aquisitivo. Assim, essas camadas da população em que a alimentação ainda representa parcela significativa da renda familiar, só não tiveram sua sobrevivência ainda mais precarizada, face aos menores custos da alimentação.

A situação fica ainda mais grave quando se agrega a essa realidade dramática o aumento do desemprego, pois para salário algum o alimento barato fica muito caro e inacessível. Entretanto, o custo da alimentação subiu mais que o custo de vida total, que cresceu 18% entre o fim dos 40 e dos 60, manteve-se no começo dos 70, e desde a metade dessa década quando decresce significativamente, acumulando 64% de queda até 1994-96. Desse modo a redução do custo de vida total foi mais acentuada que o custo da alimentação, pois os demais itens de dispêndio do orçamento familiar tiveram queda mais expressiva. A paridade entre a alimentação e custo de vida cresce de 20% no período 1940-80, inclusive acelerando-se nos últimos anos, ao atingir 33% em 1994-96 (Tabela 64). A conclusão global para esses indicadores consiste em que, ainda que fossem importantes as transformações da agricultura para o menor custo da alimentação, isso insere-se num movimento mais geral de barateamento do custo de vida urba-no¹⁴⁷. Ressalve-se ainda as alterações qualitativas do consumo alimentar, pois a alimentação ficou não apenas mais barata, mas, sobretudo, mais diversificada.

Tabela 64.- Índices de Dispêndio do Consumidor com Alimentação e do Custo de Vida, Cidade de São Paulo, Médias Trienais, 1948-96

Ano	Alimentação	Custo de Vida	Paridade
1948-50	100	100	100
1954-56	110	95	116
1958-60	117	104	112
1964-66	128	110	116

¹⁴⁷ Esse comportamento da paridade entre o custo da alimentação e o custo de vida pode levar a equívocos de concluir-se que a alimentação teria aumentado no período, ou seja teria havido "inflação na sopa". Na verdade, ao deflacionar-se o índice de custo da alimentação pelo índice de preços ao consumidor, realmente a alimentação eleva-se em termos reais. Entretanto, a base correta de comparação deve ser feita com o conjunto dos preços da economia e não apenas com índice de consumo direto.

1968-70	125	118	106
1974-76	135	117	115
1978-80	128	107	120
1984-86	95	65	146
1988-90	76	51	149
1994-96	56	42	133

Fonte: Dados Básicos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

Interessante reflexão pode ser feita para o conjunto de preços da agricultura, avaliando as paridades entre os custos de produção, os preços recebidos pelos agricultores e os índices de preços aos consumidores. Todas essas paridades crescem significativamente desde o final dos anos 40, indicando aumento considerável de eficiência no sistema de comercialização com redução das margens. A relação entre custos de produção da agricultura e custo da alimentação ao consumidor aumenta 86% no período, enquanto que, quando calcula-se a paridade entre os preços ao consumidor e os preços recebidos pelos agricultores, o indicador aumenta 113% e atinge acréscimo de 183%, quando se compara com os preços recebidos e o custo de vida (Tabela 65). A reflexão sobre esses indicadores mostra elementos interessantes pois os preços recebidos isoladamente crescem 93% no período 1948-80, para custo de vida também crescente em 7%. No momento em que ambos contabilizam quedas nos anos 80 em diante, as verificadas na alimentação e no custo de vida foram muito mais expressivas que os 38% de queda dos preços recebidos no período. Isso só se torna possível com a redução de margens de comercialização, denotando a contribuição das mudanças da estrutura de mercado associadas ao processo de transformação da agricultura; ou seja, não se resumiu à simples irradiação de agroindústrias pois tão importante quanto, foram os supermercados e as *tradings companies*.

Outra paridade interessante consiste entre os salários rurais e o custo de vida. Trata-se, na verdade, de salários de trabalhadores rurais que vivem preponderantemente nas cidades, ou seja do salário mais relevante das categorias mais pobres das principais cidades interioranas. No momento de maior crescimento dos salários agropecuários (nomenclatura mais correta para esses salários), correspondente ao período 1950-80 quando eles aumentaram 158%, o custo de vida, ainda que crescendo menos, corroeu parcela expressiva desses ganhos. Com a queda do custo de vida, menor nos anos 70 e acentuada dos 80 em diante, a paridade torna-se amplamente mais favorável aos salários, fazendo com que a queda em valores constantes de 39% nos anos 80 e 90 não conformasse uma situação dramática. Noutras palavras, a redução dos custos da alimentação e do custo de vida urbano em geral, amenizou o impacto da queda salarial, embora a sazonalidade e o menor número de dias trabalhados, além do desemprego - ao propiciarem quase nenhum salário -, não tivesse permitido a um largo contingente de famílias a fuga à situação de miséria.

Tabela 65.- Evolução dos Índices de Paridade entre os Índices aos Agricultores e os Índices aos Consumidor, Estado de São Paulo, Médias Trienais, 1948-96.

Ano	Custo de Produção/ Custo de Alimentação	Preços Recebidos / Custo Alimentação	Preços Recebidos/ Custo de Vida	Salários Rurais/ Custo de Vida
1948-50	100	100	100	100
1954-56	100	100	116	122

1958-60	91	74	84	100
1964-66	85	73	85	99
1968-70	101	70	74	121
1974-76	160	136	157	210
1978-76	184	151	180	241
1984-86	191	188	275	294
1988-90	180	145	213	282
1994-96	186	213	283	376

Fonte: Dados Básicos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Numa reflexão global sobre os impactos das transformações da agricultura sobre os preços relativos, pode-se caracterizar em definitivo os corolários do processo ensejado pela política econômica da metade dos anos 60 em diante, e que atinge seu auge no final dos anos 70, sobre o custo de vida. A renda e os salários em queda nos anos 80 tiveram seus efeitos perversos amortecidos pela materialização, nessa década, dos resultados do expressivo bloco de inversões do período anterior. A materialização desses resultados conforma mais um sucesso dos objetivos transformadores da política econômica do período e que iriam ser aprofundados nos anos 90. Desse modo, a consolidação da internalização do "modelo americano" nos anos 70 mudou de forma decisiva a dinâmica econômica, seja no plano espacial, com a indústria típica da 2ª Revolução Industrial, a agroindústria; seja no plano das empresas, com a concretização de uma economia de grandes empresas; seja pela revolução da comercialização. Isso também alterou profundamente a realidade urbana, esvaziando os movimentos contra a carestia. Nada autoriza, contudo, afirmações ruralistas de que a agricultura pagou um alto preço ao sustentar o processo de industrialização, ao contrário, os demais itens do custo de vida tiveram maiores quedas de preços. Mas **as condições de acesso à alimentação melhoraram e muito. Entretanto, nada nos permite afirmar que os problemas acabaram, mas eles mudaram de forma e de conteúdo, pois a carestia poderia ser solucionada com tecnologia, com máquinas, com sementes selecionadas. O que ficou, a pobreza não pode ser solucionada com instrumentos de política alavancadores da oferta. São os desempregados, os biscateiros, os camelôs, e pior, os inimpregáveis. Essa outra face da moeda também deve ser visualizada, pois ela conforma a outra lâmina da tesoura marshalliana, a curva da demanda; ou, noutras palavras, o tamanho e o perfil do mercado interno.**

2.- Dois problemas persistentes da questão agrária: concentração de renda e alargamento das disparidades.

A questão agrária enquanto questão estrutural acabou condicionando o perfil de sociedade construído a partir do desenvolvimento do capitalismo retardatário brasileiro. Sendo uma economia continental, com baixa densidade populacional quando comparada à das nações da Europa, Estados Unidos, América e Ásia, e tendo a parcela preponderante de seu território habitável e praticamente inexplorada, verifica-se no Brasil o paradoxo do excedente populacional. Esse excedente configura-se fundamentalmente na baixa capacidade incorporadora da sociedade de consumo, gestada no processo de desenvolvimento, e que, em última instância, deriva dos patamares de salários reduzidos e mantidos nesses níveis pelo excedente de oferta de força de trabalho,

em geral desqualificada. A urbanização deslocou parcela importante de pobres do campo para as cidades e, nesse sentido, constituiu-se numa "urbanização da miséria".

O processo, contudo, criou ou incorporou uma parcela da população à sociedade de consumo e, em certa medida, gestou uma imensa camada de consumidores de "bens de baixo preço", numa expansão qualitativamente inferior do consumo de massa. Assim, ocorreu no Brasil uma profunda fragmentação do mercado de consumo, que apresenta perfis de demanda profundamente díspares. De um lado, encontra-se a demanda sofisticada por parte de parcelas da população satisfeitas nas suas necessidades básicas e que "aprimoram" suas preferências por bens e serviços; na outra ponta, há a demanda reprimida por parte de uma população que vive nos limites da exigência de sobrevivência, aquém das necessidades básicas, e que espera inserir-se por meio do acesso a uma cesta de produtos qualitativamente melhores. Essa desigualdade característica do aprofundamento das diferenças de renda, condiciona a estrutura de empregos e salários.

A desigualdade produzida nas cidades, sem ser equacionada no meio rural, revela a face mais dura do desenvolvimento brasileiro e, em particular, da sua agricultura. Preços baixos e dificuldades de impulsionar a qualidade de produto, num quadro em que várias análises apontam para a descapitalização do setor, convivem com parcela da população que não tem emprego capaz de garantir-lhe renda compatível com o consumo básico desejável¹⁴⁸. As perspectivas apresentam-se como aprofundadoras dessas distorções, na medida em que se prevê a expansão da produção com menores níveis de emprego. Alguns dizem que a agricultura e a indústria deveriam responder pela eficiência e produtividade e os serviços em geral pelo emprego¹⁴⁹. Entretanto, o nível de incorporação desejável dos "excluídos" não é compatível com essa proposta, a não ser que se queira alcançar níveis maiores do que os da já insuportável violência no campo e na cidade - numa realidade em que parcela significativa "da população brasileira não tem poder aquisitivo suficiente para sua segurança alimentar" (HOFFMANN, 1994).

2.1 - Médias pouco representativas: regiões e atividades num mosaico de disparidades¹⁵⁰

¹⁴⁸ A conjuntura que viveu durante a colheita da safra de grãos de 1994/95 ilustra muito bem esse grave constrangimento que a demanda representa para o desenvolvimento da agricultura. Foram colhidos 81 milhões de toneladas de grãos. Mesmo que tenham ocorrido problemas do lado do câmbio, dos juros e do conflito distributivo interno às cadeias produtivas em função do ajuste à estabilização econômica imposta pela realidade do Plano Real, uma questão importante para explicar os baixos preços está na baixa capacidade aquisitiva do mercado interno, uma vez que se criou uma situação de oferta excedente de produtos agropecuários numa realidade onde cerca de 30 milhões de pessoas viviam na linha da fome. Dessa maneira, se os problemas derivados da política macroeconômica são relevantes, os efeitos dessas medidas seriam radicalmente diferentes nos preços relativos, se estruturalmente a demanda estivesse fortalecida com maior número de pessoas inseridas como consumidores plenos e não apenas marginais agindo na linha da sobrevivência notadamente nas periferias das metrópolis (GONÇALVES, 1995c).

¹⁴⁹ ZOCHUN (1996), por exemplo, conclui que "para que o país possa consumir mais de todas as coisas, isto é, para que a renda per capita aumente, é fundamental que a produtividade geral da economia se eleve. Essa é uma incumbência que o setor terciário, como se viu, não tem condições de assumir, sendo indispensável que seja assumido pela indústria e pela agricultura. Assim, ficam bem caracterizados os papéis de cada setor: o terciário é o responsável pela criação de empregos, enquanto que a indústria e a agricultura devem garantir os ganhos de produtividade do país".

¹⁵⁰ A análise será feita apenas para as lavouras uma vez que são escassas informações sobre as diferenças regionais na pecuária, numa série de tempo ampla.

As transformações da agricultura brasileira forjaram uma face de disparidades nem sempre levadas em conta em muitas análises estruturais. Trata-se das disparidades setoriais entre regiões e culturas; ou seja, entre culturas em distintas regiões, entre culturas numa mesma região e ainda mais entre agropecuaristas numa mesma cultura. A generalização do uso de insumos modernos e as similitudes que à primeira vista surgem no horizonte rural turvam a visualização da realidade em que se move o processo de produção agropecuário. Numa situação como esta, as médias dizem muito pouco, ou quase nada, e, por essa razão, muitos estudos - dentre os quais os de competitividade -, ao fazerem o vaticínio de crise profunda de segmentos da agricultura no processo de abertura, tiveram de ser refeitos, pois os desdobramentos mostraram incríveis avanços. A questão se resume à pobreza explicativa das médias e ao fato de que se comparava agriculturas de países onde ocorre certa homogeneidade estrutural com a brasileira, onde existe intensa heterogeneidade estrutural. A existência de importantes setores em posição competitiva vantajosa frente a outros internamente levou ao um profundo ajuste na estrutura de produção com o avanço dos primeiros e recuo dos segundos, com o que a nova média configurou uma nova situação de competitividade.

A análise das diferenças produtivas, iniciando-se pela participação regional, mostra as mudanças espaciais do processo de desenvolvimento da agricultura. Partindo das regiões de colonização antiga, nota-se a perda de importância relativa do Nordeste na produção de complexos expressivos da agricultura brasileira. No algodão, a participação nordestina, que fora de 52,4% em 1934-36, reduz-se expressivamente atingindo 16,2%, no triênio 1994-96. Isso também se verifica na cana, cujo percentual cai de 48,7% para 19,3% (Tabela 66). Essa mudança não pode ser menosprezada pois, no algodão - cultura em que a abertura de mercado interno afetou duramente todas as regiões -, os efeitos são muito mais dramáticos que a redução de área e de renda, mas afetaram decisivamente toda uma estrutura de produção sustentada no algodão arbóreo, de fibra longa, e que entrava na mistura com o algodão herbáceo do Sul-Sudeste na fabricação de fios têxteis. Por seu lado, a cana para indústria representa um complexo de mais de quatro séculos, organizando os interesses políticos e econômicos de uma poderosa oligarquia que se perenizou no poder em todo esse período. A redução da importância nordestina na produção nacional de algodão e de cana para indústria significa a decadência dos dois segmentos fundantes da economia e sociedade regional, muito embora isso não represente necessariamente alteração favorável à modernização nas elites regionais.

Mesmo em culturas alimentares importantes, como a mandioca, o Nordeste perde participação nacional, uma vez que os percentual reduz-se de 51,6% para 42,7%. Em outras culturas ainda, como a banana, o crescimento de 10,7% para 30,2% de representatividade da produção regional não significa alteração na inserção nacional pois, excluindo-se o pólo do sul do Maranhão e do Vale do Assú, no Rio Grande do Norte (ainda pouco expressivos em volume produzido em termos nacionais), trata-se de bananais velhos, com baixo padrão tecnológico e que fornecem produtos de qualidade inferior, o que limita a ocupação de outros mercados que não as feiras regionais. Das grandes culturas nordestinas, organizadas em função das exportações, apenas a zona cacaueteira baiana mantém firme sua hegemonia nacional, respondendo por 94,3% da produção de amêndoas nos anos 30 e por 83,3% nos anos 90. Dos movimentos de expansão na região de culturas de alto padrão tecnológico, formando pólos de larga expressão nacional, destaque-se os casos do feijão, cuja participação

aumenta de 13,0% em 1934-36, para 38,5% em 1994-96, e, do tomate, cujo percentual se eleva de 17,6% para 26,3% no mesmo período.

Tabela 66.- Participação Percentual das Mesorregiões na Produção das Lavouras, Nordeste e Centro-Sul do Brasil, 1934-36, 1964-66 e 1994-96

Atividade	Nordeste			Centro-Sul		
	34-36	64-66	94-96	34-36	64-66	94-96
Algodão	52,4	40,9	16,2	47,1	59,1	81,7
Arroz	6,9	13,5	16,9	92,0	85,4	73,3
Banana	10,7	28,0	30,2	87,8	70,8	55,6
Batata	0,6	2,2	1,7	99,4	97,8	98,3
Cacau	94,3	95,5	83,3	1,6	2,9	1,8
Café	2,9	3,0	4,9	97,1	97,0	87,1
Cana	48,7	33,4	19,3	51,0	66,2	80,5
Feijão	13,0	29,0	38,5	86,7	70,5	56,6
Laranja	4,8	10,2	8,5	94,3	88,7	90,0
Mandioca	51,6	38,5	42,7	43,8	56,2	35,9
Milho	7,0	11,8	8,0	92,7	87,8	89,2
Soja	...	0,2	4,2	...	99,8	95,6
Tomate	...	17,6	26,3	...	82,3	73,4
Trigo	100,0	100,0	100,0

Fonte: Dados Básicos da FIBGE.

Numa reflexão global sobre a realidade da agropecuária nordestina, as lavouras reduzem sua relevância no contexto brasileiro nos principais complexos regionais que são o têxtil e o sucroalcooleiro, mantendo sua posição apenas na lavoura cacauzeira. Entretanto, nos três casos grassa uma crise que vem comprometendo a competitividade, pois, no algodão, o novo pólo de fiações cearense sustenta-se em produto importado; na produção de açúcar e álcool ocorrem níveis expressivos de endividamento e poucas unidades denotam condições de reação com melhoria do padrão tecnológico; e, no cacau, a presença regional mantém-se unicamente porque as zonas de escape da doença vassoura-de-bruxa que vem devastando os cultivos baianos não empreenderam, ainda, movimentos de expansão do cultivo. As poucas culturas em expansão na região não produzem opções de renda e emprego na agricultura, capazes de contrabalançar o declínio dos velhos complexos exportadores,. Nem mesmo a fruticultura irrigada dos vales, como o do São Francisco, do Assú e de Neópolis, apresenta efeitos generalizados, pois sendo localizados, mostram-se ainda pouco expressivos no contexto regional, nacional e internacional. Noutras palavras, as lavouras nordestinas ainda apresentam, em superfície e para a ampla maioria dos habitantes dispersos pelas vilas e cidadelas do sertão, o mesmo perfil crítico de baixa produtividade e condições miseráveis de vida, como atividade onde o principal insumo ainda depende "da vontade de São Pedro". Essas lavouras rudimentares ainda mostram como principal produto, a produção de "peões", pois delas imigram grandes contingentes de mão-de-obra barata, em turnos sazonais ou definitivos, para realizar as piores funções de trabalho nas principais regiões brasileiras¹⁵¹.

¹⁵¹ LIRA (1982) realiza interessante ensaio sobre o papel dessas agropecuárias "atrasadas"no contexto do desenvolvimento capitalista, caracterizando-as como produtora de "peões", entendidos como trabalhadores rurais desqualificados. Entretanto, no momento atual restringe-se o "mercado" para esse produto.

Os grandes complexos produtivos da agricultura brasileira ganharam dinamismo no Centro-Sul, alargado com a inclusão do Brasil Central na área de lavouras. No período da metade dos anos 30 até a metade dos 90, essa grande região cresce sua participação produtiva nacional nas principais culturas como a cana (de 51,0% para 80,5%) e o algodão (de 47,1% para 81,7%). O Centro-Sul constitui-se na região agrícola relevante brasileira, concentrando as principais zonas produtivas dos mais importantes produtos, além de apresentar-se como a de maior potencial de expansão. Mantém sua liderança no arroz (92% para 73,3%), concentrando-se no pólo irrigado gaúcho; na banana (87,8% para 55,6%), com destaque para as grandes zonas bananeiras comerciais do Vale do Ribeira paulista, do Litoral Norte catarinense e dos cultivos irrigados do Norte mineiro; na batata (99,4% para 98,3%), em São Paulo, Minas Gerais e Paraná; no café (97,1% para 87,1%) que se desloca do Oeste paulista para o Norte paranaense e agora para o Cerrado mineiro; na laranja (94,3% para 90,0%) do complexo paulista de sucos cítricos; na soja (atuais 95,6%) e do milho (92,7% para 89,2%), no Paraná, Rio Grande do Sul e Brasil Central; e no tomate (82,3%) com o cultivo de mesa paulista e rasteiro goiano. Entretanto, nota-se de forma nítida, a formação de pólos especializados, que se concentram nas zonas produtivas mais dinâmicas em toda região. Os dados globais passam uma falsa imagem de diversificação, pois, na verdade, o Centro-Sul detém importância nas principais lavouras, mas elas estão localizadas espacialmente dentro da região de forma concentrada, como aliás determina a estrutura agroindustrial ou de logística de beneficiamento e pós-colheita do modelo de agricultura implantado.

No interior dessa grande região Centro-Sul há movimentos distintos nas várias regiões, em especial ocorrem diferenças entre o Sul e o Sudeste, áreas de ocupação antiga, e o Brasil Central, nova fronteira agropecuária. A região Sudeste, donde emergiu o epicentro das transformações da agricultura a partir de São Paulo, perde importância em lavouras relevantes mas mantém hegemonia em outras. Do triênio 1934-36 para 1994-96, a participação do Sudeste na produção nacional decresce no algodão (45,8% para 24,4%), no arroz (64,4% para 9,1%), no feijão (55,7% para 19,4%), na mandioca (17,6% para 9,2%) e no milho (57,2% para 22,4%), além da banana (70,9% para 30,8%). Em contrapartida, ganhou ou mantém a hegemonia no café (94,7% para 81,6%), na cana para indústria (42,7% para 67,2%), na laranja (78,7% para 85,2%). No tomate, ainda que tenha perdido posição no geral (76,9% em 1964-66 para 53,1% em 1994-95), especializa-se no tomate envarado (Tabela 67). As razões estão objetivamente ligadas às disputas por terras entre culturas e à tendência de especialização local em determinados produtos, levando essas lavouras a migrar para outras regiões como o Brasil Central.

No algodão, num primeiro momento, cresce o paranaense e agora o do Centro-Oeste; no arroz, ocorreu profunda transformação estrutural que centralizou o núcleo dinâmico no cultivo irrigado gaúcho; no feijão, como produto não processado, disseminam-se regiões especializadas em todo território nacional oferecendo "feijão novo" a todo tempo. No milho, emergem as estruturas produtivas de grandes áreas do Paraná e Brasil Central, enquanto na banana, apesar da redução percentual, ela reflete uma difusão nacional de plantações não comerciais; há concentração da produção para o mercado no Vale do Ribeira paulista e Norte de Minas. Do ponto de vista macrossetorial, entretanto, consolidam-se no Sudeste importantes pólos produtores de café, de sucos cítricos, de açúcar e álcool e - para citar um produto animal -, de frango de corte, exatamente os mais dinâmicos da agricultura brasileira. Com isso, na verdade,

deslocam-se do Sudeste as lavouras isoladas que dão lugar aos grandes complexos agroindustriais modernos, nas zonas mais dinâmicas como Ribeirão Preto, Campinas e Vale do Paranapanema de Assis, Campo Mourão, Maringá e Londrina. Ou seja, reforça-se a posição de liderança nacional do Sudeste nas principais atividades da moderna agricultura.

A região Sul, outra área de colonização antiga da Grande Região Centro-Sul, também perde importância relativa em culturas relevantes da lavoura regional, entre 1934-36 e 1994-96: a) no algodão - mesmo tendo crescido (1,3% para 32,3%) com a expansão da produção paranaense -, nos anos recentes, após ser abalado por séria crise em função da abertura de mercado nos anos 90, sofre direto a pressão da produção argentina em larga escala e também do Brasil Central, *locus* da nova cotonicultura; b) no arroz, o pólo irrigado gaúcho ganhou hegemonia nacional (19,1% para 51,0%), mas agora enfrenta crise de pesado endividamento e fuga de orizicultores e capitais para províncias limítrofes da Argentina; c) na banana, mantém-se com concentração no Litoral Norte de Santa Catarina; d) na batata, vem assegurando-se como a região mais relevante (55,2% para 51,2%), com base no Paraná e Rio Grande do Sul; e) no café, nesse período ocorreu a ascensão e o declínio do Norte do Paraná, conformando uma participação residual no triênio 1994-96 (4,3%); f) no feijão, cresce a participação sulista (27,3% para 31,2%), embora já tivesse sido maior (40,7% em 1964-66), em função da produção paranaense e da expansão catarinense; g) a mandioca consolida-se no moderno núcleo feculeiro de Paranavaí (PR); h) o milho mantém-se com base nas lavouras paranaenses e gaúchas que, contudo, perdem progressivamente posição frente ao avanço do Brasil Central; i) na soja o sul perdeu a hegemonia para o Centro-Oeste (97,4% em 1964-66 para 46,6% em 1994-96); j) no trigo, mantém-se hegemônica numa cultura cujo processo de substituição de importações foi revertido com a prevalência do produto importado e recuo da produção nacional.

Tabela 67. – Participação Percentual das Mesorregiões na Produção das Lavouras, Sul e Sudeste do Brasil, 1934-36, 1964-66 e 1994-96

Atividade	Sudeste			Sul		
	34-36	64-66	94-96	34-36	64-66	94-96
Algodão	45,8	38,7	24,4	1,3	17,5	32,3
Arroz	64,4	31,9	9,1	19,1	28,4	51,0
Banana	70,9	53,5	30,8	15,4	12,5	16,8
Batata	43,6	45,1	46,3	55,2	52,6	51,2
Cacau	1,6	2,9	1,6
Café	94,7	51,3	81,6	2,1	41,7	4,3
Cana	42,7	56,3	67,2	6,3	7,0	6,8
Feijão	55,7	21,9	19,4	27,3	40,7	31,2
Laranja	78,7	67,9	85,2	15,4	17,9	4,0
Mandioca	17,6	20,6	9,2	23,6	28,9	22,0
Milho	57,2	36,9	22,4	31,6	43,8	48,4
Soja	...	2,2	9,7	...	97,4	46,6
Tomate	...	76,9	53,1	...	4,5	10,3
Trigo	...	0,8	2,4	100,0	98,9	94,9

Fonte: Dados Básicos da FIBGE.

O grande desafio da agropecuária sulista para fugir à tendência de perda de importância no contexto nacional está na criação de pólos dinâmicos capazes de contrabalançar o deslocamento das grandes áreas de grãos (milho, soja e

algodão) para o Brasil Central, do trigo importado da Argentina e, em certa medida do arroz irrigado, também oriundo dos países do MERCOSUL. Essas ocorrências ainda vêm se mostrando localizadas, como o pólo suino-avícola catarinense, que também avança nos têxteis, na maçã e no feijão, no leite, e no revigoramento do arroz gaúcho dentre outras atividades. No Paraná, o grande impacto foi realizado pela saída rápida e seqüencial do café, derrocado pela geada, e do algodão, pela abertura indiscriminada do mercado brasileiro nos anos 90, fazendo essa unidade da federação, - até então a mais importante estrutura agropecuária brasileira -, perder renda e emprego, sem que tenha havido a expansão de complexos produtivos capazes de amortecer os impactos das perdas nesses aspectos. Em relação ao Sudeste, a expansão das lavouras no Brasil Central tem para a agropecuária sulista uma situação mais drástica de pressão sobre a estrutura produtiva. Mas, mesmo perdendo agricultores e capitais, a agricultura do Sul do País terá sempre papel relevante no contexto nacional, ainda que com menor participação percentual. Outro ponto a destacar consiste em que o padrão educacional médio dos agropecuaristas sulistas os colocam em posição vantajosa no cenário da agricultura brasileira.

No momento, ergue-se no Centro-Oeste um novo Eldorado de expansão da agropecuária brasileira, cujas notícias vêm ocupando a maior parcela do espaço da mídia, destacando a potencialidade e os resultados obtidos nessa região. Trata-se da nova fronteira agrícola, com pouco mais de uma década e meia como centro de atração de investimentos, e que concentra as atenções, dado ao fato de que na região Norte, a novíssima fronteira agrícola, as lavouras são ainda atividades incipientes no contexto nacional. A conquista do Brasil Central, que se iniciou com o arroz (8,4% para 25,1% da produção brasileira entre 1934-36 e 1964-66), passa para a soja (0,2% em 1964-66 e 39,3% em 1994-96), o milho (7,1% em 1964-66 e 18,4% em 1994-96) e o algodão (2,9% em 1964-66 e 20,5% em 1994-96) (Tabela 68). Assim, funda-se no Centro-Oeste a principal região brasileira produtora de grãos, com base na grande lavoura mecanizada e de alto rendimento, ocupando áreas antes consideradas inaptas para a prática agrícola. Trata-se de resultado de intenso esforço de pesquisa, ao mesmo tempo em que eram privilegiadas inversões com base no subsídio ao crédito e incentivos fiscais para se montar a estrutura produtiva regional. Agora, enfrentando a necessidade de amplos investimentos em infra-estrutura, em especial de armazenagem e transporte, o Brasil Central conso-lida-se como a grande produtor de grãos, atraindo capitais de segmentos produtivos e agroindústrias associadas como a moageira, a avícola e suína e a têxtil.

No que diz respeito à participação regional, o processo de transformação da agricultura brasileira alargou as diferenças, com o crescimento da produção do Centro-Sul, em detrimento do Nordeste; ou seja, a superprodução continua localizada numa região e a superpopulação, em outra, com o agravante de que a mecanização crescente da colheita vem permitindo à agropecuária do Centro-Sul prescindir, mesmo sazonalmente, da mão-de-obra barata nordestina. Não se formou nesse processo nem um grande complexo produtivo na agricultura nordestina, com hegemonia nacional; ao contrário, os antes existentes - algodão e açúcar -, tiveram solapadas suas bases competitivas e perderam espaço para a moderna agricultura do Centro-Sul. Dentro desta região dinâmica surge um núcleo atraindo os fluxos de investimentos para a produção de grãos em larga escala - o Brasil Central -, cuja dinâmica vem redesenhando o mapa agropecuário brasileiro com efeitos mais drásticos para a região que tinha a supremacia na produção de grãos, o Sul Brasileiro. Esse panorama regional consiste no alicerce

sobre o qual se assenta um outro leque de disparidades relacionados ao padrão tecnológico. A análise da evolução da produtividade da terra nas lavouras permite mostrar essa outra face da iniquidade da agropecuária brasileira, ou seja, como a dinâmica do progresso técnico não foi pletora da homogeneização.

Tabela 68. - Participação Percentual das Mesorregiões na Produção das Lavouras, Norte e Centro-Oeste do Brasil, 1934-36, 1964-66 e 1994-96

Atividade	Norte			Centro-Oeste		
	34-36	64-66	94-96	34-36	64-66	94-96
Algodão	0,5	...	2,1	...	2,9	25,0
Arroz	1,1	1,1	9,8	8,4	25,1	13,3
Banana	1,4	1,2	14,2	1,5	4,8	8,0
Batata	0,6	0,2	0,7
Cacau	4,1	1,6	15,0	0,2
Café	8,0	0,3	4,0	1,1
Cana	0,3	0,4	0,2	2,0	2,9	6,5
Feijão	0,3	0,5	4,9	3,6	7,9	6,0
Laranja	0,9	1,1	1,6	0,2	2,9	0,7
Mandioca	4,6	5,5	21,4	2,6	6,9	4,7
Milho	0,3	0,4	2,7	3,9	7,1	18,4
Soja	0,1	...	0,2	39,3
Tomate	...	0,2	0,3	...	0,8	10,0
Trigo	0,3	2,7

Fonte: Dados Básicos da FIBGE.

Essa mesma realidade das diferenças pode ser vista no tocante aos resultados do progresso técnico. Diversas análises da agropecuária brasileira têm mostrado com nitidez os impactos do progresso técnico no aumento do rendimento das lavouras¹⁵². Entretanto, torna-se fundamental discutir o verdadeiro significado desse crescimento das médias de produtividade da terra, pois esse processo caracteriza-se também pelo aumento da diferença de padrões tecnológicos e, com isso, os rendimentos observados apresentam enorme amplitude de variação. Desse modo, longe de cumprir tendência homogeneizadora - onde a maioria convergiria para níveis semelhantes de resultados em termos de produção por unidade de área -, esse movimento promoveu o inverso. As diferentes respostas obtidas nos distintos produtos, bem como, principalmente, as enormes disparidades dentro de cada produto, encobrem a efetividade dos ganhos realizados e corroboram para equívocos analíticos sobre o futuro da atividade frente ao acirramento da concorrência, em função da abertura da economia nacional (o grande exemplo pode ser dado pela agroindústria brasileira de leite e laticínios frente aos produtos argentinos). Essa corresponde à outra face das disparidades da agropecuária brasileira onde as médias de rendimento agrícola das principais lavouras são pouco representativas, num processo onde os extremos se afastam no movimento de crescimento.

Do conjunto das lavouras, a comparação das médias anuais de rendimento dos triênios 1934-36 e 1994-96 mostra apenas três culturas com percentuais negativos: o feijão (-32,3%), a banana (-22,1%) e também a mandioca

¹⁵² Dentre o grande número de estudos realizados no Brasil e que comprovam os efeitos positivos do progresso técnico sobre a produtividade das culturas tem-se o clássico para o algodão de AYER (1970), e o estudo de SILVA, FONSECA & MARTIN (1979). Uma discussão da evolução dos rendimentos agrícolas em comparação com os níveis esperados pela tecnologia disponível pode ser encontrada em GONÇALVES (1990).

(-8,1%). Os limites inferiores também apresentam queda para o feijão (466 kg/ha para 265 kg/ha) e a banana (10,5 t/ha para 9,9 t/ha), sendo que para a mandioca esse indicador cresce (9,3 t/ha para 10,5 t/ha). Por outro lado, os limites superiores caem para o feijão (1.159 kg/ha para 1.063 kg/ha) e elevam-se para a mandioca (21,2 t/ha para 31,3 t/ha) e a banana (32,5 t/ha para 38,9 t/ha). Com isso a amplitude aumenta de forma expressiva para o feijão (149% para 260%), mantém-se alta para a banana (208% para 294%) e menor para a mandioca (126% para 199%) (Tabela 69). Essas três lavouras, que apresentaram decréscimo de rendimento médio, são culturas nacionais de plantio generalizado, com o que dentro de cada unidade da federação as variações são enormes, e, com isso, a análise a partir das médias estaduais minimiza diferenças. Por outro, lado são culturas da alimentação básica, seja no prato do dia a dia de diversas regiões como o feijão e a mandioca, ou como a fruta mais barata e abundante (banana).

Tabela 69.- Disparidades dos Rendimentos Agrícolas das Principais Lavouras, Brasil, Médias Trienais, 1934-36, 1964-66 e 1994-96.

Atividade	Média Nacional(Kg/ha)			Amplitude(%) ⁽¹⁾		
	34-36	64-66	94-96	34-36	64-66	94-96
Algodão	613	482	1.188	290	362	603
Arroz	1.423	1.540	2.500	284	387	537
Banana	17.693	19.186	13.780	208	187	294
Batata	7.579	6.290	14.333	249	233	199
Cacau	667	340	434	222	406	273
Cafê	832	829	1.178	349	438	280
Cana	38.618	44.861	66.987	144	181	140
Feijão	874	657	592	149	204	260
Laranja	10.153	11.666	17.682	193	445	523
Mandioca	14.227	14.113	12.970	126	218	199
Milho	1.420	1.286	2.448	147	220	419
Soja	...	1.610	2.175	...	194	41
Tomate	...	15.488	43.847	...	590	84
Trigo	920	831	1.612	23	97	92

(continua)

(1) Trata-se de médias trienais de estados que somam mais de 70% da produção nacional, sendo o limite inferior o estado com menor rendimento médio e limite superior o com maior rendimento médio, em termos de médias trienais para cada estado. A amplitude representa em percentagem, a diferença entre o rendimento superior e o inferior.

Fonte: Dados Básicos da FIBGE.

As demais lavouras tiveram rendimentos crescentes entre as metades dos anos 30 e 90, sendo mais expressivos os avanços experimentados pelo algodão (+93,8%), batata (+89,1%), trigo (+75,2%), laranja (+74,2%), cana para indústria (+73,5%) e o milho (+72,4%). Dentre essas lavouras, estão as principais matérias-primas industriais (cana e laranja), duas importantes culturas alimentares (arroz e trigo), uma olerícola (batata) e um cereal de uso diversificado (milho). Interessante notar que dentre dois dos produtos de mais expressivos ganhos de rendimento médio - o algodão e o trigo -, sofreram pesadamente os impactos da abertura econômica, com aumento das importações e queda da produção nacional, o que denota que o dinamismo do progresso técnico não garante competitividade num mercado marcado pelos subsídios. Note-se também as enormes amplitudes observadas que tiveram acentuados seus valores, principalmente no algodão (290% para 603%), arroz (284% para 537%), laranja (193% para 523%) e milho

(147% para 419%). Ressalte-se, por outro turno, a reduzida amplitude verificada para a soja (194% para 41%), tomate (590% para 84%) e trigo (23% para 92%), denotando-as como culturas mais homogêneas do ponto de vista tecnológico, niveladas pelo alto padrão; apresentam, inclusive, queda de diferenças entre os rendimentos limites, como a soja e o tomate.

Tabela 69.- Disparidades dos Rendimentos Agrícolas das Principais Lavouras, Brasil, Médias Trienais, 1934-36, 1964-66 e 1994-96 (1).

Atividade	Limite Inferior (Kg/ha)			Limite Superior (kg/ha)		
	34-36	64-66	94-96	34-36	64-66	94-96
Algodão	200	222	286	780	1.025	2.009
Arroz	601	618	779	2.039	3.009	4.964
Banana	10.536	12.570	9.872	32.503	36.076	38.908
Batata	3.300	2.705	10.542	11.515	9.010	31.570
Cacau	231	185	234	744	937	872
Café	237	257	616	1.065	1.383	2.337
Cana	26.487	26.316	32.480	64.589	74.003	78.085
Feijão	466	358	295	1.159	1.090	1.063
Laranja	6.504	4.621	4.853	19.061	25.201	30.236
Mandioca	9.365	9.804	10.461	21.167	31.213	31.283
Milho	800	547	773	1.977	1.750	4.018
Soja	...	702	1.772	...	2.064	2.505
Tomate	...	4.122	33.430	...	28.469	61.636
Trigo	762	600	932	940	1.180	1.789

(conclusão)

(1) O limite inferior corresponde ao Estado com menor rendimento médio e o limite superior ao do Estado com maior rendimento médio, encontrado no período. Sempre considerando médias trienais para cada estado.

Fonte: Dados Básicos da FIBGE.

O movimento de mudança da base técnica, inserido no bojo das transformações da agricultura brasileira, forjou um alargamento da distância entre os extremos de produtividade. Verifica-se tal ocorrência também para culturas onde a produção nacional apresenta-se competitiva no cenário internacional como a laranja, matéria-prima dos sucos cítricos onde, para uma média de rendimento agrícola evoluindo de 10,7 t/ha para 17,7 t/ha dos anos 30 aos 90, o limite inferior cai de 6,5 t/ha para 4,8 t/ha, e o limite superior cresce de 19,1 t/ha para 30,2 t/ha. Desse modo, enquanto os citricultores das regiões mais dinâmicas agregam inovação tecnológica e sustentam o crescimento da produtividade, noutras mantêm-se práticas rudimentares que não conseguem impedir a queda da produção por área. Por outro lado, pode-se encontrar semelhante situação para culturas exclusivamente de mercado interno, como o feijão, que, não apenas mostra queda de rendimento médio, como alargamento das diferenças entre os extremos. Essa disparidade em movimento ascendente explica-se por um processo em que o desenvolvimento capitalista da agricultura escolheu não apenas culturas como seu *locus*, as regiões e, ao engendrar nessas áreas privilegiadas seu ímpeto transformador, deferenciou-as das demais.

Essa ocorrência notada quando se compara a evolução de produtividades médias estaduais das lavouras, mostrando as enormes diferenças entre elas, na verdade corresponde à subestimação das disparidades verdadeiras pois se, no plano nacional, a dispersão elevada corrói a representatividade da média, esse fato também ocorre no plano interno a cada unidade da federação. Por outro lado, as

diferenças expressivas denotam que algumas regiões foram privilegiadas, enquanto outras ficaram à margem do processo, e, como os preços são similares no mercado nacional entre as várias realidades, a existência dessas diferenças de rendimento, na verdade, configura também distintas situações de renda, ou seja desigualdade distributiva entre agropecuaristas. Os aprimoramentos na logística de transporte e distribuição e o intercâmbio de informações em tempo real pelo avanço das telecomunicações cindiram num único grande mercado as principais cidades brasileiras e, com isso, encurtou-se distâncias, possibilitando a colocação de produtos de zonas produtivas próximas ao Chui em grandes cidades da orla marítima nordestina e mesmo amazônica. Assim, as vantagens competitivas derivadas de produtividades superiores (e quase sempre a elas associadas a qualidade), abrem um amplo espaço para a expansão dessas estruturas produtivas modernas, deslocando as demais e, com isso, complicando a problemática distributiva. Muitos dos denominados “ agropecuaristas descapitalizados”, são nada mais que vítimas desse ajustamento gerando a falsa idéia que uma agricultura cujo produto cresce a taxas expressivas, vai mal.

A análise dos diferenciais de rendimentos agrícolas das lavouras e dos respectivos custos de produção determinados a partir dos diferentes perfis tecnológicos, dão concretude à essa proposição¹⁵³. Os rendimentos agrícolas apresentam situações extremas de disparidade, como no café (1.300%), milho (1.047%), arroz (900%), feijão (787%) e uva fina (614%), reafirmando o quadro de diferenças antes verificado para a comparação de médias estaduais por cultura. Mais relevante ainda consiste em notar que essas disparidades configuram diferenças expressivas de custos de produção de cada unidade ofertada. As maiores diferenças de custo estão no café (133%), uva comum (115%), laranja (112%), cebola (109%); mesmo as menores verificadas, que são de 15%, para a soja e 35% para o algodão, são bastante expressivas (Tabela 70). Os maiores diferenciais de custo foram encontrados para culturas perenes, onde a implantação de um pomar com dada base técnica leva à necessidade de depreciar o investimento consistentemente no decorrer de vários anos de produção e, assim, a introdução de nova técnica como o adensamento, deve esperar alguns anos. Além disso, no café fica claro o tradicionalismo, pois, ainda se encontram cafezais com a velha variedade Maragogipe em plena produção. Por seu lado a soja foi implantada como uma cultura "padronizada" de alta tecnologia, e o algodão, que já constituía cultura de alto padrão técnico, registra com a crise dos anos 90 uma seleção de cotonicultores. No geral, tem-se um quadro de rendimentos e custos de produção com enormes diferenças dentro e entre culturas.

Essa constatação problematiza análises de competitividade das lavouras brasileiras, calcadas nas médias de custo e produtividades para cotejá-las com os dos países concorrentes. Na visualização de desvantagens competitivas nesse campo fica-se procurando explicações e, na maioria das vezes, creditando esse fato ao um denominado "Custo Brasil"; pior, quase sempre responsabilizando "os custos dos salários" (notadamente os recolhimentos previdenciários) por tal ocorrência. Mas por que algumas empresas e setores são competitivas mesmo com

¹⁵³ Trata-se de rendimento agrícola esperado, determinado para o "tipo ideal" de cada padrão tecnológico em condições normais de solo e clima, para os quais se determinou os respectivos coeficientes técnicos e os respectivos custos de produção seguindo o sistema utilizado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA). Essas informações foram tomadas para as distintas situações da realidade brasileira e, dentre elas, foram escolhidos os extremos e as médias para análise. Isso significa que podem haver rendimentos médios ainda menores que os limites inferiores porque não foram consideradas as situações de agropecuária de subsistência de presença eventual no mercado.

todas essas limitações? Sem negar que possam existir ineficiências em vários pontos da cadeia exportadora, notadamente na infra-estrutura de transporte, o fato de existirem disparidades de custos torna inúteis comparações pelas médias, pois, as conclusões obtidas são válidas apenas para a parcela inferior do gradiente de rendimentos agropecuários mas não para as produções de índices situados acima da média. Noutras palavras, as análises de competitividade da agricultura brasileira, ao conformarem comparações de médias, na verdade, comparam com o país concorrente de distribuição homogênea de produtividade, os piores produtores brasileiros. O entendimento dos impactos, tanto do processo de integração, como dos efeitos mais gerais da abertura da economia brasileira, para dar conta de aderência ao ritmo das transformações resultantes dessa política, deve ter em conta o significado da heterogeneidade da estrutura produtiva nacional.

Tabela 70.- Diferenciais de Rendimento Agrícola e de Custos Operacionais (1), das Principais Lavouras, Brasil, 1996.

Atividade	Un.	Rendimento Agrícola(2)			Custos Operacionais(2)		
		Menor	Médio	Maior	Maior	Médio	Menor
Algodão	@	76	130	250	6,86	6,22	5,08
Arroz	50 kg	18	32	180	15,26	12,02	7,83
Banana	t.	10	17	43	204,15	170,18	125,26
Batata	50 kg	192	320	473	15,74	10,26	8,32
Cafê	50 kg	5	10	70	140,30	120,55	61,12
Cana	t.	37	83	122	15,72	12,82	9,81
Cebola	25 kg	300	520	2.000	3,85	3,17	1,84
Feijão	60 kg	7	15	60	30,58	26,72	13,15
Laranja	40,2 kg	350	500	800	2,06	1,53	0,97
Maçã	20 kg	650	975	1.600	5,60	4,60	3,28
Mandioca	t.	8	15	32	49,20	43,00	31,70
Milho	60 kg	15	43	172	6,74	4,81	3,47
Soja	60 kg	30	40	52	9,14	8,10	7,94
Uva fina	6 kg	700	1400	5.000	4,35	3,45	2,34
Uva	8 kg	600	1.900	3.000	3,70	2,33	1,72
Comum							

(1) a metodologia de cálculo dos custos de produção obedeceu à descrita em MATSUNAGA et al. (1976), adotada pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

(2) Os rendimentos estão expressos em Unidades/ha e os custos em R\$/unidade.

Fonte: Dados de Levantamento de Campo realizado pelo autor junto a técnicos da extensão pública e privada, além de lideranças setoriais para obtenção dos coeficientes técnicos.

A questão da disparidade observada como intrínseca à agropecuária brasileira faz emergir outro problema: como processaria, nessa realidade, o ajustamento com base numa economia aberta? Esse fato pode mudar os rumos dos desdobramentos futuros pois a capacidade de ajuste à realidade de economia aberta depende diretamente da capacidade desse núcleo mais moderno em engendrar expansão que consubstancie médias mais elevadas para o conjunto das lavouras consideradas. No mesmo sentido, as disparidades tornam inconsistentes as análises de resultado econômico, as quais obtêm a renda líquida a partir dos custos médios (ou "custos representativos", termo que na verdade esconde a inconsistência do indicador – como metáfora-, porque todo custo representa alguma coisa), a um dado preço e generalizam o resultado para o universo do

produto. Na verdade, a ocorrência de renda líquida negativa pode estar escondendo situações de alta rentabilidade dos agropecuaristas mais eficientes e que podem manter-se no mercado a preços inclusive menores que os praticados. Basta verificar os gradientes de custo para concluir que se pode produzir feijão a R\$ 0,21/kg, com venda no varejo a R\$ 0,30/kg, mantidas as margens e não aos R\$ 1,20/kg médios de 1996, como também um conjunto de outras lavouras a preços menores. Portanto, há um enorme espaço para ajustes de preços na agropecuária brasileira, desde que a abertura econômica não seja equivocada a ponto de internalizar práticas de *dumping*, que detonem iniciativas de busca da eficiência.

Mas esse ajustamento pode trazer conseqüências não desprezíveis para a agropecuária brasileira, principalmente se não forem realizadas políticas compensatórias, ou se não houver concomitante distribuição de renda que alargue a base da demanda. A elevação da produtividade ao limite das condições do progresso técnico disponível significa produzir muito mais numa área agrícola inclusive menor. Para para se ter uma idéia: se todas as lavouras brasileiras tivessem médias de rendimentos iguais ao limite superior estimado no gradiente de custos (Tabela 69), a área agrícola brasileira que patina nos 50 milhões de hectares desde a metade dos anos 80 poderia ser reduzida para 32,5 milhões de hectares, mantendo o nível de produção de todas as culturas. A agropecuária norte-americana realizou semelhante ajuste, pois o número de fazendas cresce de 2 milhões para 6,4 milhões no período de expansão 1860-1920; a partir daí, recua persistentemente, para atingir 2,1 milhões em 1987, o mesmo nível do ponto de partida. Por seu turno, a área agrícola, que avançou de 165 milhões de hectares em 1860, atinge seu pico em 1959, com 455 milhões de hectares; a partir daí, recua de forma sistemática, para chegar a 1987 com 390 milhões de hectares. Com isso, o tamanho médio cresce em todo período 1860-1987, de 80 hectares para 187 hectares (Tabela 71). Preste-se atenção na magnitude dos números, pois está-se falando da redução de área agrícola de 65 milhões de hectares, superior a toda área brasileira de lavouras, e de um número de fazendas similar a todo conjunto brasileiro de propriedades existentes¹⁵⁴.

Os reflexos sociais de um ajustamento nesses moldes na realidade brasileira seriam por si só já dramáticos, ainda mais quando se realiza de forma concomitante com uma febre de abertura da fronteira agrícola do Brasil Central (estimulada por políticas públicas de incentivos e subsídios), numa perspectiva de que a área cultivada, em especial a de grãos, possa ser reduzida de forma drástica. A questão da disparidade de custo e rendimentos assume nessas condições uma

¹⁵⁴ Na verdade, as transformações da agropecuária brasileira corresponde a contínua "fagocitose inter-regional", onde a nova frente de expansão absorve a atividade econômica da região moderna do momento. No café, pode-se ver isso do Oeste Paulista em relação ao Vale do Paraíba, do Norte do Paraná em relação ao Oeste Paulista e agora do Cerrado Mineiro em relação ao Norte do Paraná. Nos grãos o Paraná em relação ao Rio Grande do Sul e agora o Brasil Central em relação ao Norte do Paraná. Nesse sentido, não se tem "expansão da fronteira agrícola"; na verdade, corresponde em grande medida a um deslocamento espacial da produção numa agropecuária nômade, movida a especulação fundiária, incentivos fiscais e creditícios, e baseados em interesses políticos dos grandes proprietários. A modernidade ainda não constituiu a agropecuária como atividade permanente. Dessa maneira somas expressivas de recursos do Estado são mobilizados e distribuídos com fartas vantagens para que se promova o "desenvolvimento regional" sem ter em conta que isso corresponde a um sucateamento dos investimentos já realizados nas antigas regiões de produção. No momento atual fala-se em implementar a fruticultura irrigada nordestina numa área de 1 milhão de hectares e a produção de grãos no Brasil Central, em 120 milhões de hectares aptos, mas que mercado absorveria essa produção numa realidade de mercado interno restrito, e com ainda mais restritas chances de alavancagem das exportações nessa proporção.

situação grave para a realização de um processo de ajustamento à economia aberta pelo mercado, a não ser que possa haver significativo crescimento da demanda. Isso fica claro quando se agrega à análise a constatação de que os custos menores e rendimentos maiores estão ligados sempre a escalas de produção mais elevadas em termos de tamanho de áreas de lavoura, em especial para os grãos. A elevação da competitividade da agropecuária brasileira, para inserção no mercado externo e manutenção do interno com base em vantagens de custo, pode representar um ajustamento altamente regressivo pelo lado da renda e, mais que isso, embute inexoravelmente um componente de estímulo à concentração fundiária, dada a exigência de maiores áreas de lavouras, para se concretizar esses objetivos de política econômica. **Para um País que se urbanizou em 30 anos, o que foi realizado por outros em séculos, trata-se de um novo desafio transformador e, sem dúvida, com custos sociais. Certamente, não se trata de repeteco histórico dos anos 60 e 70, pois os personagens são outros. Naquela leva eram parceiros e agregados expulsos das propriedades. Agora, a maioria consiste em proprietários, ainda que também pobres. Mas, naquela época, a indústria empregava, agora desemprega. Eis a magnitude do dilema a ser enfrentado. Uma coisa é certa, o mercado, como *deus ex machina* dos liberais, perde sua máscara de onipotência e, sozinho, não dá conta de tudo isso.**

Tabela 71.- Evolução do Número, da Área Cultivada e do Tamanho Médio das Propriedades Agropecuárias, Estados Unidos da América, 1860-1987.

Ano	N.º de Fazendas (milhões)	Área Cultivada (milhões de ha)	Tamanho Médio (em hectares)
1860	2,0	165	80
1880	4,0	217	56
1900	5,7	339	59
1920	6,4	387	60
1940	6,1	429	70
1959	3,7	455	122
1978	2,3	411	182
1987	2,1	390	187

Fonte: Censos dos EUA 1860-1987, citado por SOTERO (1997).

2.2 - Concentração da terra, concentração de renda e a realidade de pobreza na agricultura brasileira¹⁵⁵

A grande propriedade constitui o alicerce sobre o qual se assentou todo o desenvolvimento, não apenas da agricultura, como também de toda economia brasileira. As capitâneas hereditárias, as sesmarias no período colonial, as grandes posses legalizadas no processo subsequente à Lei de Terras de 1850, e as

¹⁵⁵ Na análise das desigualdades da agropecuária e da economia brasileira destaca-se a contribuição contida na obra de Rodolfo Hoffmann. A análise desse autor, dotada de inquestionável sustentação no campo da estatística, forma o pilar da crítica coerente e persistente às mazelas do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil. Seus estudos mostram a presença constante de uma tendência concentradora de terra e de renda da agricultura brasileira no período relevante das transformações produtivas, qual seja desde o início da década de 60 até os anos mais recentes. Ressalte-se, que ainda que tenha se servido aqui da obra de Rodolfo Hoffmann bem como de outros estudiosos dessa questão, trata-se de uma leitura de seus resultados cuja ótica não necessariamente poderá ser endossada por aquele autor.

concessões de imensas glebas de terras para colonização ou para projetos agropecuários neste século, formaram uma universalidade irrefutável da estrutura agropecuária brasileira: a grande propriedade fundiária. Não importa muito se o próprio processo de desenvolvimento capitalista forja de maneira inexorável a grande lavoura como exigência da escala face ao progresso tecnológico. O que importa, sim - e muito! -, é a diferença estrutural entre sociedades agrárias fundadas sobre bases distintas; ou seja, entre aquela onde a grande propriedade surge do desenvolvimento capitalista em função do progresso técnico a partir de uma realidade prévia de pequenas e médias propriedades, e aquela onde a grande propriedade constituiu o pressuposto, condição prévia, e não o resultado do processo de desenvolvimento capitalista. O primeiro caso, corresponde ao dos Estados Unidos da América onde o processo de expansão da fronteira agrícola no final do século passado foi executado com a legalização do acesso a terras públicas por uma legião de pequenos e médios agropecuaristas; o segundo, caso o do Brasil, onde, à mesma época, forjou-se uma legislação fundiária que não apenas reforçava a grande propriedade já constituída mas ainda a definiu a forma predominante de concessão de terras públicas a partir de então.

A distribuição da posse da terra no Brasil mostra-se assim concentrada e com tendência a concentrar-se cada vez mais -, tanto é que, desde 1920 até 1975, os 50% menores estabelecimentos (50 - na tabela) reduzem o total de área ocupada de 3,8% para 2,5 %. Nota-se que, mesmo com índices de participação ínfimos em 1920, eles apresentam nítida tendência decrescentes com o que os menores estabelecimentos perdem importância relativa em área total ocupada. Na outra ponta os 5% maiores estabelecimentos (5+ na tabela) crescem sua participação de 66,1% para 68,6% no mesmo período, e mais ainda, os 1% maiores estabelecimentos (1+ na tabela). Estes ocupavam 41,9% da área em 1920, passaram a deter 44,9% da área em 1975. A grande propriedade avança nitidamente nesse período, que representou o assentamento das bases da moderna agricultura brasileira configurando uma das mais concentradas estruturas fundiárias mundiais. O índice de Gini, indicador de concentração, salta de 0,832 para 0,855, entre 1940 e 1975, numa evolução persistente e que conforma um perfil nitidamente excludente da distribuição da posse da terra no Brasil (Tabela 72).

Tabela 72.- Evolução da Distribuição da Posse da Terra no Brasil, Segundo os Censos Agropecuários, 1920-75.

Estab. (%)	% da Área Correspondente					
	1920	1940	1950	1960	1970	1975
50-	3,8	3,6	3,2	3,1	2,9	2,5
40	19,7	19,7	18,5	18,9	19,4	18,5
10+	76,5	76,5	78,3	78,0	77,7	79,0
5+	66,1	66,2	65,9	67,9	67,0	68,6
1+	41,9	43,0	44,6	44,5	43,1	44,9
Gini	-	0,832	0,843	0,842	0,844	0,855

Fonte : HOFFMANN (1979).

Visualizando as mudanças no período 1970-75, que corresponde ao auge do "milagre brasileiro", em nível regional, pode-se verificar que, apesar da concentração fundiária ser grande em todas elas, algumas apresentam maiores níveis que outras, devido a fatos ligados diretamente ao modelo de ocupação ensejado. Na região Nordeste, primeira região colonizada com base no latifúndio

canavieiro, os 50% menores estabelecimentos reduzem sua área total no período (2,3% para 2,1%), e os 5% maiores crescem de 66,7% para 68,3%, com que o Índice de Gini regional cresce de 0,855 para 0,863 configurando uma das estruturas agrárias mais concentradas do Brasil. Interessante notar-se a similitude do Centro-Oeste em relação ao Nordeste, região de expansão recente da fronteira agrícola em que os 50% menores estabelecimentos, que detinham 2,1% da área total em 1970, passaram a ocupar 1,9% em 1975, enquanto que os 5% maiores também reduzem sua participação de 67,4% para 66,7%, indicando um crescimento dos 45% de estabelecimentos intermediários. Com a perda de participação das duas pontas, mantêm-se índices elevados de concentração da posse da terra (Índices de Gini iguais em 0,856 tanto para 1970 como para 1975) pois a quebra de algumas grandes propriedades compensou o sumiço das pequenas. A região Norte, de ocupação ainda mais recente que o Brasil Central, também não fugiu à regra, pois os 50% menores estabelecimentos tiveram perda de participação (2,7% para 2,3%), e os 5% maiores avançaram de 64,5% para 72,8% no período, fazendo o Índice de Gini saltar de 0,839 para 0,868 (Tabela 73).

As duas outras regiões, Sul e Sudeste mantêm-se também com estruturas fundiárias concentradas, embora em níveis inferiores às antes destacadas. No Sudeste os 50% menores estabelecimentos praticamente mantiveram sua participação na área total (5,4% para 5,3%), o mesmo ocorrendo com os 5% maiores estabelecimentos (53,0% para 52,7%), configurando pequena elevação no Índice de Gini, 0,761 para 0,762, ou seja movimento levemente desfavorável aos pequenos. Na região Sul, aquela onde os pequenos proprietários apresentam-se com mais peso na estrutura fundiária, os 50% menores estabelecimentos reduzem sua participação de 8,4% para 8,1%, enquanto que os 5% maiores avançam de 56,3%, com crescimento do Índice de Gini de 0,727 para 0,735. O conjunto dessas informações mostra que o aumento da concentração fundiária no "milagre brasileiro" decorreu de processos de incremento da grande propriedade, tanto em regiões de base fundiária historicamente concentrada tal qual o Nordeste, como nas novas fronteiras agrícolas do Brasil Central e Amazônia, e até mesmo no Sul, onde a colonização havia forjado uma estrutura fundiária melhor distribuída, ainda que pouco melhor. A compra de terra com fins de reserva de valor e para obter vantagens da política de subsídios marca a estratégia do grande capital no período.

Tabela 73.- Distribuição Percentual da Posse da Terra, Segundo os Censos Agropecuários, Brasil e Regiões, 1970-75.

Região	1970			1975		
	Gini	50-	5+	Gini	50-	5+
Norte	0,839	2,7	64,5	0,868	2,3	72,8
Nordeste	0,855	2,3	66,7	0,863	2,1	68,3
Sudeste	0,761	5,4	53,0	0,762	5,3	52,7
Sul	0,727	8,4	56,3	0,735	8,1	57,0
Centro Oeste	0,856	2,1	67,4	0,856	1,9	66,7
Brasil	0,844	2,9	67,0	0,855	2,5	68,6

Fonte: HOFFMANN (1982).

No período 1975-80, correspondente à tentativa de práticas de políticas anticíclicas pelo Estado brasileiro sustentando o investimento, com a realização do II PND, marcaria a manutenção dos subsídios ao crédito rural em volumes crescentes. Os efeitos na estrutura fundiária foram de relativa acomodação no

Índice de Gini, que evoluiu de 0,855 para 0,857, mas decorrente de persistência da queda dos 50% menores estabelecimentos (2,5% para 2,4%) e da elevação dos 5% maiores (68,6% para 69,3%), indicando assim a continuidade do ímpeto concentrador, decorrente do solapamento da rentabilidade dos estratos inferiores, num processo de estímulo à mecanização, forjando a lavoura em larga escala. Regionalmente, tem-se um crescimento da participação relativa dos 50% menores estabelecimentos nas regiões Norte (2,3% para 3,2%), Centro-Oeste (1,9% para 2,3%), manutenção no Nordeste (2,1%), e queda no Sul (8,1% para 7,6%) e Sudeste (5,3% para 5,0%). Noutra ponta, os 5% maiores reduzem sua importância na área total no Norte (72,8% para 68,6%), Centro-Oeste (66,7% para 65,3%), manutenção no Nordeste (68,3%) e aumentam no Sul (57,0% para 57,9%) e Sudeste (52,7% para 53,9%). No geral, a estrutura fundiária brasileira persiste, concentrando-se no período 1975-80, em função da perda de importância relativa dos menores estabelecimentos nas regiões onde eles mostram-se mais relevantes no contexto nacional - o Sul e o Sudeste -, exatamente aquelas submetidas ao maior vigor dos subsídios ao crédito, modernizando suas estruturas produtivas. Isso pode ser visualizado no comportamento dos índices de Gini regionais, que crescem para o Sul e o Sudeste e recuam para o Norte e Centro-Oeste, mas não o suficiente para alterar as respectivas posições no *ranking* nacional de concentração da posse da terra (Tabelas 73 e 74).

Tabela 74.- Distribuição Percentual da Posse da Terra, Segundo os Censos Agropecuários, Brasil e Regiões, 1980-85.

Região	1980			1985		
	Gini	50-	5+	Gini	50-	5+
Norte	0,835	3,2	68,6	0,800	4,2	63,1
Nordeste	0,862	2,1	68,3	0,870	2,0	69,8
Sudeste	0,771	5,0	53,9	0,774	4,7	54,2
Sul	0,745	7,6	57,9	0,753	7,2	58,7
Centro Oeste	0,845	2,3	65,3	0,841	2,3	63,9
Brasil	0,857	2,4	69,3	0,858	2,2	69,2

Fonte: HOFFMANN (1987).

No período 1980-85 ocorreu a redução progressiva dos volumes de subsídio ao crédito rural, fruto da crise fiscal da passagem de década. Nessa realidade os Índices de Gini alteram-se pouco entre 1980 e 1985 (0,857 para 0,858), numa situação onde os 50% menores estabelecimentos mantêm sua tendência de insignificância em termos de área total, com a participação declinante em termos decimais de 2,4% para 2,2%; os 5% maiores mostram queda decimal menor (69,3% para 69,2%). Isso indica que, mesmo na presença de alterações reduzidas no Índice de Gini, a concentração da terra mostra-se intensa, com o deslocamento excludente dos menores estabelecimentos. Regionalmente os 50% menores estabelecimentos aumentam a área total apropriada apenas na Norte (3,2% para 4,2%) caindo no Nordeste (2,1% para 2,0%), Sudeste (5,0% para 4,7%), Sul (7,6% para 7,2%), e mantendo no Centro-Oeste (2,3%). Já os 5% maiores estabelecimentos reduzem seu significado no Norte (68,6% para 63,1%), e no Centro-Oeste (65,3% para 63,9%), mas crescem no Nordeste (68,3% para 69,8%), Sudeste (53,9% para 54,2%) e Sul (57,9% para 58,7%) (Tabela 74). Visualiza-se assim a persistência da concentração fundiária nesse período, com crescimento da área apropriada pelos grandes estabelecimentos nas três regiões de colonização antiga (Nordeste, Sul e Sudeste); mesmo a redução ocorrida no Norte e Centro-

Oeste não significa mudança nada alentadora, pois trata-se de regiões de fronteira, ocupadas com base em grandes áreas, pois as áreas médias regionais (102,2 ha em 1980 e 90,0 ha em 1985 para o Norte e 424,1 ha em 1980 e 370,9 ha em 1985 para o Centro-Oeste) são superiores à média nacional (70,8 ha em 1980 e 64,6 ha em 1985), identificando um quadro de enorme concentração (HOFFMANN, 1987).

No período 1985-97, a inexistência de dados censitários impede a caracterização da evolução da estrutura fundiária com base no número de estabelecimentos, obrigando-se a lançar mão de dados cadastrais do INCRA, que contabilizam imóveis rurais, para atualizar a análise. Trata-se de período de realização de sucessivas supersafras de grãos, numa realidade de diminuição dos volumes de subsídio ao crédito, ainda que a fronteira agrícola e o Nordeste venham recebendo incentivos fiscais. No Brasil como um todo, os imóveis com menos de 10 ha, que eram 36,4% em 1967 reduzem sua participação para 28,1% em 1978 e, recuperam-se, atingindo 32,0% em 1992. Em área apropriada há queda de 1,7% para 1% no período 1967-78 e aumento para 1,4% em 1978-92. Na outra ponta, os estabelecimentos de área superior a 1000 ha crescem de 1,4% em número em 1967 para 1,8% em 1978 e reduzem para 1,3% em 1992, enquanto a área apropriada que era de 48,9% em 1967, passa para 51,4% em 1972, e para 57,0% em 1978, caindo para 50,0% em 1992. No contexto nacional, o Índice de Gini, que era de 0,820 em 1967, atinge 0,850 em 1978, e recua para 0,828 em 1992, numa redução desse indicador no período 1978-92, num privilegiamento das propriedades entre 10 e 1000 ha, que reduzem sua participação em número (69,7% para 66,7%), em contraposição a um significativo avanço da área total (42,0% para 48,6%) (Tabela 75). Noutras palavras, a estrutura fundiária ajusta-se à grande lavoura de grãos, conformando o crescimento da área média dos estabelecimentos dos estratos intermediários.

Tabela 75.- Distribuição dos Imóveis Rurais no Brasil, por tamanho, 1967-92.

Estratos de Área (ha)	% do Número de Imóveis			
	1967	1972	1978	1992
menos de 10	36,4	31,1	28,1	32,0
10 a 100	51,0	54,7	55,7	54,0
100 a 1 mil	11,3	12,7	14,0	12,7
1 mil a 10 mil	1,3	1,4	1,7	1,3
mais de 10 mil	0,1	0,1	0,1	-
	% da Área total			
menos de 10	1,7	1,4	1,0	1,4
10 a 100	17,0	16,1	13,8	16,5
100 a 1 mil	32,4	31,2	28,2	32,1
1 mil a 10 mil	33,1	32,4	32,0	30,4
mais de 10 mil	15,8	19,0	25,0	19,6
Gini	0,820	0,832	0,850	0,828

Fonte: Dados Básicos do Cadastro do INCRA para os respectivos anos.

No contexto regional, há um recuo do Índice de Gini no período 1978-92 na região Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, e ligeiro crescimento no Sul. Destaque-se que essa alteração ainda mantém intacto o *ranking* nacional da estrutura fundiária, com primazia para as regiões Norte e Centro-Oeste, seguidas do Nordeste, Sudeste e Sul. Desse modo, a fronteira agrícola lidera a concentração da estrutura fundiária, num processo em que avança com a derrubada da floresta

e dos Cerrados, primeiro pela pecuária extensiva - cumprindo seu velho designio de ocupação territorial, num processo alavancado depois pela grande lavoura mecanizada de grãos. Noutros lugares, persiste o processo progressivo de concentração fundiária do Sul pelo plantio de grãos, em especial, no Paraná e Rio Grande do Sul, numa tendência que conforma homogeneização perversa do tamanho dos imóveis em favor dos maiores (Tabela 76). As modificações visualizáveis para os imóveis rurais no último período (1978-92) apenas repõem o Índice de Gini em níveis da primeira metade dos anos 70, numa perspectiva de mudança muito pouco expressiva para o conjunto da estrutura fundiária brasileira, que continua apresentando distribuição da terra muito concentrada, na qual os 1,3% maiores imóveis detêm a metade da área total, enquanto que nos menores, 32% do número detêm apenas 1,4% da área (Tabela 76).

Tabela 76.- Evolução do Índice de Gini para a Distribuição da Posse da Terra, Segundo os Imóveis para as Regiões Brasileiras (1), 1978-92.

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1978	0,8955	0,8135	0,7638	0,6873	0,8255
1992	0,8493	0,7918	0,7421	0,6972	0,8049

(1) Já considerando o Estado de Tocantins, desmembrado de Goiás, como integrante da Região Norte e não do Centro Oeste.

Fonte: Recadastramento do INCRA, 1978 e 1992.

A análise da estrutura fundiária brasileira mostra a manutenção da realidade de alta concentração fundiária. Isso numa situação de queda significativa do número de estabelecimentos, como indicam os dados censitários. No Brasil como um todo, houve um aumento de 5,2 para 5,8 milhões de unidades entre os censos agropecuários de 1980 e 1985, com crescimento em todas as unidades da federação, em especial no Nordeste, onde se concentra quase a metade do número nacional de estabelecimentos. Quando se compara os dados dos censos demográficos de 1980 e de 1991, ocorre uma redução do número de estabelecimentos de 5,43 milhões para 5,2 milhões, num comportamento em que apenas a região Norte aumenta o número de estabelecimentos. Essa tendência de queda revela-se ainda mais nítida quando se compara os censos agropecuários de 1985 e 1995 (dados preliminares), onde o número de estabelecimentos reduz-se em cerca de 1 milhão (-17,2%), com queda em todas as regiões brasileiras (Tabela 77).

Tabela 77.- Evolução do Número de Estabelecimentos Rurais, Segundo os Censos (1), Brasil e Regiões, 1980-95.

Regiões	CD 80	CA 80	CA 85	CD 91	CA 95
Norte	392.341	408.443	496.599	514.061	401.475
Nordeste	2.569.269	2.447.513	2.798.239	2.344.595	2.288.177
Sudeste	983.744	890.869	993.974	923.670	847.063
São Paulo	274.095	273.187	282.070	239.729	221.480
Sul	1.121.691	1.145.548	1.198.542	1.095.044	1.006.049
C. Oeste	416.181	267.478	314.301	365.913	288.261
Brasil	5.483.226	5.159.851	5.801.655	5.243.283	4.831.025

(1) CD são os censos demográficos e CA os censos agropecuários.

Fonte: FIBGE, citados por FLORIDO (1.997).

Essa queda do número de imóveis numa realidade de fronteira agrícola em expansão revela dois movimentos sustentadores do processo de concentração

fundiária. O primeiro decorre do próprio número absoluto menor de estabelecimentos, que pode indicar a redução do número de pessoas com acesso à terra. O segundo, deduzido de forma indireta quando se compara a expansão da agropecuária amazônica e do Brasil Central com o menor número de estabelecimentos dessas regiões, permite supor a existência de áreas médias muito maiores. Entretanto, quaisquer que sejam os resultados finais do censo agropecuário de 1995, eles não alterarão o quadro da elevada concentração fundiária brasileira, podendo inclusive apresentar indicadores mais dramáticos. Outro aspecto a destacar corresponde à realidade nordestina e sua relação com a situação nacional, pois detendo mais de 47% dos estabelecimentos e um dos maiores níveis de concentração interna, corresponde ainda aos maiores níveis de pobreza rural nacional, numa persistência do binômio “muita gente e pouca terra” - panorama geográfico limitante pelas secas intermitentes que produzem invariavelmente baixas produções. Numa reflexão mais geral, as transformações da agricultura brasileira não alteraram significativamente o quadro marcante de desigualdades da sua realidade agrária. Ao contrário, acirraram ainda mais o processo de exclusão social, com aprofundamento da concentração da posse da terra não apenas nas regiões de colonização antiga como na fronteira agrícola, em que os indicadores mostram níveis mais elevados de desigualdade distributiva.

Essa conclusão torna-se dramática quando se sabe que a desigualdade fundiária e a distribuição desigual da renda mostram-se correlacionadas de forma íntima. A distribuição da renda na agropecuária brasileira piora substancialmente no período 1960-80 como pode ser visto na evolução tanto do Índice de Gini - que se eleva de 0,40 em 1960 para 0,58 em 1980 - como pelo Índice de Theil - evolui de 0,41 para 0,93 nessas duas décadas. O próprio perfil distributivo da sociedade como um todo também piora, pois o Índice de Gini para a renda nacional sobe, no período, de 0,52 para 0,61, e o de Theil, de 0,58 para 0,85. Na agropecuária, a distribuição da renda entre os empregados, medida pelo Índice de Gini cresce de 0,49 em 1960 para 0,57 em 1970, e mantém-se até 1980; medida pelo Índice de Theil, apresenta comportamento idêntico. Entre os empregadores, a distribuição de renda apresenta o mesmo comportamento; entre os autônomos, ao contrário, esta distribuição piora em todas as décadas, com Índice de Gini evoluindo de 0,49 (1960) para 0,57 (1970) e depois para 0,62 (1980), e o Índice de Theil subindo de 0,52 para 0,87 no período 1960-80 (Tabela 78). Desse modo, os anos 60-80 mostram aumento na desigualdade de renda na agropecuária em ritmo mais intenso que na economia como um todo, sendo que, mesmo quando esse aumento da regressividade perde ritmo para o conjunto da economia nos anos 70, ele persiste com maiores taxas na agropecuária. Entre os tipos de ocupação nos anos 60 e 70, as desigualdades de renda são maiores entre empregadores que entre empregados e autônomos, e em 1980, a primazia coube aos autônomos. Noutras palavras, no início a renda mostrava-se pior distribuída entre proprietários de terra (ou capital) que entre os trabalhadores, e em 1980, isso passa a configurar-se entre os trabalhadores sem carteira que, pagos em geral por empreita, diferenciam-se pelo número de dias trabalhados e rendimento operacional.

Tabela 78.- Estimativas da Desigualdade de Renda na Agropecuária Brasileira, por Ocupação de ocupação, 1960-80.

Setor/ Ocupação	1960		1970		1980	
	Gini	Theil	Gini	Theil	Gini	Theil
Empregados	0,50	0,49	0,57	0,73	0,57	0,74
Empregadores	0,55	0,58	0,60	0,69	0,60	0,69

Autônomo	0,49	0,52	0,57	0,78	0,62	0,87
Agropecuária	0,40	0,41	0,42	0,47	0,58	0,93
Brasil	0,52	0,58	0,60	0,83	0,61	0,85

Fonte: PELIANO (1992).

Esse quadro conforma uma situação em que "de 1968 a 1973, o Brasil se destacou internacionalmente pelas suas elevadas taxas de crescimento econômico. Mas o Brasil também se destacou por ter apresentado, na década de 60, um extraordinário crescimento da desigualdade de renda (em geral)... Na área rural também houve aumento da desigualdade no mesmo período, embora de maneira menos intensa. E não se pode dizer que o Brasil apresentasse, em 1960, pouca desigualdade na distribuição da renda. Assim, o Brasil entra na década de 70 como um dos países do mundo com maior desigualdade na distribuição da renda". Esse crescimento da disparidade realiza-se na fase de arrancada do movimento modernizador da agropecuária e no início do "Milagre Brasileiro". No decorrer da "década de 70, a desigualdade da distribuição da renda no país como um todo, mantém-se relativamente estável, como resultados dos seguintes processos: a) aumento da desigualdade no setor agropecuário; b) estabilidade da desigualdade no setor urbano e, c) diminuição da desigualdade entre os dois setores" (HOFFMANN, 1990). Entretanto, "no período 1970-80 houve substancial diminuição da pobreza absoluta na agropecuária brasileira. A proporção de pessoas economicamente ativas (excluindo-se os não remunerados) com rendimento inferior a um salário mínimo de agosto de 1980, diminui de 81,4% em 1970 para 59,5% em 1980. Cabe ressaltar que a redução da pobreza absoluta teria sido muito maior se não houvesse ocorrido aumento na desigualdade da distribuição de renda. Se a renda de todos tivesse crescido tanto quanto cresceu a média, sem alterar a forma da distribuição, a proporção de pessoas com menos de 1 salário mínimo em 1980 seria apenas cerca de 34%" (HOFFMANN, 1992).

Nos anos 80, a despeito das dificuldades da economia brasileira que oscilou entre taxas de crescimento reduzidas - o que configurou um desempenho ruim na década como um todo -, a agropecuária apresentou taxas positivas e conformou as supersafras de grãos do final dos 80. Esse crescimento setorial contudo, não se reverteu numa diminuição da desigualdade de renda da agropecuária, pois o Índice de Gini cresce de 0,507 para 0,540 no período 1981-90. No tocante ao percentual de pobres, o mesmo se reduz de 68,8% em 1984 para 66,6% em 1990, embora o Plano Cruzado tenha feito atingir níveis mais satisfatórios, com 47,4% em 1986, e tinha se reduzido para 60,8% em 1989 na primeira "supersafra de grãos". A parcela apropriada pelos 50% menores rendas caiu de 17,9% para 15,9%, enquanto as 10% maiores rendas crescem sua participação de 40,3% para 42,8%, e as 5% maiores rendas, de 28,9% para 30,6% no período 1981-90. Destaque-se os efeitos do Plano Cruzado em 1986, quando caem as parcelas da renda dos mais ricos e aumenta a dos mais pobres, em contraposição a 1989, quando a redução da pobreza poderia ser mais expressiva não fosse o crescimento da parcela dos mais ricos e queda da dos mais pobres (Tabela 79). Persiste nos anos 80 a tendência à concentração da renda na agropecuária brasileira, tal como vem ocorrendo desde os anos 70.

Nos anos 90, excluindo-se as regiões Norte e Centro-Oeste, o primeiro triênio como decorrência do aprofundamento da crise econômica a renda concentra-se na agropecuária, com o Índice de Gini crescendo de 0,548 para 0,607, enquanto o percentual de pobres, após crescer de 72,4% em 1990 para 73,3% em 1991, cai para 70,8% em 1993. A parcela da renda apropriada pelos 50% mais pobres cai de 16,0% em 1990 para 13,3% em 1993, com os 10% mais

ricos avançando de 44,9% para 51,3%, e os 5% mais ricos, de 33,3% para 39,3% no mesmo período, reforçando a caracterização de piora no padrão distributivo. Em 1995, verifica-se um reversão da tendência, resultante do Plano Real na medida não apenas em que o Índice de Gini recua ao patamar de 1992 (0,563), como há uma redistribuição em favor dos mais pobres que passam a obter 16,2% da renda total enquanto os mais ricos perdem, com os 10% maiores reduzindo sua parcela para 48,5%, e os 5% maiores para 37,8%. Ressalte-se que essa reversão não foi suficiente para repor as perdas dos mais pobres desde o início dos anos 60, pois o percentual de pobres na agropecuária em 1995 atingia o nada animador índice de 61,5% (Tabela 80).

Tabela 79.- Distribuição do Rendimento Total das Pessoas Ocupadas na Agropecuária, Brasil, 1981-90 (1).

Ano	Índices		Participação na Renda (%)		
	Gini	H(2)	50-	10+	5+
1981	0,507	-	17,9	40,3	28,9
1983	0,529	-	17,0	43,0	31,0
1984	0,526	68,8	17,4	42,9	31,0
1985	0,548	64,0	16,2	44,5	32,4
1986	0,521	47,4	17,2	41,7	29,6
1987	0,544	63,1	16,0	43,6	31,4
1988	0,555	65,2	15,3	44,5	31,8
1989	0,574	60,8	14,6	46,8	34,1
1990	0,540	66,6	15,9	42,8	30,6

(1) Excluindo-se a região Norte e as pessoas sem rendimento.

(2) proporção de pobreza, em percentual, calculada com base no salário mínimo de agosto de 1980.

Fonte: HOFFMANN (1992).

Tabela 80.- Distribuição do Rendimento Total das Pessoas Ocupadas na Agropecuária, Brasil, 1990-95 (1).

Ano	Índices		Participação na Renda (%)		
	Gini	H(2)	50-	10+	5+
1990	0,548	72,4	16,0	44,9	33,3
1992	0,563	73,3	15,4	57,0	35,3
1993	0,607	70,8	13,3	51,3	39,3
1995	0,563	61,5	16,2	48,5	37,8

(1) Excluindo-se as regiões Centro-Oeste e Norte, além das pessoas sem rendimentos.

(2) proporção de pobreza, expressa em percentual, com base no salário mínimo de agosto de 1980.

Fonte: HOFFMANN (1997).

Particularizando-se o ano de 1995 para uma comparação regional, pode-se verificar o panorama espacial da desigualdade de renda na agropecuária brasileira. A região com pior distribuição da renda agropecuária localiza-se no eixo Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro, com Índice de Gini igual a 0,584, enquanto o melhor resultado distributivo encontra-se no Nordeste, com 0,485. Entretanto, na região nordestina ocorre o percentual elevado de pobres (65,0%) em contraposição à realidade paulista de apenas 16,8%, com o que configura-se no Nordeste a triste realidade de "melhor distribuição da pobreza". Isso porque os 50% mais pobres nordestinos ficam com 20,2% da renda da agropecuária regional, cabendo 40,6% para os 10% mais ricos, e 31,0% para os 5% mais ricos.

Em São Paulo essa distribuição da renda agropecuária mostra-se mais desigualitária, com 19,3% para os 50% mais pobres, 45,3% para os 10% mais ricos e 33,0% para os 5% mais ricos (Tabela 81). De qualquer modo, quaisquer desses índices referem-se a estruturas sociais de renda extremamente concentrada.

Tabela 81.- Distribuição do Rendimento Total das Pessoas Ocupadas na Agropecuária, Brasil, Segundo as Regiões, 1995.

Ano	Índices		Participação na Renda (%)		
	Gini	H(1)	50-	10+	5+
Norte	0,559	34,7	16,4	48,2	36,2
Nordeste	0,485	65,0	20,2	40,6	31,0
MG+ES+RJ	0,584	41,1	15,7	52,7	41,5
São Paulo	0,510	16,8	19,3	45,3	33,0
Sul	0,540	32,6	16,7	45,0	33,3
Centro-Oeste	0,549	30,1	17,3	49,0	37,6
Brasil	0,560	46,9	16,3	48,4	37,6

(1) proporção de pobreza, expressa em percentual, calculada com base no salário mínimo de agosto de 1980, excluídas as pessoas sem rendimento.

Fonte: HOFFMANN (1997).

Resumindo os efeitos das transformações da agropecuária brasileira sobre a estrutura fundiária, pode-se caracterizá-la pela tendência do ímpeto concentrador acirrando ainda mais as disparidades econômicas e sociais no campo. No Brasil, as grandes propriedades tornaram-se cada vez mais amplos domínios territoriais no processo de desenvolvimento agropecuário, numa disparidade acirrada quando se compara com o caso norte-americano, que, partindo de estrutura fundiária mais igualitária, concentrou-a de forma progressiva mas com menores danos distributivos. Assim, "a concentração da propriedade da terra não é, por si mesma obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo, ..., ao contrário ela é resultado inevitável deste desenvolvimento, mesmo onde se encontrava, previamente, largamente dividida" (GERMER, 1976). Essa regressividade crescente da posse da terra na agropecuária brasileira conformou, com o processo de desenvolvimento, as bases de uma sociedade com enormes diferenças sociais no campo e nas cidades. Isso porque **"o toque excludente da sociedade brasileira é flagrante, tanto em termos da desigualdade de renda, quanto em termos de mobilidade social. Enquanto a renda dos mais ricos se distanciam das dos mais pobres, ainda que ambas cresçam, as chances de ascensão social se reduzem mais e mais a poucos privilegiados. São dois os tipos de movimento, portanto, que se condicionam mutuamente, a hierarquia das rendas se afunila e a mobilidade social se torna seletiva"** (PELLANO, 1992).

2.3 - Modernização da agropecuária e exclusão social: menos emprego e o problema da sazonalidade

O processo de modernização da agricultura brasileira relaciona-se diretamente com a exclusão social, ao não propiciar a melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo, ainda submetidos a situações deploráveis de trabalho e baixos salários e/ou, transferindo parcela dessa massa populacional para as cidades sem que isso significasse melhores oportunidades. Vários aspectos sobrepuseram-se na construção dessa realidade, que vão desde a intensificação da mecanização e outras técnicas poupadoras de trabalho, passando pela parcialidade dessa mecanização gerando desequilíbrio sazonal na

demanda por força de trabalho e chegando à mudança qualitativa com cada vez maior utilização de mão-de-obra qualificada. A esse quadro adiciona-se heterogeneidade na adoção do moderno padrão produtivo na agropecuária, com enormes diferenças entre as diversas atividades, entre agricultores de uma mesma atividade e entre regiões, forjando situações díspares num grande mosaico produtivo. Nessa diversidade, as técnicas poupadoras de trabalho formam a base fundamental das transformações ocorridas, com destaque para a figura do trator.

Os impactos da modernização no emprego agropecuário foram drásticos com redução dos postos de trabalho no campo. No núcleo irradiador do novo padrão agrário, representado pela agricultura paulista¹⁵⁶, pode-se perceber a radicalidade das transformações ocorridas. A área agrícola manteve-se pouco abaixo dos 17 milhões de hectares (seriam 18 milhões, caso se adicione cerca de 1 milhão ocupados com reflorestamento), o que significa que o aumento de produção verificado, de 139%, desde o início dos anos 60 até a metade da década de 90, pôde concretizar-se apenas por intermédio do progresso técnico. A produtividade da terra, numa realidade de fronteira agrícola estagnada, respondeu pela totalidade dos incrementos de oferta, em demonstração de contínuo aprimoramento da base técnica. Sendo os rendimentos agropecuários crescentes, para uma população trabalhadora que se reduziu em número, os índices de produtividade do trabalho aumentaram 257% nas três últimas décadas, como resultado da produtividade operacional 49% superior (Tabela 82).

Tabela 82 - Evolução dos Índices de Produção, da Produtividade da Terra , Operacional e do Trabalho na Agropecuária, Estado de São Paulo, Médias Trienais, 1962-96.

Ano	Área Agrícola(1)	Produção (2)	Produtividade do Trabalho(3)	Produtividade Operacional(4)	Produtividade da Terra(5)
1962-64	16.740	100	100	100	100
1972-74	17.362	138	168	126	133
1978-80	16.313	167	204	119	172
1988-90	16.799	225	274	122	225
1994-96	16.831	239	357	149	239

(1) Expressa em 1.000 ha, incluindo as pastagens (naturais e cultivadas) e as lavouras (temporárias e permanentes).

(2) Índice de Fisher, base 1962-64=100.

(3) Quociente do Índice de Produção pelo Índice Simples de Dias Trabalhados.

(4) Quociente entre os Índices Simples de Área Agrícola e de Dias Trabalhados.

(5) Quociente do Índice de Produção pelo Índice Simples de Área Agrícola.

Fonte: Dados Básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

A produtividade da terra, mensurando basicamente os efeitos da tecnologia químico-biológica (kg/ha) expressa a intensificação do uso do solo, ao mesmo tempo em que a produtividade operacional, medindo o efeito poupador de trabalho (ha/hd), identifica os impactos diretos da mecanização e de outras técnicas alavancadoras da capacidade individual de realização de tarefas de cada

¹⁵⁶ Pela dificuldade de realizar a análise pretendida em âmbito nacional, discute-se aqui as transformações produtivas da agropecuária e da economia no seu todo afetaram o emprego e os salários rurais, para Estado de São Paulo desde o início da década de 70. A representatividade contudo acredita-se mantida pois trata-se da unidade da federação onde se instalou o maior parque industrial, não apenas brasileiro mas de toda América Latina, e na qual a agricultura apresenta níveis de "modernidade" comparáveis aos países mais desenvolvidos no contexto internacional. Desse modo, a realidade tende a ser muito mais difícil para os trabalhadores noutras regiões.

trabalhador. Ambas num efeito multiplicativo incrementam a produtividade do trabalho (kg/hd). A agricultura paulista mostra elevados ganhos em todos indicadores de produtividade¹⁵⁷ e, tendo em vista a manutenção da área agrícola, as alterações fundamentais processaram-se na substituição de culturas; ou seja, a expansão de atividades significa a diminuição dos cultivos de outras, alterando a composição de culturas¹⁵⁸. Dessa maneira, o crescimento da área de cana para indústria, de citros para sucos e de soja, realizou-se em áreas anteriormente plantadas com arroz de sequeiro e de pastagens. Ainda assim, como os pastos ainda re-presentam 11 milhões dos 17 milhões de hectares da área agrícola paulista, conti-nua a existir um amplo espaço para o aprofundamento dessa mudança na composição de culturas, em especial, para ampliação das lavouras (MARTIN et al., 1992).

Na agricultura paulista, pela radicalidade das transformações verificadas, pode-se compreender a extensão do impacto das mudanças no emprego agropecuário. Nessa realidade, o número de trabalhadores ocupados reduziu-se de 2,5 milhões em 1962-64 para pouco mais de 1,2 milhões em 1994-96, o que representa uma queda à metade do contingente existente na década de 60 (Tabela 83). Como nos anos 70 e 80 nota-se uma relativa estabilidade e mesmo aumento do número de trabalhadores ocupados. Verifica-se que a mecanização parcial das operações nos anos 60, com a introdução crescente da maquinaria no preparo do solo e plantio, aprofunda-se nos anos 90, com o incremento da colheita mecânica das principais culturas. Outro aspecto está na urbanização do trabalhador pois em 1962-64 residiam no campo cerca de 2,1 milhões de trabalhadores (83,7%); em 1994-96, esse número atingia pouco mais de 680 mil (54,5%). Por outro lado, os trabalhadores agropecuários residentes nas cidades que eram cerca de 398 mil (16,3%) no início dos anos 60, sobe para 572 mil (45,5%) na metade da década de 90. Nota-se aí duas grandes tendências do trabalho agropecuário: a) a redução significativa do emprego nas atividades intrapropriedade rural e, b) a urbanização da massa de trabalhadores agropecuários que, vivendo nas cidades, exercem atividades no campo¹⁵⁹. Assim, mais que a manifesta tendência cadente do emprego, urbaniza-se a força de trabalho agropecuária.

Os reflexos da transformação da agropecuária sobre o trabalho rural

¹⁵⁷ Pode-se facilmente comprovar matematicamente que a Produtividade do Trabalho (PT) pode ser expressa como resultado do produto entre a Produtividade Operacional (PO) e a Produtividade da Terra (PB), ou seja, $PT(kg/hd) = PO(ha/hd) * PB(kg/ha)$. Uma discussão mais aprofundada das diferentes tecnologias sobre as produtividades na agricultura paulista, inclusive particularizando as principais culturas pode ser encontrada em GONÇALVES (1990). Interessante contribuição para a mensuração dos impactos do progresso técnico na agricultura paulista, no período 1956-80, esta contida no trabalho de SILVA (1984).

¹⁵⁸ Sobre o processo de modernização como um aprofundamento da mecanização das atividades agropecuárias pode-se ver o trabalho de GONÇALVES (1990a). A respeito da mecanização da colheita de cana para indústria e seus impactos no emprego ver VEIGA F^o et al (1994), o mesmo fato para o algodão pode ser visto em URBAN et al (1995). No tocante às alterações na composição de culturas pode-se ver o trabalho de MARTIN et al (1992) para São Paulo e MARTIN & GONÇALVES (1995) para o Brasil e as macroregiões.

¹⁵⁹ Estimativas do número de casas vazias existentes nas propriedades rurais paulistas dão conta de que o mesmo atinge mais de 250 mil unidades. Frequentemente apresenta-se determinações do Estatuto do Trabalhador Rural, datado do começo dos anos 60, como responsáveis por esse problema uma vez que os proprietários de terras teriam expulsado seus antigos colonos para não enfrentarem "chatos e dispendiosos" embates trabalhistas. Isso parece ser apenas um aspecto da questão; certamente, não apenas os encargos trabalhistas teriam pesado, mas também, em especial, a possibilidade de acesso a serviços urbanos, uma vez que os próprios familiares dos proprietários também mudaram-se para as cidades.

revelam-se profundos, ainda que não apresentem necessariamente uma linearidade inexorável, uma vez que dentro dos intervalos apresentados, ocorreram variações importantes, mas que, no entanto, não alteraram a tendência geral. GARCIA (1985) analisando a ocupação da mão-de-obra na agropecuária paulista nos anos 60 e 70, mostra que a modernização setorial intensificada nesse período deu-se claramente com a substituição de terra e trabalho por capital, com forte redução do emprego agrícola, tendo sido o principal efeito do crescimento dos trabalhadores temporários, moradores das cidades, em detrimento dos trabalhadores residentes. Esse processo ocorreu em ritmo acelerado nos anos 60, a taxas menores nos 70, com tendência a estabilizar-se da metade dessa década em diante, face ao crescimento do trabalho temporário, ainda que os residentes permanecessem em decréscimo. Dentre os residentes, foram os proprietários e familiares que diminuíram sistematicamente, sendo que os empregados residentes, ainda que, com redução absoluta, mantiveram sua participação no emprego. Outro aspecto detectado está na expressiva participação de menores na composição da força de trabalho agrícola nos anos 70.

Tabela 83. - Trabalhadores Ocupados (1) na Agropecuária, Estado de São Paulo, Medias Trienais, 1962-96.

Ano agrícola	Residente		Não residente		Total	
	Número	%	Número	%	Número	Índice(2)
1962-64	2.087.488	83,7	397.698	16,3	2.485.186	100
1972-74	1.026.211	71,6	406.944	28,4	1.433.155	58
1978-80	848.817	60,6	551.272	39,4	1.400.089	56
1988-90	782.454	53,6	676.290	46,4	1.458.744	59
1994-96	684.833	54,5	572.344	45,5	1.257.177	51

(1) Inclui proprietários, administradores, assalariados, parceiros, colonos, empreiteiros e volantes.

(2) Índice simples, base 1962-64=100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Outras análises convergem no tocante aos elementos explicativos desse processo de transformação, como o estudo de VICENTE & BAPTISTELLA (1987), que mostra o crescimento dos número de volantes da metade para o fim dos anos 70, tendo saído de 287 mil para 392 mil no período 1975-79, mas que, nos anos 80, aponta inversão de tendência, com o emprego de 379 mil trabalhadores dessa categoria em 1986. O trabalho de VEIGA et al. (1995) confirma essa tendência de redução do número de volantes nos anos 90, pois as medias de emprego desse tipo de trabalhador, superiores a 300 mil no primeiro biênio reduzem-se para cerca de 270 mil em 1994. Outro aspecto destacado neste trabalho está no crescimento verificado na formalização desse tipo de contrato de trabalho, com maior número de registro em carteira verificado no decorrer do primeiro quadriênio dos anos 90, embora no caso dos assalariados e administrador (ou seja, dos trabalhadores per-manentes), esse índice tenha se reduzido de 80,8% em 1992 para 66,5% em 1994.

Os dados globais de trabalhadores efetivamente empregados para os anos 90 mostram uma revelação preocupante do ponto de vista do emprego agropecuário, qual seja, o esgotamento da capacidade rural de fornecer empregos para trabalhadores "urbanizados". Até os anos 90, mesmo com a queda expressiva dos trabalhadores rurais residentes, como resultado do êxodo para as cidades tanto de proprietários como de empregados, havia crescimento absoluto do emprego de não residentes com o que, ainda que vivendo nas cidades, parcela

importante dos trabalhadores encontravam emprego no campo. A redução absoluta do número de trabalhadores rurais não residentes nos anos 90 significa os primeiros movimentos dos impactos do processo de complementação do padrão produtivo no tocante à mecanização com a colheita com máquinas. A maior rigidez dos contingentes de trabalhadores da categoria proprietários e familiares, a não ser num quadro de aprofundamento da concentração fundiária - dada a existência atual de menos opções de emprego urbano para família - leva esse ajuste a realizar-se fundamentalmente sobre as categorias de contratos mais instáveis como os volantes.

A evolução do total de dias-homens trabalhados em cada ano reforça a visualização desse comportamento do emprego agropecuário. Em 1962-64, haviam sido utilizados em torno de 366,86 milhões de dias-homens, patamar esse que se reduz para 300 milhões nos anos 70, durante os quais se mantém em níveis similares. No decênio dos 80 esse indicador mostra estabilidade, ao atingir 300 milhões no final da década, situação essa que se modifica no início dos anos 90, quando passa a reduzir-se para atingir 246 milhões em 1994-96. Esse comportamento de diminuição no período mais recente deriva diretamente do incremento da mecanização em várias culturas, em especial na colheita e, principalmente, pela queda livre da cotonicultura paulista, grande empregadora de mão-de-obra. Estimando-se o número de dias trabalhados por pessoa ocupada, nota-se que, nas décadas de 60 e 70, houve aumento desse indicador, passando de 148 para 215 dias anuais. Nos anos 80 e 90 a tendência reverte-se, com quedas pequenas mas persistentes, passando para 206 dias em 1988-90 e atingindo 202 dias no triênio 1994-96 (Tabela 84).

Tabela 84.- Evolução dos Dias-Homens Utilizados/ano e dos Dias-Homens por Trabalhador/ano, Para o Conjunto dos Trabalhadores e para os Volantes, Estado de São Paulo, Médias Trienais, 1962-96.

Ano	Uso Total de Dias Homens(1)	Média de Dias Trabalhados por Pessoa(2)	Uso de Dias-homens de Volantes(3)	Número Anual de Volantes(4)	Média de Dias Trabalhados Por Volante(5)
1962-64	366.813	148	66.002.595	337.352	195
1972-74	299.933	209	53.961.462	308.128	175
1978-80	301.766	215	55.993.030	365.790	153
1988-90	300.501	206	47.564.380	343.400	139
1994-96	246.364	202	33.166.682	239.431	139

(1) Expresso em 1.000 dias-homens, até 1980 os dados são os elaborados por SILVA (1984), os demais foram estimados pelo autor com base nos coeficientes técnicos do IEA.

(2) Quociente entre o número anual de dias-homens e o número de trabalhadores ocupados, expresso em dias trabalhados por trabalhador.

(3) expresso em dias-homens, estimados com base nos coeficientes técnicos do IEA até 1974, daí em diante, dados primários de levantamentos do IEA.

(4) Expresso em número de trabalhadores utilizados, média dos vários meses de cada ano.

(5) Expresso em dias-homens por volante, resultado do quociente entre dias-homens de volantes e o número de volantes.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

As informações globais de dias trabalhados definem com nitidez o processo de mudança do emprego agropecuário, com a queda nos anos 60, quando incorpora-se em São Paulo o primeiro movimento de mecanização, em especial no preparo de solo e plantio. Essa ocorrência realiza-se antes da generalização desse padrão para o Brasil pois, se em 1962 existiam cerca de 40 mil tratores em operação na agropecuária paulista, em 1970 esse número alcança

59,6 mil unidades. O percentual de terras aradas com essa máquina, que em 1963 atingia 53%, alcançaria 70% em 1968, sendo que, na gradeação, os índices para os mesmos anos foram de 64% e 73% (IEA, 1972). Nos anos 70 e 80, o incremento da substituição de culturas, em especial, as pastagens para a expansão da cana para indústria (VEIGA F.º, GATTI e MELLO, 1980) e da citricultura (MAIA, 1996), permitiu a manutenção do total de dias-homens, ainda que persistindo o incremento da mecanização. A mecanização da colheita da cana para indústria, que avançou nos anos 90 (VEIGA F.º et al., 1994), aliada à derrocada da cotonicultura (BARBOSA, 1996) e à redução dos pomares citrícolas, faz reduzir o uso de dias-homens nos anos 90.

Avaliando a realidade da categoria dos volantes quanto aos indicadores de dias trabalhados, pode-se visualizar aspectos da mudança estrutural verificada no mercado de trabalho agropecuário. O número de volantes decresce nos anos 60, saindo de 337 mil para 308 mil, mas a tendência se reverte passando a crescer nos anos 70, para atingir 365 mil em 1978-80. Essa diferença se dá fundamentalmente pelo incremento dos plantios de cana para indústria e laranja, para sustentar a expansão das agroindústrias sucroalcooleiras e de sucos cítricos, realizada com colheita parcialmente mecanizada, o que se comprova com o fato de que o maior emprego dessa categoria dá-se na região de Ribeirão Preto, núcleo sucroalcooleiro e de sucos cítricos paulista (VICENTE & BAPTISTELLA, 1987). No decorrer dos anos 80 e 90, com a crescente introdução da colheita mecânica na cana para indústria e a queda da produção de café e algodão, o número de volantes empregados reduz-se de maneira expressiva para alcançar 239 mil no triênio 1994-96 (Tabela 84). Essa realidade de redução do emprego, centrada nos números médios de volantes efetivamente empregados, pode ser ainda mais dramática quando se acrescenta que nas pequenas e médias cidades poucas são as opções de serviços fora da agropecuária. E a colheita revela-se a operação onde ainda guarda-se a exigência de maior volume dessa mão-de-obra.

O efeito do processo de modernização sobre o emprego de volantes na agropecuária paulista pode ser verificado com nitidez na evolução do total anual de dias-homens trabalhados por essa categoria. Em 1962-64 foram trabalhados 66 milhões de dias-homens, número esse que apresenta queda sistemática nas três décadas seguintes para atingir apenas 33 milhões em 1994-96, quando caiu praticamente à metade. Fruto disso, o número anual médio de dias trabalhados por cada volante reduz-se de 195 dias para 139 dias, com impactos decisivos na renda familiar e nas condições de vida desses trabalhadores (Tabela 84). Essa redução poderia ser ainda mais expressiva, uma vez que a estabilidade do número de dias trabalhados nos anos 90 (139 dias tanto em 1988-90 como em 1994-96) está relacionada com a redução expressiva, e concomitante, do total de dias trabalhados e do número de volantes empregados. Como os salários também apresentam queda nos anos 90, com perda de poder aquisitivo de 33,94% no período 1991-94 (VEIGA F.º et al., 1995), a renda familiar mostra uma queda ainda mais expressiva. Ganhando menos e trabalhando menos dias por ano, os volantes enfrentam uma situação de piora contínua de suas condições de vida, sem que estejam postas opções consistentes de reversão desse quadro dramático, alargador de disparidades e dos níveis de miséria¹⁶⁰.

¹⁶⁰ Essa realidade de miséria dos volantes - os também denominados "boias-frias" - acaba refletindo-se em padrões inadequados de vida, em especial no que diz respeito à alimentação, que não atende aos requisitos nutricionais mínimos, gerando deficiências de várias ordens no desenvolvimento físico. Essa situação pode ser verificada tanto nas regiões de agricultura desenvolvida centrada nos modernos complexos sucroalcooleiro e de sucos cítricos que caracteriza a de Ribeirão Preto (DUTRA

Os impactos das transformações sobre a estrutura do emprego rural foram marcantes, com a redução global dos postos de trabalho, associada à urbanização da mão-de-obra. A esses efeitos quantitativos, somam-se as mudanças na sazonalidade e a exigência de maior qualificação. Este último revela-se de importância central, numa sociedade onde a educação não representa um direito generalizado à maioria da população, e o conjunto dos desempregados e dos subempregados corresponde exatamente a esse perfil de trabalhadores. Analisando a região de Ribeirão Preto, uma das mais desenvolvidas da agricultura brasileira, BORBA (1994) mostra que a "modernização tecnológica da agricultura implicou na necessidade de ajustamento da força de trabalho às novas condições de realização deste, no que diz respeito ao aperfeiçoamento das máquinas e equipamentos, tipos de insumos agrícolas e técnicas agronômicas utilizadas na produção. A necessidade de treinamento levou as empresas a manterem fixo o trabalhador, exercendo maior controle sobre ele ... Além disto com a modernização da base produtiva as empresas passaram a demandar relativamente menos braçais e mais trabalhadores especializados... e o trabalho temporário, no que se refere ao volante 'bóia-fria', também passou por mudanças, havendo tendência de perda da característica de trabalho instável e sazonal".

Aspecto qualitativo extremamente relevante detectado na agricultura ribeirão-pretana está no fato de que "com o aprofundamento do padrão industrial, a agricultura paulista passou a necessitar de trabalhadores com grau de instrução mais elevado. A habilidade de leitura e entendimento de texto tornaram-se exigência deste padrão. Os trabalhadores sem instrução perderam espaço nesta agricultura, representando em 1990, 21% das pessoas ocupadas nela. Se antes a produção agrícola podia ser feita sem qualquer nível de escolaridade, hoje, por causa do padrão de evolução tecnológica ocorrido na agricultura, tem-se tornado cada vez mais difícil que os trabalhadores sem instrução possam ocupar-se da produção agrícola. Até mesmo os trabalhadores temporários braçais (volantes) sem instrução perderam espaço nesta agricultura. Nesta categoria cerca de 37% já apresentavam, em 1990, nível de escolaridade referente ao primário incompleto e mais de 30% o primário completo... Entre os empregados é importante destacar o crescimento relativo de níveis superiores de escolaridade (colegial e superior) fundamentalmente associado à atividade técnica e administrativa da empresa rural... A melhoria no grau de instrução da mão-de-obra ocupada na agricultura ocorreu de forma mais contundente entre os indivíduos com domicílio urbano" (BORBA, 1994).

Essa mudança qualitativa no perfil do trabalhador rural decorre de dois elementos aparentemente contraditórios. De um lado, o aprofundamento das transformações tecnológicas com o aperfeiçoamento das máquinas e equipamentos, levou à grande simplificação do conteúdo do trabalho mecânico da agropecuária-

DE OLIVEIRA et al, 1981), como na produção de feijão concentrada no Sudoeste Paulista (GONÇALVES & SOUZA, 1993b). Numa realidade como essa, até indicadores que mostrariam avanços no campo social podem estar escondendo aumento da dramaticidade das condições de trabalho e de vida. Exemplo disso está na significativa redução do emprego de menores na agropecuária paulista no período 1994-96, conforme mostram VICENTE, BAPTISTELLA & VEIGA (1997), pois como a maioria das famílias cujos menores trabalham são "famílias de boias-frias", antes disso representar um fato social auspicioso, pode estar revelando menores rendas familiares e níveis de vida ainda mais dramáticos. Noutras palavras, se "o lugar de criança é na escola e não no árduo trabalho de colheita", torna-se necessário prover os pais de emprego e renda para que isso ocorra em condições dignas. Até que isso ocorra, indicadores de redução do trabalho infantil representam mais um elemento revelador da piora das condições de vida das famílias de trabalhadores rurais.

ria (BORBA, 1994), ao mesmo tempo em que parece ter sido atingido o limite dos ganhos de produtividade pela simples adição ou desenvolvimento tecnológico de um insumo. O padrão de intensificação do uso de insumo a partir de uma realidade onde os níveis de utilização eram reconhecidamente baixos permitiu que a resposta ao aumento das quantidades de fertilizantes, defensivos e sementes fosse elevada num primeiro momento. No entanto, quanto mais elevadas essas quantidades, menores os efeitos obtidos com a simples adição, passando a exigir técnicas de manejo de solo e de água mais eficientes para obter-se acréscimos de produtividade. Entra-se, assim, num padrão de interação de técnicas de condução, insumos e máquinas, que ganham crescentemente em complexidade, o que provoca exigência de maior qualificação da mão-de-obra da produção biológica. Assenta-se aí a contradição do processo de produção natural, pois se as máquinas "inteligentes" simplificam as operações, de outro lado a interação de técnicas torna mais complexas as atribuições de quem vai realizá-las. Além disso, as menores oportunidades de emprego urbano faz com que trabalhadores - em especial os filhos que buscaram maior escolaridade para fugir da necessidade de exercerem a função "bruta" de seus pais -, acabem sujeitando-se àquilo que procuravam escapar, por absoluta falta de perspectivas. Essa talvez seja na realidade, a dura explicação do porque do fato de que trabalhadores com maior escolaridade se sujeitem a cortar cana como bóia-frias.

Outro aspecto relevante para a compreensão dos impactos da modernização sobre a estrutura do emprego rural está nos distintos caminhos seguidos pelos vários complexos produtivos. Se na maioria do setor sucroalcooleiro, pela sua magnitude territorial, realiza-se todo o conjunto de operações com pessoal próprio, montando patrulhas mecânicas com todos os serviços de manutenção como o de oficinas - pois "a agroindústria desenvolveu estrutura diferenciada altamente especializada voltada à produção de matéria-prima, que pouco depende de serviços prestados por outrem" (BORBA, 1994) -, em outras atividades essas tarefas podem ser realizadas por terceiros. Trata-se da terceirização onde ocorre a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho, que se mostra relevante, pois na metade dos anos 80, "aproximadamente um milhão de estabelecimentos rurais no Brasil utilizaram instrumentos de trabalho de propriedade de terceiros na execução de trabalhos agrários. A importância desse contingente torna-se maior, quando se considera apenas o subconjunto de estabelecimentos rurais cujos titulares informaram o uso não exclusivo da força humana na execução de trabalhos agrários. Em cada 10 estabelecimentos rurais onde se usou instrumentos de trabalho, haviam quatro, que utilizaram animais de trabalho, máquinas e equipamentos de propriedade de terceiros, ou que não pertenciam, de forma exclusiva, ao titular da unidade de produção agrícola" (LAURENTI, 1996).

As condições da terceirização estão determinadas pelas características da maquinaria e das culturas. No preparo do solo, as máquinas e equipamentos são de uso genérico e possibilitam atuar em distintas culturas, pois as operações mostram-se idênticas em todas elas. Apenas a escala de plantio pode, nesse caso, diferenciar os lavradores quanto à terceirização dessa operação. Nas grandes lavouras mecanizadas com máquinas de porte, como a cana para indústria e os maiores sojicultores, o preparo do solo e o plantio são realizados, na maioria dos casos, com uso de máquinas próprias. Já os pequenos e médios lavradores, cuja escala não justifica a aquisição de maquinaria de preparo do solo, bem como das semeadeiras-adubadeiras de grãos (estas ainda que com menor generalidade), acabam contratando serviços de outros agricultores ou de "trabalhadores

equipados", como bem definiu LAURENTI (1996), para um tipo comum de prestadores de serviço encontrados em certas regiões agrícolas. Trata-se de trabalhadores que, detendo a propriedade dos meios de produção, vivem da realização de serviços, nos quais, além do trabalho, alugam as máquinas e os implementos. Pelo maior nível de "qualificação" decorrente de estarem equipados, estes trabalhadores conseguem melhores condições de vida.

Na colheita, a realidade apresenta-se muito diferente, dado que o nível de especificidade mostra-se muito mais elevado, pois as principais culturas - como o milho, a soja, o algodão e a cana para indústria - podem ser mecanizadas, mas cada qual, no entanto, exigindo colheitadeira diferente. Outras culturas, em especial as perenes como o café, cacau, citros e as demais frutas não permitem a colheita sem perdas para a planta (que constitui um capital fixo a ser preservado) e a qualidade do produto (com diferentes estágios de maturação), além de, quando existem, também serem equipamentos específicos. A ocorrência de sazonalidade no uso desses equipamentos e a escala mínima para que a operação de colheita mecânica seja rentável acaba dificultando a generalização dessa tecnologia, factível apenas em grandes áreas de lavouras em culturas com períodos de colheita mais largos. Assim, nas grandes lavouras de soja e de cana para indústria (cana própria), a mecanização avançou mais rapidamente que nas demais atividades. Aparecem aqui também firmas prestadoras de serviço de colheita, mais difundidas no caso da soja e que apresentam crescimento recente no caso do algodão.

Por essas razões, a mecanização plena de todas as tarefas produtivas agrícolas pôde ser estendida completamente somente a poucas culturas. Com isso atividades importantes na agricultura brasileira não utilizam, ainda, somente a tecnologia mecânica em todas as fases de seu cultivo, e concentram demanda de mão-de-obra na colheita. Ressalte-se que essa característica da agricultura brasileira não se encontra restrita a bolsões de culturas tradicionais. Mesmo em regiões de moderna agricultura, como as zonas da cana para indústria, laranja e algodão no Estado de São Paulo, a utilização de mão-de-obra intensiva nestas fases do cultivo é usual. O produtor capitalista, dispensando mão-de-obra permanente e contratando trabalhadores temporários nos picos de trabalho, economiza no restante do ano. Esta prática tem ainda sua manutenção estimulada pelos baixos custos da mão-de-obra empregada no setor agrícola brasileiro.

De outro lado, a especialização monocultora das propriedades agrícolas e das regiões agrava a sazonalidade do emprego, determinando o deslocamento contínuo da mão-de-obra à procura de ocupação. Esses são dois aspectos condicionadores do crescimento do trabalho temporário na agropecuária brasileira (KAGEYAMA, 1982). Essa mão-de-obra de baixa remuneração é utilizada nas regiões de produção mais dinâmicas do Brasil, gerando intenso fluxo de migração sazonal de trabalhadores entre regiões, notadamente das agropecuárias pobres para as ricas. E não apenas o trabalhador temporário sofre a sazonalidade: "as unidades que ocupam mão-de-obra familiar não-remunerada ocupam seus membros por tempo muito restrito, o que possivelmente se reflete em baixos níveis de renda, impondo a estes trabalhadores a necessidade de assalariamento sazonal" (KAGEYAMA, 1986).

A magnitude dessa subutilização em 1980 equívale, segundo KAGEYAMA (1986), a 6 milhões de desempregados. No Nordeste concentravam-se 45% desse total, contra 14% em São Paulo. Esses números apontam a dimensão do potencial de êxodo rural e regional ainda existente, a despeito da radicalidade

desse processo nas décadas de 60 e 70, requerendo do setor não-agrícola, especialmente do parque industrial e de serviços das regiões mais desenvolvidas, uma ampliação muitas vezes maior do que a ocorrida para dar conta de absorver esse contingente, na virtual seqüência do processo de modernização da agricultura. Essas cifras paradoxalmente têm como contraponto uma intensidade maior do trabalho rural, com 3,8 milhões de pessoas, 31% da mão-de-obra empregada, ocupadas em jornadas maiores que 49 horas semanais (KAGEYAMA, 1986), e, a despeito dessas jornadas, sem amealhar diferenças significativas de renda pessoal ou familiar, a fim de torná-las equivalentes, ao menos, aos níveis de renda proporcionados pelos empregos urbanos, empregos estes também escassos.

A crise da década de 80, cujos efeitos mais intensos reproduziram-se nas cidades, significou, especialmente para os Estados de Minas Gerais e do Nordeste, um crescimento do número de minifúndios, com conseqüente aumento do número de pessoas ocupadas de 3,3 milhões no período 1980-85, tal como demonstram dados da metade da década para a agricultura. A reativação de pequenos estabelecimentos e o crescimento da parceria no Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, com a volta dos "agregados" nesse período de crise econômica, aumentaram nessas regiões em 50% o número de pessoas sob esse regime de trabalho, contra 38,6% da média nacional. Desse modo, "o aumento de mais de 3 milhões de pessoas ocupadas na agricultura nesses cinco anos deve-se a um aumento da mão-de-obra familiar nas regiões mais pobres, sobretudo o Nordeste, e um crescimento do uso da parceria e assalariados temporários em todas as regiões do país" (KAGEYAMA, 1992). Essa reconversão, entretanto, acentua o subemprego agrícola, gerando índices superiores aos do início da década de 80.

RANGEL (1962) detecta outro aspecto da sazonalidade do emprego na agropecuária: "não obstante" - diz o autor - "a superpopulação agrícola, que se converte pelo êxodo rural em desemprego urbano, as atividades agrícolas organizadas como monocultura, forma típica do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira atual, sofrem de escassez sazonal de mão-de-obra que limita o desenvolvimento da agricultura capitalista" (RANGEL, 1962). No complexo sucroalcooleiro paulista, um dos segmentos mais modernos da agropecuária brasileira, a migração sazonal é uma prática rotineira para suprir a escassez de mão-de-obra e rebaixar seus custos. Originários do Vale do Jequitinhonha, uma das áreas mais pobres de Minas Gerais, pequenos agricultores vêm à região de Ribeirão Preto para complementar sua renda. São submetidos a precárias condições de vida e trabalho, viajam na maior parte das vezes por conta própria e se alojam em barracões nas propriedades, ou em pensões rústicas nas cidades, sempre com alguma intermediação. Raramente reivindicam melhoria de suas condições, e desejam voltar rapidamente a seus locais de origem, onde possuem melhor nível de vida (GEBARA et al., 1988). Esses trabalhadores temporários emigram de suas regiões com destino certo, para as usinas das companhias de açúcar, geralmente para aquela na qual trabalharam no ano anterior; safra após safra trazem consigo familiares e agregados em condições de trabalho, enquanto a parcela de mão-de-obra familiar menos produtiva permanece na localidade de origem, realizando as tarefas de manutenção e tratos culturais de suas pequenas propriedades. São, no dizer dos administradores e capatazes das usinas, "gente que trabalharia 24 horas por dia, se isso fosse permitido". Essa massa de trabalhadores temporários mostra-se portadora do maior grau de disciplina no trabalho, e constitui o elemento ininterrupto do trabalho nas safras, mesmo durante os períodos de greve dos trabalhadores permanentes.

Os modernos empresários sucroalcooleiros preferem, naturalmente, empregar essa mão-de-obra mais disciplinada e passível de controle, em detrimento da mão-de-obra local, para a qual está reservada a oferta de trabalho das unidades fornecedoras de matéria-prima, ou das pequenas e médias propriedades familiares restantes na região. A pequena qualificação da mão-de-obra empregada, seu baixo nível de instrução e a inadequação das condições de segurança no trabalho cons-tituem o conjunto de condições desfavoráveis ao trabalho no campo, perpetuadas pela possibilidade, sempre presente, de substituição do trabalhador empregado por outro, que aceite receber menos ainda que o baixo salário pago. Complementa-se, assim, a remuneração do trabalhador rural com gêneros em espécie, não raramente descontados do valor monetário que lhe é pago como salário mensal ou diária, exceção feita aos volantes, já em avançado grau de proletarização.

Esse contingente de pequenos proprietários das regiões pobres do Nordeste Brasileiro, como o Vale do Jequitinhonha e a Chapada Diamantina, também realizam migrações sazonais para trabalharem na construção civil. Nesse caso, de posseiros na origem esses trabalhadores transformam-se em poceiros no destino, realizando para isso constantes migrações para viver por volta de um semestre em cada local. As condições de trabalho são muito precárias pois esses operários "temporários" executam a tarefa de abrir a obra, cavar os poços ("tubulão") dentro dos quais erguem-se os pilares que irão sustentar as construções. Trata-se de operação extremamente arriscada, para o que se usa instrumentos rudimentares como cavadeiras e baldes puxados por "sarrilhos" ("cambitos"). Sem direitos trabalhistas reconhecidos e submetendo-se a condições de elevada periculosidade, esses pequenos lavradores vagam de tempo em tempo enquanto a saúde permitir (GONÇALVES, 1995b).

A relação entre modernização e sazonalidade do emprego, na verdade, tem que ser acrescida pela influência da composição de culturas sobre esse processo. O elemento básico dessa discussão está no fato de que a mecanização crescente das várias operações produtivas, com menor intensidade na colheita, leva à redução substancial da demanda por mão-de-obra na maior parte do período, e aumento da necessidade na colheita. Esse problema é agravado porque a menor intensidade da mecanização na colheita e o crescimento da área plantada possibilitada pela máquina, reforça a especialização regional em uma ou poucas culturas; com isso, torna a colheita exigente de maior número de trabalhadores. Pode assim, ocorrer o paradoxo do excesso de gente em todo processo produtivo agropecuário converter-se em escassez na colheita, criando enormes dificuldades ao proprietário agrícola.

As culturas paulistas mais importantes podem ser divididas em 3 grandes blocos quanto à sazonalidade da exigência de mão-de-obra: a) o padrão de baixa sazonalidade, que inclui a soja, o milho e o arroz; b) o padrão intermediário, que inclui o feijão, o amendoim e o café, c) o padrão de alta sazonalidade, que inclui a cana para indústria, laranja e algodão. A diferenciação fundamental entre esses grupos está na intensidade com que a colheita foi mecanizada, e a perspectiva de evolução desse processo no período recente. Além dessas, mas pouco desenvolvido em São Paulo, tem-se ainda o padrão das frutas de mesa, com uso intensivo de mão-de-obra, como é também o caso das olerícolas, mesmo com a produção realizada no denominado Cinturão Verde da Grande São Paulo. Mas, a maior parte da mão-de-obra paulista está associada às culturas acima destacadas, com o emprego agropecuário dependendo, fundamentalmente, da produção de cana para indústria, que mesmo com o

avanço da colheita mecanizada, ainda representa quase a metade da demanda de força de trabalho.

As culturas de baixa sazonalidade do uso de mão-de-obra têm na soja seu exemplo mais acabado. Trata-se de atividade de expansão vertiginosa da década de 60 em diante, onde a mão-de-obra na colheita não se mostra como pico do processo produtivo, sendo superada pelo preparo do solo e tratos culturais. Em geral, tem baixo uso global de mão-de-obra, podendo ser cultivada em grandes áreas, sem a limitação inerente à dificuldade de contratação de pessoal na safra. No milho, ainda que a colheita ainda exija mais mão-de-obra, a tecnologia disponível não apenas indica que esse quadro poderia ser diferente, como também isso vem ocorrendo crescentemente nas principais regiões produtoras. Uma particularidade da cultura do milho é que, em geral, é a 2ª ou 3ª cultura em importância de muitos pequenos e médios lavradores que colhem o produto manualmente. Esse segmento de plantadores têm o milho como cultura secundária em suas propriedades e eleva o percentual médio estadual de uso de pessoal nessa tarefa, mascarando assim a intensidade da mecanização da colheita das regiões e propriedades especializadas no cultivo de milho. O arroz segue, em grandes linhas, o mesmo perfil da soja, sendo possível, inclusive, a colheita com a mesma máquina colheitadeira (Tabela 85).

Tabela 85. - Percentual de Dias-Homens Utilizados nas Operações das Culturas de Soja, Milho e Arroz, Estado de São Paulo, 1986/86 a 1991/92

Período	Preparo do Terreno	Pantio e Adubação	Adubação Cobertura	Tratos Culturais	Colheita
SOJA					
1985-86	22,8	14,0	1,7	37,5	24,0
1986-87	37,0	17,4	2,2	30,0	13,4
1988-89	27,7	17,7	1,0	41,2	12,4
1991-92	30,7	16,7	2,1	36,9	13,6
MILHO					
1985-86	18,7	11,3	6,2	22,1	41,7
1986-87	19,1	12,6	5,7	24,4	38,2
1988-89	21,8	13,1	5,3	24,7	35,1
1991-92	23,7	12,3	5,9	21,9	36,2
ARROZ					
1985-86	20,7	15,2	2,5	29,9	31,7
1986-87	16,9	10,7	2,2	36,2	34,0
1988-89	14,0	19,7	1,9	33,3	31,1
1991-92	15,1	12,8	5,0	36,2	30,9

Fonte: BATISTELA et al (1994).

As culturas do padrão intermediário são aquelas em que, principalmente, os tratos culturais dividem com a colheita a posição de pico na intensidade da utilização de mão-de-obra. O feijão, ainda com predominância da colheita com arranquio manual, tem mostrado uma mecanização quase completa das tarefas complementares, como transporte e trilhadura, sendo que, mesmo o arranquio me-cânico, já vem sendo introduzido, podendo rapidamente torná-lo mais próximo do padrão da soja (GONÇALVES, 1993a). A tendência atual mostra o crescimento das grandes lavouras mecanizadas de feijão, chegando mesmo à utilização da colheita-deira de soja nesse produto. No amendoim, a intensidade

maior está na trilhada-ura e no tratamento do grão, que devem ser feitos em condições adequadas para evi-tar-se o desenvolvimento de ataques fúngicos associados à aflatoxina. O café, co-mo planta perene, produtiva por vários anos, tende a manter-se como grande em-pregadora nos tratos culturais e na colheita, em especial quando se busca melhor qualidade de bebida, com tratamento do grão na secagem a terreiro (Tabela 86).

No bloco das culturas com elevada sazonalidade, estão a cana para indústria, a laranja e o algodão, sendo que a cana e a laranja têm safras praticamente concomitantes localizadas em regiões contíguas dentro do território paulista e são, atualmente, as maiores empregadoras. A cana para indústria tem praticamente todas suas operações mecanizadas, sendo que a intensidade da utilização da mão-de-obra na colheita decorre, em certo sentido, do menor custo do corte manual frente ao mecanizado (Tabela 87). O corte manual também decorre do fato de que pode preservar a qualidade da soqueira, fundamental para a cana, como cultura semiperene com tendência a elevar o número de cortes da mesma planta, a qualidade da soqueira torna-se elemento fundamental. Entretanto, no período recente, a mecanização da colheita da cana para indústria se intensifica em São Paulo, e com isso a utilização sazonal de mão-de-obra sofre grande redução (VEIGA F.º et al., 1994).

Tabela 86. - Percentual de Dias-Homens Utilizados nas Operações das Culturas de Feijão, Café e Amendoim, Estado de São Paulo, 1986/86 a 1991/92

Período	Preparo do Terreno	Pantio e Adubação	Adubação Cobertura	Tratos Culturais	Colheita
FEIJÃO					
1985-86	20,1	11,6	4,7	25,0	38,6
1986-87	13,1	9,6	2,4	33,8	41,1
1988-89	17,9	11,3	2,9	28,3	41,6
1991-92	10,9	7,8	2,8	20,8	57,7
CAFÉ					
1985-86	-	-	5,7	47,9	46,4
1986-87	0,5	1,5	4,0	36,0	58,0
1988-89	0,2	0,5	3,6	38,4	57,3
1991-92	0,6	0,2	4,1	40,2	54,9
AMENDOIM					
1985-86	21,2	6,2	0,1	18,1	54,4
1986-87	7,1	4,8	0,6	20,2	58,3
1988-89	10,1	6,6	0,1	28,9	54,3
1991-92	9,2	5,4	0,3	33,3	51,8

Fonte: BATISTELA et al (1994).

Tabela 87. - Percentual de Dias-Homens Utilizados nas Operações das Culturas de Cana, Laranja e Algodão, Estado de São Paulo, 1986/86 a 1991/92

Período	Preparo do Terreno	Pantio e Adubação	Adubação Cobertura	Tratos Culturais	Colheita
CANNA					
1985-86	2,1	7,7	2,1	11,0	77,1
1986-87	2,3	11,5	1,8	7,8	76,6
1988-89	0,8	7,8	1,8	16,4	73,2
1991-92	0,9	5,7	1,0	9,4	83,0
LARANJA					

1985-86	-	-	5,8	42,9	51,3
1986-87	0,6	1,3	3,3	36,1	58,7
1988-89	1,0	1,0	3,0	23,0	72,0
1991-92	1,0	1,0	3,0	25,0	70,0
ALGODÃO					
1985-86	4,2	5,7	3,4	11,3	75,4
1986-87	5,5	2,3	1,7	16,5	74,0
1988-89	3,7	2,4	1,3	13,3	79,3
1991-92	4,5	3,4	1,7	14,6	75,8

Fonte: BATISTELA et al (1994).

Na laranja, como em toda citricultura, a questão fundamental está associada à manutenção das árvores, para que o potencial produtivo se mantenha por vários anos. De qualquer modo, nota-se um aprofundamento da mecanização dos tratos culturais, com o que se reforça a sazonalidade da colheita. Como as frutas não amadurecem todas ao mesmo tempo, e como "esticar" a safra mostra-se interessante, a colheita da laranja tende a manter essa intensidade do uso de mão-de-obra, agora amenizada pela menor concorrência da demanda do complexo sucroalcooleiro. A destinação das frutas para mesa, face à crescente exigência de qualidade do mercado consumidor, poderá constituir fator de alteração do padrão técnico da cultura da laranja, mantendo grande exigência de mão-de-obra. Por outro lado, com o aumento da destinação de frutas para as máquinas de produção do suco à vista do consumidor, a qualidade e a uniformidade da fruta passam a ser relevantes, o que exige maiores cuidados na condução do pomar e na colheita. Por esses elementos, a laranja tende a um padrão semelhante ao do café no tocante à sazonalidade da mão-de-obra, especialmente na consolidação da destinação para comércio "in natura".

O algodão, por sua vez, tem perspectivas extremamente opostas devendo trilhar a tendência da cana para indústria, com a contínua introdução de colheita mecânica, em especial nas áreas mais planas. A manutenção da colheita manual esteve associada à qualidade do produto, que era imensamente superior nesse processo frente à mecanizada, cuja tecnologia está dominada desde os anos 60. As áreas em declive de certas regiões algodoeiras paulistas e paranaenses, ao lado da enorme presença de parceiros e arrendatários, conformavam a cotonicultura com grande empregadora. Mas a crise da atividade nos anos 90, alterou essa realidade, com a expansão da cultura nas áreas planas e de clima estável do Brasil Central, Nordeste Paranaense e Noroeste Paulista. Ao lado disso, a disseminação do "rapa" em substituição à colheita "maçã a maçã", elevou a produtividade da mão-de-obra na operação, mas piorou imensamente a qualidade do produto, tornando-o inferior ao colhido mecanicamente¹⁶¹. Nesta situação, amplia-se a colheita mecanizada nas grandes áreas, tornando o algodão cada vez menos exigente de mão-de-obra e reduzindo sua sazonalidade, além de que o enfardamento mecânico

¹⁶¹ O método de colheita de algodão "maçã a maçã" constituía a antiga forma de colheita manual, em que as famílias inteiras de colonos que viviam nas propriedades algodoeiras, envolviam-se na tarefa de retirar, uma a uma, com as pontas dos dedos, a pluma dos capulhos abertos. Com isso o produto colhido era limpo e uniformemente maduro produzindo, além do caroço, uma pluma beneficiada de qualidade superior. As transformações decorrentes da modernização da cultura e da urbanização da população que eliminaram as colônias, levam à contratação de volantes pagos por quantidade colhida. Desse modo, para elevar seu rendimento diário, esses trabalhadores passaram a executar a colheita no método denominado "rapa", ou seja, em vez de colher cada "maçã", o colhedor arranca da planta a pluma junto com pedaços de capulho e folhas que sujam o produto tornando-o de qualidade pior, exigindo mais operações de limpeza ao beneficiar.

do algodão em caroço no campo, facilita o transporte dispensando sacaria e reduz o emprego de tulheiros nas algosoeiras (URBAN et al. 1995).

Essas tendências possibilitam, na verdade, redefinir os blocos de culturas face às perspectivas de avanço da colheita mecanizada. Ainda que deva ser ressaltado que esse processo está longe de ser linear e concomitante, em linhas gerais, no conjunto dos produtos cujo progresso tecnológico tende a reduzir a sazonalidade do uso de mão-de-obra, tem-se a soja cujo padrão está bem estabelecido - devendo ser seguida pelo milho, arroz, feijão, amendoim, cana para indústria e algodão. Noutras palavras, do grupo intermediário, o feijão e o amendoim tendem a seguir na direção do padrão dos grãos em geral, com cultivos em áreas extensas, com pouca utilização de mão-de-obra. Nesse caso o progresso tecnológico resolve a contradição inerente à sazonalidade da utilização de mão-de-obra, permitindo manter equipes treinadas e com padrão um pouco superior (saindo de volantes para tratoristas ou operadores de máquinas), ocorrendo entretanto grande redução no emprego em geral.

A citricultura e o café, acompanhados das demais frutas e culturas perenes, além das olerícolas, formam um conjunto de atividades mais intensivas em mão-de-obra. Trata-se de culturas em que, ainda que a mecanização seja incrementada em várias operações, os cuidados com as plantas para garantir produtividade e qualidade de produto, necessitarão de maior intensidade de mão-de-obra que o grupo dos cereais. Notadamente na colheita, esse processo de busca de incremento na qualidade, para mercado internos e externos cada vez mais exigentes, mostra limitações à radicalização no uso de maquinaria. A maçã catarinense parece constituir-se no caso mais consistente desse padrão, onde a baixa sazonalidade leva a pequenas contratações na safra, numa atividade que alia produtividade e qualidade (GONÇALVES et al., 1996). As atividades com maior potencial de emprego são, portanto, essas que inclusive por fornecerem produtos de maior elasticidade renda, tenderão a ter maior demanda com o processo de redistribuição e aumento da renda nacional. No Brasil, esse consumo sofisticado mostra-se ainda incipiente, mas com perspectivas de crescimento.

Nestes dois grupos de produtos, levando ao extremo as perspectivas da tendência manifestada no período recente na agropecuária paulista, e que se mostra consistente com o que vem ocorrendo em outros países, as culturas poderiam ser agrupadas em intensivas em maquinaria - seguindo o padrão dos grãos - ou intensivas em mão-de-obra, formando, portanto, patamares distintos no ponto de vista do emprego. A conformação da estrutura fundiária não estaria necessariamente ligada a essa intensidade ou não do uso de mão-de-obra. Se é verdade que a escala dos grãos leva a grandes lavouras mecanizadas, por outro lado a fruticultura não teria estrutura diferente, como mostram os grandes pomares pomícolas catarinenses. Além disso, a intensidade em capital parece ser semelhante nos dois blocos de atividades. Entretanto, a sazonalidade deve ser bastante reduzida em ambos os casos, abrindo espaço para a ampliação da adoção de relações de trabalho mais estáveis.

Na agropecuária paulista esse processo ainda não se manifesta plenamente, verificando-se concomite queda do emprego e aumento da sazonalidade. No triênio 1976-78, para uma média de utilização de dias-homens de 4,6 milhões mensais, tem-se o limite inferior, em agosto, com 4 milhões de dias-homens e o superior, em março, com 5,2 milhões de dias-homens, numa amplitude de 30,0%. Em 1986-88, para uma média de 5 milhões de dias-homens, o pico ocorreu em julho, com 6,4 milhões de dias-homens, e o piso em fevereiro com 3.9 milhões, numa amplitude de 64,1%. Em 1991-93, para uma

média mensal de 3,4 milhões de dias-homens, a maior utilização foi em agosto, com 4,5 milhões, e a menor em dezembro com 2,2 milhões, numa amplitude de 104,5% (Tabela 88).

A realidade mostra uma situação de profunda redução da utilização de dias-homens, com incremento da sazonalidade no emprego. Mas esse quadro não significa uma contradição com a tese de que a radicalização da modernização vem no sentido da redução da sazonalidade. Na metade da década de 70, o emprego era sazonalmente melhor distribuído, podendo-se atribuir a grande mudança, até a metade dos anos 80, não à modernização, mas à alteração na composição de culturas, com o incremento significativo da cana para indústria e da laranja, cujos picos de colheita ocorrem exatamente no trimestre junho/agosto, época em que também é executado o preparo do solo para os grãos de verão. No início dos anos 90, tem-se uma redução geral do uso de mão-de-obra, com os picos também nesses meses voltando aos patamares da metade do decênio de 70. As culturas com pico de colheita no meio do ano - dentre as quais as mais relevantes são a cana para indústria e a laranja - empregaram em conjunto menos 2 milhões de dias-homens ao mês na colheita, o que deveria reduzir a amplitude sazonal. Isso não ocorreu, ao contrario elevou-se, em razão também da alteração na composição das culturas dentro das lavouras paulistas.

Tabela 88.- Distribuição Mensal do Número de Dias-Homens Utilizados na Agropecuária, Estado de São Paulo, Médias Trienais, 1976-93

Mês	1976-78	1986-88	1991-93
Jan.	4.905.423	4.671.469	2.717.168
Fev.	4.655.503	3.940.282	2.625.988
Mar.	5.162.872	5.141.272	3.519.332
Abr.	4.246.446	5.184.823	3.040.518
Mai	4.279.747	4.520.970	3.481.740
Jun.	4.576.285	6.399.757	4.378.424
Jul.	4.722.739	6.426.588	4.194.327
Ago.	4.003.941	6.093.343	4.460.754
Set.	4.394.381	4.545.947	3.626.617
Out.	4.742.212	4.587.431	3.621.453
Nov.	4.886.529	4.200.709	2.819.710
Dez.	4.898.132	3.986.263	2.222.801
Total	55.474.211	59.698.855	40.708.832

Fonte: VICENTE & BAPTISTELLA (1987), para o período 1976-88; BAPTISTELLA et al. (1994), para 1991-92; e VEIGA et al. (1995), para 1993.

A sazonalidade só não baixou a níveis menores pela crise aguda da cotonicultura nos anos 90, atividade altamente empregadora, cuja área plantada reduziu-se significativamente, com impactos na demanda de mão-de-obra no período de outubro a março. Mas, essa menor estacionalidade pode ainda concretizar-se com a maior intensidade da mecanização da colheita de cana para indústria que, a persistir a tendência dos últimos anos, reduzirá drasticamente a amplitude atual, com quedas no emprego entre os meses de maio a outubro. Com base nas estimativas de incremento da colheita mecânica, de VEIGA F.º et al. (1994), o emprego nesses meses de pico, para a atual composição de culturas, teria a media mensal de 3,2 milhões de dias-homens, contra os 4 milhões atuais (-20%), com o que a amplitude reduziria para 45,4%, para o conjunto das lavouras cultivadas na agropecuária paulista.

Desse modo, a sazonalidade do emprego agropecuário em geral estaria cada vez mais próxima daquela verificada na metade dos anos 70. Noutras

palavras, a solução técnica encontrada para eliminar-se os males do emprego sazonal significa menos emprego, o que para muitos significa nenhuma oportunidade de emprego. Isso é factível até porque a escassez de mão-de-obra na colheita tem pressionado significativamente os lavradores a optarem por mecanizar essa operação em muitas culturas. Essa racionalidade não pode ser freada por resultar do próprio processo de modernização e da elevação da competitividade. As medidas possíveis estão no campo das políticas compensatórias, ou expandindo a lavoura com redução da pecuária ou gerando empregos urbanos.

Os impactos desse processo, na distribuição de renda, refletem-se na marginalização mais radical de parcela importante da população, além de que, **esse fato derruba definitivamente a argumentação de que a expansão da modernização da agropecuária constitui-se num processo sempre empregador.** Na verdade, a modernização setorial representa um aprofundamento da crise de emprego rural, que, para ser superada, exige políticas empregadoras, entre elas, especialmente as de construção civil na área urbana, que utiliza a mesma mão-de-obra. Por outro lado, a composição de culturas mostra-se fundamental para conformar a massa geral de emprego; dentro disso, em São Paulo, certamente contribuiu de forma decisiva a ação inepta do Governo do Estado que assistiu passivo à crise do algodão e ao deslocamento da produção de café, apesar de ter suporte tecnológico para impedir ou ao menos amenizar esse processo.

A análise da evolução da área cultivada na agropecuária paulista permite visualizar a potencialidade da alteração na composição de culturas. Embora seja a economia onde se concentra a maior parcela da indústria brasileira e onde a agricultura apresenta índices de produtividade dos fatores compatíveis com os observados mundialmente, a expressão da pecuária intensiva ainda se mostra predominante. Dos 18 milhões de hectares da área agrícola estadual, e que tem se mantido nesse patamar desde os anos 70, cerca de 11 milhões são ocupados com pastagem (61,1%), 6 milhões com lavouras temporárias e perenes (33,3%) e 1 milhão com reflorestamento (5,6%). Trata-se de proporção ainda elevada de ocupação do solo com uma atividade extensiva como a pecuária a pasto, e cuja característica fundamental reside na baixa utilização de mão-de-obra. As regiões mais desenvolvidas, e também as que mais empregam, que são as de Ribeirão Preto e Campinas, têm uma participação em torno de 40% da pastagem na área agrícola. Caso esse índice fosse generalizado para todo o Estado de São Paulo, poderiam ser agregados mais 3,8 milhões de hectares à área de lavouras. O acréscimo atingiria o expressivo patamar de 63% e, como as lavouras empregam muito mais que a pecuária por unidade de área, o emprego poderia mais que dobrar na agropecuária estadual. (MARTIN & GONÇALVES, 1995).

A configuração dessa potencialidade também pode ser feita num espaço geográfico mais ampliado, analisando o conjunto das regiões Sul-Sudeste. As áreas agrícolas dessas duas regiões somadas permitiriam a incorporação de muito mais que os 27,5 milhões de hectares cultivados em 1991-93. Nos últimos 5 anos, houve um recuo de 3,1 milhões de hectares na área de lavouras do Sul-Sudeste que, se reincorporados possibilitariam elevar expressivamente o emprego rural (MARTIN & GONÇALVES, 1995). **Esses dados referentes à potencialidade da ampliação do emprego rural permitem destacar a importância de instrumentalizar a política agrícola como uma política de emprego, como forma de ampliar o processo de modernização, mesmo mecanizando, mas abrindo novas oportunidades de ocupação no campo. O planejamento da**

ocupação do solo interferindo nos mecanismos definidores da composição de culturas, constitui-se num caminho para uma política de emprego¹⁶². Entretanto, em nome da competitividade e da "supremacia do mercado" como instrumento de alocação de fatores, estimula-se a modernização e, com isso, a redução do emprego. Na agropecuária brasileira, tal como está, investimento significa menos emprego e não mais emprego. Ou seja, se as inversões são necessárias para a competitividade setorial, não o são no sentido de aumentar a oferta de serviços ao trabalhador rural.

2.4 - Destino insólito nas cidades: êxodo rural e não incorporação de grande parcela da mão-de-obra migrante

O êxodo rural, e a crescente urbanização da população constituem a marca do processo de formação da moderna sociedade capitalista. Na Europa, foi o êxodo generalizado de trabalhadores rurais nos princípios da Idade Moderna que propiciou a mão-de-obra demandada pelo crescimento das primeiras indústrias nacionais. Nos EUA, o êxodo de pequenos agricultores do Meio-Oeste para as cidades consolidou a formação de uma classe operária numerosa o suficiente para fornecer toda a força de trabalho necessária à constituição da maior economia industrial, desde os primeiros três quartos do século XX. No Brasil, ao surto de crescimento experimentado pela indústria nacional desde a década de 30, correspondeu o acirramento da questão agrária no País, com enorme deslocamento demográfico do campo para a cidade. Essa migração mais que compensou o crescimento vegetativo ocorrido no campo, provocando rápido e vertiginoso esvaziamento populacional. No período de 50 anos, entre 1940 e 1990, a população rural brasileira caiu de 68,1% para apenas 26,1% da população total do País (BALTAR, 1988).

Tal êxodo do campo para a cidade correspondeu à expulsão - inicialmente pela disseminação da pobreza, a seguir pelo emprego dos métodos de grilagem e violência -, de grande contingente de pequenos sítiantes, agregados, arrendatários e colonos rurais para o meio urbano. Tornavam-se migrantes citadinos, sem, contudo desfazer seus laços com o campo: conservavam em suas perspectivas de vida a ruralidade de seu caráter (IANNI, 1961). Desse processo resultaram vários movimentos sociais no campo, dos quais o exemplo mais notável foram as Ligas Camponesas que, disseminadas pelo meio rural, em especial nos Estados de Alagoas, Paraíba e Pernambuco (JULIÃO, 1962), figuraram como um dos principais expoentes na ebulição dos conflitos sociais que antecederam o início da ditadura militar no País, em 1964. Em razão da insuficiência de medidas para solucionar os problemas gerados pela questão agrária nacional, o do setor agrícola perdeu a capacidade de regular o mercado de trabalho rural-urbano. Por sua vez, a expansão da indústria nacional, sem realização da reforma agrária e constituída sobre uma estrutura prévia heterogênea, incorporou os elementos de um mercado de trabalho, cujas principais características eram o excedente da oferta de mão-de-obra e o baixo nível de salários. Por fim, a modernização da agricultura, durante a década de 70, gerou as últimas massas de excedentes de mão-de-obra no mercado de trabalho

¹⁶² Esse planejamento da ocupação do solo mostra-se medida radical mas fundamental para a eficiência, tanto da agropecuária, como da agricultura no seu todo, uma vez que permite a maximização dos investimentos públicos na infra-estrutura, em especial na logística de armazenagem, beneficiamento e transporte com sistema multimodais. Esse consiste um dos elementos determinantes da competitividade da agricultura norte-americana regionalizada por *belts* e administrada pelos esquemas *set a side*.

nacional.

Ao contrário do Meio-Oeste americano - onde ao emigrar para a cidade o pequeno proprietário rural levava consigo os recursos percebidos com a venda de suas terras, o que lhe permitia adquirir sua casa, antes de se tornar trabalhador assalariado, e por vezes juntar certo capital que pudesse aplicar em algum trabalho autônomo -, no Brasil, o agregado das fazendas chegava ao meio urbano sem posse de qualquer recurso (FURTADO, 1972). Levava consigo apenas sua força de trabalho e a dos membros de sua família que possuísem idade para o trabalho e pudessem ser aproveitados em algum ofício urbano, para o qual não se exigisse quase, ou realmente nenhuma, qualificação formal. Ingressava, por este modo, num mercado de trabalho de alta produtividade da mão-de-obra e emprego escasso. Essas massas de trabalhadores rurais, ao chegarem às cidades, exerciam forte pressão demográfica sobre o mercado de trabalho urbano, propiciando ao emergente parque industrial um exército de reserva superdimensionado para suas necessidades, e, conseqüentemente, reduzindo o preço dos salários urbanos. Como já apontara Ignácio Rangel nos anos 60, "esse estado de coisas ... aumenta a produtividade do trabalho agrícola, em ritmo maior que o da expansão do mercado para bens agrícolas e, em conseqüência, milhões de camponeses são arruinados e deslocados, dispondo-se a disputar um lugar ao sol fora da agricultura, **virtualmente por qualquer salário**" (RANGEL, 1986).

O processo de transformação da economia brasileira seguiu essa tendência e, notadamente a partir da década de 70, o Brasil experimentou seu maior êxodo rural: quase 16 milhões de pessoas deixaram o campo rumo às cidades. O processo de modernização da agricultura foi o elemento central desse êxodo, dispensando pessoal ao tempo em que a concentração urbana não tinha, como contrapartida, uma taxa de absorção de mão-de-obra, em nível da indústria e serviços, compatível com o ritmo das liberações do campo. Nesse contexto, "a fronteira agrícola tem sido citada repetidamente como salvador em potencial, capaz de atrair fluxos significativos de migrantes e arrefecer a intensidade da concentração urbana" (MARTINE, 1987). Contudo, a modernização se reproduziria na ocupação do Centro-Oeste, com grandes propriedades mecanizadas, dando assim seqüência ao ciclo de reprodução ampliada do capital na agricultura brasileira. Deste modo, cada nova frente da fronteira agrícola reduzia seu ciclo de atração intensiva de mão-de-obra, pois "os mesmos processos que limitam o acesso à terra nas áreas tradicionais estão funcionando na fronteira nova... O fato central é que as alternativas para os 'excedentes rurais' gerados em áreas tradicionais de produção agrícola se tornaram muito reduzidos, pois os contingentes expulsos não têm mais para onde ir... Os excedentes rurais já não podem ser absorvidos maciçamente em zonas agrícolas e acabam engrossando os fluxos urbanos" (MARTINE, 1987).

A radicalidade do processo de urbanização levou a que esse processo no Brasil fosse executado num espaço de tempo muito mais reduzido que nos países industrializados e não se realizou de maneira semelhante em todas as regiões brasileiras. Tomando a população total regional, no período 1940-80, tem-se um panorama espacial desse processo. Na região Norte esse percentual caiu de 72,3% para 48,4%, o Nordeste reduziu de 76,6% para 49,5%, o Sudeste tem declínio de 60,6% para 17,2%, o Sul reduz de 72,3% para 37,6%; o Centro-Oeste cai de 75,5% para 32,0%. Visualizando os mesmos dados em relação à participação da população rural regional na população rural brasileira no mesmo período, tem-se um cruzamento interessante. A região Norte tem uma participação crescente mas reduzida saindo de 3,7% em 1940, para 7,4% em 1980; da mesma forma, o

Centro-Oeste que sai de 3,5% e atinge 6,3%. A região Sudeste tem uma tendência inversa, caindo de 39,2% para 23,1%, ao tempo em que o Sul avança entre 1940-70 (14,6% para 22,4%) revertendo essa tendência na década de 70 e chegando ao ano de 1980 com 18,5%. Destaque para o Nordeste, que tem a maior parcela da população rural nacional e a participação é crescente, saindo de 39% em 1940 para 44,7% em 1980 (BALTAR, 1988). em termos de emprego, esse processo tem impactos diretos, sendo que a população economicamente ativa (PEA) na agricultura do Nordeste cai de 74,2% em 1950 para 46,4% em 1985, enquanto no Sudeste esse percentil reduz-se de 45,9% para 15,6% (GUIMARÃES NETO, 1988).

As desigualdades do desenvolvimento regional intensificaram os efeitos do desequilíbrio do mercado de trabalho naquelas regiões mais urbanizadas e populosas. Se, de um lado, as regiões mais pobres e mais populosas sofrem um efeito menor da crise, de outro, cessa o processo incorporador que a industrialização e a urbanização propiciam, gerando com isso índices crescentes de pobreza urbana. GUIMARÃES NETO (1990) observa com exatidão esse fenômeno: "as áreas periféricas menos industrializadas e de menor grau de urbanização sofreram menos os impactos negativos da crise e desaceleração que as demais, particularmente no Sudeste e, neste, particularmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro". Mesmo no interior dos estados de industrialização mais desenvolvida, este fenômeno se repete, recriando a dicotomia entre o grande e o pequeno centro. O emprego ficou estagnado e foi interiorizado em São Paulo, uma vez que seus índices caem na Grande São Paulo e crescem no interior do Estado (GUIMARÃES NETO, 1990), impelidos pelo avanço da agricultura industrial.

Para o mesmo período, pode-se observar diferenças setoriais na evolução do índice de emprego. Atividades empregadoras de mão-de-obra desqualificada e barata apresentaram os maiores índices de desemprego, afetando a grande massa da população trabalhadora. A construção civil, atividade urbana que mais emprega mão-de-obra desqualificada migrante, "foi uma das mais negativamente afetadas pelo impacto da crise... o que chama atenção na evolução dos empregos na construção civil é a homogeneidade verificada no comportamento nas várias regiões brasileiras" (GUIMARÃES NETO, 1990). Esse processo desempregador, gerado pela crise no padrão de financiamento da indústria da construção civil, fechou a válvula absorvedora de mão-de-obra rural emigrada, gerando com isso impactos diretos no campo. A ocorrência de "minifundização", detectada por alguns com base nos dados censitários de 1985, tem no retorno de massas migrantes a seus locais de origem, importante parcela de sua explicação.

Com a generalização da crise do emprego, o papel do setor público foi o de realizar uma *performance* anticíclica. Movido, em parte, pela necessidade de estender a rede de serviços básicos prestados à população, os governos aumentaram contratações para amenizar a deterioração das condições de vida. "Este crescimento do emprego público significou passar de um contingente de 3,15 milhões de pessoas em 1979, para 5,13 milhões em 1988, um acréscimo portanto de 1,98 milhões de empregados em nove anos" (GUIMARÃES NETO, 1990). Esse índice é três vezes o número de empregos perdidos na construção civil (612 mil) - embora, naturalmente, não signifique empregos gerados para a mesma parcela da população - e faz a administração pública saltar de 14,9% do emprego formal para 21,7% no período 1979-88. O crescimento ocorreu principalmente nos planos municipal e estadual, e concentrou-se nas Regiões Norte (+126,10%), Nordeste (+99,28%) e Centro-Oeste (+82,83%), com um menor avanço no Sul (+40,56%) e Sudeste (+43,61%). Assim, "simultaneamente com o agravamento da crise fiscal e financeira que estava vivendo o Estado Brasileiro, ocorreu uma

prática sistemática de 'política compensatória' de emprego público, que ao mesmo tempo desacreditou o setor público e abriu espaço recentemente, para violenta ofensiva contra o Estado Brasileiro e contra o servidor público" (GUIMARÃES NETO, 1990).

Assim, a cidade, núcleo onde se encontra agora concentrada a reserva de mão-de-obra disponível para o mercado de trabalho nacional - não tem conseguido realizar a plena incorporação dos migrantes. No caso brasileiro, este mercado guarda características decorrentes principalmente da subutilização da capacidade de trabalho de significativo contingente da população economicamente ativa. Os reflexos da crise econômica agravam ainda mais as condições de vida dessa população subempregada. Analisando o passado recente da economia nacional, depara-se com um quadro crescente de deterioração desse mercado: "Nos primeiros anos da década de 70, durante os do chamado milagre, a economia expandiu-se aceleradamente, apresentando um crescimento global de 11,5% ao ano, entre 1969 e 1973. O investimento nesse período cresceu à inusitada taxa de 13,8% ao ano. O emprego industrial mostrou um comportamento invulgar, 8,4% ao ano entre 1970 e '74 no Brasil e 8,8% em São Paulo" (SOUZA, 1983). A manutenção de taxas de crescimento inferiores, mas ainda elevadas, durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento, fruto de uma política anticíclica de alavancar o investimento através do Estado, manteve viva a idéia de perenidade do processo incorporador urbano, reforçando a migração interna rumo ao núcleo dinâmico da economia, a Região Sudeste, em especial São Paulo. Contudo, a década de 80 seria marcada pela crise deste modelo. O Brasil passaria a apresentar taxas reduzidas e irregulares de crescimento, com reflexos imediatos no mercado de trabalho: "Tanto em relação aos setores produtivos como às regiões, fica evidenciada a mesma configuração do emprego, com redução dos níveis no início da primeira metade dos anos 80, com recuperação nos anos 1984/86 e estagnação no período mais recente (1987/88)" (GUIMARÃES NETO, 1990).

No conjunto da economia brasileira, o desemprego aparece como um problema assustador pois, após ter mostrado taxas cadentes no período 1985-89, quando se reduziu de 5,2% para 3,3%, inverte a tendência e atinge 6% em 1992, desde quando novamente mostra queda, com o desencadeamento do processo de estabilização da economia. Esses indicadores para o principal centro industrial do Brasil, representado pela Grande São Paulo, são sempre maiores que a média nacional. Entretanto, contabilizando o desemprego oculto, os dados mostram proporções assustadoras, com taxas de 15,1% em 1996, ou seja superando o total de 1 milhão de trabalhadores sem emprego (Tabela 89). Dessa maneira, parece starem esgotados os efeitos imediatos, decorrentes do processo de estabilização da economia, posterior a 1994, com a redução da capacidade ociosa e iniciam-se os corolários mediatos com a reestruturação produtiva e a modernização eliminadora líquida de postos de trabalho, ainda assim, de trabalho mais qualificado.

Tabela 89.- Taxas de Desemprego, Percentual em Relação à População Economicamente Ativa (PEA), Brasil e Grande São Paulo, 1985-96

Ano	Brasil	São Paulo	
	(Aberto)	Aberto	Total
1985	5,2	7,8	12,2
1986	3,6	6,1	9,6
1987	3,7	6,1	9,2
1988	3,8	7,0	9,7
1989	3,3	6,6	8,7

1990	4,3	7,2	10,3
1991	4,8	7,9	11,7
1992	6,0	9,1	15,2
1993	5,3	8,7	14,6
1994	5,1	8,9	14,2
1995	4,6	8,9	13,2
1996	4,7	-	15,1

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE).

A análise do SEADE (1995) aponta aspectos fundamentais para entender a evolução recente da taxa de desemprego na Grande São Paulo: "O primeiro, é o forte declínio do assalariamento com carteira de trabalho assinada no setor privado, posição ocupacional que dispõe de maiores garantias contratuais e cuja remuneração é usualmente superior à média. O segundo, é a expansão de algumas formas de inserção mais frágeis, que ocorrem, no entanto, em ritmo muito inferior à eliminação de postos assalariados. O terceiro, é a intensa retração do emprego industrial. O quarto, o aumento da ocupação no comércio e nos serviços, a despeito das condições econômicas adversas". Essa realidade manifesta-se num largo crescimento do trabalho informal em todo país, e que atinge principalmente as regiões Sul e Sudeste. Na região Norte o emprego informal cresce de 48,05% para 57,48% no período 1985-95, o mesmo ocorrendo com o Centro-Oeste (de 49,10% para 53,37%), ambas alcançando níveis onde a informalidade sempre se mostrou elevada como no Nordeste. O Sul e o Sudeste, onde têm predominado os contratos formais de trabalho, apresentam crescimento do emprego informal, saindo de patamares em torno de 37% para outros próximos a 45%. Com isso, em todo o Brasil, os empregos informais que representavam cerca de 45% dos contratos na metade dos anos 80, caíram para 42% em 1990, e atingiram praticamente a metade dos empregados em 1995 (LAVINAS, citada por DURÃO, 1997).

O quadro de crescente desemprego e subutilização da força de trabalho acima apresentado, vem pressionar ainda mais os efeitos negativos sobre o nível de salários da economia. A participação da massa de salários na renda nacional caiu de 57% para 52%, entre 1949 e 1975 (SOUZA, 1983) e, no auge da crise econômica, reduziu-se de pouco mais de 50%, no final da década de 70, para 35% da renda nacional, no início da década de 90 (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 1991). A evolução do valor real do salário mínimo esclarece ainda mais a intensidade da crise da década de 80, e o profundo arrocho salarial que dela resultou. Tomando-se como base 100 o mês de julho de 1940, tem-se o período compreendido entre os anos de 1955-62 como o de maiores valores, com índices que variaram de 111,04 a 101,82, caindo a partir daí continuamente, para atingir seu patamar mais baixo em 1974 (54,48), com reduzida recuperação até 1982 (66,02), e queda drástica a partir de então, para atingir um nível reduzidíssimo de poder de compra em 1990 (29,09) (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 1991).

Comparando esses dados a outros indicadores econômicos, evidencia-se a desigualdade econômica e social como principal característica do crescimento experimentado durante as décadas de 60 e 70. Ainda mais: "Os salários médios cresceram mais do que os baixos e os altos mais que os médios, abrindo-se assim o leque de salários. Este processo de crescente disparidade salarial certamente contribuiu para a concentração de renda verificada durante as décadas de 60 e 70 no Brasil" (SOUZA, 1983). Os dados apresentados para empregos e salários

caracterizam a profunda desigualdade social gerada numa economia de baixos salários e crescentes níveis de subutilização da força de trabalho - frutos, entre outros fatores, do não-cumprimento pela agricultura de sua função reguladora do mercado de trabalho. O processo de industrialização brasileiro não engendrou distribuição de renda melhor, fracassando aqui a função homogeneizadora que desempenhou nas economias capitalistas da América do Norte e da Europa. Ao contrário, o setor industrial configurou-se como pólo concentrador de renda na economia nacional, tendo se realizado, a partir da queda dos níveis médios de salários das indústrias, a diminuição dos níveis de salários dos demais setores produtivos. Concentração de renda e restrição ao ingresso no mercado de consumo da maioria da população foi a consequência produzida. Nos últimos trinta anos, os 50% mais pobres da população brasileira experimentaram acentuada e permanente queda em sua participação na renda nacional, que variou de 17,7% em 1960, para 14,2% em 1980, chegando a apenas 10,6% em 1989; na outra ponta, os 10% mais ricos aumentaram sua parcela de participação, saltando de 39,7% em 1960 para 47,8% em 1980, chegando a atingir 53,2%, em 1989 (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 1991).

Durante a década de 80, proliferou-se a pobreza como consequência da concentração de renda na economia brasileira. Seu índice elevou-se de 24,4% de pessoas vivendo em condições abaixo da linha de pobreza em 1980, para 39,3% em 1989, para o total do País. Com isso, as desigualdades do desenvolvimento regional acentuaram-se ainda mais. A Região Nordeste permaneceu durante todo o período com o maior percentual de pobreza, saltando de 38,5% em 1980, para 56,4% em 1989; na Região Norte este índice cresceu de 24,2% para 37,8% no período, seguido pela Região Centro-Oeste, que apresentou índices de 19,1% para o começo da década e 33,3% para o ano de 1989. As Regiões Sudeste (com variação de 17,1% a 31,3% no período) e Sul (14,4% a 28,0%) apresentaram os menores índices de pobreza na década (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 1991). Esse quadro de aumento da pobreza ocorre tanto nas metrópoles como no campo. Nas grandes cidades, "comparando as situações de 1980 e 1989... a proporção de famílias pobres aumenta em São Paulo de 18,3% para 19,5%, enquanto no Rio de Janeiro ela eleva-se de 22,5% para 30,8%, em Porto Alegre de 11,0% para 15,7% e no Recife de 39,3% para 44,9%" (OLIVEIRA et al., 1991). No meio rural, esses índices são ainda mais drásticos: evoluem de 46,1% em 1981 para 65,8% em 1990, para o total do Brasil (HOFFMANN, 1992).

A crise dos anos 90 pressionaria ainda mais essa realidade, com quedas expressivas nas rendas médias das famílias. Na Região Metropolitana de São Paulo, no período 1990-94, a análise desse indicador mostra os efeitos perversos na distribuição de renda, uma vez que, além da renda familiar média ser cadente em valores constantes, essa queda deriva das perdas das famílias mais pobres, enquanto os ricos mantêm seus ganhos. Os 5% mais pobres perdem 43% de suas rendas, os 5% mais ricos têm rendimentos 1% maiores, com o que o Índice de Gini para a renda familiar cresce de 0,465 para 0,545, indicando acirramento da concentração. Assim, "o movimento de redução da renda familiar, além de acentuado, foi perverso. Confirmando a noção de que situações de instabilidade econômica e um ambiente inflacionário, tendem a afetar mais os indivíduos e famílias em situação econômica mais frágil. Este processo contribuiu também para o aprofundamento do grau de desigualdade na distribuição da renda familiar" (BRANDÃO & JANNUZZI, 1995).

O panorama espacial da pobreza no Brasil revela, com nitidez, a realidade de que a transformação produtiva constituiu-se como um processo de

"urbanização da miséria", sem eliminar os bolsões de pobreza rurais. No contexto global, houve expressiva redução de cerca de 13 milhões de pessoas no número de pobres da sociedade brasileira, como decorrência direta da estabilização da economia brasileira a partir de 1994. Assim, se em 1993 existiam 43,3 milhões de pobres, em 1995 eles eram 30,4 milhões; portanto, ainda que tenha havido progresso, são indicadores alarmantes na ótica distributiva. No aspecto rural/urbano, verifica-se não apenas que a maioria dos pobres estão nas cidades como essa proporção cresce nos anos 90, uma vez que se em 1990 os pobres rurais eram 12,2 milhões (29,1%) e os urbanos 29,7 milhões (70,9%), em 1995 viviam no campo 7,3 milhões de pobres (24,0%) contra 23,1 milhões nas cidades (76,0%) (Tabela 90). A estabilização econômica a partir de 1994 parece ter tido efeitos similares no campo e nas cidades, pois manteve a distribuição de pobres entre ambos os locais de moradia.

Outro aspecto a destacar na distribuição da população pobre brasileira está no duplo sentido da concentração. No campo, a grande maioria dos pobres está nas áreas rurais da região Nordeste com cerca de 8 milhões de pessoas em 1990, que correspondiam a 65,3% dos pobres rurais brasileiros; em 1995, esse número atingia 5 milhões, ou seja 69,3% dos pobres do campo (Tabela 87). Note-se que, excluindo-se o efeito da estabilização econômica na redução do número de pobres da zona rural nordestina, a proporcionalidade da pobreza rural revela a manutenção dessa região como bolsão de concentração da pobreza do campo. Isso a despeito dos inúmeros projetos estimulados por políticas públicas, centradas em subsídios que propugnam pelo desenvolvimento da agricultura regional, em especial nos polígonos irrigados. Nesse caso, ou a expressão desses projetos mostra-se reduzida ou os propalados efeitos sobre as condições de vida da população rural local são efêmeros, sendo pouco incorporadores da ótica social.

Tabela 90.- Evolução da Distribuição da População Pobre Brasileira, 1990-95
(em 1.000 habitantes)

Ano	Rural		Urbano		Brasil	
	Número	%	Número	%	Número	%
1990	12.227	29,1	29.743	70,9	41.970	100
1992	10.471	24,3	32.556	75,7	43.027	100
1993	10.286	23,8	32.991	76,2	43.277	100
1995	7.289	24,0	23.149	76,0	30.438	100

Ano	Nordeste Rural		Metrópoles		Grande São Paulo	
	Número	%(1)	Número	%(2)	Número	%(3)
1990	7.988	65,3	12.261	41,2	3.277	26,7
1992	7.049	67,3	13.524	41,5	4.588	33,9
1993	7.469	72,6	14.156	42,9	4.547	32,1
1995	5.049	69,3	9.084	39,2	2.640	29,1

(1) Percentual em Relação ao total dos pobres rurais.

(2) Percentual em relação ao total dos pobres urbanos.

(3) percentual em relação ao total dos pobres metropolitanos

Fonte: ROCHA (1996)

Nas cidades o panorama de concentração também apresenta-se nítido, pois da população urbana em 1990, um total de 12,3 milhões das pessoas pobres moravam em metrópoles (41,2%), das quais, 3,3 milhões (26,7%) na Grande São Paulo. Em 1995, os pobres metropolitanos eram 9 milhões (39,2%) dos quais 2,6 milhões (29,1%) na área de influência da capital paulista. Nesse último ano, outra

grande região metropolitana do sudeste, a Grande Rio concentrava 2,1 milhões de pobres, com o que o conjunto das duas maiores metrópoles brasileiras teria em conjunto 4,7 milhões de pobres; ou seja, 52,2% dos pobres metropolitanos nacionais. Revela-se aí o segundo grande bolsão de pobreza do Brasil, a pobreza urbanizada pelas migrações internas das várias zonas rurais que, forjando uma periferia com condições de vida precárias, multiplica a desnutrição, a criminalidade e a ausência de oportunidades. A reprodução dessa realidade por outras metrópoles e cidades interioranas, até mesmo as pequenas cidades, forma o quadro preocupante da miséria urbana brasileira, em muitos aspectos, deslocamento espacial em massa da miséria rural que acabou se concentrando nas periferias urbanas.

A pobreza urbana não é necessariamente uma ocorrência universal e inevitável do crescimento. Como argumenta RANGEL (1986b), a "urbanização em si mesma é um fenômeno perfeitamente normal numa economia em processo de urbanização. O que não é normal é o ritmo que imprimimos ao nosso processo de urbanização, que implica em criar nas cidades uma oferta de mão-de-obra em descompasso com a demanda que a industrialização vai criando" (RANGEL, 1986b). No Brasil, portanto, a proliferação da pobreza é consequência direta da crise agrária, que desembocou no desemprego urbano e no florescimento da economia informal. O setor agrícola não possuiu mecanismos eficientes de regulação do mercado de trabalho e, dessa forma, multidões mergulharam no êxodo rural. Atraídos pela perspectiva de abandonar as difíceis condições do campo, não encontraram nas cidades melhores oportunidades de vida e trabalho. Ao lado disso, a insuficiência dos recursos urbanos causou déficits cada vez maiores das ofertas dos serviços de habitação, saúde, educação, e toda espécie de serviços públicos básicos, criando a face dramática da questão social brasileira, tão bem expressa na dicotomia das cidades, gerada pela pobreza urbana: "A cidade se divide em duas partes. Uma reúne as regiões onde se verifica melhor qualidade de vida, é habitada pelas camadas de renda mais alta, com pleno acesso à infra-estrutura básica e de serviços, e apresenta baixa taxa de crescimento populacional, significativa concentração de edificações de uso residencial e níveis de renda satisfatórios. Outra, composta pelas áreas periféricas, caracteriza-se por alto incremento demográfico, baixo nível de renda e de condições de saúde e sérios problemas de infra-estrutura" (JACOBI, 1990).

A marginalidade e a violência crescem entre a população desterrada, que migrou do campo para as grandes cidades. "Ao se analisar a criminalidade no período 1984-93 para o Município de São Paulo, verifica-se o aumento de 20,5% no total de registros delituosos. Entretanto é a partir de 1988 que essa ascensão torna-se mais acentuada. Quando se observa a tendência das categorias que englobam os tipos de crimes mais violentos no período 1988-93, constata-se que aqueles praticados contra o patrimônio são os que apresentam maior crescimento (30,3%), seguidos por aqueles contra a pessoa (29,7%). Muito próximo a estes, encontram-se os crimes contra a incolumidade pública (16,1%) - que incluem o uso e o tráfico de drogas - e finalmente aqueles voltados contra os costumes que declinam em 6,1%" (FEIGUIN & LIMA, 1995). A concentração da criminalidade na periferia das grandes metrópoles brasileiras, onde moram preponderantemente migrantes do campo, revela a origem agrária do problema. Estes "condenados da terra", entretanto, não lutam contra um opositor de classe; lutam entre si, são tragados pelos ardis da violência, que tornam a delinquência sua estratégia de vida: "(...) o banditismo, cada vez mais formalmente organizado, é apenas uma variante dessa economia informal complementar... esse desmesurado e terato-

lógico exército de reserva pode pôr em causa a própria viabilidade do sistema econômico suscitando uma questão de ordem pública" (RANGEL, 1986).

A explosão da violência, ao fazer emergir e crescer os exércitos armados das firmas de seguranças particulares, leva à perda do monopólio estatal da violência. Noutras palavras, o Estado deixa de exercer a atividade fundante de promover a justiça. Essa situação nas grandes regiões metropolitanas atingiu patamares preocupantes pois, "em 1994, o contingente de vigilantes no Brasil era de 1 milhão de trabalhadores, sendo que 600 mil homens atuavam em empresas devidamente legalizadas, e 400 mil naquelas clandestinas, sem autorização para funcionar. No Estado de São Paulo, nesse mesmo ano, o total de vigilantes em empresas autorizadas pelo Ministério da Justiça a exercerem tal função chegou a 90 mil homens (contra cerca de 70 mil da Polícia Militar do Estado em 1993)" (FEIGUIN & LIMA, 1995). Dessa maneira, eleva-se o custo das empresas com contratação de esquemas de segurança particulares e aumentam-se os transtornos das pessoas impedidas de exercerem o direito de ir e vir. Mais que isso, essa estrutura acaba por consolidar uma verdadeira segregação social entre pobres e ricos, afastados nos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e assim, principalmente fisicamente, quanto à moradia.

Outro resultado dessa explosão da violência está no fato de que o Brasil aparece no cenário internacional com o segundo maior contingente de presidiários. São 126 mil condenados cumprindo penas, 76% deles analfabetos e 66% negros ou mulatos. Detidos em uma estrutura penitenciária que só poderia atender a 51 mil vagas, entre estes internos o índice de reincidência chega a 86%. Somados ao número de mandados de prisão a serem cumpridos - 345 mil - esse contingente atinge uma população de 471 mil pessoas¹⁶³ (CARVALHO, 1993). Os gastos públicos com segurança tornaram-se vultosos, e consomem crescentes recursos, confrontando a crise fiscal do Estado ao crescimento da população carcerária, a exigir a expansão do sistema penitenciário. Os recursos necessários para essa expansão chegam a US\$15 milhões por presídio, o que demandaria um montante de US\$2,25 bilhões para os 150 presídios de 500 vagas projetados. Os custos de manutenção equivalem a US\$290 ao mês por presidiário (CARVALHO, 1993), isto é, US\$36,5 milhões ao mês e US\$438 milhões ao ano para toda a população carcerária. Tem-se, portanto, o comprometimento crescente de recursos públicos para a manutenção do sistema penitenciário, o que, de imediato, produz mais escassez de recursos para o combate às causas estruturais da violência.

Por outro lado, imensa parcela da população mergulhada na pobreza urbana associa os gastos do Tesouro do Estado com o sistema penitenciário à carência generalizada de recursos para os serviços básicos de atendimento público. Para o cidadão comum, os presidiários, "porque consomem altas somas do contribuinte, o qual não recebe os serviços do Estado a que teria 'direito', é insuportável a idéia de que apenados comem e dormem sem pagar" (ZALUAR, 1991). Por sua vez, a segurança pública assume papel de destaque, numa sociedade na qual o contingente de presidiários avança sem reduzir os índices da violência, pois é maior o número daqueles que deveriam "estar presos". O

¹⁶³ Uma comparação com o contingente da população carcerária de outros países - abstraindo-se naturalmente a análise das diferentes causas da violência - demonstra bem a gravidade do fenômeno no Brasil. No mundo todo, apenas os EUA superam, em números absolutos, a população carcerária brasileira, com 823 mil presidiários. Em termos proporcionais, porém, os dois países apresentam desempenhos extremamente semelhantes, correspondendo o índice brasileiro a 0,32% da população, e o americano a 0,36%.

patrimônio ameaçado e a própria integridade física em risco toma conta do cotidiano, disseminando a insegurança pelas cidades: "Os condomínios que têm surgido podem ser comparados às cidades medievais, onde a segurança figura entre os principais serviços de conforto oferecidos" (MATHIAS, 1990). A separação econômica entre as classes produz então a segregação espacial como resposta aos conflitos sociais urbanos. **Em resumo, as vítimas do êxodo rural são também vítimas de toda sorte de privações nas cidades. Eram pobres no campo, e, para muitos, seus pais eram pobres no campo e reproduziram-se como pobres nas cidades. O paraíso de outrora tornou-se o inferno do presente nas periferias de desemprego, pobreza e violência. Agora robotizam as indústrias e informatizam os escritórios na mesma toada que mecanizam as lavouras. O sistema de inequações nessa sociedade de diferenças, apresenta mais incógnitas que certezas. Nessa situação, prometer um futuro melhor significa tornar-se mais um camelo, dentre os muitos dos grandes centros, e pior que todos eles, pois, seria um camelo de ilusões... irrealizáveis.**